

**CASSANDRA HELENA FAES**

**O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A  
CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL –  
PAISAGEM CULTURAL DO NÚCLEO RURAL DE  
TESTO ALTO EM POMERODE/SC/BRASIL**

Orientador: Prof. Dr. Diogo Mateus

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Departamento de Urbanismo**

**LISBOA**

**2017**

**CASSANDRA HELENA FAES**

**O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A  
CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL –  
PAISAGEM CULTURAL DO NÚCLEO RURAL DE  
TESTO ALTO EM POMERODE/SC/BRASIL**

Tese defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 05 de Maio de 2017, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 131/2017, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor Mario Moutinho – Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;

Arguentes:

Prof. Doutor António Julio Marques Baptista Coelho – Universidade da Beira Interior;

Prof. Doutor Manuel Serafim Fontes Santos Pinto - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;

Vogais:

Prof. Doutor António João Nunes Realinho – Investigador externo;

Prof<sup>a</sup>. Doutora Filipa Alexandra Gomes da Silva Oliveira Antunes – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;

Prof. Doutor Pedro Carlos Bobone Ressano Garcia - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;

Orientador:

Prof. Doutor José Diogo da Silva Mateus - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Departamento de Urbanismo**

**LISBOA**

**2017**

**“Tudo que não se regenera, degenera.” Edgar Morin (2012, s.p.)**

## RESUMO

O reconhecimento do patrimônio pelo conceito de Paisagem Cultural já é difundido na Europa desde a convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 1992, mas ainda é recente no Brasil, onde alcançou relativo impulso em 2009 com a chancela do Instituto do Patrimônio Histórico Brasileiro (IPHAN) e sua aplicação em 2011.

Este projeto de pesquisa, integrante do doutoramento, tem por objectivo principal **investigar a dinâmica de desenvolvimento territorial e o processo de transformação da paisagem cultural**.

A partir desta investigação que se enquadra no método hipotético-dedutivo, pretende-se apontar diretrizes - conclusões que são objectivos derivados - para a *gestão da paisagem cultural*, tomando como objecto de pesquisa o município de Pomerode/SC/Brasil, no sentido de definir um conjunto de ações tendentes à valorização e preservação da paisagem cultural suportando o desenvolvimento do território.

Para atingir esse objetivo, partimos de um enquadramento internacional sobre a valorização e gestão destes recursos e tomamos como caso de estudo o núcleo rural de Testo Alto no município de Pomerode/SC/Brasil. Analisaremos e identificaremos o impacto da preservação e valorização patrimonial no desenvolvimento territorial, bem como a implicação do desenvolvimento territorial nos acervos. A partir do objecto de estudo tentaremos compreender as ações e esforços governamentais e das comunidades locais para a preservação do patrimônio de paisagem existente.

Esta investigação permitirá, pensamos, compreender as razões que levam a que os municípios brasileiros, apesar da importância da preservação da paisagem cultural, não apostam numa política integrada identificando um conjunto de estratégias e ações que permitam uma integração da dinâmica territorial no desenvolvimento das regiões, tomando como exemplo o município de Pomerode. Com isto esta pesquisa subsidiará os trabalhos desenvolvidos na Prefeitura de Pomerode e no Projeto “Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina” IPHAN/SC, procurando integrá-lo às dinâmicas de desenvolvimento das cidades do Médio Vale do Itajaí. Este estudo constitui-se, também, uma ferramenta para o apoio na implementação de políticas públicas de desenvolvimento integrado, no campo da gestão de paisagens culturais. Para a realização do trabalho utilizou-se uma abordagem qualitativa, organizando-se em três momentos: pesquisa bibliográfica, documental e survey.

Palavras chaves: Paisagem Cultural, Planejamento Territorial, Desenvolvimento Territorial.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO I - PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL E A DINAMICA DO TERRITORIO.....	23
1.1. A PROBLEMÁTICA DE EVOLUÇÃO DAS CIDADES ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX.....	24
1.1.2. URBANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO.....	29
1.1.3. OS REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NA SIMBOLOGIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	31
1.1.4. A CIDADE CRIATIVA, A ECONOMIA CRIATIVA.....	36
1.2. TRANSFORMAÇÃO E DESMEMORIZAÇÃO.....	38
1.2.1. DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÃO.....	39
1.2.2. MOBILIDADE TERRITORIAL RURAL-URBANA.....	40
1.3. PAISAGEM.....	47
1.3.1. PAISAGEM CULTURAL.....	50
1.3.2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA PAISAGEM.....	52
1.3.3. VALOR ESTETICO.....	54
1.3.4. VALOR ECOLOGICO.....	55
1.3.5. PROTEÇÃO DE PAISAGEM CULTURAL.....	56
1.3.6. PAISAGEM CULTURAL NO BRASIL.....	57
Síntese do Capítulo	
CAPÍTULO II - OS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO ITAJAÍ E A PAISAGEM CULTURAL.....	61
2.1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO VALE DO ITAJAÍ E O PROCESSO ARQUITETÔNICO E PAISAGISTICO.....	61
2.2. COLONIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO – (FASE DA AFIRMAÇÃO).....	67
2.2.1. BREVE ABORDAGEM DA HISTÓRIA DO VALE DO ITAJAÍ.....	69
2.2.1.1. O patrimônio cultural do Médio Vale do Itajaí.....	70
2.2.1.2. Ocupação do espaço.....	74
2.3. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO – (FASE DA NEGAÇÃO).....	84
2.4. TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO PATRIMÔNIO – (FASE DA REVITALIZAÇÃO).....	86
2.4.1. A PAISAGEM CULTURAL EM SANTA CATARINA.....	88
2.4.1.1. A paisagem cultural de Pomerode.....	89
2.4.1.5. O turismo sustentável do Médio Vale do Itajaí.....	101
2.4.2. LIÇÕES APRENDIDAS – Alto Douro Vinhateiro.....	106

## Síntese do Capítulo

CAPITULO III - A PERCEPÇÃO PÚBLICA E PRIVADA DA PAISAGEM CULTURAL DE POMERODE/SC.....	120
3.1. O TURISMO E A INTERFERENCIA NO ESPAÇO.....	121
3.2. AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO.....	134
3.3. OS DESAFIOS DA GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL.....	135
3.3.1. A QUESTÃO DAS BASES DE DADOS.....	139

## Síntese do Capítulo

4. ANALISE.....	143
4.1. AREA CHANCELADA E OS DETENTORES DO PATRIMONIO CULTURAL .....	143
4.2. A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DE TESTO ALTO.....	148
4.3.CONSTATAÇÕES.....	156
4.4. RECOMENDAÇÕES: POLÍTICAS PÚBLICAS.....	158
4.5. DIRETRIZES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	159
4.6. AÇÃO CONJUNTA ENTRE MUNICÍPIOS.....	161

## Síntese do Capítulo

CONCLUSÃO.....	163
----------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
---------------------------------	-----

## ANEXOS

Anexo I – Legislação

Anexo II – Fichas de cadastro dos imóveis da área de estudo

Anexo III – Entrevistas e questionário

Anexo IV – Informações de apoio

## **LISTA DE SIGLAS**

ADV - Alto Douro Vinhateiro

CIMMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

FRAH - Fundação Rei Afonso Henriques

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural

IUCN - Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

IVDP - Instituto dos Vinhos do Douro e Porto

MDA - Ministério Desenvolvimento Agrário

MinC - Ministério da Cultura

MTur - Ministério do Turismo

PIOT-ADV - Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro

PROZED - Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente do Douro

RDD - Região Demarcada do Douro

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas

SETUCE - Secretaria de Turismo Cultura e Esporte

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Modelo Teórico.....	20
Figura 02. Modelo Empírico.....	21
Figura 03. Colônia Blumenau.....	66
Figura 04. Dr. Blumenau e 17 imigrantes marcam o início da Colônia Blumenau – 1850. .....	66
Figura 05. Stadtplatz - primeiro núcleo urbano da Colônia Blumenau e do Vale do Itajaí. .....	68
Figura 06. Blumenau em 1860.....	77
Figura 07. Rua XV novembro, Blumenau, 1897.....	77
Figura 08. Rio e o vale, 1905.....	77
Figura 09. Ilustração bairro Encano, entre Blumenau e Indaial.....	79
Figura 10. Implantação e planta esquemática – Casa Wachholz, Felipe.....	80
Figura 11. Ilustração ocupação lotes coloniais.....	82
Figura 12. Ilustração da organização institucional da CIMMVI.....	102
Figura 13. Representação de esquema e fotografia dos micropatamares.....	110
Figura 14. Representação de esquema e fotografia de socalcos com vinha no alto....	110
Figura 15. Representação de esquema e fotografia de vinha sem amarração no terreno. .....	110
Figura 16. Imagem virtual do aspecto final da obra da barragem.....	116
Figura 17. Nova logomarca da cidade de Pomerode.....	122
Figura 18. Aplicativo de eventos turísticos de Pomerode para android.....	123
Figura 19. Componentes dos turismos de nicho.....	131
Figura 20. Atores Envolvidos na Área de estudo.....	132
Figura 21. Esquema síntese da valorização cultural.....	158
Figura 22. Esquema do Plano de Gestão da Paisagem Cultural.....	160
Figura 23. Esquema dos processos de desenvolvimento e do patrimônio edificado....	164
Figura 24. Esquema do Plano de Gestão da Paisagem Cultural do Vale Europeu Catarinense.....	168

Foto 01. Alunos de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário Leonardo da Vinci em visita técnica ao Museu da Música/Salão Hammermeister.....	71
Foto 02. Alunos de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário Leonardo da Vinci em visita técnica a Casa Duwe.....	72
Foto 03. Casa Duwe .....	72
Foto 04. Pinturas parietais e fotos de casamento. Casa Helmut Lümke.....	73
Foto 05. Parede decorada com fotos de família. Casa Ella Voight.....	73
Foto 06. Parede com pinturas parietais e demonstração da religiosidade. Casa Duwe...	74
Foto 07. Detalhes da fachada. Casa Walter Raduenz .....	74
Foto 08. Varanda com fechamento em arco, Casa Radunz.....	83
Foto 09. Varanda com fechamento em arco, Casa Kloen.....	83
Foto 10. Implantação Casa Bauer.....	83
Foto 11. Casa Zumach.....	83
Foto 12. Primeiras edificações enxaimel em Pomerode.....	90
Foto 14. Testa Alto, Pomerode/SC/Brasil.....	94
Foto 15. Mochileiros.....	105

Foto 16. Mochileiros.....	105
Foto 17. Cicloturismo.....	105
Foto 18. Cicloturismo.....	105
Foto 19. Encontros na paisagem.....	105
Foto 20. Sinalização turística – mochileiros e cicloturismo.....	105
Foto 21. Rio Douro.....	107
Foto 22. Fotografia ilustrando diferentes sentidos do plantio das vinhas.....	111
Foto 23. Quinta de São Xisto.....	112
Foto 24. 32ª Festa Pomerana. Pomerode.....	124
Foto 25. 32ª Festa Pomerana. Pomerode.....	124
Foto 26. Osterfest. Pomerode.....	125
Foto 26. Osterfest. Pomerode.....	125
Foto 27. Casa da Crista.....	145
Foto 28. Casa Ella Voight.....	145
Foto 29. Casa Erich Rahn.....	145
Foto 30. Casa Felipe Wacholz.....	145
Foto 31. Casa Hugo Rahn.....	145
Foto 32. Casa Lumke.....	145
Foto 33. Casa Radunz.....	146
Foto 34. Casa Siewert.....	146
Foto 35. Casa Zumach.....	146
Foto 36. Comercial Haut.....	146
Gráfico 01. Idade.....	149
Gráfico 02. Escolaridade.....	149
Gráfico 03. Cidade de residência.....	150
Gráfico 04. Conhece Testo Alto em Pomerode.....	150
Gráfico 05. Julgam a paisagem de Testo Alto como especial.....	150
Gráfico 06. O que é enxaimel.....	151
Gráfico 07. Você sabe o que é tombamento? .....	151
Gráfico 08. Você sabe o que é paisagem cultural.....	151
Gráfico 09. Você sabe o que é Chancela de Paisagem Cultural?.....	152
Gráfico 10. Você sabia que a única chancela de paisagem cultural do Brasil está em Testo Alto(Pomerode) e no Rio da Luz(Jaraguá do Sul)?.....	152
Gráfico 11. Na sua opinião as edificações antigas, como as de enxaimel, devem ser preservadas? .....	152
Gráfico 12. Na sua opinião as edificações antigas devem receber incentivo para preservação? .....	152
Gráfico 13. Nas áreas rurais, você acha que a construção de edificações novas deveriam se limitar a: .....	153
Gráfico 14. Se você pudesse preservar paisagens, das expostas abaixo qual seria?....	153
Gráfico 15. Observe as imagens abaixo e selecione a que você mais se identifica....	154

Mapa 01. Mapa de Localização de Pomerode no Brasil e em Santa Catarina.....	12
Mapa 02. Mapa de localização do Município de Pomerode/SC.....	12
Mapa 03. Mapa do Brasil, em vermelho Santa Catarina.....	62
Mapa 04. Mapa de Santa Catarina .....	62
Mapa 05. Mapa de Lotes da colônia Blumenau -1864.....	63
Mapa 06. Mapa dos lotes da colônia Blumenau, 1872.....	78
Mapa 07. Mapa com a delimitação dos perímetros da área chancelada como paisagem cultural, núcleo de Testo Alto em Pomerode e Rio da Luz em Jaraguá do Sul.....	93
Mapa 08. Mapa do Patrimônio Histórico e Cultural.....	98
Mapa 09. Mapa Localização do Vale Europeu Catarinense.....	102
Mapa 10. Mapa do Percurso de Cicloturismo do Vale Europeu Catarinense.....	103
Mapa 11. Mapa do percurso com topografia.....	104
Mapa 12. Subregiões do Alto Douro Vinhateiro.....	108
Mapa 13. Área demarcada e estações e linhas de trem que atravessam a área.....	109
Mapa 14. Mapa do Roteiro Arte e Charme.....	129
Mapa 15. Mapa do Roteiro saberes e sabores.....	129
Mapa 16. Mapa do Roteiro Mochileiros e Cicloturismo.....	130
Mapa 17. Mapa do Sobreposição dos roteiros.....	130

Tabela 01. Dados sócio econômicos de Pomerode.....	13
Tabela 02. Determinação da capacidade de absorção visual da paisagem.....	55
Tabela 03. Ingresso de imigrantes na colônia Blumenau.....	64
Tabela 04. Tabela de parâmetros de parcelamento e ocupação do solo.....	96
Tabela 05. Áreas vitícolas e totais por sub-região.....	108
Tabela 06. Síntese do Alto Douro Vinhateiro e área de estudo.....	117
Tabela 07. Roteiros incidentes em Testo Alto.....	128
Tabela 08. Síntese do questionário aplicado aos proprietários de edificações tombadas no Testo Alto.....	144

## INTRODUÇÃO

Atualmente, as áreas de imigração brasileiras vêm passando por transformações que colocam em risco todo o legado cultural do imigrante. As rápidas modificações estruturais, a fuga do campo, as pressões para modificações econômicas e a falta de mecanismos de preservação, representam perigos iminentes para o patrimônio histórico, ocasionando perdas irreversíveis nos centros urbanos e conseqüente perda de identidade do cidadão.

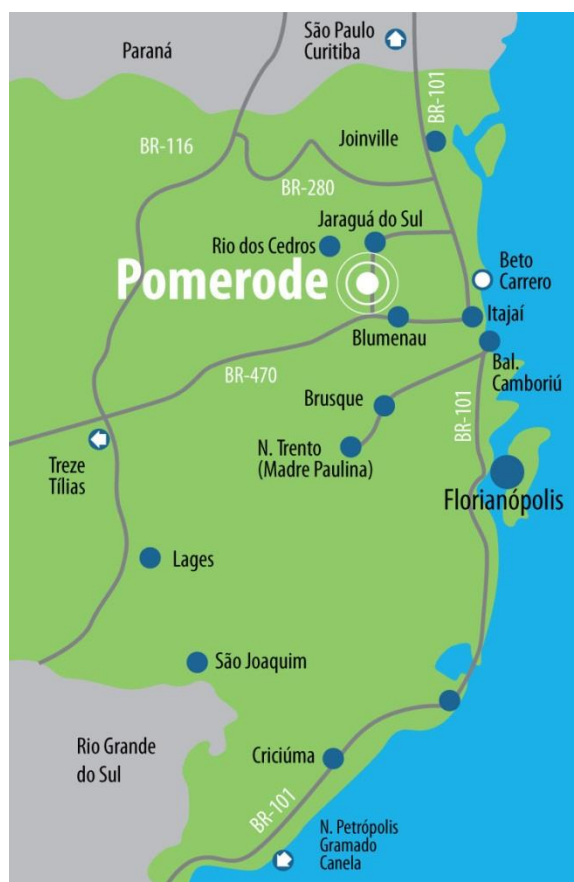
Visando a conservação do patrimônio do imigrante, o IPHAN/SC em 2007, efetivou um Termo de Cooperação Técnica criando os Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina, neste processo houveram o tombamento de 61 edificações. Em 2011, foi apresentada ao Conselho Consultivo do IPHAN a proposta de mais 12 bens, em sete municípios, que haviam ficado pendentes devido a problemas na documentação. Na ocasião, já dispondo do documento de Chancela de Paisagem Cultural criado em 2009, regulamentado pela portaria IPHAN 127/09, o conselho decidiu cancelar os núcleos rurais de Testo Alto, em Pomerode, e Rio da Luz, em Jaraguá do Sul. Entretanto, o reconhecimento ocorreu sem o processo específico de instrução da Portaria 127/09.

Sendo esta a primeira Chancela de Paisagem Cultural do Brasil, e tendo trabalhado na equipe de campo dos Roteiros Nacionais de Imigração, a pesquisa sobre o desenvolvimento e gestão desta área ficou latente. Buscando corroborar com o processo, procurou-se desenvolver o doutoramento em universidade Portuguesa, visto que a Europa está a frente nos processos de gestão e conservação da paisagem cultural.

Localizada no Médio Vale do Itajaí, o município de Pomerode (mapa 01) possui área de 217,8 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 30 mil habitantes (IBGE 2012). Situa-se a 162 km da capital Florianópolis, com acesso pelas rodovias BR 470 e BR 101.



Mapa 01. Mapa de Localização de Pomerode no Brasil (menor) e em Santa Catarina  
Fonte: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Pomerode, 2015.



Mapa 02. Localização do Município de Pomerode/SC.  
Fonte: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Pomerode, 2015.



A cidade de Pomerode está situada no norte-leste do Estado de Santa Catarina (Sul do Brasil), e em termos de organização política regional, integram-se à AMMVI - Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí, composta por quatorze municípios e cujo centro polarizador é Blumenau, e faz parte da Bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu em seu trecho médio.

---

#### DADOS SOCIO ECONÔMICOS DE POMERODE

---

Localização: Médio Vale do Rio Itajaí-Açu

Data de fundação: 19 de dezembro de 1958

Emancipação político-administrativa: 21 de janeiro de 1959

Município de Origem: Blumenau

Cidades próximas: Blumenau, Rio dos Cedros, Timbó, Indaial e Jaraguá do Sul.

Área total: 216 km<sup>2</sup> (fonte: IBGE)

Zona Urbana: 76,5 km<sup>2</sup>

Zona Rural: 139,5 km<sup>2</sup>

Altitude: 58m acima do nível do mar

Clima: mesotérmico úmido

Temperatura média: entre 15°C e 25°C Chuvas: média de 1.7mm/ano

População: 30.009 mil habitantes (IBGE 2012)

Número de eleitores: 20.552 (01/2/2011 - TRE/SC)

Colonização: Alemã

Principais etnias: Alemã

Ranking de IDH: 14º lugar no estado e 39º no Brasil (fonte: ONU/2000)

Alfabetizados: 99,16%

População entre 06 e 14 anos na escola: 97,42%

População com acesso água cloro-fluoretada: 58,54%

Principais atividades econômicas: indústria do vestuário, indústria metal mecânica, indústria de plásticos, indústria da porcelana, indústria de produção de cimento, fabricação de produtos em madeira e artesanato, fabricação de alimentos(queijo fundido, chocolate) e empresas de transporte.

Ocupação de mão-de-obra por setor: Agricultura (10%), Indústria (72%) , Comércio (15%), Serviços (3%)

Média Renda per capita: R\$ 564,00

Desemprego: 4,82%

---

Tabela 01. Dados sócio econômicos de Pomerode

Fonte: Autora

A paisagem do globo terrestre, como sabemos, é variada. Variada também é a paisagem do Brasil. E são das mais variadas formas e maneiras que as pessoas percebem e avaliam a paisagem. Duas pessoas não veem exatamente a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem a mesma avaliação de um meio ambiente. Porém, como

membros da mesma espécie, estamos limitados a vermos certas coisas de determinada maneira. Assim sendo, todos os seres humanos compartilham percepções comuns.

Neste sentido, a topofilia<sup>1</sup> trata do ambiente físico no imaginário social, a relação entre paisagem, memória e cultura; a experiência individual e visão de mundo, construindo identificações que são compartilhadas num território comum. E é através desta ótica que abordaremos a paisagem cultural.

No Brasil, a regulamentação sobre Paisagem Cultural se dá pela Portaria IPHAN 127/2009, que estabeleceu a chancela como instrumento de preservação desta “nova categoria do patrimônio cultural”. Conforme o artigo 1º da referida Portaria, constitui Paisagem Cultural Brasileira “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

No âmbito acadêmico-científico, a evolução do conceito de paisagem cultural (ou mesmo o seu total esvaziamento) continuará, provavelmente, sendo alvo de discussões, ressignificações, novos estudos e de variadas propostas de aplicação.

Filosoficamente, memória significa a capacidade de reter um dado da experiência ou conhecimento adquirido e de trazê-lo à mente, e essa, é necessária para constituição das experiências e do conhecimento científico. Toda produção do conhecimento se dá a partir de memórias de um passado que é consolidado no presente. Hilton Japiassú, no Dicionário de Filosofia afirma: “A memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto como uma capacidade de evocar o passado através do presente” (Japiassú, 1996:178). Isso é bastante perceptível quando temos a experiência de um sabor ou um cheiro que percebíamos ou tínhamos enquanto criança, mais tarde, quando adultos, ao sentirmos o cheiro ou o sabor somos remetidos ao passado e invocamos essa lembrança. Existem lugares da memória, particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu (Pollak, 1992). A memória é sempre atual, pois a qualquer momento podemos evocá-la.

---

<sup>1</sup> É o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. (TUAN, Y., 1983)

Em contrapartida, pode-se observar que ao mesmo tempo que um grupo quer esquecer, outros testemunharam acontecimentos e querem inscrever suas lembranças, para que a memória continue sempre viva. É a luta pelo não esquecimento. É a luta contra o processo de “desmemorização”. Tendo em vista este processo de desmemorização, o desenvolvimento territorial e a conservação da paisagem cultural, a presente pesquisa visa responder a seguinte questão de pesquisa:

*Como aliar desenvolvimento territorial com conservação da paisagem cultural?*

Tendo assim as seguintes questões derivadas:

Qual a abrangência e a diversidade da chancela de paisagem cultural do Brasil?

*Hipótese: no Brasil restringe-se a área do Projeto “Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina, núcleo rural de Testo Alto e Rio da Luz”.*

O que explica a predominância deste conjunto?

*Hipótese: a legislação de proteção e paisagem é muito recente no Brasil.*

Quais os impactos do padrão predominante de desenvolvimento sobre o acervo existente?

*Hipótese: o padrão predominante desencadeia dois impactos sobre o patrimônio cultural: 1) a destruição física no espaço urbano; 2) a descaracterização no espaço rural.*

Qual a consequência, para o desenvolvimento regional, da perda e descaracterização deste patrimônio de paisagem cultural?

*Hipótese: A preservação da paisagem cultural está em risco eminente, devido as transformações econômicas do espaço e ao envelhecimento da população detentora dos bens culturais. A alteração do espaço, com a consequente perda de identidade, enfraquece os vínculos territoriais necessárias para o desenvolvimento endógeno.*

Quais as ações governamentais para a preservação do patrimônio cultural, em especial ao de paisagem cultural?

*Hipótese: As ações governamentais, em especial as do Vale Europeu Catarinense, têm sido isoladas e segmentadas, não constituindo uma política integrada de preservação e valorização.*

Porque apesar da importância da manutenção da paisagem cultural os municípios do Vale Europeu Catarinense não apostam numa política integrada?

*Hipótese: a tradição e o acervo cultural brasileiros ainda são percebidos como uma manifestação de obstáculo do desenvolvimento sócio-econômico.*

Quais são as estratégias para integrar a conservação da paisagem na dinâmica urbanística e fomentar o desenvolvimento da região?

*Hipótese: aliar capacitação, valorização e políticas públicas integradas com preocupações econômicas, culturais e turísticas.*

Considerando esses fatores, esta pesquisa visa subsidiar os trabalhos desenvolvidos na Prefeitura de Pomerode e no Projeto “Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina” IPHAN/SC, procurando integrá-lo às dinâmicas de desenvolvimento regional, mais precisamente:

- ☐ Pesquisar a abrangência e a diversidade chancela de paisagem cultural do Brasil;
- ☐ Analisar e identificar a explicação para a predominância desse conjunto;
- ☐ Identificar os impactos do padrão predominante de desenvolvimento sobre o acervo existente;
- ☐ Pesquisar as ações governamentais para a preservação do patrimônio arquitetônico e paisagístico existente;
- ☐ Investigar porque, apesar da importância da manutenção do patrimônio de paisagem cultural os municípios não apostam numa política integrada;
- ☐ Identificar as estratégias para integrar a conservação da paisagem na dinâmica do desenvolvimento da região;

O interesse na consecução desses objetivos justifica-se porque a valorização de edifícios antigos e a proteção da paisagem cultural são práticas recentes na história brasileira. Entretanto, é preciso lembrar também, que cada momento histórico traz uma visão diferente no que se refere à conservação do passado. Nos últimos 30 anos a região do Médio Vale do Itajaí sofreu mudanças e perdas edificadas grandiosas, nota-se que apesar disso a comunidade se faz passiva, não houve manifestações ou movimentos contra isso. Assim, o interesse nesse tipo de estudo justifica-se por duas ordens de considerações que se apresentam como complementares. Por um lado, é preciso conter o processo de “desmemorização” nas cidades. O modelo de planejamento urbano adotado na maioria das cidades está ultrapassado, a caracterização dos problemas consome mais tempo e atenção dos planejadores do que a formulação de propostas futuras, além de não contemplar o patrimônio material e imaterial. As cidades do Médio Vale do Itajaí, como grande parte das cidades brasileiras, são ameaçadas por uma sociedade sem

memória. Sociedade essa que renega espaços e edificações, construindo o mais novo em favor do “progresso”, deixando lacunas na história.

A casa, a rua, a cidade, são pontos de aplicação do trabalho humano; devem estar em ordem, senão se põem aos princípios fundamentais que temos como eixo; em desordem, nos fazem frente, nos travam, como nos trava a natureza, ambiente que combatemos todos os dias. (Le Corbusier, 1993:19)

Quando dermos a importância que as nossas cidades merecem, elas estarão salvas e a nossa memória resguardada. Assim, pesquisar sobre as dinâmicas do patrimônio edificado e da paisagem cultural e compreendê-las, implica em desvendar não somente as características culturais, mas sobretudo, em avaliar possibilidades de ampliar o leque de atividades econômicas dos núcleos possuidores de acervo cultural. A globalização tende a massificar e destruir as diferentes identidades culturais dos povos, justificando assim a necessidade deste tipo de pesquisa nos dias atuais. “Ser temporal, o homem vive o instante presente entre o que não é mais e o que não é ainda”.(Pessanha, J, 1998:18) Essa citação revela a falta de apego do homem com sua história. Contribuindo para isso, os meios de comunicação, a educação escolar e os órgãos públicos pouco têm acrescido para a conscientização da importância da preservação do patrimônio histórico, usos e costumes dos seus habitantes. “[...]todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor local, regional e territorial, que simboliza sua relação com o presente.” (Choay, F., 2001:2000) A falta de planejamento integrado e o despreparo dos órgãos públicos acentuam o processo de perdas urbanas. Esses mesmos órgãos públicos, com dificuldades, procuram fomentar a cultura de seus habitantes inserindo projetos que resgatam os valores históricos. Tal dificuldade é demonstrada pela falta de recursos financeiros, jurídicos, estruturação técnica e conscientização da população. Deste modo, podemos afirmar que a cultura enquanto herança patrimonial, ainda não é vista como fator determinante no processo de desenvolvimento das cidades.

O zelo pelas coisas do passado transporta os países para fora das suas próprias fronteiras e merecem especial atenção de todos os governos, para que este cuide pelas coisas que são marcos evolutivos na formação dos povos. (Andrade,R., 1987:27)

Podemos nos perguntar: onde estão as fronteiras, num mundo sem fronteiras? Neste sentido, o patrimônio edificado e a paisagem cultural, tão singular e expressiva, pode ser utilizada como um dos mecanismos de estruturação econômica e do turismo cultural globalizado, além de fortalecer a identidade nacional.

O patrimônio histórico arquitetônico se enriquece, então, continuamente, com novos tesouros que não param de ser valorizados e explorados. A indústria patrimonial, enxertada em práticas com vocação pedagógica e democrática não lucrativa, foi lançada inicialmente a fundo perdido, na perspectiva e na hipótese de desenvolvimento e do turismo. Ela representa hoje, de forma direta ou indireta, uma parte crescente do orçamento e da renda das nações. Para muitos estados, regiões, municípios, ela significa a sobrevivência e o futuro econômico. E é exatamente por isso que a valorização do patrimônio histórico representa um empreendimento considerável. (Adams, B.. 2002:225-226)

Assim sendo, o Médio Vale do Itajaí possui um importante patrimônio arquitetônico e paisagístico, que deve visto como propulsor do desenvolvimento regional, integrando-o na dinâmica das cidades. “[...] todas as cidades culturalmente “adultas” defendem esse patrimônio. Só as cidades de população ainda não enraizada ou inculta descaram aqueles bens ou atentam contra eles.” (Andrade, R.,1987:50) Por isso, este estudo visa subsidiar os trabalhos desenvolvidos nas Prefeituras e o Projeto “Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina” IPHAN/SC, procurando integrá-lo às dinâmicas de desenvolvimento das cidades do Médio Vale do Itajaí. É preciso indicar também que o processo de desmemorização como um fenômeno social, por seu caráter subjetivo e complexo, não se enquadra aos modelos de abordagem positivista, fazendo surgir a necessidade de uma metodologia que respeitasse a sua especificidade que se revela ao mesmo tempo subjetiva e objetiva, na medida em que a memória é ao mesmo tempo simbólica e material. A partir desta constatação, aplicamos um enfoque que podemos definir como qualitativo, pois em nosso ponto de vista:

Só se pode realmente dirigir uma pesquisa – pois é disso que se trata – com a condição de a fazer verdadeiramente com aquele que tem a responsabilidade direta dela: o que implica que se trabalhe na preparação do questionário, na leitura dos quadros estatísticos ou na interpretação dos documentos, que se sugiram hipóteses quando for o caso disso, etc. – é claro que não se pode, nestas condições, dirigir verdadeiramente senão um pequeno numero de trabalhadores, e aqueles que se declaram dirigir um grande numero deles não fazem verdadeiramente o que dizem. (Bourdieu, 1989:21).

Neste tipo de pesquisa se busca compreender os significados, pois os fenômenos sociais e educativos existem, sobretudo na cultura dos grupos e nos hábitos das pessoas que interagem neste grupo. Para atingir a compreensão de tais significados deve-se ao menos entender os valores e as idéias dos que nele participam. Assim, acredita-se que a abordagem qualitativa é coerente, pois vem ao encontro do contexto da

pesquisa, das questões levantadas e dos objetivos que se pretende alcançar. Porém, como afirma DaMatta o contexto altera o comportamento das pessoas “Sustento, pois, que essa observação não é mera questão de mudança de contexto, isto é, do fato plenamente conhecido e trivial de que todo ser humano muda de opinião dependendo das circunstâncias” (DaMatta, R., 1991:52-53). Neste sentido, “Seria possível dizer que o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção. Estes seriam, para parafrasear Lévi-Strauss, os hóspedes não convidados da situação etnográfica” (DaMatta, R., 1987:169). Além disso, tem-se ciência que

A análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa. É uma ciência estranha, cujas afirmativas mais marcantes são as que têm base mais trêmula, na qual chegar a qualquer lugar com um assunto sufocado é intensificar a suspeita, a sua própria e a dos outros, de que você não está encarando de maneira correta. (Geertz, C, 1973:39)

Como já disse Bourdieu “é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas” (1989:27). Neste sentido não tem-se pretensão de trabalho pronto, mas de trabalho iniciado. E utilizando-se das palavras de Gilberto Velho “um certo ceticismo pode ser saudável” (1987:129). Para aplicar esse tipo de abordagem foram delineados os seguintes procedimentos operacionais: inicialmente foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica a fim de buscar bases históricas e filosóficas. Para melhor compreender o objeto de pesquisa buscou-se a revisão e leitura da literatura existente, que obedeceram as seguintes etapas: seleção, leitura e fichamento. Quanto às fontes de dados para suprir as etapas anteriores foram utilizados fontes de dados não documentais e dados oficiais. Para tanto foram visitadas as bibliotecas acadêmicas, através de livros, periódicos e teses; sites; arquivos históricos do município envolvido, através de fotos, gravuras e documentos e arquivos particulares que contenham acervo da história do município envolvido. Em seguida, foi aplicada uma pesquisa documental com o objetivo de identificar o acervo edificado de interesse, buscou-se a pesquisa documental oficial, obedecendo as seguintes etapas: identificação, seleção, análise e registro através de mapas, fotos e textos a fim de refinar a pesquisa. Entre as principais fontes consultadas encontram-se na Secretaria de Planejamento, de Cultura, arquivo público de Pomerode; e no Iphan - setor dos Roteiros Nacionais de Imigração em SC. Nesses locais foram buscados fotos, documentos, mapas, relatórios, inventários e cadastros dos bens de interesse histórico. Para complementar estes procedimentos, numa terceira etapa, foi

aplicada entrevista semi-estruturada com o intuito de melhor desvelar o objeto de pesquisa. Esse processo envolveu aplicação de questionário semi-estruturado, história de vida e observação; leitura e formatação dos dados através de gráficos, tabelas e textos. A amostra consistiu nos responsáveis pelo setor de Patrimônio Cultural de Pomerode e nos detentores do patrimônio edificado de interesse histórico; ou seja são informantes privilegiados pois são conhecedores da temática desta tese. Também foi aplicado questionário estruturado inspirado na metodologia de Kevin Lynch, aos moradores e usuários da área de estudo.

Para apresentar os resultados alcançados neste estudo, a presente pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro, abordamos as dinâmicas de preservação do patrimônio edificado, da paisagem cultural e o processo de desmemorização nas cidades; no segundo, os processos de desenvolvimento do Vale do Itajaí e a relação com o patrimônio edificado e de paisagem cultural; e no terceiro capítulo, descrevemos sobre a percepção pública e privada da chancela de paisagem cultural, baseada objeto de pesquisa.

Visando a estruturação da tese, desenvolvemos o modelo teórico e o modelo empírico. No modelo teórico temos o tripé: desenvolvimento territorial, paisagem cultural e preservação do patrimônio; e como mecanismo central a dinâmica.

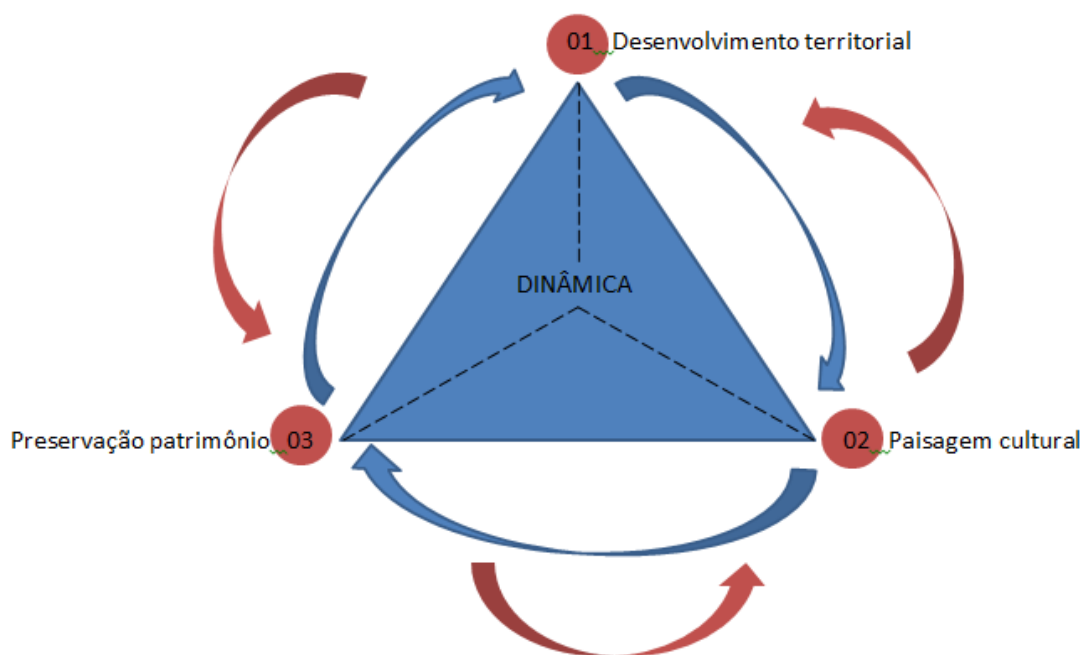


Figura 01. Modelo Teórico.  
Fonte: Autora.



Segundo o modelo empírico teoricamente orientado, temos como estrutura central o tripé: Planificação e desenvolvimento, sociedade e território, identidade e memória; mantendo como mecanismo central a dinâmica. Compondo este modelo, utilizaremos o survey.

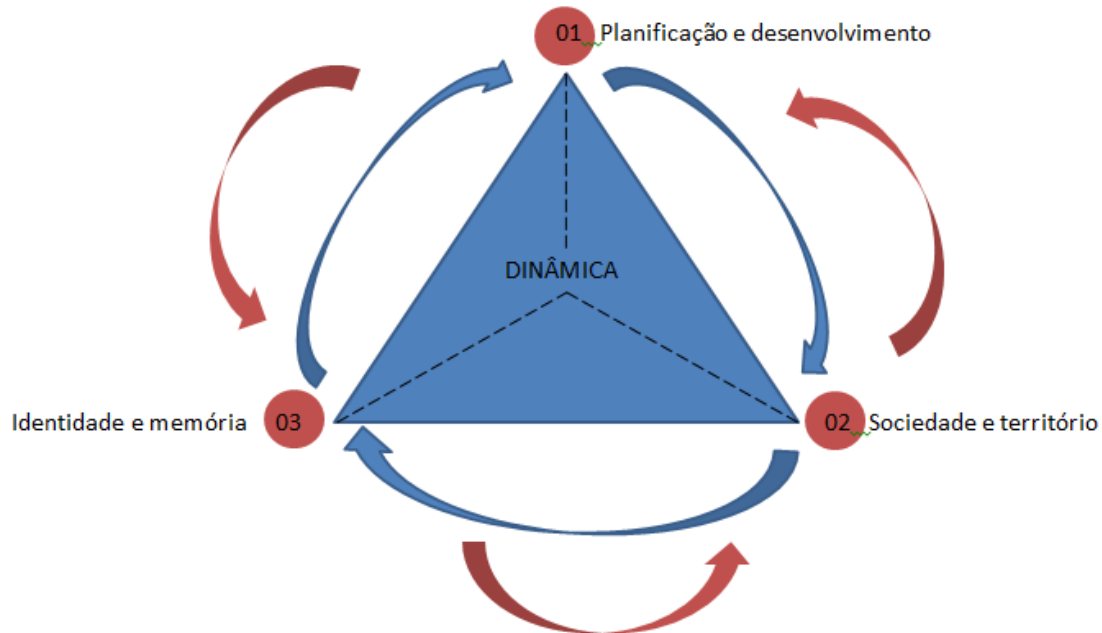


Figura 02. Modelo Empírico.  
Fonte: Autora.

### **Procedimentos/técnicas**

O presente estudo se organizará em três momentos: pesquisa bibliográfica, documental e survey.

#### **1. Pesquisa bibliográfica**

A fim de buscar bases históricas e filosóficas para melhor compreender o objeto de pesquisa busca-se a revisão e leitura da literatura existente.

##### **1.1. Etapas**

Seleção, leitura e fichamento.

##### **1.2. Fontes**

Para suprir as etapas anteriores serão utilizadas fontes de dados escritas, fontes de dados não escritas e fontes de dados documentais. Para tanto serão visitadas as bibliotecas acadêmicas, através de livros, periódicos e teses; sites; arquivos históricos

dos municípios envolvidos através de fotos, gravuras e documentos e arquivos particulares que contenham acervo da história dos municípios envolvidos.

## 2. Documental

Com o objetivo de identificar o acervo edificado de interesse (passado e atual) buscou-se a pesquisa documental.

### 2.1. Etapas

Identificar, selecionar, analisar e registrar através de mapas, fotos e textos a fim de refinar a pesquisa.

### 2.2. Fontes

Secretaria de Planejamento municipal de Pomerode e arquivos públicos; Iphan - setor dos Roteiros Nacionais de Imigração em SC. Nestes locais serão buscados fotos, documentos, mapas, relatórios, inventários e cadastros.

## 3. Survey

Este procedimento será utilizado com o intuito de melhor desvelar o objeto de pesquisa. Será utilizado um modelo empírico orientado.

### 3.1. Etapas

Aplicação de questionário semi-estruturado, história de vida e observação; leitura e formatação dos dados através de gráficos, tabelas e textos.

### 3.2. Fontes

A amostragem está delimitada no responsável pelo patrimônio cultural no âmbito municipal; no responsável local do IPHAN/SC, e nos moradores das edificações protegidas na área demarcada como paisagem cultural; ou seja, são informantes privilegiados pois, são conhecedores da temática desta tese. Também foi aplicado questionário estruturado inspirado na metodologia de Kevin Lynch, aos moradores e usuários da área de estudo.

## CAPITULO I - PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL E A DINAMICA DO TERRITORIO

O Vale do Itajaí, em Santa Catarina, possui um valioso patrimônio cultural e paisagístico de herança teuto-brasileira e ítalo-brasileira. Os imigrantes deixaram na região rastros de uma arquitetura secular, de uma técnica construtiva conhecida em toda Europa, conservando traços germânicos, mas sendo brasileira em sua expressão. Entretanto, o patrimônio dos imigrantes enfrenta sérios desafios na atualidade. Não bastassem as tendências globalizantes do mundo moderno, em Santa Catarina as rápidas transformações socioeconômicas, em especial a decadência da pequena agricultura, provocaram o abandono de muitas das propriedades rurais. Como resultado, registra-se o desaparecimento de vários dos exemplares arquitetônicos e dos conjuntos urbanos e rurais importantes, colocando em séria condição de risco todo este contexto cultural, principalmente da paisagem cultural.

Considerando esses fatores, o objetivo deste capítulo é apresentar as transformações que o patrimônio cultural do Médio Vale do Itajaí vem sofrendo. Para tanto, iniciamos com a abordagem sobre a problemática de evolução das cidades e os conflitos de urbanização e preservação. Em sequência, abordamos a dinâmica de transformação dos sítios, finalizando com o processo de desmemorização que vem ocorrendo nas cidades.

## 1.1. A PROBLEMÁTICA DE EVOLUÇÃO DAS CIDADES ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

As cidades, em sua tendência progressiva ao gigantismo, são produtos da revolução industrial, e em particular da chamada revolução científico-tecnológica, ocorrida na segunda metade do século XIX. Esta mudança configura o mundo, já na passagem para o século XX, tal qual hoje o conhecemos: a eletricidade, os derivados do petróleo, os veículos a motor de combustão interna, as indústrias químicas, os transportes urbanos, interurbanos e intercontinentais, o rádio, a fotografia, o cinema, o fonógrafo; mais tarde, na década de 20, a televisão e os grandes parques de diversão e lazer destinados ao entretenimento de uma população de trabalhadores, cada vez maior nas cidades, vivendo das novas formas de trabalho próprias da economia industrial.

A consolidação dos princípios neo-liberais da economia - cujo fundamento tecnológico viria a ser dado pela microeletrônica e por suas amplas aplicações, inclusive no domínio das tecnologias da informação, fundamentais para o processo de transnacionalização dos interesses do capital financeiro, fenômeno que passou a ser conhecido como globalização - não fez senão, na chamada era pós-industrial, acentuar e acelerar esse processo de migração e de concentração urbana. (Vogt,C., 2006:02)

O pleno entendimento sobre a concepção de globalização resulta da interação de um conjunto de fenômenos, como a regionalização, a expansão do comércio internacional, a intensa liberalização dos mercados financeiros, profundas mudanças tecnológicas, sistema de mídia e das comunicações, a chamada “revolução da informação”, a redução no custo e no tempo de transporte de mercadorias e pessoas, degradação do meio ambiente e o descaso com a sustentabilidade<sup>2</sup> das gerações futuras, além disso, devemos destacar o nível de participação e comprometimento da sociedade e do Estado no processo.

O processo de globalização ingressou nos anos 80 com uma velocidade sem igual, se tivermos como parâmetro, sobretudo, as décadas imediatamente anteriores à Segunda Guerra Mundial, impondo novas formas de competição que afetaram predominantemente as estruturas sociais e econômicas em todo o mundo (Hanefeld, A.,2002:126).

---

<sup>2</sup> Desenvolvimento local equilibrado nas dimensões sociais, econômica e ambiental, embasado nos valores culturais e no fortalecimento político-institucional, orientado para a melhoria contínua da qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Esta intensificação resultou num conjunto de mudanças profundas na vida dos atores da sociedade mundial e do patrimônio cultural. A globalização tem exercido grande influência sobre o modo de pensar da humanidade, interferindo no funcionamento do mundo contemporâneo. Segundo Brandão (2004:71), a globalização é um processo “irreversível e marcado pela unicidade”, tendo passado por uma intensa e profunda reorganização geográfica do capitalismo, com uma nova divisão “global” do trabalho e das funções. É fundamental observar “como e por que ela veio a desempenhar tal papel” (Harvey, 2004:79). Segundo Giddens(1991), a vida das cidades pode ser caracterizada por intensos processos de reorganização do tempo e do espaço, associados à expansão de mecanismos de desencaixe – mecanismos que descolam as relações sociais de seus lugares específicos, recombina-as através de grandes distâncias no tempo e no espaço. “O fato é que tempo e espaço constroem e, ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade.” (DaMatta,R., 1991:37) Sendo assim, um dos maiores impactos da globalização, que segundo David Harvey(2004) pode ser vista como um processo, como uma condição ou como um tipo específico de projeto político, um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual; vem se dando na hierarquia das cidades, que passam a ter um novo papel estratégico: surgem assim as “cidades mundiais”, centros gerenciais das corporações internacionais, formando-se redes de cidades para atender a flexibilização da produção e aos novos fluxos tecnológicos. Elas funcionariam como pontos direcionais da organização da economia mundial, como localizadores-chave das finanças e serviços especializados, lugares de produção de inovação nos setores, avançados, mercado desses produtos.

Enquanto a cidade dos países industrializados faz parte integrante de um território que mais ou menos a gerou e com o qual viveu [...] a cidade dos países subdesenvolvidos aparece muitas vezes como um corpo estranho, alógeno, inserido em um meio com o qual estabelece relações descontínuas no espaço e no tempo. A não-integração do território [...] freia por si só, o desenvolvimento. (Santos, M.,1980:97)

Podemos então afirmar, como Costa & Haesbaert (2004), que vivemos numa “confusão espacial e social (...). A forma política do pós-modernismo, se houver uma, terá como vocação a intervenção e o desenho de mapas cognitivos globais, tanto em uma escala social quanto espacial” (Jamerson, 1996:121 in Costa & Haesbaert, 2004:154). Neste sentido,

Para os teóricos da globalização apesar da violência, da desintegração social, dos problemas de tráfego, de habitação etc., o futuro da

humanidade estaria, de modo inexorável, sendo jogado nas megacidades. De caráter excludente, essa configuração poderia ter seus efeitos amortecidos por políticas sociais e urbanas integradoras, afirmando Borja & Castells (1996:40) que “as cidades só poderão ser recuperadas por seus cidadãos na medida em que reconstruam, de baixo para cima, a nova relação histórica entre função e significado, mediante a articulação entre o local e o global”. (Teixeira,E., 2001:69)

Segundo Harvey a globalização tem fundamental participação na forma de pensar das pessoas devido ao fato de se constituir num:

[...] processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual. [...] essa mudança de linguagem traz algumas saudáveis conseqüências políticas, libertando-nos da linguagem mais opressiva e restritiva de um processo onipotente e homogenizador de globalização. (Harvey,D.,2004:88)

A “palavra de ordem hoje é globalização” (Sachs,I., 1997:213). Quando falamos de globalização precisamos pensar também na emergência dos problemas globais, como as mudanças climáticas, pandemias, violência, drogas e terrorismo e principalmente a crescente exclusão social que de forma direta ou indireta afeta a todos, independentemente de raça, língua, credo religioso ou localização no globo. A globalização reflete a integração de um conjunto de variáveis universais, de fatores positivos e negativos da humanidade. Entretanto, o processo de globalização tem sofrido ao longo das últimas décadas, notáveis mudanças no que concerne a sua exata noção. Fruto de crises que os países de todo o mundo foram acometidos, muitas vezes promovidos pelo próprio processo de globalização, com resultados desastrosos à realidade local. A globalização pode ser uma ameaça quando significa massificação cultural e se faz acompanhar de formas de organização territorial que não respeitam a identidade dos territórios e das paisagens.

A globalização tem se mostrado não ser algo tão benéfico a todas as sociedades ou aos sistemas econômicos, segundo Stiglitz a “globalização em si não é boa nem ruim. Ela tem o poder de fazer um enorme bem” (Stiglitz,J., 2003:48), entretanto, devemos ter claro que ela depende da direção que foi orientada a seguir. Seguindo este raciocínio, a globalização pode contribuir de forma direta para o desenvolvimento e preservação do patrimônio cultural dos lugares. Isso pode ser atingido se existir uma preocupação com a expansão das liberdades coletivas da humanidade, a busca por melhores condições de vida, atendimento aos desafios das dimensões sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas. Sendo assim, o espaço não representa uma

identidade neutra, é o fruto do desenrolar do jogo social. Neste sentido, segundo Milton Santos “O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares” (Santos,M.,1998:31). De fato, estamos pela primeira vez na história da humanidade, na iminência de vermos nos próximos anos deste início de século, a população das cidades superar a população do meio rural, sendo que, em 2025, segundo projeções da ONU, essa inversão já mostrará um índice populacional de 61% concentrado em espaços urbanos. O crescimento descontrolado das cidades, a migração constante e maciça do campo para o meio urbano, desacompanhada de planejamento e de políticas sociais consistentes e eficazes, tudo isso, sobre o fundo perverso de uma distribuição de riqueza avarenta e mesquinha, acarreta no crescimento desigual e desordenado. Segundo Carlos Vogt

No campo disciplinar do planejamento urbano desenvolveram-se teorias metodologias e estratégias com a finalidade de minimizar os problemas da urbanização e orientar o crescimento das cidades.[...] A produção teórica e a conseqüente prática do planejamento urbano propunham em um primeiro momento solucionar os problemas urbanos fruto da intensa urbanização e do crescimento das cidades. (Vogt,C.,2006:04)

No século XX as cidades passaram a ser o principal habitat do homem, com sua base no modelo de desenvolvimento, principalmente caracterizado pela produção em massa e o desenvolvimento do urbanismo moderno. Na década de 60 este modelo começa a ser questionado, devido principalmente à intensa urbanização e o crescimento das cidades. Surgem discussões sobre o futuro da humanidade, com a configuração de dois campos de discussão: “a questão ambiental, relacionada com a sustentabilidade da ação do homem no planeta: a questão urbana, relacionada com aspecto humanista do modelo de desenvolvimento”. (Schult; Moraes; Back, 2002:03, grifo do autor) Deste modo, as cidades possuem vital importância para a humanidade. Assim como os seres humanos possuem os mais diversos aspectos e, portanto, as soluções não podem ser consideradas de forma geral e homogênea, mas sim, de forma singular, respeitando-se os valores culturais, sociais e ambientais, a participação popular e a articulação de políticas de cooperação entre as cidades e regiões.

As cidades são ecossistemas e, assim sendo, representam potenciais de recursos. Muitos desses recursos são latentes, subutilizados ou malutilizados. Os exemplos proliferam: terras agricultáveis no interior das cidades, lixo reciclável, potencial para a conservação de energia e água e potencial para poupança de recursos de capital, mediante a

melhor manutenção de equipamentos, infra-estrutura e imóveis. O aproveitamento desses recursos pode representar não só importante fonte de empregos, financiada pela poupança de recursos, mas ainda um meio para melhorar as condições ambientais. (Sachs,I., 1993:32)

Segundo o secretário executivo do fórum Nacional da Reforma Urbana, Orlando Alves dos Santos Júnior

o nosso modelo de desenvolvimento vem sendo caracterizado ao longo da história pela produção e reprodução das desigualdades que tem como resultado a exclusão social de parcelas significativas da população que não tem acesso aos direitos fundamentais que caracterizam a cidadania. De outro lado, é importante destacar que o processo de urbanização do Brasil, desigual e excludente, gerou um modelo de cidade marcado pela segregação e pela ilegalidade urbana, o que possibilita as classes populares de exercer plenamente a sua cidadania. A essas duas razões somam-se outras de grande importância, que se combinam de forma perversa, tais como as clivagens de gênero e etnia, que tem como resultado a criação e o desenvolvimento de cidades sem cidadãos plenos. (Santos, O.A.2004:19)

Os núcleos urbanos carecem ainda, de agregarem ao seu próprio imaginário e às visões externas a eles, um dado que parece ser fundamental à promoção de sua vitalidade e sua dinâmica. É preciso enxergá-las como cidades, organismos dinâmicos, complexos e diversos, que agregam valores materiais e simbólicos. Valores esses que podem ser representados pelos seus patrimônios culturais.

Segundo Jane Jacobs “As cidades precisam de mesclas de prédios antigos para cultivar as misturas de diversidade principal, assim como aquelas de diversidade variada. Elas precisam especificamente dos prédios antigos para incubar uma nova diversidade principal” (Jacobs,J.,2000:216); neste sentido acrescentamos o pensamento de Hillman “A cidade, então, é uma história que se conta para nós à medida que caminhamos por ela. Significa alguma coisa, ela ecoa com a profundidade do passado. Há uma presença histórica na cidade” (Hillman,J.,1993:39). Portanto num mundo cada vez mais globalizado, que se expande e se desenvolve de forma eficiente e competitiva, deve-se dar a devida importância para a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural. Neste sentido, a globalização deve ser entendida como um fenômeno mais amplo, preocupado em solucionar os problemas das realidades nacionais ou locais de suas comunidades mantendo sua diversidade criadora.



### 1.1.2. URBANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Se a valorização de edifícios antigos é uma prática recente na história, a conservação de paisagens culturais é ainda mais. Entretanto, cada momento histórico traz uma visão diferente no que se refere à conservação do passado. Na antiguidade, reis e imperadores mandavam restaurar antigos templos como forma de legitimar suas dinastias em face da tradição religiosa. Ao longo da Idade Média, a conservação e a reconstrução de igrejas eram vistas como obras piedosas que contava pontos no caminho da salvação. Contudo, não estava presente nessas iniciativas a idéia de preservação como a entendemos hoje. Os construtores medievais procuravam aperfeiçoar a herança do passado, reconstruindo, adaptando ou simplesmente substituindo as velhas estruturas. Ainda não se cogitava que a expressão arquitetônica de uma época tivesse valor em si mesma, como documento histórico. “ [...] faz parte das necessidades do homem, da essência da humanidade, se sentir parte integrante de famílias culturais.”(Vieira,D., 2002:10)

Apoiada no saber dos eruditos e na vontade daqueles que, mesmo não sendo aristocratas, não queriam ver tais riquezas e obras de arte destruídas, a noção de patrimônio nacional nasceu de um debate de forças, apelando a um sentimento nacional e atendendo a uma conveniência econômica (Sant’Anna, 1995) A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. (Sant’anna, M., 2003:46)

No início do século XX, o princípio de limitar a preservação a monumentos isolados foi levado aos extremos pelos arquitetos modernistas, no afã de redesenhar a cidade existente. Esse princípio os autorizava a dizimar o passado – desde que fossem mantidos alguns monumentos exemplares, como testemunhos de uma era superada. Interesses imobiliários ligados à verticalização dos centros urbanos também se beneficiavam desta postura, que abria praticamente toda a cidade à demolição. Poderíamos denominá-la de “arquitetura da destruição”.

Com o triunfo do industrialismo e da massificação, as transformações da cidade não precisam mais separar-se da legitimidade fornecida pelos estilos históricos. No lugar do tombamento<sup>3</sup> de exemplares isolados, afirmou-se o princípio da

---

<sup>3</sup> Tombamento é uma palavra que se referia aos documentos importantes que eram guardados e conservados na Torre do Tombo em Portugal. Atualmente significa um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e

preservação por zonas, integrada ao processo de planejamento urbano e suas iniciativas de zoneamento. O controle do crescimento e da urbanização passaria a contemplar a preservação de centros históricos e outras áreas de interesse a serem protegidas pelo zoneamento restritivo. Mais uma vez, conservacionismo e urbanismo funcionam como lados contraditórios da mesma equação. As estruturas de planejamento urbano ganham legitimidade adicional pelo fato de garantir um patrimônio ameaçado pelo processo de urbanização – mais um problema resolvido pela técnica urbanística. Centros e zonas históricas deveriam assumir soluções específicas no quadro urbano, reforçando os princípios funcionalistas e esquemáticos do zoneamento. Contudo, esta rigidez embocava em um impasse: as restrições legais de uso e ocupação do solo levavam ao congelamento dos bairros históricos. Resultando na estagnação econômica e deterioração ambiental. No Brasil, a aprovação do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o inventário e registro do denominado “patrimônio cultural imaterial ou intangível”, descortinou um panorama que alterou radicalmente a correlação das forças até então vigente. Se durante décadas predominou um tipo de atuação preservacionista, voltada prioritariamente para o tombamento dos chamados bens de pedra e cal – igrejas, fortes, pontes, chafarizes, prédios e conjuntos urbanos representativos de estilos arquitetônicos específicos – o referido decreto contribuiu social e politicamente para a construção de um acervo amplo e diversificado de expressões culturais em diferentes áreas: línguas, festas, rituais, danças, lendas, mitos, músicas, saberes, técnicas e fazeres diversificados.

Os intelectuais passaram a se preocupar com um tema que antes era marginal nas Ciências Humanas: os chamados “lugares da memória”, na feliz expressão de Pierre Nora. Uma síndrome de museus e de práticas de colecionamento estaria expressando o sintoma de um mundo sem memória, rompido com o passado, em que as fronteiras são cada vez mais fluidas e móveis. O desmapeamento do indivíduo, que se tornou valor e medida para todas as coisas, vem impulsionando regressões e buscas por anterioridades. (Abreu & Chagas, 2003:13)

A limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo

---

também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados, culminando com o registro em livros especiais denominados Livros de Tombo.

“preservação”, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Percebemos isto claramente nas aulas de Técnicas Retrospectivas<sup>4</sup> que ministramos.

Tal situação veio reforçar a idéia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição européia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes. (Fonseca, M., 2003:61-62)

A ampliação da noção de patrimônio cultural pode ser considerada, portanto, mais um dos efeitos da globalização, na medida em que ter aspectos de sua cultura, até então considerada por olhares externos como tosca, primitiva ou exótica, reconhecidos como patrimônio mundial, contribui para inserir um país ou um grupo social na comunidade internacional, como benefícios não só políticos, mas também econômicos.

Há muito tempo os centros são objeto de ferozes batalhas; eles não querem desaparecer sem combate, eles resistem. Parece-me, entretanto, que a evolução age profundamente contra o centro urbano. Ele não é mais adaptado à vida econômica, à vida das relações que dominam as populações urbanas. Então, o que ele se torna? *Centro storico*, dizem muito bem os italianos. E se ele ainda brilha, é a beleza de sua morte. Caminha-se em direção ao centro-museu. (Le Goff, J., 1988:150)

Essa complicada dinâmica entre preservação e urbanismo de qualidade continua a ser uma questão de difícil solução nas cidades. Mais do que congelar ou simplesmente preservar os edifícios, importa a revitalização das áreas históricas, inserindo-as na dinâmica urbana. Para isso é preciso trazer novos usos, criando portanto, novos significados -ressemantizar- que aproveitem o quadro construído existente, potencializando qualidades ambientais e referências culturais.

### 1.1.3. OS REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NA SIMBOLOGIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Nesse mundo dinâmico, repleto de transformações, ainda é difícil dizermos o que não é cultura. Cultura são manifestações artísticas, gastronomia, edifícios, música, literatura e muito mais.

Cultura é o caldo abrangente que envolve as relações humanas no espaço e no tempo. É a história e o futuro, reconstrói-se em todos os espaços e tempos. É a evolução humana inexorável, vá para onde for,

---

4 Disciplina ministrada no 8º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Leonardo da Vinci, Indaial/SC

como um cometa que em sua trajetória perde e agrega matéria e energia. Nesses termos significa a própria civilização humana em perspectivas histórica e espacial. (Galvão, 2000:01)

Podemos entender cultura como uma rede de relações sociais codificadas, um código

Entender cultura como código, como sistema de comunicação, permite retomá-la enquanto conceito sociológico, propriamente dito. Não mais um repositório estático de hábitos e costumes, ou uma coleção de objetos e tradições, mas o próprio elemento através do qual a vida social se processa – a simbolização. (Velho, G., 1987:105)

Representando assim, um referencial social

Porque, para nós, “cultura” não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de “civilização”, mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Cultura é, em antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. [...] Por outro lado, a cultura não é um código que se escolhe simplesmente. É algo que está dentro e fora de cada um de nós. (DaMatta, R., 1986:123)

Neste sentido, a arquitetura de uma cidade é testemunho histórico acumulado e sedimentado dos modos de vida do homem, não só daquele que a concebeu, mas igualmente dos que viveram através dos tempos e lhe conferiram novos usos e significados simbólicos; ela por si só é cultura. Como documento histórico, o edifício manifesta uma evolução linear dos valores de uso por parte da sociedade e das formas de pensamento que ela lhe transfere, ao mesmo tempo que potencia as qualidades presentes com o valor agregado de uma continuidade histórico-cultural que só se perde com sua destruição física.

Para Aldo Rossi “ [...] a própria cidade é a memória coletiva dos povos; e, tal como a memória está ligada a fatos e lugares, a cidade é o *locus* da memória coletiva” (Rossi, A., 2001:192) Segundo Marc Augé “[...] nunca as histórias individuais foram tão explicitamente implicadas pela história coletiva, mas nunca também os pontos de referência da identificação coletiva foram tão flutuantes” (Augé, M., 2007:35).

Assim, o patrimônio cultural não é constituído apenas de obras antigas ou da cultura do passado, mas de tudo aquilo que deve ser preservado como testemunho de um povo. O primeiro documento mundial, com capítulo para o patrimônio histórico, foi a Carta de Atenas (1933), o mais importante para o urbanismo. Já a Carta de Veneza (1964) foi o movimento mais importante e mais utilizado pelo patrimônio histórico e a Convenção Europeia da Paisagem (2000) a mais relevante no que tange a Paisagem

Cultural. A Declaração do México, documento proveniente da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, realizada na cidade do México em 1985, afirma que:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais que expressam a criatividade deste povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas (Cury, I.,2000:275)

A preservação do patrimônio cultural de um povo é extremamente importante para que se possa manter viva a história do país. Segundo Andrade, “Só do convívio com os monumentos e com sua história poderá nascer a estima sincera que eles devem inspirar. Esse sentimento será como o de apego às pessoas e às coisas familiares”. (Andrade, 1987:54). A Carta de Atenas, enfatiza a importância da preservação:

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que dotam de sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio pelo seu valor histórico ou sentimental, depois porque alguns trazem em si uma virtude plástica na qual incorporou o mais alto grau de intensidade do gênero humano, e aqueles que os detém ou são encarregados de sua proteção, têm responsabilidade e a obrigação de fazer tudo que é lícito para transmitir intacta, para os séculos futuros, esta nobre herança. (Le Corbusier, 1993:22)

Dessa maneira, o objetivo do “porque” preservar está ligado a manter viva e alimentar a identidade de um povo. É de suma importância a preservação das tradições e edificações de interesse cultural para a cidade, pois o principal objetivo da preservação está em promover o bem estar psicológico do homem urbano, através da manutenção de referências da sua trajetória.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de chunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. (Castells, M.,1999:23)

Para José Lamas a forma urbana não só depende da sociedade que a produz e das condições históricas, sociais, econômicas e políticas em que a sociedade gera o seu espaço e o habita, mas também “de teorias e posições culturais e estéticas” de quem as

idealiza e constrói. Nesta perspectiva a cidade está em constante transformação, crescendo sobre si mesma, “A cidade, como qualquer organismo vivo, encontra-se em continua modificação” (Lamas,1993:111). Afinal, os centros urbanos são em si mesmos fontes de ideias, pois todos os dias decodificam-se, absorvem e são reelaborados, nas ruas, praças, meios de transportes, locais de trabalho e em todos os cantos, formando um código a ser decifrado. E as cidades também precisam de passado, como base para o futuro, preservando o que melhor as identificam, reciclando usos, repondo espaços, criando novas formas com qualidade. Segundo Carlos Nelson Ferreira dos Santos

As cidades são organismos vivos,..., nas cidades o espaço fala. As edificações formam um código. Os lugares por serem como são, dizem de uma só vez um monte de coisas para um grande número de gente. Estão no presente, mas podem demonstrar como já foi e como, talvez será. Assim, não só conformam. Também in-formam. (Santos,C.,1988:31)

A leitura da cidade torna-se assim complexa. Neste sentido, Lamas(1993) descreve que a primeira leitura da cidade será sempre ao nível “físico-espacial e morfológico”, pois só esta pode mostrar a singularidade de cada espaço e de cada forma, e ainda “explicar as características de cada parte da cidade”. Afirma, ainda, que a esta primeira leitura juntam-se necessariamente outras que vão dar a conhecer diversos conteúdos – históricos, económicos, sociais e outros. No entanto, salienta que este “conjunto de leituras só é possível porque a cidade existe como fato físico e material” e que “todos os instrumentos de leitura lêem o mesmo objeto – o espaço físico, a forma urbana”. Assim sendo, José Lamas, considera que “[...] a forma urbana não pode ser desligada do seu suporte geográfico – e este é um elemento tão importante como os fatos construídos”(Lamas,J.,1993:63) e, que, “O objetivo do desenho urbano e, por extensão, do urbanismo não será apenas organizar um território para acolher atividades, mas também atuar na forma para que exista comunicação estética e significação”(Lamas,J.,1993:61).

Contudo, as cidades brasileiras estão constantemente sendo ameaçadas por uma sociedade de massa, que tendo em vista o consumismo, estrutura-se para o aumento da produção em detrimento da felicidade do homem. Essas mesmas cidades, segundo Carlos Nelson F. dos Santos

cumprem a função de diques. Têm de absorver e dar destino às vagas de migrantes. São escolhidas como as sedes favoritas das aventuras do capital e dos programas de governo. São maltratadas à exaustão e o mau exemplo vem de cima. Sofrem grandes reviravoltas. (...) a falta de afetividade pelos lugares e pelo que representam é um caminho

reto para a pobreza cultural. As pessoas ficam desorientadas quando não conseguem mais entender a linguagem espacial que vivem no cotidiano e que lhes diz, neste presente particular, há passados respeitáveis e futuros esperançosos. Ficam perigosamente desorientadas; perdem um dos mais importantes parâmetros morais. (Santos,C., 1988: 47)

Infelizmente, dentro da sociedade atual, o

ter adquire uma relevância excessiva, o velho parece inútil, o público parece de ninguém, o novo é super valorizado mas imediatamente esquecido pelo mais novo, os meios justificam os meios, pois quem tem tempo de pensar em fins? (ZEIN, 1993:34-35)

Segundo Sachs (1995), a mundialização baseia-se num projeto que desafia as riquezas e pluralidades culturais; tende a massificar e destruir as diferentes identidades culturais dos povos. Portanto, é preciso conter o processo de “desmemorização” nas cidades. Nas últimas décadas um novo patamar começou a ser buscado pelas políticas de preservação, para superar os impasses colocados pelo zoneamento restritivo, surgiu a ideia da conservação integrada. Na Europa, a partir dos anos 70, a ameaça da destruição por grandes obras e intervenções imobiliárias se dissipou, ao mesmo tempo, percebeu-se que a estagnação das regiões protegidas não contribuía para sua conservação, além de penalizar bairros e habitantes. A visão dos edifícios históricos como monumentos nacionais ou peças de museus foi sendo substituída pela ideia da cidade como complexo cultural, formado pela sobreposição de diferentes épocas. Usos e conteúdos – em que a população local e a vitalidade da ocupação são elementos tão importantes para a conservação da memória urbana quanto a integridade física das construções. A noção de patrimônio se inseriu, portanto, no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nações modernos, com a função de reforçar a noção de cidadania. A preservação de áreas urbanas degradadas de valor histórico-cultural tem sido foco de atenção, por parte dos agentes governamentais, nas experiências urbanísticas mais recentes no campo internacional. Essas experiências têm apresentado, segundo os seus contextos, uma gama de soluções bastante ampla, seja nos níveis e padrões de intervenção, seja nos modelos e estratégias de gestão adotados para enfrentar o problema de preservação sustentável do patrimônio cultural urbano. “A questão da preservação do patrimônio arquitetônico nacional deve estar vinculada à problemática urbana, para ser entendida não como um entrave, mas como fator de desenvolvimento urbano.” (Lawrence,J., 1981:16) No Brasil, apesar das tentativas realizadas ao longo das últimas três décadas, da busca de formas mais

adequadas para a preservação desse patrimônio, reconhece-se cada vez mais, a urgência quanto à articulação da política cultural às demais políticas setoriais que incidem sobre as cidades, como as políticas de desenvolvimento urbano, do meio ambiente, da educação, do turismo, ou seja, de uma maneira interdisciplinar.

#### 1.1.4. A CIDADE CRIATIVA, A ECONOMIA CRIATIVA

Podemos compreender a Criatividade de acordo com o conceito escrito por Howkins que traduz como a capacidade de gerar algo novo, ou seja,

a criatividade ocorre independentemente desse processo levar ou não a algum lugar; ela está presente tanto no pensamento como na ação. Ela está presente quando sonhamos com o paraíso, ao projetarmos nosso jardim e quando começamos a plantar. Estamos sendo criativos ao escrever algo, não importa se publicamos ou não, ou quando inventamos algo, seja essa invenção usada ou não. (Howkins,J., 2013:13)

Somando com as observações de Florida, temos a criatividade como um ativo econômico, vejamos

a criatividade é multidimensional e se apresenta de diversas formas que se potencializam. É um erro pensar, como muitos, que ela se limita à criação de inventos espalhafatosos, novos produtos ou novas empresas. Na economia de hoje, a criatividade é generalizada e contínua: estamos sempre revendo e aprimorando cada produto, cada processo e cada atividade imaginável, e integrando-os de novas maneiras. Além disso, a criatividade tecnológica e econômica é fomentada pela criatividade cultural e interage com ela. (Florida,R., 2011:05)

E assim, como o conceito de criatividade, o conceito de Cidade Criativa é um constructo. Para delinear este estudo, consideraremos os quesitos demonstrados por Charles Landry (2011)

Uma cidade criativa procura identificar, nutrir, atrair e manter talentos, de modo a conseguir mobilizar ideias, talentos e empresas criativas, que mantenham os jovens e os profissionais. [...] Para ser criativa, a cidade requer milhares de mudanças de mentalidade, criando as condições para que as pessoas possam se tornar agentes de mudança, ao invés de vítimas dela, vendo a transformação como uma experiência vivenciada, não como um evento que não irá se repetir. (Landry in Reis, 2011:14)

Os recursos culturais são a matéria prima da cidade e sua base de valores e a criatividade é o método para explorar esses recursos e ajuda-los a crescer. Ainda segundo Landry “A cultura deveria moldar as características técnicas do planejamento e



do desenvolvimento urbano, ao invés de ser vista como um acessório marginal a ser considerado” (Landry in Reis 2011:15); afirmação que concordamos plenamente.

Visando compreender o momento em que a criatividade se conecta de maneira mais efusiva ao centro dos processos produtivos, é interessante que se faça uma breve linha histórica da humanidade, em que se percebe que o suor, por meio do trabalho humano, foi o ingrediente fundamental dos processos econômicos na maior parte do tempo. Posteriormente, com o advento da indústria, o capital ganha espaço e importância nas relações produtivas. E chegando aos dias atuais, o talento, a imaginação, o conhecimento, ou seja, a criatividade, passam a ser o ingrediente fundamental nos processos produtivos (Newbiggin,J., 2010).

Já o conceito de Economia Criativa surge com John Howkins, precursor das pesquisas e publicações, afirmando que “criatividade não é a nova e nem é a economia, mas o que é novo é natureza e a extensão da relação entre eles e como eles combinam extraordinariamente para criar” (Oliveira,J.M., 2013:06).

Entretanto, o entendimento da Economia Criativa difere do ponto de vista de seu observador. Enquanto Howkins infere a indústria criativa como o centro do surgimento e da compreensão mais ampla dos temas que envolvem a Economia Criativa, autores, como Florida, realocam o foco nas profissões (pessoas) e no ambiente (locus) da criatividade.

Ou seja, centra-se a criatividade ligada ao sujeito da criação, observando suas habilidades e competência criadoras, de forma que

a criatividade no mundo do trabalho não está limitada a membros da classe criativa. Trabalhadores de fábricas e até prestadores de serviço menos qualificados sempre foram criativos de alguma maneira útil. Sem falar que o conteúdo criativo de muitas funções associadas à classe trabalhadora e à classe de serviços vem crescendo – exemplo disso são os programas de melhoria contínua de várias fábricas, que convidam operários a contribuir também com ideias. Baseado em tendências como essa, suponho que a classe criativa, ainda em ascensão, continuará a crescer nas próximas décadas à medida que atividades econômicas mais tradicionais se tornem suas funções. (Florida,R.,2011:10)

O delineamento da definição de Economia Criativa não pressupõe uma definição estática entre os autores, que optam por citá-la com um conceito em construção, que permeia um grupo de características que se mesclam. Nestas características pode-se destacar as seguintes: reconhecimento do valor agregado dos ativos intangíveis, complementariedade das políticas cultural, tecnológica e econômica e das ações com ou sem apelo comercial; expansão do conceito de cadeia setorial para o

de redes de valor integradas; e, inserção das tecnologias digitais como espinha dorsal da criação, produção, circulação e/ou consumo criativo. (Reis,A.C.F, 2011)

## 1.2. TRANSFORMAÇÃO E DESMEMORIZAÇÃO

Nosso patrimônio não somente se perde pelas demolições, mas também por descaracterização e mutilação do todo ou de partes importantes, por “restaurações”<sup>5</sup> mal feitas, sem critério. Em sobretudo, sem conhecimento técnico; apesar das boas intenções de proprietários e dos técnicos envolvidos. Este patrimônio construído tão particular e diferente do ponto de vista técnico requer procedimentos e técnicas específicos para garantir sua autenticidade e longevidade. Em 1937 Mário de Andrade, autor do anteprojeto que deu origem ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já disse “defender nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”.

Neste sentido, as autoridades brasileiras em nível federal, estadual e municipal estão frente a uma tarefa complexa de aplicar os conceitos e teorias, ou seja, colocar em prática junto com a comunidade local os conceitos da preservação<sup>6</sup>, conservação<sup>7</sup>, restauro, e de principalmente introspectar os conceitos mais recentes de paisagem<sup>8</sup>, política da paisagem<sup>9</sup>, objetivo de qualidade paisagística<sup>10</sup>, proteção da paisagem<sup>11</sup>, gestão da paisagem e ordenamento da paisagem<sup>12</sup>; visando salvaguardar<sup>13</sup> este patrimônio para as gerações futuras.

---

<sup>5</sup> “Será o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido.” (Cury,I., 2000: 248)

<sup>6</sup> “Será a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada.” (Cury,I., 2000: 248)

<sup>7</sup> Na Carta de Burra (1980), o termo conservação designará “os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas.” (Cury,I., 2000: 247).

<sup>8</sup> Segundo a Convenção Europeia da Paisagem(2000) Paisagem, designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos.

<sup>9</sup> Segundo a Convenção Europeia da Paisagem(2000) Política da paisagem, designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adopção de medidas específicas tendo em vista a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem.

<sup>10</sup> Segundo a Convenção Europeia da Paisagem(2000), o objetivo de qualidade paisagística, designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida.

<sup>11</sup> Segundo a Convenção Europeia da Paisagem(2000) entende-se por proteção da paisagem as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana.

<sup>12</sup> Segundo a Convenção Europeia da Paisagem(2000) o ordenamento da paisagem, designa as ações com forte carácter prospectivo visando a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.

### 1.2.1. DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÃO

Desde a chegada dos primeiros imigrantes no Médio Vale do Itajaí até 1920, as transformações da região foram relativamente estáveis. Depois desta época, com o processo de industrialização na região, as transformações sociais e econômicas intensificaram-se. As cidades desenvolveram-se rapidamente e as áreas rurais transformaram-se em distritos industriais e urbanos. Como resultado, uma grande parcela da paisagem histórica está hoje sob ameaça, devido à expansão e à especulação imobiliária que ocasionaram a transformação rápida da área, sem uma política de planejamento, preservação cultural e turismo sustentável.

Vivemos anos e anos na doce ilusão de que desenvolvimento significa uma modificação violenta no meio ambiente; acreditava-se num sonho, que só agora se viu que mais que um sonho era um pesadelo, acreditava-se que se desenvolver significava destruir, alterar, modificar, voltar os anos para frente como se o passado não existisse. Mas desenvolvimento hoje, é a integração do passado com o presente, com o futuro, e só existe desenvolvimento na medida em que se preserva o passado, e na medida em que desenvolvimento é essencialmente a preservação do meio. (Lyra, F.R. et al, 2002:08)

As cidades do Médio Vale do Itajaí não fogem à regra. A transformação rápida que vem ocorrendo, atendendo unicamente aos interesses de especuladores imobiliários e desrespeitando os interesses coletivos, está causando danos irreversíveis na história do homem urbano e das cidades. Acreditamos que este panorama somente poderá ser controlado se aliado à preservação do patrimônio cultural, houver a integração de planos e instrumentos de desenvolvimento urbano regionais, reguladores da produção do espaço.

A cidade perdeu sua verdadeira característica de obra, substituiu seu real valor de uso pela expropriação do valor de troca. Os espaços públicos, que permitem a realização da vida social, se amesquinham, quando sucessivas administrações públicas restringem-se à funcionalização dos fragmentos da cidade. (Figueiredo & Pimenta, 2005:06)

---

<sup>13</sup> Nas Recomendações de Nairobi, entende-se por “salvaguardar” a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno. (Cury, I., 2000: 220)

A cidade pode ser vista como um filme, em constante transformação, diferentemente de uma foto que estagna o espaço. Esta mudança de conceitos é recente na história do planejamento urbano, já que anteriormente acreditava-se que a manutenção dos referenciais históricos não era importante para o futuro do desenvolvimento das cidades. O processo de mundialização, que segundo Sachs(1995), tende a massificar e destruir as diferentes identidades culturais dos povos, acarreta a perda de identidade, pois as pessoas precisam pertencer a uma unidade espacial identificável. Ao encontro deste pensamento pode-se perceber a importância de aliarmos o planejamento urbano ao patrimônio cultural.

A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores – tais como dinheiro mundial e mercado de bens – operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão. (GIDDENS, 1991: 69-70)

As cidades se transformam ao longo do tempo, em uma relação dialética com a sociedade que a abriga e da qual é palco, objeto e sujeito. Para Lynch (1999:11) “a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo”. Em cada estágio de seu desenvolvimento a sociedade apresenta uma resultante espacial que é o fruto do trabalho acumulado até aquele momento histórico. “Cada geração deixa sua contribuição no espaço urbano, em camadas sucessivas, destruindo aqueles espaços que perdem as suas funções e adaptando outros as novas funções urbanas.” (Siebert,C., 1999:03)

Yi Fu Tuan, autor que introduz o conceito de toponímia<sup>14</sup>, considera que “os acontecimentos simples podem com o tempo se transformar em um sentimento profundo pelo lugar” (Tuan, 1983:158) Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão; assim a cidade é um dos lugares em que os indivíduos e os grupos sociais, de maneira geral, se ligam entre si e constroem suas próprias memórias e identidades.

### 1.2.2. MOBILIDADE TERRITORIAL RURAL-URBANA

---

14 “Laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”. (Tuan, Y.,1974:107)

O planejamento de cidades é um desafio crescente. Planejamento este que ainda é pensado como segregador de espaços, onde a leitura de “território” é deficiente. Segundo Milton Santos,

O território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. A territorialidade, a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida. (Santos,1994:262)

Neste processo, os símbolos e imagens que materializam a identidade só adquirem valor quando incorporados a processos voluntários. O mesmo autor ainda constata:

Observa-se claramente que a identidade não é procurada como uma forma de retornar a valores passados e é vista mais como uma construção, uma reinterpretação dos símbolos culturais. Nesse sentido, a identidade, embora apele para certas condições de base partilhadas coletivamente, é também o resultado de um processo. (Santos,1994:267).

Neste sentido, Milton Santos(1994) destaca a necessidade do desenvolvimento de metodologias que permitam reconstruir, a partir do imaginário coletivo e individual, as representações fundamentais da territorialidade em suas diferentes escalas e dimensões, pois a mudança social é vista como um movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Segundo François Ascher(2010),

O urbanismo moderno definia um programa a longo prazo para uma cidade e determinava os princípios da sua organização espacial (sob a forma de planos diretores, por exemplo); depois desenvolvia os planos de urbanismo visando fazer entrar as realidades futuras num quadro predefinido. Os planos destinavam-se a controlar o futuro, a reduzir a incerteza e a realizar um projeto de conjunto. (Ascher, F., 2010:79)

O advento do Estatuto das Cidades (2001), que incorpora o planejamento de áreas rurais nos Planos Diretores, tenta minimizar este quadro. Infelizmente os desafios ainda são muitos, dentre eles, a falta de preparação da equipe técnica responsável pelo planejamento territorial da cidade – que agora incorpora, bem ou mal, o rural.

As limitações duráveis e não circunstanciais da economia dos recursos não renováveis, da preservação dos patrimônios naturais e culturais e da luta contra o efeito estufa criam igualmente externalidades que modificam os cálculos econômicos e as escolhas urbanas e que influenciarão provável e progressivamente as formas urbanas, favorecendo as

mudanças de uso, uma reutilização intensiva das zonas já urbanizadas e um maior controle do consumo do espaço. (Ascher, 2010:83-84)

A urbanização da “franja” das cidades nas duas últimas décadas, é fato importante na consideração dos planejamentos territoriais, já não tendo uma linha tênue entre o final do espaço urbano e o começo do espaço rural. Passamos inclusive pela dificuldade de conceituar algo que nos parece primário, o conceito do que é rural.

Até recentemente, não causava muito problema usar a densidade demográfica como indicador do caráter rural ou urbano de uma localidade. [...] Trata-se evidentemente de um critério muito grosseiro, que está longe de espelhar a diversidade dos modos de povoamento territorial. (Veiga, 2000:167)

Essa queda de fronteira entre urbano e rural, é potencializada pelo uso e ocupação do solo e a mobilidade do cidadão. Neste sentido, a participação popular não se limita ao processo de planejamento, mas no de debate e rearranjo, tornando-se co-produtor do espaço, espaço esse que tem o intuito de ser multissensorial, enriquecendo a urbanidade do local. Para entendermos melhor a relação entre os processos de desenvolvimento e o patrimônio é necessário compreendermos as ligações sócio produtivas entre o espaço rural e o urbano.

As diferenças surgem porque o homem rural geralmente enfrenta a natureza na sua extrema crueza e precisa tirar diretamente dela o sustento. Assim fazendo, desenvolve costumes, práticas e traços de personalidade compatíveis com a sua luta com a natureza. O cidadão, por outro lado, raramente chega a enfrentar os extremos de seu ambiente físico. Ele geralmente trabalha dentro de edifícios, e, quando trabalha fora, tem muitas vezes que se proteger. (Bertrand, 1973: 43)

Neste mesmo sentido, “o contato íntimo do agricultor com o solo tende a fazê-lo ver a terra como a mais preciosa das propriedades. Este é outro modo pelo qual a sua comunhão íntima com a natureza tende a torná-lo diferente”.(Bertrand, 1973:45),

Na seqüência Bertrand, coloca

A população urbana, por incluir uma grande proporção de imigrantes, contém uma grande variedade de elementos raciais e culturais, que formam muitos grupos divergentes e criam uma grande diferenciação social. A heterogeneidade da cidade não implica, contudo, em falta de coordenação ou de integração. A cidade somente funciona de modo diferente da comunidade rural. No ambiente urbano, a solidariedade social é do tipo orgânico, com a integração baseada na especialização e na divisão do trabalho. No ambiente rural, a solidariedade é do tipo

mecânico, com a homogeneidade como chave da integração.  
(Bertrand, 1973:47)

A relação com a natureza, a paisagem, o ritmo de vida, o associativismo dos grupos urbanos e rurais diferem-se. Deste modo, precisamos ter um olhar especial para estes diferentes espaços territoriais.

Nas condições da modernidade, o industrialismo converte-se no eixo principal de interação dos seres humanos com a natureza. Nas culturas pré modernas, inclusive nas grandes civilizações, os seres humanos percebem-se a si próprios essencialmente como um continuum da natureza; as vidas humanas estão unidas às maneiras e azares da natureza; à disponibilidade de fontes naturais de subsistência; à abundância ou escassez de colheitas e animais domésticos; e ao impacto entre ciência e tecnologia, transforma o mundo da natureza de forma inimaginável para as gerações passadas. Nos setores industrializados do planeta, e crescente em todo o lugar, os seres humanos vivem em ambientes criados, um ambiente de ação que é logicamente físico, mas que tem deixado de ser natural. Não só o ambiente construído das áreas urbanas, também outras paisagens estão sujeitas à coordenação e ao controle humano. (Florit, 2004:76, apud Giddens, 1993:64)

Esse processo é potencializado pelas mudanças das relações sociais e intensificado pelo fenômeno globalização. Como abordado anteriormente, os grupos urbanos e rurais diferem-se também, na absorção e vivência dos efeitos da globalização. Segundo Jacques Le Goff (1988) apesar da “Desruralização da cidade no século XIX, desindustrialização no século XX, a cidade contemporânea perdura, contudo, na sua essência. E sua essência está em outro lugar, na função da troca.” (Le Goff, J., 1988:33). Partindo desse pressuposto, não podemos desvincular os processos da economia do planejamento de cidades, afinal esses impactos são sentidos desde a Lei de Terras (1850) onde a partir daí, o reconhecimento do direito a acesso, ou seja, a absolutização da propriedade desvinculou-se da condição de efetiva ocupação, e a terra passou a ter permanentemente o caráter mercadoria. (Rolnik, 1997) Fazendo, desta maneira, com que cada lugar no território tenha um preço, e esse, que não se reduz ao valor monetário da terra. Havendo necessidade um novo olhar, um novo modo de planejar.

Isso vai depender é claro, da emergência de uma estratégia de desenvolvimento territorial que o País nunca teve. E nem terá enquanto a sociedade aceitar que a promoção da agricultura familiar seja uma rele expediente da “fixação do homem no campo”, como dizem os mais truculentos. O desenvolvimento é um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais. E uma dessas escolhas básicas é o local de vida e

trabalho. Por isso, construir um “novo mundo rural”[...] é multiplicar em todas as regiões o ambiente institucional que vigora nos municípios rurais de mais alto desenvolvimento humano: os gaúchos Feliz, Parai, Nova Prata e Salvador do Sul, e os catarinenses Indaial, Gaspar, Videira e Timbó. Um ambiente institucional que só existe em espaços rurais fortemente marcados pela agricultura familiar. (Veiga, 2000:178-179)

Vários trabalhos da segunda metade do século passado, enfatizam certas tendências da decomposição da produção familiar entendida como generalização de várias atividades coligadas.

As melhores dinâmicas de desenvolvimento estão ocorrendo em regiões que possuem uma agricultura familiar consolidada, combinada a um processo de urbanização e industrialização endógeno, descentralizado e promissor. Estas regiões são as únicas que tem conseguido estabelecer um processo de desenvolvimento mais equilibrado, com geração de emprego em várias atividades, absorvendo tanto os excedentes de mão-de-obra da área rural local, quanto de outras regiões. A produção tanto agrícola quanto industrial é diversificada, gerando um grande volume de produtos exportáveis, e com uso razoavelmente adequado dos recursos locais. Nas regiões que se desenvolveram com base nesta dinâmica, a agricultura predominantemente familiar, consolidada e diversificada, se constitui num grande mercado interno, consumidor e fornecedor de matérias primas e mão-de-obra para a indústria local. Há também um vasto rol de atividades não-agrícolas e de características sociais urbanizadas. (Veiga, 2000:179-180)

Segundo Abramovay (2000:08) “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento”, e parafraseando Fadigas(2011) quando as comunidade humanas se sedentarizaram, o território deixou de ser apenas um suporte de presença viva, animal e vegetal, para passar a ser algo transformável. De acordo com Lynch “Todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações. Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas atividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis”. (Lynch,1995:11)

Assim sendo, as transformações do território fomentam a mobilidade territorial urbana rural. Embora alguns autores não estejam de acordo, Bertrand afirma que “com exceção de áreas caracterizadas por grande propriedades, as classes sociais rurais tendem a ser intermediárias ou de classe média. Em outras palavras, no campo temos menos probabilidade de encontrar extremos, representados pelo milionário e o indigente, do que na cidade” (Bertrand, 1973:48). Acreditamos que este seja um forte



atrativo de mobilidade cidade-campo. Talvez seja o preço que separe as zonas urbanas e rurais, talvez seja o modo de vida, talvez seja a paisagem, talvez seja a infraestrutura, talvez sejam as políticas públicas – como acredita Veiga,

No Brasil, enquanto as políticas governamentais continuarem bitoladas pelas duas primeiras gerações do desenvolvimento rural, além de separá-lo do desenvolvimento urbano como se fossem compartimentos estanques, faltará coerência estratégica para programas que podem estar sendo realizados com as melhores intenções, mas que no fundo serão vistos como péssimas apostas. (Veiga, 2000:196)

O planejamento territorial, importante passo no planejamento de cidades, está sendo um dos maiores desafios para os urbanistas e estudiosos da área, já que “O tecido urbano, prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária”. (Lefebvre, 1969:17).

[...] foi justamente o avanço das pesquisas científicas em urbanismo que fez emergir o conceito de “ecossistema territorial”, entendido como o espaço sem o qual um ecossistema urbano não pode exercer o conjunto de suas próprias funções vitais. Se o ecossistema territorial é composto tanto de elementos do ambiente físico-biológico, quanto do ambiente construído e do ambiente antrópico, torna-se impossível, então, recusar todo e qualquer tipo de determinismo geográfico para explicar a localização das atividades e das populações, como pretendiam os primeiros teóricos da economia espacial. (Veiga, 2000:158)

Neste sentido, o cuidado que o assunto requer tem assustado os profissionais, que se perguntam: como e de que forma lidar com essa linha imaginária que divide os espaços urbanos e rurais? Como lidar com o homem-móvel - que se desprende cada vez mais do seu território? Jacques Le Goff também questiona “Como, hoje, ligar os espaços urbanos entre si e ligar os espaços urbanos com os rurais? É preciso fazer que o metrô e o ônibus saiam da cidade e que essa rede de transporte se entrelace com a rede urbana. É essencialmente uma rede de subúrbio, mas onde ela começa e onde termina?” (Le Goff, J., 1988:149). Graziano da Silva (2002:01) sentencia “Está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano”.

[...] a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês; ela não aparece mais para si mesma como paradoxo, monstro, inferno ou paraíso oposto à natureza aldeã ou camponesa. Ela entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da oposição “cidade-campo”. O campo? Não é mais – não é nada mais – que a “circunvizinhança” da cidade, seu horizonte, seu limite. [...] As pessoas que refletem não

mais se vêem na natureza, mundo tenebroso atormentado por forças misteriosas. Entre eles e a natureza, entre seu centro e núcleo (de pensamento, de existência) e o mundo, instala-se a mediação essencial: a realidade urbana. Desde esse momento, a sociedade não coincide mais com o campo. (Lefebvre, 1969:23-24)

Isto implica dizer que o espaço rural brasileiro se urbanizou como consequência do processo de industrialização da agricultura e do “transbordamento” do mundo urbano para o rural (Graziano da Silva, 2002:01). Essas colocações nos fazem refletir sobre a pressão que as propriedades com valor cultural, localizadas nas áreas rurais dos municípios e seus detentores sofrem, e poderão sofrer, com as mudanças de mobilidade que vêm ocorrendo. No planejamento territorial rural, é preciso inicialmente entender a sua dinâmica, que segundo Abramovay (2000:01) “não pode ser considerado como resíduo daquilo que não pertence às cidades”. Assim sendo, o planejamento das cidades deve ir além da funcionalidade, “Fazer funcionar a cidade, que constitui um objetivo minimal, mas central para o urbanismo, exige que se leve em consideração os modos de vida e que se opere sobre ele uma espécie de pilotagem<sup>15</sup>”. (Bourdin, 2011:100). Parafraseando Bourdin, as cidades mudam porque as pessoas mudam, as pessoas mudam porque a economia muda, a economia muda porque a diversidade da população existe.

A terceira revolução urbana que emerge com a nova fase de modernização das sociedades ocidentais, provoca mutações profundas nas maneiras de conceber, fazer e gerir as cidades (Ascher, 2010). A evolução das necessidades, das formas de pensar e agir, dos laços sociais, o desenvolvimento das novas ciências e tecnologias, a mudança de natureza e de escala coletivos, dão assim origem, pouco a pouco, a um novo urbanismo que Ascher qualifica de neo-urbanismo<sup>16</sup> para o distinguir do paleo-urbanismo da primeira revolução urbana moderna e do urbanismo cujo próprio conceito foi inventado por ocasião da segunda revolução moderna.

Conforme Ascher,

[...] o neo-urbanismo revoluciona as antigas analogias que encadeavam o diagnóstico, a identificação das necessidades e elaboração eventual de cenários, a programação, o projeto, a realização e a gestão. O neo-urbanismo substitui esta linearidade por elementos heurísticos, iterativos, incrementais e recorrentes, ou seja, por atos que servem ao mesmo tempo para elaborar e testar hipóteses, através das rea-

---

<sup>15</sup> O autor se refere a “pilotagem”, a maneira de conduzir a cidade, de interferir, como por exemplo a de incentivar a abertura de comercios aos domingos, visando reflexos de alteração de comportamento.

<sup>16</sup> “O neo-urbanismo apoia-se numa atitude mais reflexiva, adaptada a uma sociedade complexa e a um futuro incerto. (Ascher, F., 2010: 79).

lizações parciais que modificam o projeto e tornam possíveis procedimentos mais cautelosos e duradouros através de avaliações que pressupõem feedback e que se traduzem eventualmente pela redefinição de elementos estratégicos”. (Ascher, F., 2010:80-81)

Podemos dizer, que o neo-urbanismo é um urbanismo de desempenho, que tem um olhar especial para a singularidade dos espaços.

Neste sentido, os municípios deverão ter a preocupação não somente de construir um processo de elaboração de um Plano Diretor municipal de abrangência territorial considerando o patrimônio cultural ali encontrado, mas também de como articulá-lo aos Planos Diretores de municípios vizinhos, integrando as ações e discutindo os interesses comuns. Essa articulação poderá gerar, como produto, um plano regional de desenvolvimento, e, certamente, uma institucionalidade correspondente à realidade e capacidade dos municípios para conduzir e implementar o plano ou acordos regionais, e consequentemente, transformando o espaço regional em um tecido mais coeso, social, cultural, ambiental e economicamente sustentado.

### 1.3. PAISAGEM

Segundo vários autores o conceito de paisagem surgiu na Holanda no século XVI, só se generalizando na linguagem corrente a partir do século XVIII. Com o progresso do conhecimento científico nos domínios da ecologia, das relações entre os seres vivos e o meio, e do papel do homem na transformação do território, o conceito de paisagem incorporou uma componente ecossistêmica. Segundo Fadigas(2011) “A paisagem é, por extensão, a representação dessa realidade territorial”. (Fadigas,2011:123)

Etimologicamente, paisagem deriva do latim *pagensis*, aquele que vive no campo e do francês *pays*, um território rural concreto. De acordo com o Grande Dicionário da Língua Portuguesa, paisagem é a “extensão de terreno que se abrange de um só lance de vista, e que se considera pelo seu valor artístico, pelo seu pitoresco”.

Neste entendimento, paisagem,

para além da sua realidade geográfica, resultado da ação do homem e da reação da natureza, é um conceito e uma realidade que só existe, como tal, quando há alguém para ver e interpretar. A paisagem é um elemento cultural que resulta da contemplação que se exerce sobre a realidade física e geográfica e não essa realidade em si mesmo. O que reforça a importância da ação humana na definição das paisagens co-

mo unidades que dão expressão ao território, no seu todo.(Fadigas,2011:124)

Ainda segundo Fadigas(2011) “A paisagem é [...] a interpretação pessoal que dela fazemos a partir da nossa cultura, história pessoal e estado de alma.” (Fadigas,2011:132)

Para Santos a paisagem e espaço não são sinônimos, pois “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (Santos, 2006:103). A paisagem é entendida como resultado de um processo de ação humana e de reação da natureza, que tem em conta não só a realidade física e sociológica do suporte territorial, mas também a componente social, econômica e cultural da presença do homem. Na sua diversidade, é o sinal mais evidente da ação do homem sobre o território e a expressão física e visual do seu habitat.

As paisagens são, por isso, susceptíveis de serem transformadas, destruídas, melhoradas, recompostas, feitas e refeitas porque esse é o traço marcante da ação do homem sobre o meio e o seu próprio habitat. Na sua essência são o resultado de um processo histórico e cultural num quadro geográfico preciso. “Correspondendo a cada situação geográfica, ecológica e cultural, um tipo específico de paisagem, com caráter identitário do local”. (Fadigas, L., 2011:128)

Para estruturar o conceito de paisagem Cullen recorre a três dimensões. O primeiro é a ótica, que é a visão serial propriamente dita, e é formada por percepções sequenciais dos espaços urbanos, primeiro se avista uma rua, em seguida se entra em um pátio, que sugere um novo ponto de vista de um monumento e assim por diante. O segundo fator é o local, que diz respeito às reações do sujeito com relação a sua posição no espaço, vulgarmente denominado sentido de localização, “estou aqui fora”, e posteriormente, “vou entrar em um novo espaço”, e finalmente, “estou cá, dentro”; esse aspecto refere-se às sensações provocadas pelos espaços; abertos, fechados, altos, baixos etc. O terceiro aspecto é o conteúdo, que se relaciona com a construção da cidade, cores, texturas, escalas, estilos que caracterizam edifícios e setores da malha urbana. A metodologia que Gordon Cullen desenvolveu sobre a Paisagem Urbana é baseada na abordagem de “sensação e apropriação” dos espaços.

Já segundo Lynch, “As imagens do meio ambiente são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio. O meio ambiente sugere distinções e

relações, e o observador – com grande adaptação e a luz dos seus objetivos próprios – seleciona, organiza e dá sentido aquilo que vê.” (Lynch,1995:16). Na análise de Lynch “[...] se o meio ambiente está visivelmente organizado e nitidamente identificado, poderá então o habitante dá-lo a conhecer, por meio dos seus próprios significados e relações. Nesse momento tornar-se-á um verdadeiro lugar notável e inconfundível”. (Lynch,1995:104) Assim, “O meio ambiente visual torna-se uma parte integrante da vida dos habitantes”. (Lynch,1995:105)

Segundo Tress & Tress(2001), há cinco dimensões que ilustram como ocorre a interação entre as pessoas e a paisagem, com embasamento para as ciências naturais e sociais:

- Paisagem como uma entidade espacial (dimensão material);
- Paisagem como uma entidade mental (percepção do espaço);
- Paisagem como uma dinâmica temporal (dimensão histórica);
- Paisagem como um nexos entre natureza e cultura (resultado das três anteriores);
- Paisagem como um sistema complexo (contexto sistêmico, interligação das anteriores).

Já segundo Lynch “uma imagem do meio ambiente pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado”. (Lynch,1995:18)

Na sua complexidade e variedade, as paisagens expressam a forma, os tipos e a intensidade da sua ocupação humana. Assinalam momentos significativos da relação dos homens com o meio onde vivem, testemunhando a sua história, cultura e identidade. Constituem entre as comunidades humanas ao longo dos tempos ocuparam um determinado território e assumindo, em partes específicas das paisagens rurais e urbanas, o caráter de um valor cultural e patrimonial que lhes confere, muitas vezes, o estatuto de sítio cultural. “A paisagem é definida pela visão e interpretada pela cultura.” (Carbó, 1996) O fato de a paisagem ser uma “unidade ecológica, estética e geográfica resultante da ação do homem e da reação da natureza” explica, em cada situação, uma realidade territorial, sensorial, geográfica e ecológica. Mostra que, sendo os seus componentes idênticos, as forma como se organizam, misturam, interagem e se revelam, dão origem a realidades cênicas e ecológicas bem diferentes.

Conforme o geógrafo Orlando Ribeiro, seguidor da Geografia Humana<sup>17</sup>, em seu documentário, “Uma paisagem é, na maioria dos casos, uma herança, um produto da história, que o presente não explica”. Não existem, por isso, paisagens iguais.

---

<sup>17</sup> A geografia humana desenvolve-se entre duas tendências, que se podem chamar ecológica e corológica e que encaram o estudo

### 1.3.1.PAISAGEM CULTURAL

A conceituação de paisagem cultural apareceu no início do século XX, pelos estudos e proposições do professor Carl Sauer, que estendeu seu uso nos ambientes universitários norte-americanos na década de 1920. Para Sauer, uma paisagem cultural é o resultado da ação de um grupo social sobre a paisagem natural. Assim, “a cultura é o agente, o natural o meio; a paisagem cultural o resultado”. (Gazzaneo,2009). No Brasil, esse conceito foi utilizado também por Argollo Ferrão (2005) para o estudo da paisagem do café.

Quem, vindo de fora, estabelece um primeiro contato com uma paisagem que lhe é estranha, fa-lo à luz da sua história pessoal, da sua cultural e dos parâmetros com que habitualmente avalia, de um ponto de vista estético, as paisagens com que contacta e convive. O mesmo não se passa com quem mantém, com aquela mesma paisagem, um contato permanente. Seja por nela viver, e com ela manter um sistema continuado de relações com o que constrói a sua identidade, seja pelo sistema de valores que contribui para a avaliação da sua qualidade. Perante a mesma realidade objetiva, o território, num sempre a paisagem que cada um vê, sente e interpreta é a mesma. (Fadigas, 2011:133)

Neste sentido, a paisagem é um elemento de identificação cultural. São representativas do modo como, em circunstâncias concretas de relação com o meio natural, o homem construiu e manteve um sistema continuado de relações consolidadas. Em resultado do que formaram paisagens únicas, com identidade e expressão própria, de valor excepcional e autenticidade; “As representam, assim, um tipo de patrimônio cultural, onde os elementos naturais e edificados se misturam e se valorizam mutuamente”. (Fadigas, 2011:131)

O conceito de paisagem, relacionado com o de proteção do patrimônio cultural (lato sensu), evoluiu ao longo de todo o século XX até chegar aos consensos expressos na Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2000) e na Carta de Cracóvia 2000. O termo paisagem designa, nos termos da Convenção Europeia da Paisagem(2000), “[...] uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos. Onde a delimitação de uma paisagem e a sua proteção justificam-se, [...] pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana”. Para a Carta de Cracóvia 2000, item 9,

---

dos elementos humanos da face da terra ora a partir de influencias naturais que eles revelem, ora da sua ação transformadora do espaço onde se manifestam. (Ribeiro, O, 1970:71)

*As paisagens* reconhecidas como patrimônio cultural são o resultado e o reflexo da interação prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico. São testemunhos da relação evolutiva das comunidades e dos indivíduos com o seu meio ambiente. Neste contexto, a sua conservação, preservação e desenvolvimento centram-se nos aspectos humanos e naturais, integrando valores materiais e intangíveis.(Carta de Cracóvia,2000)

Parafraseando Magalhães(2001), a identidade da paisagem não significa estagnação. Pelo contrario, é condição do seu valor patrimonial e fundamento dos objetivos e ações que visam a sua salvaguarda, ordenamento e valorização; mantendo e permitindo a sua evolução num quadro de estabilidade ecológica e ambiental. A manutenção de estruturas paisagísticas coerentes, a sobrevivência de manchas de vegetação autóctone, ou ate mesmo a sua recriação, permitem a compatibilização entre o uso e a exploração econômica normal e as funções ambientais e culturais; permitindo que possam, de forma continuada, persistir os elementos e valores naturais que estruturam as redes de conservação da natureza e dos seus biótipos, mantendo a sua organização, imagem e identidade. E conforme Gordon Cullen, “Se aceitarmos que o exterior pode ser ocupado, a arquitetura não é, em si, o suficiente”. (Cullen, 1996:30), afinal, as paisagens contam a história da civilização humana e da sua ação sobre o território.

Neste sentido, todo individuo traz consigo, como memória individual e coletiva, esquemas internos de espaço e da sua organização, adquiridos no inicio da vida, e formas diversificadas de percepção.

Paisagem é memória. Mas, para além dos seus limites, a paisagem ostenta as marcas do passado, reconstrói recordações, projeta no olhas as sombras de outro tempo que já existe só como reflexo de si mesmo na memória do viajante” (Llamazares, 1990 in Fadigas, 2011)

Enfim, a paisagem é construída pela memória, pela cultura e pela emoção.

Ao separarmos os objetos dos lugares, os lugares das paisagens, as paisagens dos territórios e ainda, dentro de cada um deles, seus diversos elementos, dimensões e ações e, entre elas, as diversas interações, estamos simplesmente, mutilando-os. Mutilando a realidade na qual se insere, ocorre e se constrói e reconstrói o patrimonio, juntamente com tantas outras coisas. “Coisas” estas que não podem ser simplesmente desconsideradas do olhar da preservação cultural. (Figueiredo, 2014:430)

Assim sendo, o estudo das paisagens não pode deixar de considerar os fenômenos ligados a economia como fenômenos próprios dos processos de uso do solo e tantos outros incidentes. A economia esta presente nas paisagens porque nela se faz

sentir, de forma muito clara, o sistema de trocas, criador de riqueza e de satisfação de necessidades, que torna possível a vida em sociedade num sentido de progresso. A estrutura e organização das paisagens é também o resultado do modo como as atividades econômicas acontecem e se desenvolvem, diversificando o tipo e a intensidade das relações dos homens com o meio. A economia comporta-se como um agente modelador de paisagem, de forma direta e indireta. Os seus impactos podem ser fatores de degradação ambiental e visual, ou instrumentos essenciais para a requalificação ambiental e para a preservação dos recursos do território.

Neste sentido, concordamos com a arquiteta e urbanista Vanessa Bello Figueiredo (2014) no que tange a Paisagem Cultural como um conceito e não como uma categoria de patrimônio.

### 1.3.2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA PAISAGEM

Segundo Fadigas(2011), o ponto de partida para a análise da paisagem é a análise ambiental do território, isso quer dizer que a caracterização ambiental de uma área de estudo serve de suporte a um conhecimento mais aprofundado do território e da paisagem. Conforme o mesmo autor, os componentes da paisagem organizam-se em níveis sobrepostos e podem dividir-se em três grupos distintos:

1. “COMPONENTES FÍSICOS: o relevo e as suas formas, a composição litológica, os cursos e superfície de água;
2. COMPONENTES BIOLÓGICOS: a vegetação, espontânea e cultivada, em grupo ou isoladamente e a fauna;
3. COMPONENTES HUMANOS: construções (edifícios, isolados ou em grupo e infra-estrutura) e as formas de cultivo e de cadastro que assinalam a ação do homem sobre a paisagem, em diferentes tempos e momentos civilizacionais e que são expressão da sua cultura.” (FADIGAS, 2011)

O modo de organização da associação dos componentes da paisagem está associado a determinados padrões de organização e fragmentação territorial, o que segundo Fadigas (2011) permite-nos identificar os seguintes tipos de paisagem:

“PAISAGENS ABERTAS – quando os elementos visualmente dominantes se organizam em superfícies amplas, largas e compridas e é homogênea a sua textura. (Alentejo, Castela, desertos).

PAISAGENS EM MANCHAS – quando os elementos visualmente dominantes se organizam em diferentes superfícies compactas, cada uma delas com expressão e textura relativamente homogênea, como é



o caso das manchas florestais e a edificação urbana concentrada (Alentejo –seara e montado- , paisagem de pinhal).

PAISAGENS MATIZADAS, quando os elementos visualmente dominantes se encontram articulados entre si, definindo um padrão de organização territorial onde são evidentes espaços fechados e abertos e a ocorrência de manchas é pontualizada; como, por exemplo, as paisagens de policultura e de povoamento disperso (Estremadura).

PAISAGENS EM CORREDORES, quando os elementos visualmente dominantes se organizam em superfícies estreitas e compridas; por exemplo as redes viárias quando acompanhadas com elementos arbóreos ao longo do seu traçado, povoamento linear e os cursos de água, acompanhados ou não por vegetação ao longo das suas margens (paisagens fluviais)”. (FADIGAS, 2011)

É certo que o meio influencia os seres humanos na construção da cidade, neste sentido Magalhães afirmou

O conceito de lugar é portanto um conceito global que não pode ser traduzido pelas suas características, através de métodos analíticos. O lugar significa muito mais do que sua localização, pois encerra significados culturais que sintetizam e representam o meio que o envolve, bem como a situação existencial em geral.”(Magalhães, in Paisagem,1994:100)

Aldo Rossi, por sua vez, referiu-se ao valor do locus como:

[...] a relação singular e no entanto universal, que existe entre uma certa situação local e as construções ali localizadas. A escolha do lugar para uma certa construção, como para uma cidade, tinha valor proeminente no mundo clássico; a situação, o sítio, eram governados pelo *genius loci*, pela divindade local, precisamente uma divindade de tipo intermédio que presidia a tudo quanto acontecia nesse mesmo lugar. (Rossi, 2001:151).

Anteriormente, José Lamas havia considerado que “[...] a forma urbana não pode ser desligada do seu suporte geográfico – e este é um elemento tão importante como os fatos construídos” (1993:63). Magalhães in Paisagem(1994:103) cita

As capacidades de orientação e identificação, fornecidas por um espaço estruturado, faltam em muitas das nossas periferias urbanas, ou mesmo nalgumas zonas da cidade histórica, onde as alterações da imagem e da escala provocadas por intervenções abusivas, conduziram à perda do “espírito do lugar”.

Corroborando Jane Jacobs afirma que “As ruas constituem as principais paisagens da cidade” (Jacobs, J.,2000:419). Mas que essas mesmas ruas não podem estar em “confusão”, devem estar organizadas de maneira clara, com diversidade e pontos de encontro. Os usos diversificados e combinados também devem prevalecer.

Outra tática para a organização da paisagem que a autora relata é a da utilização do elemento unificador: “Um elemento unificador dá apenas uma sugestão visual de totalidade e ordem; a pessoa quem olha é quem completa a unificação, usando essa sugestão para ajuda-la a organizar aquilo que vê” (Jacobs,J.,2000:434-435). E como exemplo de elemento unificador citamos as árvores.

Segundo Orlando Ribeiro “A civilização é de fato, um poderoso agente de transformação das paisagens e é ela que, em grande parte molda a fisionomia dos lugares.”(Ribeiro,O.,1970:85)

Na verdade, o ser humano tem vindo a transformar a paisagem sempre que ocupa um determinado lugar.

### 1.3.3.VALOR ESTETICO

A análise visual da paisagem parte da definição de um enquadramento, ou ângulo de visão e local, como condição e partida para a identificação dos cenários panorâmicos que são objetos de análise. O objetivo da análise visual da paisagem é o estabelecimento dos diferentes níveis de qualidade e a determinação das áreas visíveis a partir de cada ponto, ou conjunto de pontos, do território, simultaneamente ou em sequencia, permitindo a avaliação do modo como cada uma das áreas assim definidas contribui para a percepção a paisagem e para a caracterização paisagística do território. Com análise visual procura-se avaliar o seu valor cênico, a partir do valor cênico de cada uma das suas unidades, e estabelecer as zonas de intervisibilidade, ou visibilidade reciproca, dos elementos e das unidades paisagísticas<sup>18</sup> entre si.

A qualidade visual de uma paisagem depende da diversidade e da complexidade das situações que concorrem para a sua estruturação, quer do ponto de vista físico quer cultural, e do uso do solo. A diversidade da paisagem é uma característica de difícil definição pois para ela concorrem as múltiplas formas, texturas e matizes que lhe conferem identidade e valor.

A qualidade visual depende também das condições de equilíbrio ambiental e de estabilidade da paisagem; sendo elevada quando a ação humana não ultrapassa a sua

---

<sup>18</sup> Unidade paisagística é que apresenta, numa extensão territorial significativa, um conjunto homogêneo de características.

capacidade de carga turística<sup>19</sup> e reduzida quando ocorre o contrário. A esta qualidade esta associada a capacidade de absorção visual da paisagem.

Para a avaliação da capacidade de absorção visual da paisagem utilizam-se, em regra, dois indicadores de caracterização dos espaços: acessibilidade visual e permeabilidade visual. A acessibilidade visual tem a ver com a maior ou menos facilidade com que uma paisagem é percebida por um observador, tendo em conta o relevo, a textura e o uso do solo. A permeabilidade visual corresponde a uma forma de interpretação da paisagem para a qual concorrem aspectos de ordem ecológica e cultural, de acordo com a forma e a natureza da ocupação do espaço e dos tipos de espaços (abertos, fechados, lineares, de transição, etc) daí resultantes (Magalhães, 2001).

Tipologia do espaço	Acessibilidade visual	Permeabilidade visual	Capacidade de absorção visual
Espaço aberto	Elevada	Elevada	Baixa
Espaço fechado	Baixa	Baixa	Elevada
Espaço rural linear	Baixa	Baixa	Baixa
Espaço urbano aberto	Elevada	Elevada	Baixa
Espaço urbano fechado	Baixa	Baixa/média	Média/elevada
Espaço urbano linear	Elevada	Baixa	Baixa/media

Tabela 02. Determinação da capacidade de absorção visual da paisagem  
Fonte: Fadigas, 2011.

A análise visual da paisagem é um instrumento importante, permite que se avalie a maior ou menor capacidade da paisagem acolher e integrar, de forma harmoniosa, as novas realidades com as quais se corporiza a sua transformação e evolução. Permitindo assim a avaliação do impacto visual da instalação de novas atividades, construções ou infra-estruturas.

#### 1.3.4. VALOR ECOLOGICO

A estabilidade e diversidade das paisagens depende dos equilíbrios ecológicos que regem a evolução dos ecossistemas. Os equilíbrios ecológicos traduzem as relações e interações entre os elementos vivos e o meio onde vivem. Quando estes equilíbrios se mantêm estáveis, as paisagens correspondentes evoluem de acordo com padrões que se caracterizam pela sua estabilidade. As paisagens estáveis são, por isso, aquelas que

<sup>19</sup> Refere-se a número de visitantes que a localidade comporta sem depreciar o seu património.

mantem, ao longo do tempo, a sua estrutura e organização, o que explica a continuidade temporal das suas características cênicas, geográficas e culturais. A ruptura deste equilíbrio, dinâmico e instável, implica a ruptura do sistema e a ocorrência de mudanças significativas na estrutura, organização e imagem das paisagens. O relevo é uma estrutura básica da paisagem, “O relevo é, em si mesmo, um mobilizador e, simultaneamente, um incontornável indicador do funcionamento ecológico da paisagem”. (Magalhães, 2001)

As alterações violentas dos sistemas ambientais não tem, no entanto, apenas consequência paisagísticas. Quase sempre são a causa de catástrofes que, por facilidade da linguagem, se consideram naturais. Prevenir a sua ocorrência é um objetivo do ordenamento e da paisagem.

Para identificarmos uma estrutura global da paisagem, devemos levantar as principais características dela: relevo (topografia), água, clima, solo, vegetação, localização, importância histórica. Assim,

A arquitetura da paisagem deve portanto reinterpretar a identidade do meio ecológico e cultural, o que requer uma capacidade de saber olhar as coisas naturais e artificiais e uma compreensão profunda desse meio, bem como da sua evolução histórica e da simbólica que, ao longo dos tempos, foi adaptada, em determinada região. (Magalhães in Paisagem;1994: 112)

Com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), o Brasil se coloca entre os países que não pretendem considerar “cidade e natureza” como conceitos opostos. Segundo a referida lei, os planos diretores deverão conter diretrizes voltadas à preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído. A política urbana deverá promover o ordenamento e controle do uso do solo, podendo-se utilizar como instrumento a instituição de unidades de conservação.

#### 1.3.5. PROTEÇÃO DE PAISAGEM CULTURAL

Quando buscamos as origens do conceito, vamos perceber que ela nos leva, de alguma forma, ao ano de 1972, quando, na 17ª sessão da Conferência Geral da Unesco, especialistas se reuniram em Paris e adotariam a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural: “Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do património de todos os povos do mundo”(1972:1). Lançando os primeiros esforços para a conservação do patrimônio cultural e natural, frente à constatação das crescentes ameaças de destruição, surgidas não apenas em função de “causas tradicionais”, mas

também pelas transformações sociais e econômicas por que passava o mundo. É nesta mesma Carta que podemos observar o início da preocupação com a proteção da paisagem, vejamos:

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural:

Os monumentos: Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos: Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse: Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, 1972)

No texto da Convenção de 1972, podemos perceber a distinção feita entre os conceitos de patrimônios cultural e natural. Essa oposição, quase um antagonismo, resulta da compreensão que os “conservadores da natureza” adotavam, onde conservá-la seria mantê-la com o mínimo de qualquer interferência humana. Por outro lado, nota-se que predominava a noção de que conservar bens culturais, onde não haveria a preocupação com o contexto local e o ambiente natural.

O estabelecimento dos critérios que tornaram possível a criação da categoria de paisagem cultural com vista à sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial ocorreu somente durante uma conferência da UNESCO, em Outubro de 1992.

Como já citado, a referida convenção define paisagem como o resultado da ação e da interação, ao longo do tempo, dos fatores naturais e/ou humanos. Parafraseando Orlando Ribeiro, onde a combinação destes fatores confere a cada paisagem um determinado carácter, mutável mas único para cada lugar, que tem um papel salutar no estabelecimento da identidade local e regional, uma vez que a paisagem de hoje, corresponde a um produto cultural, herdado do passado, mas dinâmico e evolutivo, constituindo um registo da memória coletiva. (Gomes, M.; Saraiva, A., 2010).

#### 1.3.6. PAISAGEM CULTURAL NO BRASIL

Numa perspectiva histórica sobre a preservação das paisagens no Brasil, vamos perceber que o Decreto-Lei nº 25 de 1937 já contemplava as paisagens culturais, vejamos:

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Porém, mesmo que o Decreto tenha estabelecido que poderiam ser inscritas no Livro do Tombo as paisagens, tanto por suas características naturais quanto pelo resultado da ação humana, esta não se deu de forma efetiva, mesmo sendo ele bastante abrangente no que diz respeito à conservação das obras da natureza ou até mesmo as resultantes da interação entre o homem e o ambiente natural.

Somente em 2009, com a criação da Coordenação de Paisagem Cultural do Iphan, a chancela da Paisagem Cultural Brasileira foi instituída e já instiga inúmeras reflexões quanto à sua aplicação e ao próprio conceito.

A chancela é uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente. Sua finalidade é atender o interesse público por determinado território que faz parte da identidade cultural do Brasil. A paisagem chancelada pode usufruir do título desde que mantenha as características que a fizeram merecer esta classificação, sendo, por isso necessário desenvolver um Plano de Gestão. (Cartilha Paisagem Cultural, IPHAN)

A portaria 127/2009/IPHAN, que estabeleceu a chancela como instrumento de preservação da paisagem cultural, conceitua no artigo 1º Paisagem Cultural Brasileira “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

Importa ressaltar que a chancela não é um instrumento de proteção, tal como o tombamento. Sobre a porção do território chancelada como paisagem cultural não recairão sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam sua transformação. Se for o caso (e em muitas vezes será) a chancela deverá ser acompanhada, antecedida ou complementada pelo tombamento, pelo registro e/ou por outras formas de proteção, incluindo os mecanismos disponíveis em outras esferas (instrumentos de proteção ambiental, de planejamento urbano, de fomento e outros). Tal

entendimento encontra respaldo nos artigos 2º (da finalidade) e 3º (da eficácia) da Portaria 127/2009:

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

Para que a chancela não resulte em mera declaração e possa integrar-se no rol de instrumentos de preservação, torna-se necessária a definição prévia de um pacto de gestão entre os diversos agentes que atuam – com maior ou menor ênfase – na porção do território a ser chancelada. O pacto tem como objetivo traçar, minimamente, um plano de atuação de curto, médio e longo prazo, nunca deixando de considerar “o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica”, buscando a convivência harmoniosa com “as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis” e valorizando a “motivação responsável pela preservação do patrimônio”. Por isso, para que possam ser estabelecidas ações de planejamento, ordenamento territorial, gestão e fomento da porção do território a ser chancelada e das práticas culturais que a particularizam como paisagem cultural, é necessário o estabelecimento do “pacto de gestão”.

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Caso contrário, a possibilidade da chancela tornar-se inócua é grande e, desaparecidos os fatores que motivaram o reconhecimento daquela porção peculiar do território como Paisagem Cultural Brasileira, a chancela poderá ser cancelada num prazo máximo de dez anos (artigos 15º e 17º da Portaria Iphan 127/2009).

## Síntese do capítulo

A cidade, por princípio, é um bem comum àqueles que nela vivem. É constituída e marcada pela diversidade. Viver a cidade é, portanto, viver a dinâmica da realidade cotidiana, é estar inserido nos fluxos da vida diária com tudo o que esses propõem. É como estar aberto não só ao conhecido, ao que é familiar, mas sobretudo, estar disponível ao olhar do estranho e acima de tudo, um estar de acordo. No entanto, apesar de a cidade ser, eminentemente, uma organização coletiva, ela cresce, na maioria das vezes, a partir de uma lógica de ocupação privada e não de uma organização do espaço de uso público. É o indivíduo que define a sua porção de território e a marca com uma presença individual no momento da definição de sua propriedade privada. E é na lógica da organização das partes individuais que a cidade vai configurando sua morfologia, e com isso, configura uma identidade coletiva baseada em arranjos de partes mínimas. Portanto, a cidade modela o solo territorial a partir de espaços privados com destinações restritas, fazendo com que os espaços públicos, de bem comum a todo o cidadão, sejam meros resultantes dessa distribuição. Assim, renegados a um segundo plano. Sabe-se que as forças políticas e econômicas dentro da cidade são por demais desequilibradas. Sendo assim, não é possível que se deixe a ocupação do solo territorial urbano ao sabor do mercado. Considera-se então que, por um princípio ético, o interesse coletivo esteja acima do interesse individual. Nesse sentido, a revalorização atual do passado tem gerado uma constante demanda pela memória dos lugares, em especial pela memória das cidades. Neste capítulo, objetivamos compreender os processos de formação das cidades e a dinâmica do processo arquitetônico e paisagístico.



## CAPÍTULO II - OS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO ITAJAÍ E A PAISAGEM CULTURAL

O povoamento do Médio Vale do Itajaí teve início no séc. XIX, decorrendo de uma cultura histórica recente, se compararmos com as primeiras cidades Européias. A partir de 1850, a “Lei de Terras” renova a política colonizadora do Brasil Império, o povoamento do Vale do Itajaí toma impulso, com a colônia Blumenau. A distribuição e o povoamento das terras do Vale do Itajaí seguiu à maneira tradicional da colonização alemã. As primeiras acomodações dos imigrantes na região, eram rudimentares e feitas de estruturas simples e temporárias. As tipologias arquitetônicas e os sistemas construtivos, assim como a ocupação do solo, eram baseados no país de origem dos imigrantes. Inicialmente, as casas eram menos adaptadas à região, depois aconteceram modificações, que foram posteriormente incorporadas definitivamente nas edificações. Desde a chegada dos primeiros imigrantes até 1920, as transformações da região foram relativamente estáveis. Depois desta época, com o processo de industrialização na região, as transformações sociais e econômicas mostraram seu efeito. As cidades desenvolveram-se rapidamente e as áreas rurais transformaram-se, como resultado, uma grande parcela da paisagem histórica está hoje sob ameaça.

### 2.1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO VALE DO ITAJAÍ E O PROCESSO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO

Desde o início do século XVI, o estado de Santa Catarina foi sempre ocupado “artificialmente” – por indução oficial. A definição de limites ao sul do Brasil e a ocupação de espaços demográficos estratégicos foram as grandes razões para o povoamento histórico de Santa Catarina. Aqui não ocorreu, até o século XX, nenhum ciclo econômico que estimulasse o povoamento espontâneo. O pau-brasil era pouco abundante, a cana de açúcar ficava distante dos centros de distribuição do comércio na Europa, não havia metais preciosos, nem borracha, algodão, café ou tabaco; em suma não havia recursos naturais que justificassem a fixação da população, em consequência o investimento oficial na ocupação do território por utilidade administrativa.



Mapa 03. Mapa do Brasil, em vermelho Santa Catarina.  
Fonte: [www.webcarta.net](http://www.webcarta.net)

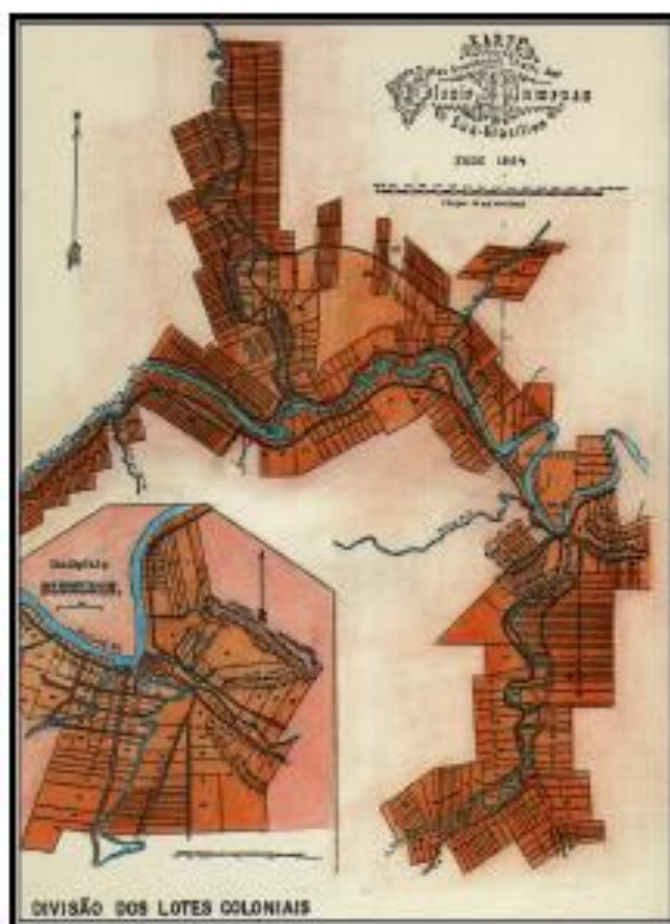


Figura 04. Mapa de Santa Catarina  
Fonte: [www.webcarta.net](http://www.webcarta.net)

O Estado de Santa Catarina possui clima ameno para os padrões brasileiros, situado próximo ao litoral e servido de rios que possibilitavam imediata ligação com portos e com as cidades já existentes, foi neste espaço que se estabeleceram as primeiras colônias de imigrantes.

A colonização compreende a organização de vastos espaços, a ocupação de terras novas, a criação ou o acréscimo de bens de comércio, a transferência de populações, o encontro entre humanidades diversas e elementos de civilização que lhes são próprios. (Ribeiro, O., 1970:88)

Os testemunhos são unânimes em assegurar que, apesar dessas vantagens geográficas, não foi pequeno o sacrifício exigido dos colonos, principalmente dos pioneiros que desbravaram as primeiras clareiras. A chegada aos primeiros núcleos representava invariavelmente um golpe poderoso. Os imigrantes esperavam encontrar muito mais do que a mata praticamente virgem que os aguardava como que apresentando a dura realidade que teriam pela frente. A rudeza dos ranchos, o tamanho da mata, o calor, a falta de provisões, a demora na demarcação dos lotes e do pagamento dos serviços prestados, a ausência de quase tudo o que identificavam como conforto e civilização, fez com que muitos esmorecessem. As doenças e eclosão de epidemias cobraram um alto tributo de vidas.



Mapa 05. Mapa de Lotes da colônia Blumenau -1864.  
Fonte: Arquivo histórico de Blumenau

Com todas as dificuldades e percalços, engana-se quem analisa a colonização promovida pelos imigrantes como obra exclusiva dos operosos contingentes provenientes da Europa Central e da Itália a partir do século XIX. Além da participação governamental, também foi importante a colaboração de antigos moradores e conhecedores das regiões onde se instalavam os imigrantes, imprescindíveis nos primeiros anos da colonização e importantes nos seus desdobramentos. As colônias de imigrantes não se urbanizaram instantaneamente, ao contrário, os empreendimentos coloniais eram predominantemente agrícolas e os centros urbanos desenvolveram-se lentamente. Nos primeiros anos, a característica básica das colônias de imigrantes era o contínuo prolongamento de novas linhas de pioneiros que se instalavam cada vez mais distantes do núcleo original dos empreendimentos. Distribuindo-se ao longo de picadas, linhas, estradas e cursos de rio, os lotes acabaram por ocupar toda a região, cultivando as várzeas, reservando até a meia encosta para a pastagem e preservando as cumeadas. Assim, era de esperar que variasse bastante o espaço de tempo necessário para os imigrantes construírem os abrigos, as casas provisórias e finalmente uma construção permanente.

Ingresso de Imigrantes na Colônia Blumenau		
Ano	Entradas imigrantes	Total populacional
1860	91	947
1861	548	1484
1862	607	2068
1863	168	
1864	127	2027
1865	199	
1866	162	2625
1867	223	2861
1868	407	
1869	982	5861
1870	33	6188
1871	23	
1872	207	
1873	426	7156
1874	362	
1875	1129	
1876	1078	10701
1877	370	
1878	893	
1879	460	13976
1880	457	

Em um século de imigração, imagina-se que o Brasil tenha recebido um numero aproximado de 5 milhões de imigrantes, a grande maioria nos estados do Sul, multiplicando varias vezes o seu contingente populacional. Conforme o volume 01 do Dossiê de Tombamento da área de imigração<sup>20</sup>, proporcionalmente, o grupo de alemães é o mais representativo, chegando a cerca de 40% de descendentes no estado. Seguem-se os descendentes de italianos, que somam um total aproximado de 30% da população. Os poloneses representam uma fatia em torno de 5% dos descendentes de imigração.

As primeiras acomodações dos imigrantes eram rudimentares e feitas de estruturas simples e temporárias. Na época da fundação da colônia Blumenau, foi construído um galpão rústico para instalar temporariamente os imigrantes. Depois do galpão provisório, abrigo coletivo dos primeiros dias, os colonos dirigiam-se para os lotes que lhes haviam sido destinados, com frequência encontrados sem demarcação e quase sempre ainda cobertos por matas naturais. Durante a fase preliminar de instalação, conforme cartas, relatos e ilustrações históricas da época, era comum a construção de uma cabana também provisória, quase uma choupana, construída com os materiais disponíveis no local, de pau-a-pique e madeira, vedadas com barro e fibras e cobertas com folhas de palmeiras.

---

<sup>20</sup> Dossiê de tombamento vol.01/IPHAN



Figura 03. Colônia Blumenau.

Fonte: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon580506/icon580506.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon580506/icon580506.jpg)>.  
Acesso em: 8 set. 2015



Figura 04. Dr. Blumenau e 17 imigrantes marcam o início da Colônia Blumenau – 1850.  
Fonte: Angelina Wittmann.

Esse abrigo primitivo marcava os tempos de pioneirismo e não podia responder senão temporariamente pelas necessidades culturais destes povos, tradicionalmente



habituaados a longas permanências no interior de suas residências em virtude principalmente dos rigores do clima e do inverno. Passada esta fase de pioneirismo, que correspondia ao desmate e aos primeiros cultivos, assim que as condições permitiam, impunham-se os anseios culturais e as noções de habitação trazidas do velho continente. Construía-se então a casa provisória, ainda pouco mais do que o abrigo dos primeiros dias, mas já dotada de paredes, telhados, portas e janelas. Em alguns casos, estas construções intermediárias já se pareciam bastante com as construções enxaiméis que chegaram até os nossos dias. Em muitas situações, os imigrantes passaram dos ranchos à casa enxaimel, e em outras situações, quando as colônias já estavam consolidadas, foi possível chegar à construção da casa permanente sem que as famílias tivessem que passar por ranchos ou edificações provisórias.

## 2.2. COLONIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO – (FASE DA AFIRMAÇÃO)

Transcorridos os primeiros anos e em alguns casos até as primeiras décadas, quando finalmente os núcleos coloniais consolidaram-se social e economicamente, apareceram as primeiras serrarias, as olarias e também as primeiras casas permanentes da região. Esta segunda fase era alcançada em tempos variáveis. Em alguns casos ocorria pouco depois da chegada dos imigrantes, como atestam algumas das casas mais antigas ainda existentes em Blumenau, anteriores a 1860 e algumas gravuras que representam construções deste tipo já em 1850 - no ano da fundação da Colônia Dona Francisca – a atual Joinville.

O traçado dos primeiros lotes urbanos surgiu a partir da localização e orientação do rio Itajaí Açu e ribeirões. Este cuidado estava relacionado à acessibilidade através destes caminhos naturais, e também, a facilidade do livre acesso à água, para fins de uso doméstico na propriedade e para irrigação da plantação. O rio Itajaí Açu e os ribeirões Garcia, Fresco, Velha e Bom Retiro foram de grande importância na definição do traçado do Stadtplatz em 1852, registrado no primeiro mapa(figura 05). Também houve reflexo das cidades alemãs sobre a estruturação urbana a partir da rua principal e rio.

Nesta fase, por volta de 1880, até aproximadamente 1940 é que foi construída a maior parte do conjunto edificado subsistente da arquitetura de imigração, num período caracterizado por uma economia basicamente agrícola e de subsistência. No início, como vimos, as construções obedeciam a modelos simples, ligados às necessidades vitais de seus usuários. Assim que as edificações tornaram-se mais sólidas, foi comum o

surgimento de modelos arcaicos, ligados muito mais à tradição construtiva e aos antigos modos de vida dos imigrantes do que às suas novas necessidades na terra que haviam escolhido para viver. A arquitetura deste primeiro momento foi, portanto, muito menos adaptada à região e mais apegada à solução dos lugares de origem dos colonos. Era mais diversa, sem a quase padronização de soluções que alcançaria mais tarde. Inexistiam, por exemplo, as varandas e as cozinhas - com o risco de incêndio que representavam muitas vezes eram construídas destacadas das casas.



Figura 05. Stadtplatz - primeiro núcleo urbano da Colônia Blumenau e do Vale do Itajaí.  
Fonte: Angelina Wittmann

Passada esta fase de consolidação dos empreendimentos coloniais e de superação das condições provisórias dos imigrantes, era chegado o momento de construir a casa definitiva, agora com materiais sólidos e com técnicas capazes de assegurar a sua longa durabilidade. A opção foi, ainda neste caso, quase sempre baseada em modelos derivados dos países de origem dos imigrantes e na disponibilidade dos materiais e tempo disponível para a construção definitiva. A casa enxaimel derivada de modelos alemães, as de tijolos cerâmicos autoportantes – usadas por teutos, itálicos e poloneses, a pedra aparente – comum nas áreas italianas do sul – onde os arenitos são frequentemente encontrados. A fase áurea desta arquitetura consolidada



construtivamente e referenciada culturalmente, durou mais de meio século e estendeu-se pelo menos de 1880 até aproximadamente 1930.

## 2.2.1. BREVE ABORDAGEM DA HISTÓRIA DO VALE DO ITAJAÍ

A primeira fase da imigração alemã em Santa Catarina, que se estende de 1820 a 1850, ocorre com a fundação da Colônia de São Pedro de Alcântara (1829). Ao que se sabe, entretanto, o primeiro plano oficial de colonização dessas terras data de 1835, através da Lei Provincial nº 11, de 05 de Maio, que, além de ordenar a criação de núcleos colonizadores – um no Itajaí-Açú e outro no Itajaí-Mirim, estabeleceu outrossim, normas e obrigações dos colonos, bem como a divisão de terras em lotes. Esses lotes variavam de área, conforme se destinassem a colonos solteiros, casados ou a casados com mais de três filhos. Assim, em 1836, chegaram ao Vale do Itajaí os primeiros colonos alemães, oriundos, todos, da Colônia de São Pedro de Alcântara, cujas terras, já bastante empobrecidas, não permitiam nem mesmo uma agricultura de subsistência. Porém, o assédio constante dos índios fez com que a maioria dos colonos fosse, progressivamente, abandonando a região. A picada aberta entre o ponto de desembarque e a foz do rio marcaram o limite da povoação. Através do caminho aberto ao longo do rio começaram a aparecer os primeiros sinais de comércio, e a direção do plano urbano que se esboçava cabia ao caminho por onde transitavam os colonos.

Contudo, a década que se inicia em 1850 será marcada por grandes transformações no que respeita à política do Brasil Império, referindo-se à colonização, consubstanciada na Lei nº 601, de 18 de Setembro, também conhecida como a “Lei de Terras”, dispositivo legal que dispunha sobre as terras devolutas no Império e determinava a sua medição e utilização para fins de colonização. Uma verdadeira “reforma agrária”, pois previa também, em seu artigo 12, a reserva de terras para os indígenas e fundações de povoações.

A colônia de Itajaí foi base que contribuiu, a partir de 1850, para a fixação da colônia de Blumenau. A partir de 1850, a “Lei de Terras” renova a política colonizadora do Brasil Império, dispondo sobre as terras devolutas do Império e determinando sua medição, demarcação e utilização para colonização. Esta lei e as regulamentações que a complementaram facilitaram a entrada de imigrantes europeus no país e, com isso, foi estimulada a ação dos agentes de imigração, que organizavam a vinda de colonos para o

Brasil. Também, em 1850, foi proibido o tráfico de escravos aumentando assim a utilização da mão de obra do imigrante. Assim, foi fundada a colônia Blumenau

em 1850, no médio Itajaí-Açú, a colônia D. Francisca (atual Joinville), um ano depois, nas margens do rio Cachoeira, e Brusque, em 1860, no Itajaí-Mirim.

A fundação destas colônias e outras foi se dando ao longo do tempo, promovida pela iniciativa privada e, em alguns casos, pela governamental, através das quais foi institucionalizado um novo modelo de desenvolvimento: o da pequena propriedade explorada pela força de trabalho familiar. (Weimer, 2003:37)

O povoamento do Vale do Itajaí tomou impulso, a partir de 1850, com a colônia Blumenau, fundada por Hermann Bruno Otto Blumenau e dezessete imigrantes alemães na confluência do rio Itajaí-Açú com o ribeirão Garcia. Em 1880, a antiga colônia tornou-se cidade de Blumenau.

Em 1880, a industrialização movida a energia hidráulica, já era acentuada, com 142 engenhos de farinha, 154 engenhos de açúcar, 143 alambiques, 32 serrarias, 9 cervejarias e 10 olarias. A divisão de trabalho na Colônia estava passando pela transição da economia de subsistência/artesanato para a economia de mercado/indústria. (Siebert, C., 1996:75)

Em seqüência, Indaial, Timbó, Pomerode, Ascurra, Rodeio e Rio dos Cedros tornaram-se cidades.

#### 2.2.1.1.O patrimônio cultural do Médio Vale do Itajaí

A cultura brasileira apresenta uma grande amplitude, que abrange desde influências indígenas até correntes dos imigrantes europeus. Nos estados do Sul, até os dias atuais, a cultura é marcada pelos traços deixados pelos imigrantes alemães e italianos em amplas partes do território. No estado de SC estas ocorrências existem em espaços geográficos perfeitamente delimitados, emoldurados pela paisagem natural e cultural, o que torna a “Região de Imigração” absolutamente excepcional no cenário nacional. Segundo depoimentos de vários técnicos, em conferências e seminários realizados em Santa Catarina, o Médio Vale do Itajaí, possui um valioso patrimônio cultural, principalmente de herança teuto-brasileira.

O piso de madeira com tábuas largas, as paredes (na maioria das vezes) decoradas com coloridas faixas de pinturas estêncil, os quadros antigos da família, as frases em alemão em cima dos vãos das portas, o velho forno à lenha na cozinha, os gatos e cachorros passeando pela sala, o cheiro da comida, as palavras ditas em alemão e o sotaque daquelas faladas em português conferem às propriedades rurais de Testo Alto e Rio da Luz a mais autêntica expressão da tradição rural teuto-brasileira. (IPHAN,2009:67)

O texto citado acima, retirado do dossiê dos Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina, expõem em detalhes a percepção dos acadêmicos que levamos todos os semestres para visita técnica em uma propriedade rural. Também retrata a experiência que os turistas e visitantes tem quando visitam as áreas dos roteiros. Abaixo algumas imagens que ilustram o citado.



Foto 01. Alunos de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário Leonardo da Vinci em visita técnica ao Museu da Música/Salão Hammermeister – tombamento Federal – Timbó, 2015.  
Fonte: Acervo pessoal





Foto 02. Alunos de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário Leonardo da Vinci em visita técnica a Casa Duwe, cumprimentando a proprietária – tombamento Federal, Indaial, 2015.  
Fonte: Acervo pessoal



Foto 03. Casa Duwe – tombamento Federal – Indaial, 2015.  
Fonte: Acervo pessoal



Foto 04. Pinturas parietais e fotos de casamento. Casa Helmut Lümke, tombamento Federal, Pomerode, 2015.

Fonte: Acervo pessoal.



Foto 05. Parede decorada com fotos de família. Casa Ella Voight, tombamento Federal, Pomerode, 2015

Fonte: Acervo pessoal





Foto 06. Parede com pinturas parietais e demonstração da religiosidade. Casa Duwe, tombamento Federal, Indaial, 2015.  
Fonte: Acervo pessoal



Foto 07. Detalhes da fachada. Casa Walter Raduenz, tombamento Federal, Pomerode, 2015.  
Fonte: Acervo pessoal

#### 2.2.1.2. Ocupação do espaço

Para melhor compreensão do planejamento das cidades e seus efeitos, consideramos ser necessário a abordagem das relações ser humano X natureza, acreditando que “Ao estabelecer o processo de ocupação e desenvolvimento da cidade, a sociedade modificou a natureza, e a natureza alterada vem afetando o desenvolvimento da cidade.”

(Mattedi, 2001:30). Torna-se assim, cada vez mais oportuna, uma reflexão sobre a substituição de uma visão de natureza como uma coisa separada da ação humana, por uma visão que retrata a natureza como expressão da sociedade. (Mattedi, 2001) Através de literatura, observamos que as relações homem X natureza muito se alteraram durante

os séculos. Nesse sentido, os indígenas tinham a convicção de que a natureza e o ser humano fazem parte do mesmo mundo, já para os “colonizadores” do Médio Vale do Itajaí ela representou uma barreira a ser transposta. “A natureza é caracterizada negativamente, como um lugar selvagem, abandonado e despovoado.” (Mattedi, 2000: 32)

O padrão de ocupação estabelecido pela implantação da colônia Blumenau, caracterizava-se pela domesticação da natureza. Fomentando isso, havia o objetivo da comercialização de terras, que ao modo de ver dos colonizadores, quanto menos vegetação existisse sobre o lote melhor - podemos observar que este fenômeno ainda perdura na área da colônia Blumenau. Nesta visão de natureza, os recursos da floresta existente na região eram subutilizados.

Colonizar pode ser entendido, portanto, como conquistar a natureza, como domesticar a natureza, pois a floresta representava um empecilho ao seu estabelecimento. [...] O empreendimento colonizador somente é possível contra os constrangimentos impostos pelo ambiente e, neste contexto, a natureza era vista como uma inimiga, pois, diferente dos índios, o colono tornava-se um miserável na floresta. O contato com a natureza converte o imigrante estrangeiro em desbravador, pois antes de cultivar a terra era necessário domar a natureza. (Mattedi, 2001:33).

A distribuição e o povoamento das terras do Vale do Itajaí seguiu à maneira tradicional da colonização alemã, era guiada pela função comercial, o relevo e os rios que orientavam o plano de demarcação dos lotes.

A ocupação física do solo era precedida pela abertura de uma picada principal, chamada de linha, por agrimensor habilitado no manejo do teodolito. Por esta razão, o traçado destas linhas era absolutamente linear. Em distâncias previamente estabelecidas eram abertas picadas secundárias, ortogonais às principais, nas quais eram demarcados os lotes que seriam vendidos ou sorteados, dependendo do tipo de iniciativa. (Weimer,G.,2003:37)

Enquanto se procedia às medições, as famílias ficavam arranjadas junto à sede administrativa da colônia e ao armazém. “Este local haveria de evoluir para o Stadtplatz, como era denominada a vila que centralizaria as atividades econômicas e sociais da região.” (Weimer,G., 2003:37) Nesse plano, não há lugar de destaque para a igreja. Observando o traçado das cidades de colonização alemã de Santa Catarina, podemos notar que, em todos os planos, o desenho orienta o ideal a atingir.

No território catarinense o povoamento deveria ocupar os espaços vazios entre o planalto, onde já se encontrava Lages, e as três vilas do litoral. A organização das colônias de imigrantes consistia em distribuir aos colonos pequenos lotes de terras agrupados em núcleos. (Hering, M. L. R. 1987:24-25)

As picadas eram abertas através dos vales, os fundos dos lotes se estendiam morro acima e, em muitos casos, não eram apropriados para a agricultura. “Mas este fato não deve ter causado muitas decepções entre os colonos, pois segundo um costume multissecular trazido da Europa, as florestas eram preservadas nos fundos dos lotes.” (Weimer, G., 2003:37) Os lotes constituíam-se de faixas estreitas e longas, variavam de 100 a 300 metros de largura, até cerca de 1 km de extensão, distribuídas ao longo das estradas, favorecendo assim uma certa proximidade das comunidades rurais e estendiam-se até o topo dos morros. Por se tratar de uma região montanhosa, a exploração dessas terras obedeceu em parte a esse esquema. Essencialmente, a base da demarcação dos lotes foram os rios.

As cidades teuto-brasileiras do Vale do Itajaí apresentam um crescimento linear e radial, ao longo dos fundos de vale, seguindo eixos paralelos aos cursos d'água, antigos caminhos que hoje estruturam o sistema viário. A estrutura linear de aldeamento, como foi descrita por Günther Weimer, segue o modelo conhecido como Strassendorf, comumente encontrado na Vestfália, onde a ocupação se desenvolve ao longo de uma rua, com casas em ambos os lados. (Siebert, C., 1996:68)

Podemos observar nas figuras 09, 10 e 11 certo grau de planejamento na divisão de lotes, vale lembrar que “mesmo existindo algum agrimensor alemão na colônia, o “projeto” da vila sempre vinha pronto da capital, o que, diga-se de passagem, não era usual nas demais cidades brasileiras” (Weimer, G., 2003:42)





Figura 06. Blumenau em 1860.

Fonte: Biblioteca Nacional



Figura 07. Rua XV novembro, Blumenau, 1897  
Fonte: Grupo Antigamente Blumenau



Figura 08. Rio e o vale, 1905  
Fonte: Grupo Antigamente Blumenau



derivados dos grãos em atafonas/moinhos, destilarias e cervejarias. Também fazem parte desta lista as indústrias coloniais como serrarias, olarias, marcenarias e ferrarias. Nos cruzamentos destes caminhos, foi comum a concentração de alguns edifícios de uso comunitário, como os de comércio, salão, escola e igreja, cujas características arquitetônicas e implantação destacam-se do contexto das propriedades rurais. O resultado desta forma de ocupação e arquitetura do conjunto é de grande beleza e contribuição para a paisagem cultural da região.

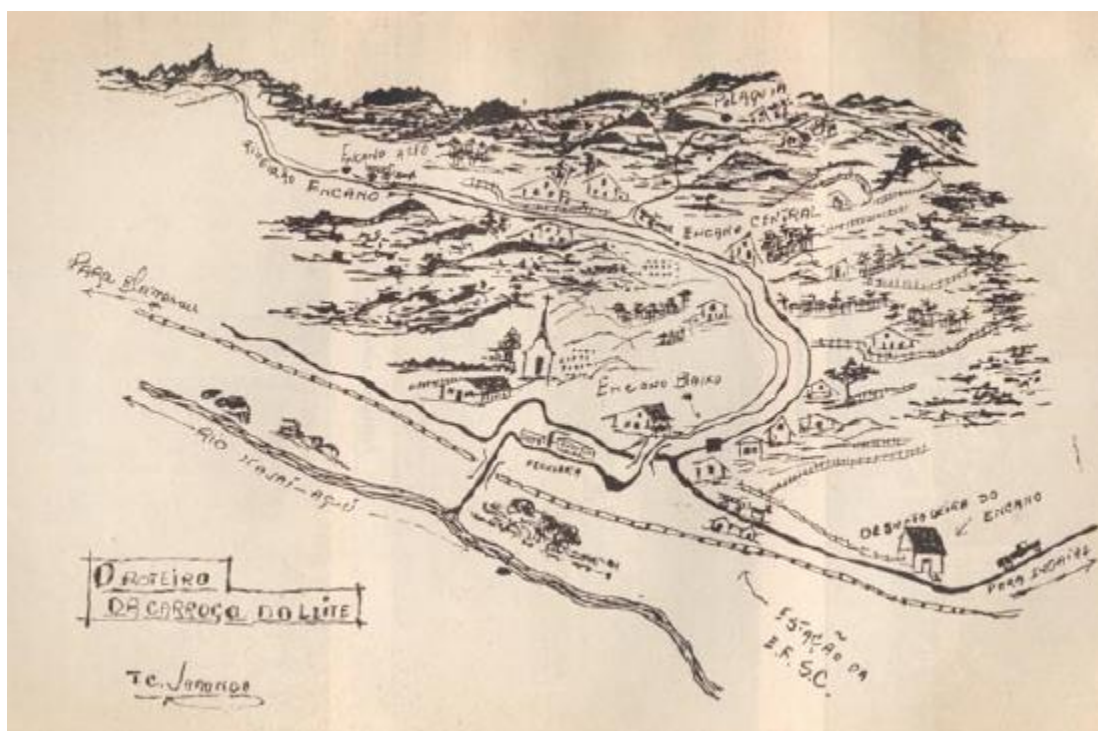


Figura 09. Ilustração bairro Encano, entre Blumenau e Indaial.  
Fonte: Publicação comemorativa do Centenário de Blumenau.

Nota-se na figura 09, que ilustra com simplicidade a estrutura colonial do bairro Encano, entre Blumenau e Indaial; a presença da igreja e dos comércios próximos à estrada principal, a partir do qual partem as entradas que margeiam o Rio Encano, onde estão distribuídos lotes coloniais.

Contavam com vinte e cinco a trinta hectares de área média, favorecendo, assim, um certo padrão de densidade das comunidades rurais. As casas eram construídas normalmente na testada dos lotes, guardando distância variável da via pública e quase sempre precedidas pelos jardins e eventualmente pela horta. As demais unidades rurais – ranchos, estábulos, estrebarias, chiqueiros, galinheiros, paióis etc. –, construídas, assim como as casas, com características próprias de cada uma das etnias de imigrantes, normalmente se interligavam com a fachada lateral ou com a posterior, por vezes formando uma espécie de pátio de serviços, nos fundos ou no lado das casas. As áreas

de plantio e de pasto para o gado organizavam-se atrás do conjunto construído.(IPHAN,2006:121)

As unidades construídas estavam harmonicamente implantadas, ornando assim com a paisagem local.

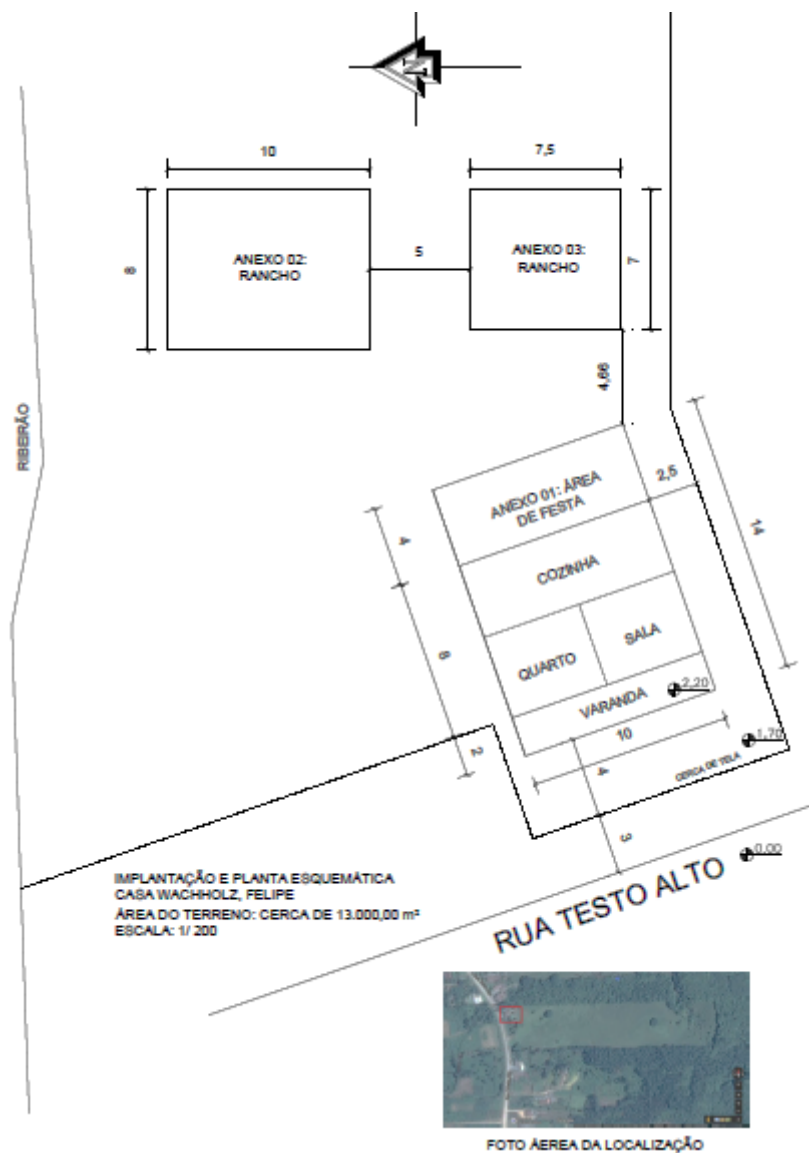


Figura 10. Implantação e planta esquemática – Casa Wachholz, Felipe. Pomerode, 2016.  
Fonte: Acervo pessoal



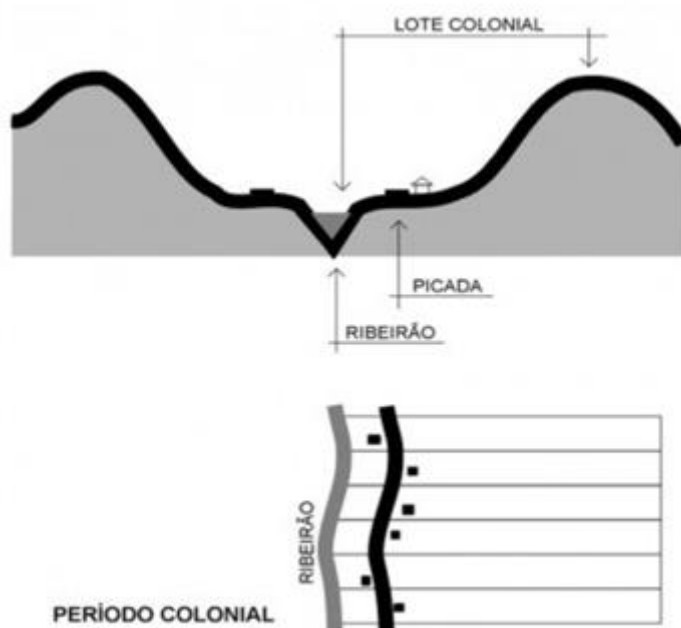


Figura 11. Ilustração da ocupação lotes coloniais.

Fonte: Vieira, R.; Jansen, G.;Pozzobon, M.,2016

Os lotes, inicialmente estreitos e longos, iniciavam-se junto ao rio com área habitacional e comercial, e ascendiam em direção às encostas, ocupada por atividades agrícolas e pecuárias. As áreas junto aos rios (várzeas) sempre se mostraram suscetíveis às cheias e os lotes coloniais se converteram gradualmente em lotes de menor tamanho, com aberturas de novas vias perpendiculares às principais e sem respeitar o relevo, potencializando a ocorrência de deslizamentos. (VIEIRA, R., et al, 2016)

Posteriormente surge outra visão de natureza,

Com o enfraquecimento da agricultura de subsistência e do extrativismo, verificado nas primeiras décadas do século XX, devido ao esgotamento progressivo da capacidade produtiva dos solos e da crescente escassez de novas áreas para expansão das atividades extrativistas, ganha força uma nova visão de natureza. Esta nova visão vai sendo moldada à medida que se estabelece e se desenvolve o processo de industrialização da região. A industrialização requer um processo específico de interação com o ambiente físico, envolvendo a capacidade de transformar energia ou matéria disponíveis em bens de consumo. Com o processo de industrialização, a natureza deixou de ser considerada como inimiga e passou a ser tratada como fator determinante do processo de desenvolvimento. (Mattedi,M., 2001:34)

A natureza passa a ser vista não só como fonte de extração dos recursos, mas também local de depósito de resíduos, torna-se necessário compreender o processo de valorização industrial da natureza. Segundo Mattedi, (2001:34) “uma primeira acepção,

o processo de valorização industrial da natureza configura a natureza como um insumo, um fator importante no processo industrial”, deste modo “[...], a natureza somente assume valor enquanto recurso que pode ser aproveitado em um determinado momento e transformado em um bem.” (Mattedi,M., 2001:35)

Durante a década de 1970, quando o setor têxtil entra em crise, surge uma nova visão da natureza

Os impactos provocados pela sobrecarga da capacidade regenerativa e assimilativa do ambiente natural são percebidos como um problema social, produzidos pela sociedade a partir de um padrão específico de interação com a natureza. A proteção do meio ambiente surge como uma dimensão fundamental do desenvolvimento, através do modelo de ecodesenvolvimento e, mais recentemente, desenvolvimento sustentável. A natureza passa a ser considerada como coisa frágil. (Mattedi, M., 2001:36)

A natureza constitui aqui um bem público, onde “A natureza constitui mais uma oportunidade de intensificar os lucros”. (Mattedi,M., 2001:37) Podemos chamar este processo de “mercantilização” da natureza. Contudo, é preciso enxergar a natureza como nos coloca Beck (in Florit, L.F., 2004:68) “[...] a natureza não mais pode ser considerada fora da sociedade, nem a sociedade fora da natureza”, segundo Florit, “A tese de Beck é que, enquanto na sociedade industrial (modernidade simples) a questão principal é a distribuição de riqueza, na sociedade pós-industrial a questão principal se desloca para a distribuição dos riscos” (Florit,L.F, 2004:68). Isto se confirma através do processo de ocupação do espaço que as cidades do Médio Vale do Itajaí sofreram.

Portanto, considerando as novas visões de natureza, podemos considerar que as áreas cobertas por vegetação se ampliaram nos últimos 20 anos na cidade de Pomerode. Processo este, fomentado pela industrialização, que fez com que muitos moradores das áreas rurais encontrassem empregos nas indústrias locais, não necessitando por sua vez explorar 100% do seu lote, portanto a natureza ficou livre da exploração, mas não por cuidado mas por falta de necessidade.

Numa segunda fase, assim que os imigrantes se tornaram melhor estabelecidos, apareceram as serrarias, as olarias e também as primeiras casas permanentes da região. Mesmo assim, praticamente todos os novos imigrantes passaram por dificuldades de instalação semelhantes ao chegar. Desta fase (1880), até aproximadamente 1920/30, a maior parte do conjunto edificado da imigração foi construída. No início, as casas eram mais arcaicas, menos adaptadas à região, depois aconteceram modificações e por fim, estas modificações incorporaram-se definitivamente nas casas. O trabalho artesanal das

casas é de alta qualidade, com encaixes elaborados e intenções artísticas na colocação da alvenaria de vedação, aproveitando a diferença de tonalidades dos tijolos aparentes para criar padrões e texturas diferenciadas. Estes detalhes não mascaram a simplicidade das edificações, reflexo da vida pioneira dos imigrantes.

A personalidade destas construções é reforçada pela incorporação de elementos arquitetônicos de origem portuguesa, como a varanda e os arcos plenos encontrados em várias casas enxaimel da região. Grande número de propriedades agrícolas e pequenas unidades produtivas, representam os testemunhos culturais teuto-brasileiros no território brasileiro. Este patrimônio deve ser sempre avaliado junto com a paisagem singular em que está inserido, ou seja, os vales cortados por pequenos rios, emoldurados por vasta vegetação natural ou plantada pelo colono.



Foto 08. Varanda com fechamento em arco, Casa Radunz, Pomerode/SC  
Fonte: Acervo pessoal



Foto 09. Varanda com fechamento em arco, Casa Kloen, Timbó/SC  
Fonte: Acervo pessoal



Foto 10. Implantação Casa Bauer, Blumenau/SC  
Fonte: Dossiê de imigração 02/IPHAN



Foto 11. Casa Zumach, Testo Alto – Pomerode/SC  
Fonte: Acervo pessoal

## 2.3. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO – (FASE DA NEGAÇÃO)

A data de 1938 marca a crise da imprensa teuto-brasileira,

Pressionados pela campanha de nacionalização, os responsáveis pelos jornais se viram face a um último dilema: publicar, em português, sob rígida censura, ou encerrar suas atividades. A campanha de nacionalização vinha sendo sistematicamente combatida porque era uma ameaça à comunidade nacional naquilo que ela tinha de mais característico: a língua alemã. (Seyferth, 1981:105)

A reivindicação da cidadania aparece no mesmo momento em que as identidades étnicas são acionadas: quando o progresso econômico empurra os colonos e trabalhadores estrangeiros no sentido da participação política. O que ocorreu foi um movimento de afirmação de cidadania, caracterizado pela necessidade de uma participação política mais decisiva, onde os representantes dos colonos fossem “da mesma origem” e pudessem atuar na defesa dos interesses dos seus grupos étnicos. Na região do Vale do Itajaí, no período da nacionalização no Governo Vargas<sup>21</sup>, a perseguição aos alemães fez com que os imigrantes rebocassem as fachadas enxaimel para esconder os traços germânicos; com isso muitos exemplares foram perdidos. Neste período também passou a ser costume levantar a platibanda para esconder o telhado. A campanha de nacionalização, iniciada pela intervenção nas escolas “étnicas” em 1938, durou todo o período da Segunda Guerra Mundial. Depois disso, a proibição de usar idiomas estrangeiros em público foi revogada, mas não foi permitida a volta das escolas e das imprensas étnicas.

Em termos de urbanização, este período traduziu-se pelo mascaramento das construções em enxaimel, que foram rebocadas. As ruas com nome alemães foram renominadas, através de decreto, com denominação de origem brasileira. A herança cultural alemã foi negada, e seu resgate hoje ainda é um trabalho delicado, de superação do doloroso trauma da nacionalização, o que hoje se vê na paisagem urbana é a apelação turística do pastiche enxaimoso sem raízes históricas, enquanto o verdadeiro patrimônio histórico se deteriora no descaso. (Siebert C., 1999:71)

---

<sup>21</sup> **Getúlio Dornelles Vargas**, nascido em 19.04.1882 foi um advogado e político brasileiro, líder civil da Revolução de 1930, fundou a PETROBRÁS e a CLT-consolidação das leis do trabalho. Foi presidente do Brasil em dois períodos. O primeiro período foi de 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945, e dividiu-se em 3 fases: de 1930 a 1934, como chefe do “Governo Provisório”; de 1934 até 1937 como presidente da república do Governo Constitucional, tendo sido eleito presidente da república pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934; e, de 1937 a 1945. No segundo período, em que foi eleito por voto direto, Getúlio governou o Brasil como presidente da república, por 3 anos e meio: de 31 de janeiro de 1951 até 24 de agosto de 1954, quando se suicidou.



Outra postura denunciada por Siebert, é que “Ironicamente, esta mesma cultura alemã, que foi tão duramente reprimida, é hoje valorizada e explorada turisticamente, nem sempre com valores autênticos, havendo uma certa dose de estereótipos e falsificações.” (Siebert, C., 1996:86) Corroborando esta afirmação, temos as leis de incentivo aos “enxaimelóides”, ou como diria Siebert “enxaimosos”, que surgiram em algumas cidades do Médio Vale do Itajaí; ocasionando falsos históricos. O resultado, foi “de confusão” quanto a originalidade e a técnica, levando a valorização dos cenários e a desvalorização do acervo original.

A partir de 1850, verifica-se alguns sinais que darão novos rumos à região do Vale do Itajaí.

Se a industrialização houve é porque ocorreram condições favoráveis no país, além do sucesso da imigração, a partir de determinada época (mais precisamente, a partir do advento da República). Sem essas condições, nem imigrantes, nem outros fariam a industrialização. (Seyferth, 1990:41)

Com a exportação do café, que alguns historiadores e economistas chamaram de “ciclo econômico do café”, e posteriormente o reinício das operações do Banco do Brasil como mecanismo financeiro, houve o aprimoramento dos transportes e a suspensão do tráfico de escravos.

No caso das análises do desenvolvimento em Santa Catarina, a questão não estava em como superar a economia caracteristicamente industrial, pois o crescimento da atividade industrial e sua preponderância sobre outros setores econômicos já haviam sido percebidos a partir dos anos 40 e 50. A questão, assim, estava no tipo e na forma do processo de transição de uma economia à outra (agrícola e industrial) e na importância diferenciada de determinados fatores, internos ou externos, para determinar o processo de industrialização. (LENZI, 2000:63)

Com o advento da industrialização, as famílias permanecem ligadas às atividades rurais, mas alguns de seus membros são operários nas indústrias localizadas nas áreas urbanas, acarretando modificações nas implantações e na paisagem rural. As áreas urbanas, por sua vez, sofrem com a especulação imobiliária que ocasionou modificações, mutilações e, o desaparecimento de muitas edificações. Corroborando com o cenário negro, a ânsia pelo progresso fomentou a perda das técnicas construtivas antigas, tornando ainda mais difícil as obras de restauração. Além disso, muitos administradores de cidades esqueceram-se da memória coletiva, executaram obras que ocasionaram perdas irreversíveis. Foi nesta fase que ocorreram os danos mais

significativos a memória das cidades: desaparecimento e/ou mutilação de edifícios, alterações de malha viária e modificações da paisagem cultural, tanto urbana como rural.

Talvez tudo isso tenha sido em favor do progresso, ou do dito conforto; o que não seria de todo mal se, a cidade fosse considerada como organismo vivo impregnado de cultura e de propriedade coletiva.

#### 2.4. TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO PATRIMÔNIO – (FASE DA REVITALIZAÇÃO)

Em Santa Catarina, nos últimos trinta anos, o interesse pela preservação dos conjuntos históricos da imigração Européia tem crescido constantemente, sempre encontrando receptividade na população local. Primeiro foi a criação da Fundação Catarinense de Cultura e o encontro pioneiro sobre patrimônio de imigrantes promovido pela Fundação Nacional pró-Memória em Florianópolis em 1982. Na sequência ocorreu o Inventário de Emergência, realizado em 1983 depois das grandes chuvas que atingiram Santa Catarina, possibilitando pela primeira vez uma visão abrangente do patrimônio arquitetônico de uma ampla região de imigrantes. Depois de 1983, iniciaram-se cadastramentos sistemáticos em vários municípios, que culminaram com importante seminário que ocorreu em Pomerode e Timbó em 1986, e que apresentou pela primeira vez o projeto de implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração. A Fundação Catarinense de Cultura tombou, já no início dos anos 90, aproximadamente 200 imóveis relacionados com a saga dos imigrantes no Estado. Os trabalhos continuaram intensos, até o desmonte provocado no IPHAN e na área governamental no início do governo de Fernando Collor de Mello. Passaram-se vários anos até que projetos e ações pudessem ser retomados, embora nunca tenham sido completamente paralisados. A ausência de recursos, novas prioridades, e salvamentos emergenciais, fizeram com que somente depois de 2002 o objetivo da implantação dos Roteiros e a proposição de uma série de tombamentos nacionais fossem retomados como prioridade. Nesta época, já em pleno século XXI, constatou-se que algumas áreas onde se estabeleceram os imigrantes germânicos, italianos, poloneses e ucranianos, entre outros, haviam passado relativamente sãos e salvos por décadas de desconsideração para com suas especificidades. Ainda mantinham preservadas uma enorme gama de tradições

culturais e um grande número de edificações construídas durante o final do século XIX e início do XX.

A concepção de cidadania para quase todos os grupos de imigrantes se fundamenta na questão do trabalho associada à opção de permanecer no país. Em poucos grupos encontramos a imigração concebida como um processo em dois sentidos – a vinda para o Brasil e o retorno ao país de origem. (Seyferth, 1990:86)

Porém, a maioria das propriedades encontra-se em uma verdadeira situação de penúria de boa parte dos minifúndios agrícolas. Estas pequenas propriedades são a base econômica e social de praticamente todo o interior de Santa Catarina e a sua decadência coloca em risco todo o contexto das tradições preservadas. Propriedades que proporcionaram sustento e fartura para várias gerações de descendentes de imigrantes, hoje abrigam, em sua maioria, casais sexagenários. A maioria das propriedades rurais está ao menos parcialmente desativada em seu potencial agrícola, ou tende ao abandono da atividade rural. Muitas casas estão abandonadas e várias sob ameaça de vandalismo.

Os principais produtos encontram muita dificuldade na luta por mercado, devido às exigências demasiadamente rigorosas da Vigilância Sanitária dos municípios.

Parte significativa de toda esta situação deve ser creditada ao grande crescimento industrial de toda a região sul, atraindo crescentes fluxos de mão de obra, que optam pelo trabalho urbano e toda a série de vantagens advindas do fato de tornarem-se assalariados. É comum que, mesmo nos caminhos rurais mais distantes, ônibus a serviço de empresas industriais venham todos os dias buscar a mão de obra rural para suprir suas necessidades de trabalho.

Em muitos casos, as áreas rurais – onde se encontra a parcela mais expressiva do patrimônio do imigrante, representada pelas pequenas propriedades rurais e seu conjunto construído – têm sido englobadas no perímetro urbano das cidades em expansão, resultando na rápida e implacável transformação da paisagem cultural. (IPHAN, 2006:116)

Assiste-se em verdade, a um verdadeiro ciclo de transferência do trabalho e da mão de obra, deslocando-se do campo para as cidades, uma espécie de êxodo rural, do qual apenas uma parcela pequena dos agricultores não é afetada. É problema sério, que interfere diretamente com o contexto cultural da região e em todos os seus aspectos: necessita de enfrentamento e equacionamento imediatos. A proximidade com a indústria, se bem dosada, pode ser altamente vantajosa para as famílias de produtores rurais. Tratando-se de economias familiares, é salutar que alguns membros da família

realizem trabalhos externos, injetando recursos provenientes de fontes que não sejam a comercialização dos produtos agrícolas.

#### 2.4.1. A PAISAGEM CULTURAL EM SANTA CATARINA

A primeira proposta, referente à paisagem cultural da imigração em Santa Catarina, derivou de projeto igualmente pioneiro no Iphan: os Roteiros Nacionais de Imigração. O projeto se desenvolveu a partir de um inventário de conhecimento, iniciado em 1983 (no âmbito da Fundação Nacional Pró-Memória), interrompido na década de 1990 (especialmente a partir do governo Collor) e finalmente retomado em 2003/2004, quando se finalizou uma etapa importante do mapeamento. Desde o princípio, imaginou-se trabalhar com a constituição de rotas, caminhos, roteiros, buscando promover uma maior integração entre os diversos bens (que estão localizados em áreas rurais de distintos municípios, em várias regiões do Estado) e proporcionar alternativas de sobrevivência às famílias de agricultores e pequenos produtores rurais, considerando as pressões que desde então vêm sofrendo pelo acelerado processo de urbanização e industrialização dessas regiões.

A proposta de reconhecimento da paisagem cultural da Imigração em Santa Catarina foi levada ao Conselho Consultivo do Iphan em dezembro de 2007, e fazia parte do processo que propõe o tombamento de 63 bens (dentre pequenas propriedades rurais, um conjunto urbano e um conjunto rural) representativos da imigração no Estado. Em virtude da inexistência, à época, de uma forma previamente estabelecida para avaliação da proposta da paisagem cultural, o Conselho optou pelo tombamento dos bens já notificados e pela prorrogação da decisão sobre a paisagem, até que o IPHAN desenvolvesse um instrumento à luz do qual a proposição deveria ser analisada.

Segundo a Portaria Iphan 127/09, constitui Paisagem Cultural Brasileira “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

A decisão de cancelar a primeira Paisagem Cultural Brasileira em Santa Catarina é um marco para as políticas públicas de patrimônio cultural.

Sua consecução é, contudo, tarefa difícil, tendo em vista a complexidade que envolve a seleção, caracterização, delimitação e, especialmente a gestão dessas “porções peculiares do território nacional representativas do processo de interação do homem com o

meio natural, as quais a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. (WEISSHEIMER, M.,2012)

Hoje, com a chancela instituída<sup>22</sup> em 2011, a proposta passa por revisão, devendo resultar em proposição mais abrangente que aquela inicialmente encaminhada ao Conselho Consultivo, além de constituir-se em outro processo, considerando a existência de um procedimento legalmente estabelecido e de implicações diferenciadas entre o tombamento e a chancela.

Assim como os demais instrumentos, a chancela da paisagem cultural, está em conformidade com o que dispõe o artigo 216 da Constituição Federal, que diz:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Deste modo a chancela complementa o arcabouço legal utilizado pelo IPHAN para a preservação do patrimônio cultural, e não exclui a possibilidade de aplicação do tombamento, do registro ou de qualquer outro instrumento de proteção do patrimônio.

A chancela da paisagem cultural nunca deverá ser tratada como mero ato declaratório e, por isso, o pacto a ser proposto como base para sua consecução deve basear-se em parceiros e medidas estratégicos para a sua preservação.

Para tanto, apesar de não se constituírem em formas institucionalizadas de preservação ou gestão – como a paisagem cultural o foi através da Portaria IPHAN 127/2009 – a utilização dos conceitos de território e de itinerário cultural para o estabelecimento de estratégias e ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, deve fazer parte desse processo. Assim sendo, é importante ressaltar que a chancela de paisagem cultural deve ser compreendida como um instrumento de gestão compartilhada.

#### 2.4.1.1. A paisagem cultural de Pomerode

---

<sup>22</sup> O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou nesta terça-feira (3) a primeira chancela de Paisagem Cultural Brasileira da história do país. (03/05/2011-www.IPHAN.gov.br)

Pomerode é conhecida como a “Cidade mais alemã do Brasil”, cujo slogan criado no mandato do prefeito Eugenio Zimmer (1983-1988) é justificado pelo fato de que 70% da população ser de origem alemã.



Foto 12. Primeiras edificações enxaimel em Pomerode.

Fonte: [www.vemprapomerode.com.br/turismo/a-cidade/pagina/história-de-pomerode](http://www.vemprapomerode.com.br/turismo/a-cidade/pagina/história-de-pomerode)

A cidade é reconhecida por atrativos arquitetônicos turísticos vinculados a construção enxaimel, técnica construtiva originária da Alemanha, somando mais de 240 exemplares. Destas, a maior concentração fica situada na localidade de Testo Alto, área chancelada pelo IPHAN.

Do alto da serra é possível avistar, por um lado o Vale do Rio da Luz e, por outro, Testo Alto, ambos de paisagem que impressiona pela beleza e preservação dos aspectos naturais intimamente atrelados à presença humana. Em Testo Alto, juntamente com a paisagem singular, encontra-se um dos mais expressivos acervos da arquitetura da imigração no Brasil, que se destacam por sua qualidade estética e construtiva. (IPHAN, 2007:61)

Adiante o texto relata sobre a peculiaridade da ocupação espacial do território,

A distribuição dos minifúndios e das edificações – de função residencial, religiosa, comercial, recreativa e educacional – ao longo das estradas rurais configuram uma espécie de urbanismo disperso e linear que caracteriza a ocupação espacial das regiões de imigrantes no sul do Brasil. (IPHAN, 2007:61)

A somatória desses fatores, motivou a chancela de paisagem Cultural Brasileira.

De todas as regiões e estradas inventariadas, as localidades de Testo Alto (Pomerode) e Rio da Luz (Jaraguá do Sul) destacam-se pela qualidade da paisagem cultural, entremeando pequenas propriedades, cumeadas de matas, cultivos na várzea e pastagens até a meia encosta. A área destaca-se pela densidade de edificações de valor cultural. Testo Alto (no vale do Rio do Testo) e Rio da Luz (no Vale do Rio da Luz) são localidades contíguas, separadas pelo divisor de águas que divide os municípios e por isso a proposta do tombamento federal abrangendo o conjunto formado pela área mais preservada dos dois municípios. Um perímetro de tombamento delimita a área para a qual sugere-se a inscrição nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. (IPHAN, 2007:56)

Acrescentando, “[...] além do seu reconhecimento como Paisagem Cultural Brasileira.” (IPHAN, 2007:69) Conforme o Dossiê dos Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina, volume 02 (2007), o perímetro de tombamento proposto tem como limites, no sentido leste-oeste, a faixa que vai do leito dos rios do Testo e da Luz (em Pomerode e Jaraguá do Sul, respectivamente), até a cumeada dos morros em ambos os lados dos vales. No extremo sul, este limite intercepta o entroncamento com a rua Gustav Krahn, onde está localizado o Salão Belz - na estrada da margem esquerda do Rio Testo - e a Igreja Protestante – na margem direita. No extremo norte, o limite ocorre no entroncamento da estrada da margem esquerda do Rio da Luz com a estrada que, margeando o Ribeirão Grande da Luz, leva a Garibaldi. Início da rua Testo Alto, no entroncamento onde estão localizados os Comércio Weege e Haut, até o início da área tombada. No Vale do Rio da Luz, o entorno da área protegida tem início na bifurcação da estrada da margem esquerda do Rio da Luz com a estrada da margem esquerda do Rio Cerro.

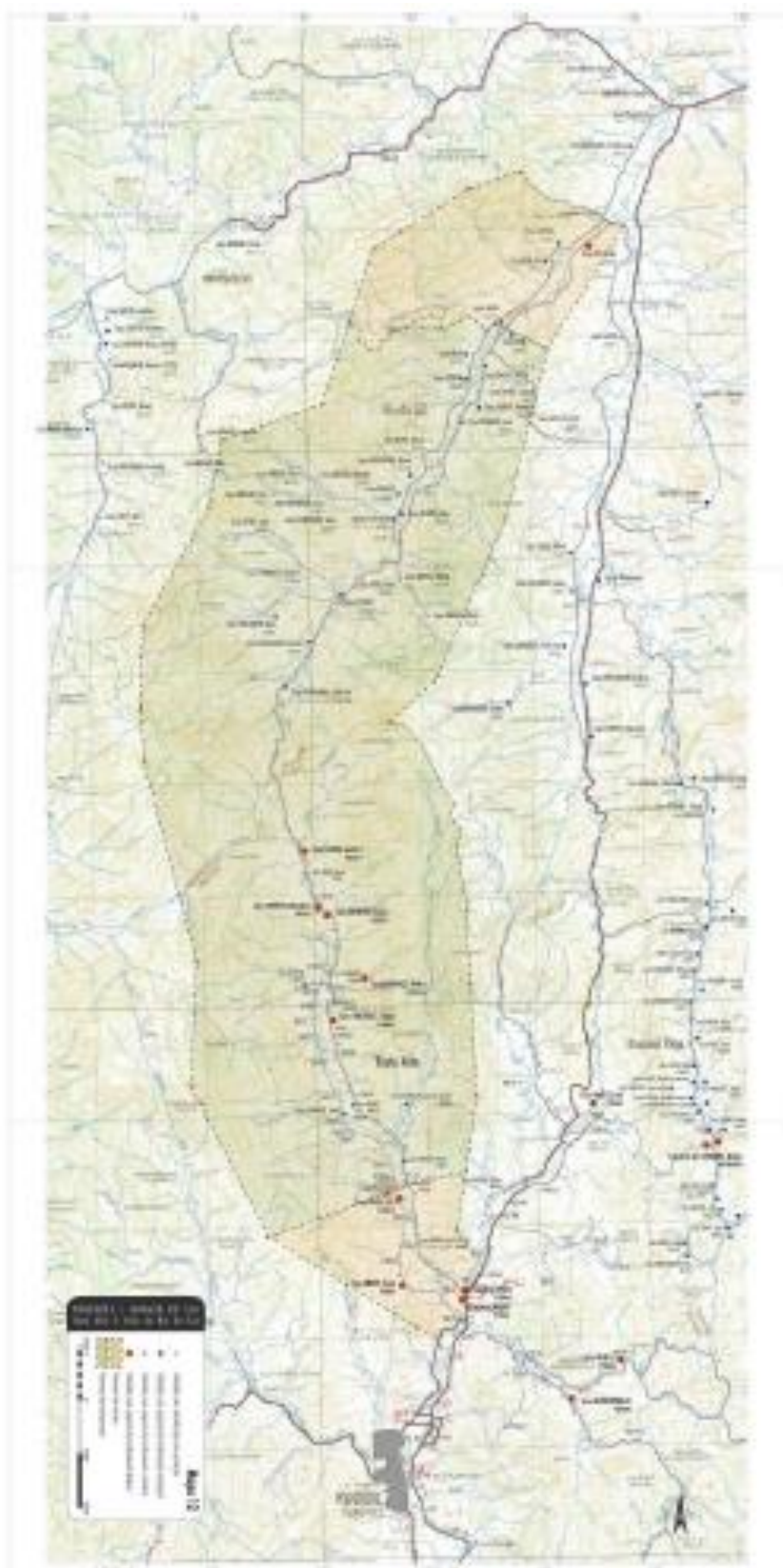


Foto 14. Testo Alto, Pomerode/SC/Brasil

Fonte: [www.advocaciaimobiliariaebs.jusbrasil.com.br/artigos/145965719/a-problematICA-da-legalidade-no-denominado-tombamento-do-rio-da-luz-jaragua-do-sul-e-testo-alto-pomerode](http://www.advocaciaimobiliariaebs.jusbrasil.com.br/artigos/145965719/a-problematICA-da-legalidade-no-denominado-tombamento-do-rio-da-luz-jaragua-do-sul-e-testo-alto-pomerode)

Em Testo Alto, a área de entorno (ou amortecimento) vai do início da rua Testo Alto, no entroncamento onde estão localizados os Comércios Weege e Haut, até o início da área tombada. No Vale do Rio da Luz, o entorno da área protegida tem início na bifurcação da estrada da margem esquerda do Rio da Luz com a estrada da margem esquerda do Rio Cerro, conforme mapa 07 .





Mapa 07. Mapa com a delimitação dos perímetros da área chancelada como paisagem cultural, núcleo de Testo Alto em Pomerode e Rio da Luz em Jaraguá do Sul. Em vermelho estão assinaladas as propriedades que foram tombadas individualmente em nível estadual. Em azul, as propostas de tombamento estadual e em cinza os bens indicados para proteção municipal.

Fonte: IPHAN/SC

Na área chancelada incide legislações específicas, como a Portaria IPHAN nº 70 de 22 de Fevereiro de 2013, que dispõe sobre a regulamentação de diretrizes para a preservação do conjunto de Testó Alto.

Dispõe sobre a regulamentação de diretrizes para a preservação do Conjunto Rural de Testó Alto, no município de Pomerode, no estado de Santa Catarina, tombado em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN através do Processo de Tombamento nº 1.548-T-07 e inscrito nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, conforme Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, com o estabelecimento de parâmetros para novas intervenções nas áreas tombadas e de entorno.(Portaria IPHAN 70/13)

Segundo Weissheimer,

No primeiro semestre de 2012, o IPHAN elaborou as normativas de preservação que passaram a estabelecer os parâmetros a serem seguidos para novas intervenções, de caráter urbanístico ou arquitetônico, nas áreas tombadas e entornos dos núcleos de Testó Alto e Rio da Luz. [...] Note-se, contudo, que o que está – com dificuldades – sendo preservado neste caso ainda não é a paisagem cultural, mas os valores paisagísticos (cênicos) atribuídos aos dois núcleos pelo tombamento. (WEISSHEIMER, M.,2012)

Concomitantemente ao processo de chancela da área rural de Testó Alto, a Prefeitura de Pomerode aprovou a Lei Complementar nº 238, de 11 de maio de 2012, que institui o sistema municipal de cultura de Pomerode, criando o fundo municipal de cultura - FMC, e estabelecendo as diretrizes para políticas públicas de cultura. O Art.13 da referida lei demonstra os valores que serão recebidos pelo fundo e como deverão ser aplicados.

Art. 13 No início de cada exercício financeiro, decreto de iniciativa do Prefeito Municipal fixará os montantes que deverão ser destinados aos mecanismos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, que terão como parâmetro, o mínimo de 0,1% (zero vírgula um por cento) e máximo de 0,5%(meio por cento) da receita tributária anual do orçamento municipal.

[...]

§ 3º Do montante efetivamente repassado para o Fundo Municipal de Cultura - FMC serão redistribuídos de forma a atender aos seguintes critérios:

I - 5% a 10% (cinco a dez por cento) para cobrir os custos administrativos;

II - 25% (vinte e cinco por cento) para projetos da Fundação Cultural de Pomerode e de suas unidades;

III - 65% a 70% (sessenta e cinco a setenta por cento) para financiamento a fundo perdido de outros projetos, inscritos e aprovados em Editais de Apoio à Cultura.

Como podemos observar o patrimônio edificado e a paisagem cultural não são favorecidas, uma vez que estes, devem concorrer através de projetos as verbas acima expostas.

Conforme a Portaria 70/13, as edificações recentes e que não possuem vinculação com as edificações tombadas ou de interesse históricos, são as únicas passíveis de “substituição ou transformação”. Porém, todas devem seguir critérios nela estipulados.

Art. 8º O SÍTIO TOMBADO caracteriza-se pela predominância da atividade rural e residencial, complementada por pequenos comércios, igrejas e associações recreativas locais, mantendo os principais elementos naturais, morfológicos e etnográficos que configuram o modelo de ocupação territorial estabelecido pelas colônias de imigrantes.

§ 1º Com relação à linguagem arquitetônica do conjunto, o SÍTIO TOMBADO caracteriza-se pela ocorrência de edificações rurais de valor cultural, de uso residencial, comercial, religioso e recreativo, típicas da arquitetura teuto brasileira, sendo que todos os exemplares enquadrados nesta caracterização deverão ser integralmente preservados, conservando-se seus elementos e características originais de volumetria, materiais e técnicas construtivas.

§ 2º Entremeadas às edificações de valor cultural e de interesse à preservação, é possível identificar construções recentes, de linguagem arquitetônica e características que não possuem vínculo histórico ou correspondência arquitetônica com os bens que importa preservar e, portanto, passíveis de substituição ou transformação, conforme parâmetros adiante elencados. (Portaria IPHAN 70/13)

Com a finalidade de conservar a paisagem rural do Testo Alto, a Portaria IPHAN 70/13 também norteia a supressão de vegetação e a abertura de novos loteamentos. Estes últimos, só poderão ser realizados em área urbana e com linguagem diferenciada, conforme dita o artigo 15,

II - O desenho urbano dentro dos loteamentos e/ou condomínios horizontais deverá seguir linguagem diferenciada, evitando traçados retilíneos demasiadamente contínuos ou ocupações marcadamente regulares perceptíveis a partir de qualquer ponto das ruas Progresso e Testo Alto. (Portaria IPHAN 70/13)

Já no artigo 17, foi estipulado como 5.000m<sup>2</sup> a área mínima dos lotes pertencentes as edificações tombadas e /ou protegidas.

Art. 17. Caso venham a ser parcelados lotes que contenham bens de valor cultural e interesse à preservação, a área total final do terreno

onde estiverem implantadas as edificações de valor cultural e interesse à preservação não deverá ser menor que 5.000 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados). (Portaria IPHAN 70/13)

O quadro abaixo nos mostra os coeficientes urbanísticos a serem aplicados na área chancelada.

Portaria nº. 70, de 22 de fevereiro de 2013. D.O.U. nº. 39, Seção I, pgs. 9 a 11

## Anexo II

### Parâmetros de parcelamento e ocupação do solo

Setores	L Mín [m <sup>2</sup> ]	UA Mín [m <sup>2</sup> ]	Te Mín [m]	TO Máx [%]	AF Mín [m]	AL Mín [m]	TA Mín [%]	TP Mín [%]	APE Máx [m]
<b>Setores de Tombamento</b>									
<b>SPPR</b>	20.000	20.000	30	10	6,0	5,0	30	80	6
<b>SPP</b>	20.000	5.000	30	10	6,0	5,0	30	80	6
<b>SUP</b>	3.000	3.000	30	10	10,0	10,0	30	80	6
<b>Setores de Entorno</b>									
<b>SPPE</b>	20.000	5.000	30	10	6,0	5,0	30	80	6
<b>SUE</b>	1.000	1.000	20	10	6,0	3,0	25	80	6

<b>L Mín</b>	Tamanho mínimo do lote
<b>UA Mín</b>	Tamanho mínimo da unidade autônoma
<b>Te Mín</b>	Testada mínima do lote
<b>TO Máx</b>	Taxa de ocupação máxima das edificações dentro do lote
<b>AF Mín</b>	Afastamento frontal mínimo das edificações dentro do lote
<b>AL Mín</b>	Afastamento lateral mínimo das edificações dentro do lote
<b>TA Mín</b>	Taxa de arborização mínima
<b>TP Mín</b>	Taxa de permeabilidade mínima
<b>APE Máx</b>	Altura máxima das paredes externas
<b>SPPR</b>	Setor de Preservação Paisagística Rigorosa
<b>SPP</b>	Setor de Preservação Paisagística
<b>SUP</b>	Setor Urbano com Proteção
<b>SPPE</b>	Setor de Preservação Paisagística do Entorno
<b>SUE</b>	Setor Urbano de Entorno

Tabela 04. Tabela de parâmetros de parcelamento e ocupação do solo.

Fonte: Plano Diretor de Pomerode

Podemos observar na tabela acima, a preocupação com a intervenção das edificações na paisagem, uma vez que é permitido apenas dois pavimentos em toda área chancelada (APE máximo 6m). Complementando, a Portaria IPHAN nº 420 de 22 de Dezembro de 2010, “Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.”

Corroborando, o Plano Diretor de Pomerode<sup>23</sup>, em seu anexo V, traz o inventário do Patrimônio Socioambiental, onde descreve o nome e endereço dos imóveis de valor histórico, arquitetônico, artístico e cultural, e que estão dispostas no mapa abaixo. A área apresentada na figura abaixo, é considerada no macrozoneamento municipal como “XII - Setor de Preservação do Conjunto Paisagístico e Cultural – SEPREC”( LC nº 162/08).

Art. 44 O Setor de Preservação do Conjunto Paisagístico e Cultural compreende as áreas cuja paisagem possui potencial interesse Histórico-Cultural, em especial:

I - A rota do Teste Alto;

II - A rota verde;

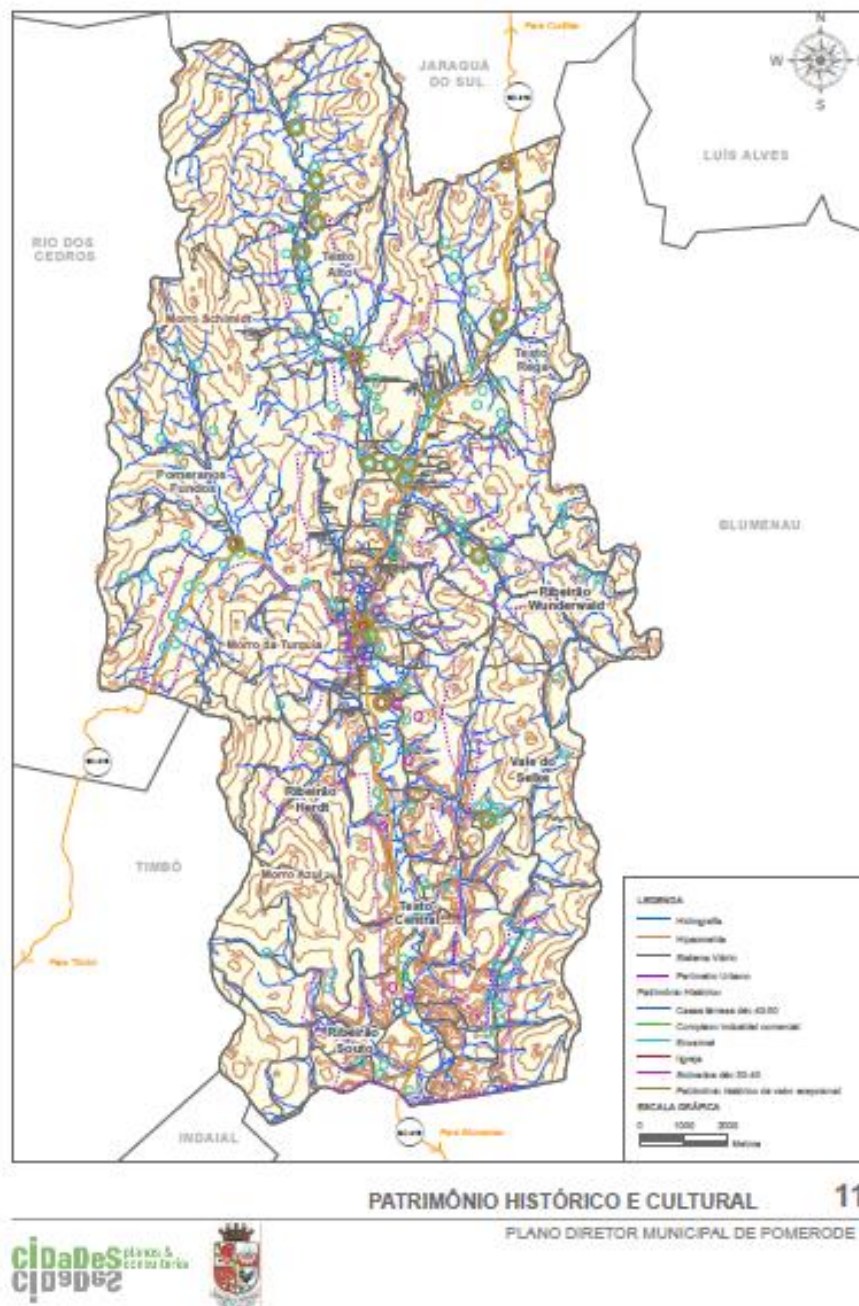
III - A rota do Agroturismo.

Art. 45 O Setor de Preservação do Conjunto Paisagístico e Cultural tem como objetivos, além de manter os objetivos constantes da Macrozona à qual se sobrepõe, orientar as políticas públicas no sentido de:

I - Qualificar as rotas turísticas de interesse histórico-cultural, promovendo a proteção do patrimônio socioambiental da área e incentivando o desenvolvimento turístico da região. ( LC nº 162/08).

---

<sup>23</sup> Aprovado pela Lei Complementar nº 162/08 de 12 de Dezembro de 2008.



Mapa 08. Mapa do Patrimônio Histórico e Cultural.  
Fonte: Plano Diretor de Pomerode.

No Código de Obras<sup>24</sup> do município de Pomerode, podemos notar a preocupação da preservação da paisagem da cidade conforme indica o artigo nº 93,

§3º Toda edificação com uso de chapas e platibanda será objeto de análise individual por parte do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Pomerode quando inserida no Setor de Preservação do Conjunto Paisagístico e Cultural 1 e 2, Setor do Centro Histórico e imóveis classificados como P3. (Lei Complementar 227, de 23/12/2011)

<sup>24</sup> Lei Complementar nº 227 de 23 de dezembro de 2011.

Já a Lei nº 1639 de 05 de abril de 2002, dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural de Pomerode, cria o serviço do patrimônio histórico, artístico e natural do município - SPHAM e o conselho municipal do patrimônio histórico e cultural de Pomerode e a Lei nº 808/1988 institui o cadastramento de bens culturais.

As isenções de tributação estão dispostas na Lei complementar nº 75/2001 de 12/12/200, que institui o código tributário do município de Pomerode. Onde no Art. nº 241 especifica a isenção do IPU.

Art. 241 Ficam isentas do pagamento do Imposto Predial Urbano, todas as construções típicas, do tipo enxaimel original, assim integralmente preservadas, existentes no Município de Pomerode, independentemente do ano de sua edificação. As construções de relevante patrimônio histórico, devidamente cadastradas pela Municipalidade, terão uma redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial Urbano.

§ 1º Para que o proprietário seja beneficiado com a isenção ou redução prevista no caput deste artigo, deverá cadastrar sua construção junto a Secretaria de Planejamento, que depois de inspeciona-la deverá emitir parecer definindo o enquadramento cabível.

§ 2º Para a manutenção do benefício, o proprietário deverá conservar os traços originais da construção, caso venha a efetuar qualquer reforma ou melhoria, não podendo alterar a sua constituição física primitiva. A reforma deverá ser precedida de um projeto para análise e aprovação do departamento Técnico da Municipalidade.

Sobre a manutenção do benefício acima citado, queremos apresentar nossa dúvida em relação a terminologia utilizada, mais especificamente onde cita que o proprietário devem conservar “traços originais da construção”, e na sequência tenta consertar com “não podendo alterar a sua constituição física primitiva”, porém a utilização da palavra “reforma”, ao invés de restauro, não deixa dúvidas quanto a fragilidade da proposição.

Neste sentido, a Portaria IPHAN 70/13 possui direcionamento adequado para uma área cancelada.

Art. 4º As intervenções propostas para o SÍTIO TOMBADO e seu ENTORNO deverão levar em conta a preservação, a valorização e a qualificação da paisagem das áreas tombadas, visando garantir a perduração das características rurais e a permanência dos valores históricos, etnográficos e paisagísticos que justificaram seu tombamento.(Portaria IPHAN 70/13)

Já sobre as infrações e penalidades, estas são absorvidas pela Portaria nº 187 de 11 de Junho de 2010,

Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema

recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.  
(Portaria nº 187 de 11 de Junho de 2010)

Mesmo com as diversas legislações, a área chancelada sofre os efeitos do crescimento urbano e da consequente descaracterização do espaço. Vejamos no dossiê dos Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina (IPHAN, 2006 e 2007), documento que antecede a chancela, que demonstra claramente a preocupação com a transformação da paisagem das áreas protegidas:

Por duas gerações, formou-se um todo harmônico e produtivo, até que, nas últimas décadas, a urbanização desenfreada induziu ao esvaziamento do campo, produzindo a situação de desequilíbrio – tônica das três últimas décadas. (IPHAN, 2006:123)

Corroborando, em 2007,

Tanto Pomerode como Jaraguá do Sul possuem perímetro urbano – além da área efetivamente urbanizada. Como exemplo, pode-se apontar que quase 50% da área de Testo Alto, uma das áreas que congregam maior valor cultural em Pomerode, é considerada perímetro urbano, embora o Plano Diretor já estabeleça que se trata de Área Especial. É fundamental que a área mínima estabelecida para os lotes sejam suficientes para garantir o uso rural na região. O crescimento urbano – em especial no caso de Jaraguá do Sul, cidade essencialmente industrial que comporta o maior PIB de Santa Catarina – afeta diretamente as áreas rurais próximas ao perímetro urbano, transformando a ocupação do território e, conseqüentemente, a paisagem. Atualmente, em muitas dessas áreas de transição persistem as características rurais – já mescladas com a transformação urbana. (IPHAN, 2007:69)

Weissheimer(2012) também expõe sua preocupação,

Em linhas gerais, o principal problema que atualmente coloca em xeque a possibilidade de sobrevivência ou de preservação das paisagens culturais da imigração é o esvaziamento das áreas rurais, com a consequente desvalorização da produção tradicional, e na sua paulatina transformação em periferia urbana. (WEISSHEIMER, M., 2012)

É sabido que a agricultura familiar em Pomerode está voltada, em sua maioria, para a agricultura de subsistência, ocasionando o movimento pendular com a área central em busca de emprego. Como citou Weissheimer, a preocupação está com a desvalorização da produção tradicional que ocasiona também a desvinculação com a localidade, paisagem, arquitetura e valores. As famílias tradicionais residentes na área chancelada vêm se esforçando para a conservação das tradições, o que tem sido de extrema valia para manutenção da área como patrimônio cultural.

Percebe-se que estas famílias ainda não enxergaram a oportunidade de se destacarem no mercado através da manutenção, conservação e valorização da herança



cultural, arquitetônica e paisagística. Neste sentido, abordaremos a qualificação das propriedades e dos proprietários para o turismo, como um dos mecanismos de sustentação da área de imigração.

#### 2.4.1.5. O turismo sustentável do Médio Vale do Itajaí

Em termos de organização social, o Médio Vale do Itajaí/SC tem experiência e familiaridade com o trabalho colaborativo e de respeito à identidade. Exemplos disso são as associações de moradores, os clubes de caça e tiro, a cooperativas comerciais e de agronegócios. Com esses princípios os gestores municipais da região criaram o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMMVI).

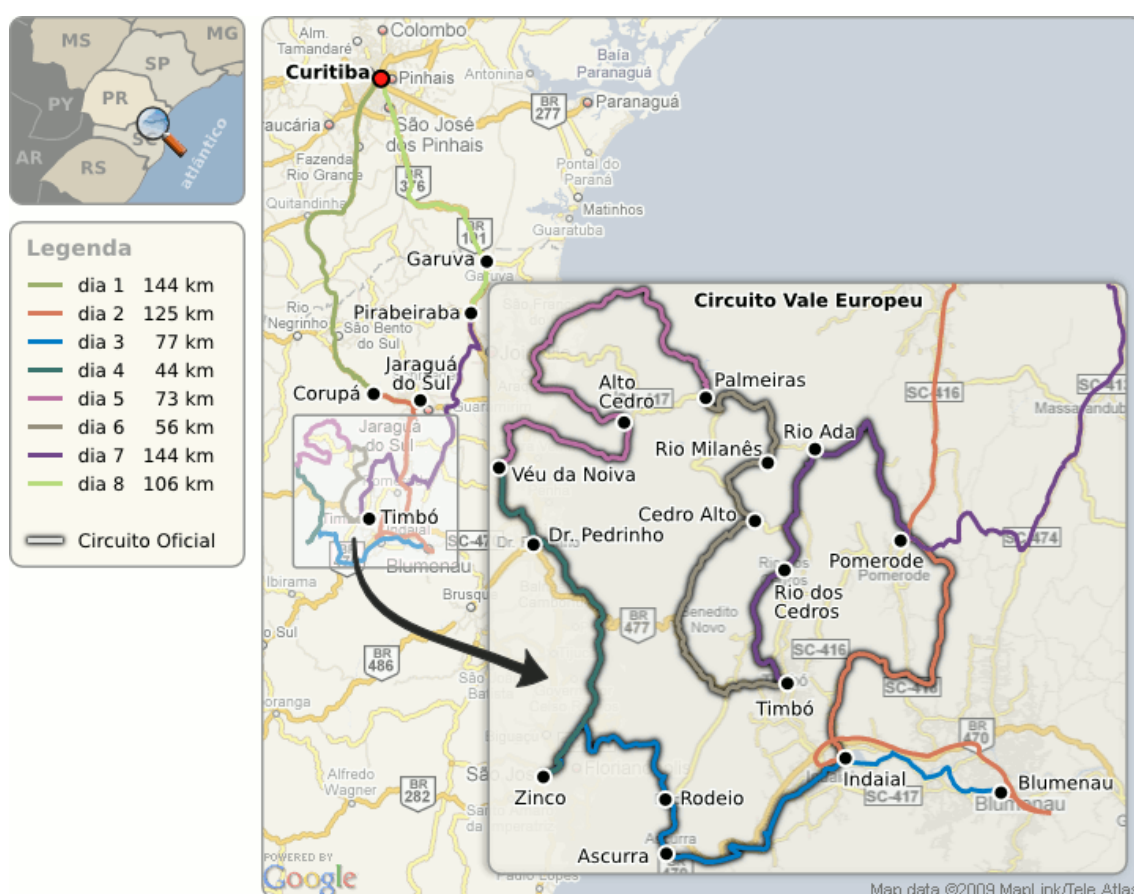
Essa iniciativa inovadora, ainda de forma incipiente desenvolveu ações na área de resíduos sólidos e turismo. Entre suas atribuições, segundo o Estatuto, estão:

- II - a gestão associada de serviços públicos ou de interesse público, inclusive os de saneamento básico;
- VI - a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio-ambiente;
- IX - a gestão e a proteção de patrimônio urbanístico, paisagístico ou turístico comum;
- X - o fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário;
- XI - as ações e políticas regionais de desenvolvimento urbano e socioeconômico, inclusive nas áreas de turismo e cultura;
- XV - o desenvolvimento de planos, programas e projetos destinados à recuperação, preservação e melhoria das condições ambientais; (CIMVI, 2015:1)

Os trabalhos desenvolvidos pelo Consórcio na área turismo resultaram na criação do Circuito Vale Europeu Catarinense, organizado conforme demonstrado na figura abaixo.



O Circuito Vale Europeu é o primeiro roteiro brasileiro planejado para o cicloturismo, são 300 km de estradas de terra. Esta iniciativa inédita no país surgiu de uma parceria entre o Clube de Cicloturismo do Brasil e um convênio com a CIMMVI<sup>26</sup>. O Circuito tem início e término na cidade de Timbó, que faz divisa com Pomerode. A viagem no circuito pode ser planejada e executada por cada viajante, de bicicleta (roteiro cicloturismo) ou a pé (roteiro mochileiros), da maneira que lhe for mais conveniente, mas são sugeridos sete dias (bicicleta) ou mais para que se desfrute o máximo possível do trajeto.



Mapa 10. Mapa do Percurso de Cicloturismo do Vale Europeu Catarinense.  
Fonte: <http://odois.org/?080719>

A região onde passa o Circuito possui belíssimas paisagens e uma natureza bem preservada, com muitas áreas de Mata Atlântica ainda intocadas. Nas partes mais altas há também as imponentes araucárias, típicas do Sul do Brasil. A presença da água é um

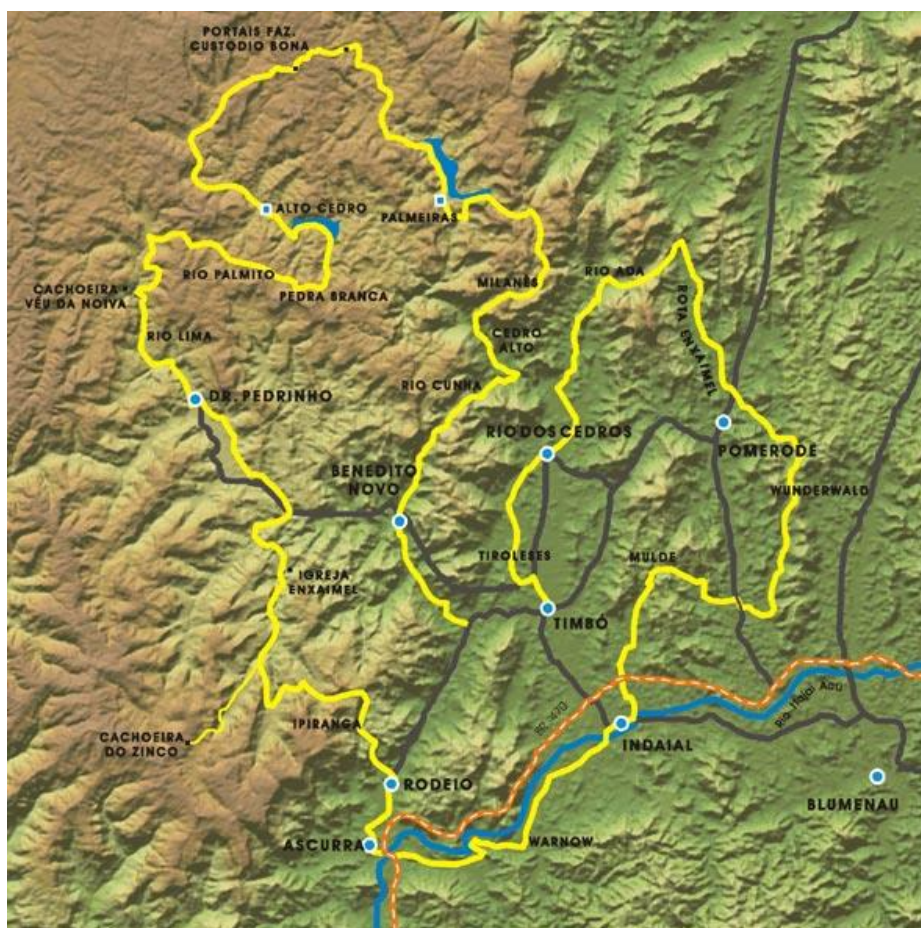
<sup>26</sup> Timbó, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Doutor Pedrinho, Bendito Novo, Ascurra e Apiuna.

dos destaques deste roteiro, além de ser uma das áreas com maior concentração de nascentes do país, são inúmeras cachoeiras, rios e riachos pelo caminho.

Outro aspecto interessante do Circuito é a marca da cultura européia que se manifesta fortemente nos hábitos e tradições da população. A imigração, inicialmente alemã, seguida da italiana, é visível em muitos aspectos como a arquitetura, a gastronomia, a música e os esportes.

A tradição do ciclismo é também um dos traços da cultura local. Diariamente, famílias inteiras utilizam a bicicleta como meio de transporte. Por isso, o cicloturista é encarado com muita naturalidade e encontra uma ótima receptividade.

Além do Circuito a ser percorrido de bicicleta, a região possui diversas opções e infraestrutura turística para a prática de outros esportes de aventura, como rafting, rapel e caminhadas.



Mapa 11. Mapa do percurso com topografia.

Fonte: [www.clubedecicloturismo.com.br/roteiros/circuitovaleeuropeu/percurso.html](http://www.clubedecicloturismo.com.br/roteiros/circuitovaleeuropeu/percurso.html)

Seguem abaixo algumas imagens para ilustrar a riqueza visual do Circuito Vale Europeu.





Foto 15. Mochileiros.  
Fonte: Pousada Campo do Zinco



Foto 16. Mochileiros.  
Fonte: Egon Koprowski



Foto 17. Cicloturismo.  
Fonte: Ademir Winklenhaus

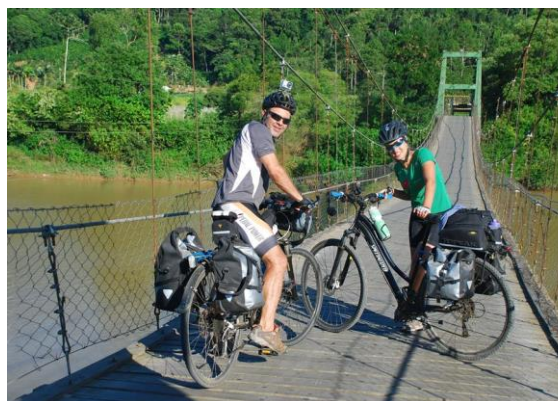


Foto 18. Cicloturismo.  
Fonte: Ademir Winklenhaus



Foto 19. Encontros na paisagem.  
Fonte: Edgar Maas



Foto 20. Sinalização turística —  
mochileiros e cicloturismo.  
Fonte: Ademir Winklenhaus

Além do circuito de mochileiros e cicloturismo, em Pomerode incidem outros roteiros de turismo, os quais são anteriores a chancela, porém ainda em início de estruturação.

#### 2.4.2. LIÇÕES APRENDIDAS – ALTO DOURO VINHATEIRO

Atualmente, a Lista do Patrimônio Mundial integra, na categoria de paisagem cultural os seguintes conjuntos de paisagens portuguesas: Paisagem Cultural de Sintra, Sítios Arqueológicos no Vale do Rio do Côa, Alto Douro Vinhateiro e Paisagem Cultural da Vinha da Ilha do Pico.

O Alto Douro Vinhateiro (ADV) foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO na categoria de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva<sup>27</sup>, com base nos critérios III), IV) e V):

- (iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida
  - (iv) representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana
  - (v) ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis
- (Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, §77)

Estes critérios remetem para o fato do ADV ser uma paisagem moldada pela antropização de uma natureza adversa, marcada por clima rigoroso, precipitação reduzida, solos pedregosos e de declives abruptos. A distribuição percentual de uso do solo no ADV permite constatar a evidente preponderância da vinha (cerca de 38%).

---

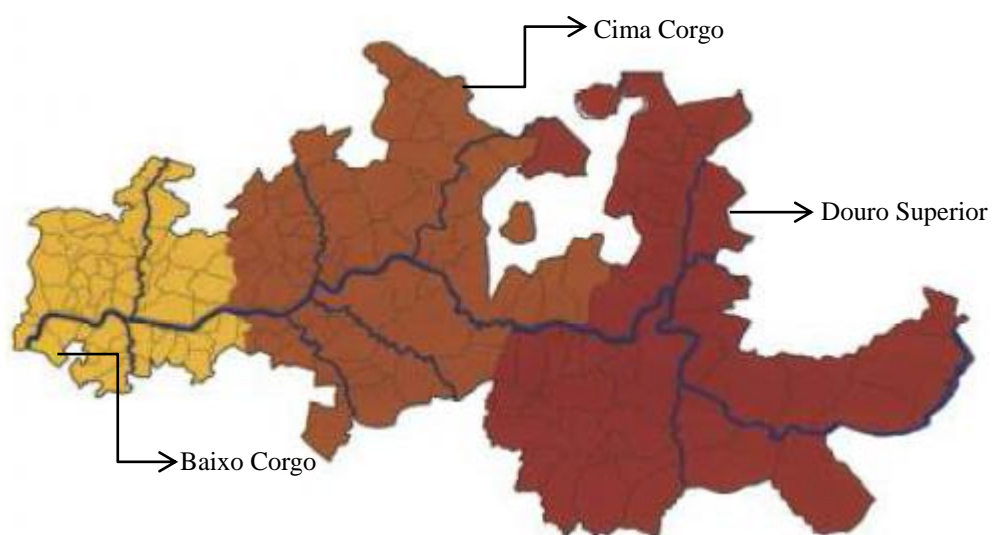
<sup>27</sup> Em 14 de Dezembro de 2001, na 25.ª sessão do Comité do Patrimônio Mundial, realizada em Helsínquia.



Foto 21. Rio Douro.  
Fonte: Acervo pessoal

O chamado Alto Douro Vinhateiro apresenta elementos-chaves como o papel do rio na configuração da paisagem e sua relação com a atividade vinícola, central na vitalidade do território. A partir de uma série de estudos multidisciplinares, tendo considerado as delimitações naturais da paisagem, um estado de conservação razoável e a representatividade das três unidades caracterizadoras da Região Demarcada do Douro (RDD), designadamente, no sentido oeste-leste, o Baixo Corgo, o Cima Corgo e o Douro Superior, foi estabelecida a área proposta do ADV como Patrimônio da Humanidade, mostrada na figura abaixo.





Mapa 12. Subregiões do Alto Douro Vinhateiro.

Fonte: Manual de Boas Práticas Vitícolas da Região Demarcada do Douro

No quadro abaixo podemos observar a área de cada sub-região e a área de viticultura correspondente.

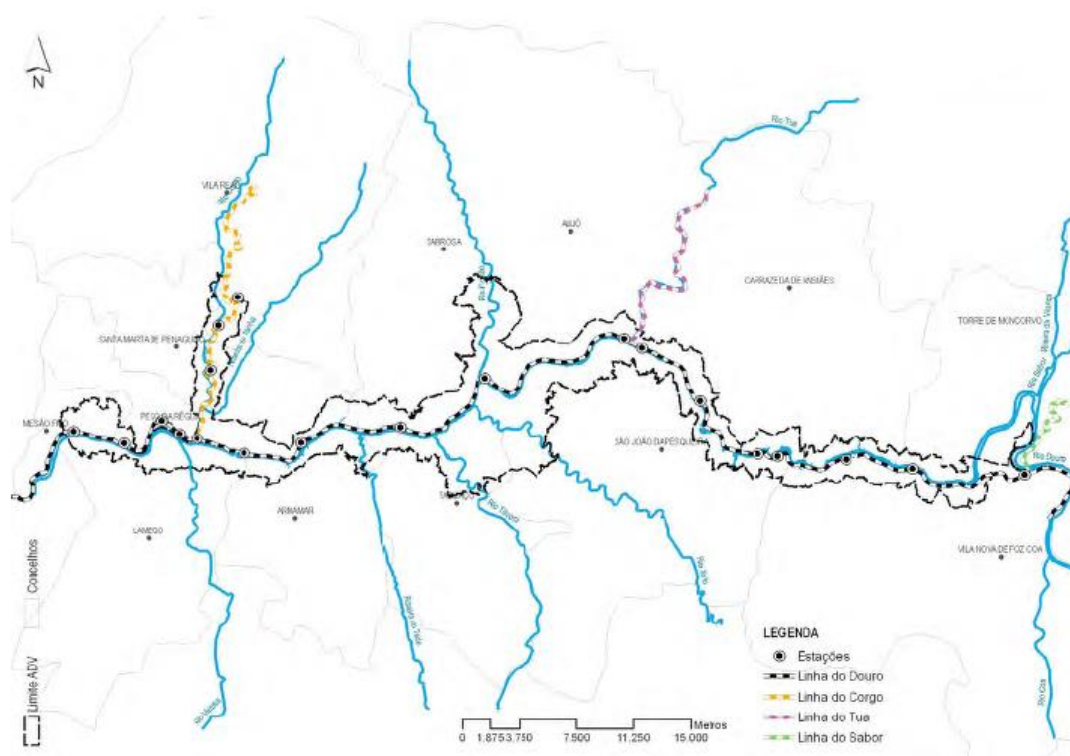
SUB-REGIÕES	Área total (ha)	%	Área vitícola (ha)	%
Baixo Corgo	45.000	18	14.501	32,2
Cima Corgo	95.000	38	20.915	22,0
Douro Superior	110.000	44	10.197	9,3
TOTAL	250.000		45.613	18,2

Tabela 05. Áreas vitícolas e totais por sub-região

Fonte: Manual de Boas Práticas Vitícolas da Região Demarcada do Douro

A superfície abrangida, que é a mais antiga região vitícola demarcada e regulamentada do mundo com delimitações desde 1756, compreende 24.600ha, cerca de um décimo do total da Região Demarcada do Douro (RDD), tendo a sua zona tampão uma área de 225.400ha. Desenvolve-se ao longo das encostas do rio Douro traduzindo-se numa faixa longitudinal com o rio ao centro e que abrange 13 municípios, conforme mapa 13.





Mapa 13. Área demarcada e estações e linhas de trem que atravessam a área.  
Fonte: PIOTADV

A paisagem cultural do ADV localiza-se em uma região produtora de vinho na qual são visíveis e coexistem varias técnicas de cultivo, desde as mais ancestrais, como as vinhas em terraços de pré-filoxera (até 1860) e vinhas em terraços do período da pós-filoxera (finais do século XIX até os anos 30 do século XX) até as formas mais modernas a partir da década de 70, designadamente vinhas em patamares, vinhas ao alto (ultimas décadas do século XX) e vinhas plantadas sem armação de terreno como mostramos a seguir:

1. Vinha em socacos com micropatamares: vinhas em terraços com largura até 1,6m, suportados por muros, comportando uma só fiada de videiras, dispostas a cerca de 0,3m do bordo exterior.

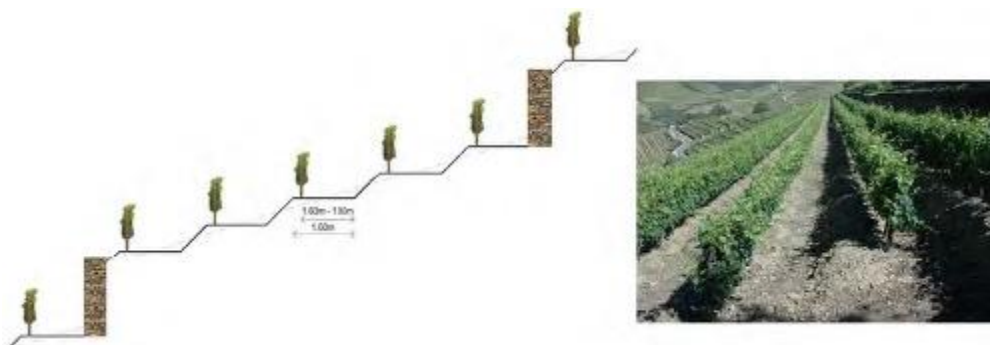


Figura 13. Representação de esquema e fotografia dos micropatamares.  
Fonte: PIOTADV

2. Vinha em socalcos com vinha ao alto: vinhas em terraços de largura e inclinação variável, suportados por muros, com vinha plantada no alto.

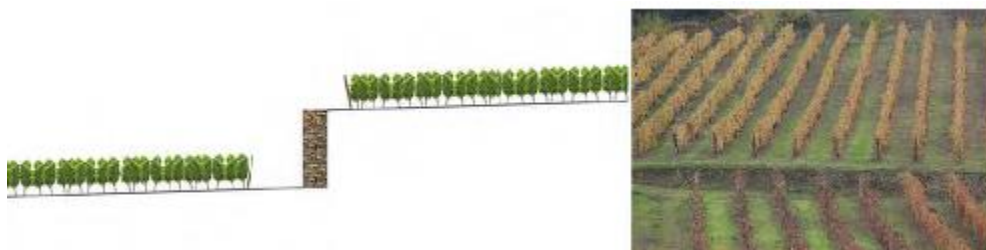


Figura 14. Representação de esquema e fotografia de socalcos com vinha no alto.  
Fonte: PIOTADV

3. Vinha sem armação de terreno: vinhas plantadas normalmente, em trenos mais férteis, e com menores declives, sem armação do terreno e sem muros, seguindo também a orientação das curvas de nível.



Figura 15. Representação de esquema e fotografia de vinha sem amarração no terreno.  
Fonte: PIOTADV

A procura de soluções mais eficientes, permitindo mecanizar e suprir a falta de mão-de-obra, conduziu a formas distintas de armação do terreno que não necessitam de

socalcos e/ou respectivos muros de suporte, estabelecendo uma alteração significativa na configuração da paisagem tradicional. Esta é uma alteração muito importante, na medida em que as extensões de muros em xisto constituem um marco de referência na paisagem cultural, certificando a sua longa tradição. Desde a década de 1970 tem surgido formas modernas, sendo ainda um objetivo da gestão atual a procura de soluções mais eficientes. Por isso, esta é uma paisagem viva e evolutiva, cuja construção supera o tempo e chega a atualidade.

Assim surgiram outras técnicas como as vinhas em patamares (largos) plantadas numa plataforma horizontal suportada por taludes bastante inclinados, podendo ter altura variada de acordo com o declive natural da encosta que levaram a destruição dos muros tradicionais de xisto e ao problema de erosão causada pela água da chuva, as “vinhas do alto” que a partir dos anos 1980 foram plantadas perpendicularmente às curvas de nível proporcionando maior aproveitamento do terreno e uma mecanização mais completa e as vinhas plantadas sem armação de terreno que predominam no Douro Superior, em geral em terrenos com declive menor.



Foto 22. Fotografia ilustrando diferentes sentidos do plantio das vinhas.  
Fonte: Acervo pessoal



As técnicas de cultivo da vinha referidas anteriormente coexistem no ADV, por vezes em espaços contíguos, dando origem a uma diversidade de contornos da paisagem.

Além das vinhas e dos seus muros de xistos, referência fundamental na paisagem cultural, outros elementos culturais testemunham o modo de vida das varias gerações que passaram pelo ADV, tais como os aglomerados populacionais, a mobilidade e os elementos religiosos.



Foto 23. Quinta de São Xisto.  
Fonte: Acervo pessoal

Os aglomerados populacionais materializam a forma de habitar a região, adaptando-se e aproveitando as encostas dos terrenos e reproduzindo influencias da viticultura e da sua evolução. Do ADV fazem parte 72 aglomerados populacionais de pequena dimensão, variando entre 150 a 900 edificações, localizados longe do rio (Aguiar et al., 2001). Identificam características de aglomerados por sub-regiões, com casas de cor branca predominante e uma possível tipologia (Aguiar et al., 2001), com suas quintas como um dos elementos mais emblemáticos.

Segundo Lourenço Gomes (2009), em termos de estrutura, as quintas são constituídas pela casa de habitação, por vezes integram uma capela, jardim, por um conjunto de construções adjacentes de apoio ao trabalho vitivinícola e extensões de terrenos ocupados por vinha e olival. A evolução da estrutura organizacional das quintas é o reflexo do desenvolvimento do comercio do vinho do Porto. Passando de geração em geração, as quintas pertencem a proprietários privados, alguns dos quais, individualmente ou inseridos num grupo empresarial, tem permitido o acesso ao publico para visitas, promoção de eventos ou alojamento.

Quanto a mobilidade, tal como a forma de habitar, também as redes de mobilidade da região, refletem o modo de viver das populações, a sua adaptação ao território e a evolução da produção e comercialização do vinho do Porto. Na configuração da paisagem salientam-se os rios e albufeiras (lagoas), linhas-ferreas, estradas e caminhos. O rio Douro é considerado como o “elemento estruturador de todo o ADV” (Aguiar et al., 2001:26), tendo sido um meio de comunicação e transporte determinante e único até o final do sec XIX. Por este navegaram barcos transportando pipas de vinho, pessoas e outras mercadorias. Atualmente, o rio Douro possibilita navegação turística, comercial e recreativa.

Mais recentemente, a mobilidade foi e tem sido melhorada pela rede viária (FRAH, 2000). Na sua maioria é constituída por estradas municipais e nacionais. Não obstante, itinerários principais e autoestradas permitem a ligação dos aglomerados aos principais centros urbanos do Douro.

Os instrumentos e organismos que surgiram a partir da inserção do ADV na lista da UNESCO compreendem o *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro* (PIOT-ADV), instrumento de gestão territorial, a estrutura de missão para a RDD e a Liga dos Amigos do Douro Patrimônio da Humanidade, representativa da sociedade civil.

O PIOT-ADV é um plano integrador, essencialmente de natureza estratégica e não regulamentar, tendo como denominador comum a salvaguarda da paisagem, e estando em conformidade com os Planos Diretores Municipais, e com o *Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente do Douro* (PROZED).

Nas instruções normativas, o PIOT-ADV estabelece parâmetros e condicionamentos quanto a plantação e replantação de vinha, tendo em conta “as dimensões da parcela e da exploração vitivinícola, o declive, os sistemas de armação do terreno existentes, os solos e a existência, ou proximidade, de valores patrimoniais”. Ressalta-se a obrigatoriedade de consulta a uma entidade a ser criada para a alteração em elementos considerados essenciais para a Paisagem Cultural.

Vale lembrar que desde a candidatura do Alto Douro Vinhateiro (ADV) à inscrição na lista do Patrimônio Mundial, realizada por iniciativa da *Fundação Rei Afonso Henriques* (FRAH) no ano 2000, já previa a elaboração do PIOT, como documento de suporte à estratégia de gestão e salvaguarda do bem a classificar.

Logo após a inscrição pela UNESCO, ocorreu um forte incremento na atividade turística baseado em atividades elitistas (VERDELLI, 2008) como, por

exemplo, cruzeiros no rio, a rota das amendoeiras e as viagens em trens, exploradas por algumas empresas do Porto e também por estrangeiras.

Segundo a Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Portugal recebeu 7,696 milhões de turistas em 2012, o que corresponde a uma quota de mercado de (1,4%) e a uma receita de 10056 milhões de USD. O turismo foi responsável por cerca de 10% do PIB nacional, absorvendo cerca de 11% do emprego durante o ano de 2011. A Região do Douro foi visitada, em 2011, por 142.488 hóspedes que permaneceram em média 1,5 noites. A taxa de ocupação situou-se nos 25,4% a que correspondem a uma receita de 8,467 milhões de euros. 17% dos turistas eram estrangeiros, nomeadamente espanhóis (2,5%), franceses (2,4%), Reino Unido(1,6%) e Alemanha (1,3%). Aquele que é considerado o produto mais exportador do rio Douro, o barco hotel, sofreu um aumento de mais de 30%, alcançando os 55 mil passageiros. Para este aumento contribuiu a entrada de mais duas embarcações hotel na VND, subindo dos 11 para os 13 barcos. A maior parte dos passageiros que opta por viajar a bordo destas embarcações é proveniente dos Estados Unidos da América (29%), seguindo-se a França (19%) e o Reino Unido (13%). Conforme o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, mais de 615 mil passageiros viajaram pelo Douro em 2014, em lazer.<sup>28</sup>

O tão esperado desenvolvimento via turismo acabou não se concretizando, salvo por benefícios gerados indiretamente e pontualmente. Com esse cenário, desenvolveu-se o Plano de desenvolvimento turístico do Douro (PDTVD), aprovado em 2005. Segundo José Figueiredo, viticultor, “O viticultor está cada vez mais pobre”, e conforme Alexandrino Azevedo, agricultor, “O pequeno agricultor continua a ser penalizado”.<sup>29</sup>

Corroborando com as declarações acima, Lignon-Darmaillac (2008) afirma que,

Nos últimos anos tem vindo a ouvir-se cada vez mais vozes de descontentamento dos residentes, que ficam literalmente a ver passar os barcos de turismo, repletos de turistas que vão e voltam, às vezes no mesmo dia, limitando-se a visitar uma ou outra quinta de vinho do Porto, onde por vezes fazem uma refeição, e que pouco ou nada acrescentam às populações locais, nem financeiramente, já que as receitas são recolhidas pelas companhias e agência de promoção turística sediadas na cidade do Porto, nem ao nível das trocas interculturais e da partilha, pois mal chegam a contactar com elas. A ideia de que falta um instrumento agregador, quer ao

<sup>28</sup> [www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content\\_id=4718905](http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=4718905) reportagem em 07.08.15

<sup>29</sup> [www.jn.pt/Reportagens/Interior.aspx?content\\_id=1446895](http://www.jn.pt/Reportagens/Interior.aspx?content_id=1446895) reportagem em 2009

nível do projecto do território, do marketing e do desenho de rotas turísticas, quer ao nível da gestão, parece ganhar consistência à medida que aumenta a concorrência de outras regiões vinícolas nos países vizinhos, como la Rioja ou a região da Alsacia.

Pudemos comprovar in loco a situação acima exposta, onde pequenos produtores estão minguando e os grandes, cada vez maiores. E infelizmente, os pequenos ficam literalmente “vendo o barco passar”.

Parafraseando Verdelli, o grande esforço atualmente é o de controlar o turismo cultural ligado a Paisagem Cultural, ao rio, à viticultura e ao processo de produção do vinho que constitui um grande potencial e ao mesmo tempo um grande risco (VERDELLI, 2008:455). Para tal, o IVDP<sup>30</sup> é integrante do Projeto Europeu INTERREG III C VITOUR, que tem por objetivo criar uma rede de vinhedos europeus do Patrimônio Mundial da UNESCO. Dentre outras iniciativas, o IVDP criou um Geoportal de Cadastro Vitivinícola em que, através de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) em aplicação web podem ser feitas consultas e edições de parcelas de vinha da Região Demarcada do Douro com vista a atribuição das Denominações de Origem Porto e Douro.

Contudo, recentemente, o ADV correu o risco de ser retirado da Lista da UNESCO devida a construção de uma Barragem para aproveitamento hidroelétrico de FOZ Tua, entre Alijó e Carrazeda de Ansiães<sup>31</sup>. Após a alteração do projeto, uma nova missão conjunta do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, ICOMOS e IUCN concluiu em um relatório onde informa que a “construção da barragem de Foz Tua está de acordo com o projeto revisto, e é compatível com a manutenção do ADV na lista do Patrimônio Mundial”<sup>32</sup>. Concluindo que, a barragem “não afeta de forma irreversível”<sup>33</sup> o Alto Douro Vinhateiro (ADV), podendo a obra prosseguir com algumas salvaguardas.

---

<sup>30</sup> Instituto dos Vinhos do Douro e Porto

<sup>31</sup> [www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/interior.aspx?content\\_id=2634214](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/interior.aspx?content_id=2634214) reportagem de 27.06.12

<sup>32</sup> [www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Bragan%27a&Concelho=Carrazeda%20de%20A%20nsi%20es&Option=Interior&content\\_id=2820503](http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Bragan%27a&Concelho=Carrazeda%20de%20A%20nsi%20es&Option=Interior&content_id=2820503) reportagem em 10.10.12.

<sup>33</sup> [www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/interior.aspx?content\\_id=3271469](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/interior.aspx?content_id=3271469) reportagem em 19.06.13



Figura 16. Imagem virtual do aspecto final da obra da barragem.

Fonte: [www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Bragan%27a&Concelho=Carrazeda%20de%20Ansi%27es&Option=Interior&content\\_id=2820503](http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Bragan%27a&Concelho=Carrazeda%20de%20Ansi%27es&Option=Interior&content_id=2820503)

Podemos perceber que apesar dos esforços das instituições envolvidas e dos vários incentivos e parcerias estrangeiras, a dificuldade continua sendo a de aliar o desenvolvimento territorial e a conservação da paisagem cultural.

Na tabela 07, demonstramos a síntese das preocupações quanto a área protegida no Alto Douro Vinhateiro (Douro/Portugal) e a do Testo Alto (Pomerode/SC/Brasil), onde percebe-se a similaridade na maioria dos itens.

<b>Relato das Sessões de Divulgação do Relatório de Avaliação do Estado de Conservação do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial - maio 2013/Portugal</b>	<b>Incidente na área de estudo – Testo Alto, Pomerode/SC/Brasil</b>
-os <i>efeitos na paisagem cultural evolutiva</i> e viva da reestruturação e da plantação de novas vinhas, dado que, em 30 anos, ocorreu a reestruturação de cerca de 50% da área de vinha da Região Demarcada do Douro (RDD);	Preocupação quanto a conservação da paisagem cultural
- a preocupação com os residentes no Douro, dada a tendência de decréscimo e envelhecimento populacional, sendo determinante criar condições para a fixação de população para garantir a continuidade da principal atividade, a agrícola;	Idem
- a utilização das boas práticas agrícolas e a sustentabilidade da produção vitícola, na medida em que essas mesmas boas práticas acarretam custos de produção acrescidos;	Idem



- a importância de continuar a garantir uma discriminação positiva na RDD como forma de incentivar os modos de produção que preservem os valores em presença (de que são exemplo os socalcos sustidos por muros de xisto, as oliveiras em bordadura, os sistemas de drenagem natural, as manchas de vegetação ripícola, a alternância com áreas de matos);	Valorização da cultura como um todo;
- as alterações perspectivadas no âmbito do processo de alteração do plano de gestão – o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOT ADV);	Melhoramento da legislação vigente, em especial a área tombada como paisagem cultural;
- a necessidade de manter uma estrutura de gestão associada ao ADV, com capacidade de envolver ativamente as diversas entidades que quem funções e competências ao nível regional;	Idem ;
- a necessidade de identificar iniciativas agregadoras e promotoras do ADV, numa perspectiva de “especialização inteligente” que permita negociar a afetação de verbas adequadas para o próximo período de programação. Existe já um conjunto de iniciativas/projetos que deverão ser sistematizados;	Idem;
- a preocupação com a crescente centralização de funções da administração pública, sem atender às especificidades territoriais, e que não vai de encontro ao objetivo de coesão territorial;	Idem;
- a execução das ações previstas no Plano Geral da Paisagem está dependente apenas do promotor do aproveitamento hidroelétrico ou envolve outros agentes? Preocupação com o facto de os terrenos envolventes à zona de construção serem privados e, como tal, ser necessário o acordo dos mesmos para qualquer ação a executar;	Ausência de plano geral da paisagem;
- a navegabilidade do Douro e as consequências na erosão das margens, a poluição do Rio com origem em Espanha.	Olhar especial aos cursos d’água e áreas de APP;

Tabela 06. Síntese do Alto Douro Vinhateiro e área de estudo.  
Fonte: Autora

## Síntese do Capítulo

Desde o início do século XIX, o Estado de Santa Catarina foi sempre ocupado “artificialmente” – por indução oficial. Em muitas situações, os imigrantes passaram dos ranchos à casa enxaimel e em outras, quando as colônias já estavam consolidadas, foi possível chegar à construção da casa permanente sem que as famílias tivessem que passar por ranchos ou edificações provisórias. A paisagem e o espaço urbano foram fortemente condicionados pelas encostas dos morros, cobertos pela mata Atlântica, que seccionam o tecido urbano. Entre rio e montanha, a malha urbana se desenvolveu inicialmente linearmente ao longo de fundos de vale, em área parcialmente inundável.

Nesta época, as propriedades eram marcadas pela agricultura de subsistência. Em um segundo período, marcado pelas Guerras Mundiais, houve o processo de “camuflagem” da origem alemã, onde passou a ser costume levantar a platibanda nas edificações para esconder o telhado. Muitas edificações foram alteradas, mas a implantação da propriedade mantinha-se inalterada. Com o advento da industrialização, as famílias permanecem ligadas às atividades rurais, mas alguns de seus membros são operários nas indústrias localizadas nas áreas urbanas.

As propriedades se modificam. A renda “extra” traz a busca pelo conforto e adaptações nas edificações surgem. A problemática de evolução das cidades entre os séculos XIX e XX, intensificada pela globalização, resultou num conjunto de mudanças profundas na vida dos atores da sociedade mundial e do patrimônio cultural. Mutilam-se espaços públicos e perdem-se edificações de valor histórico. A paisagem cultural urbana das cidades se modifica, e das áreas rurais se descaracteriza, onde percebe-se que a complicada dinâmica entre preservação e urbanismo continua a ser uma questão de difícil solução. Após as perdas, na sua maioria irreversíveis, temos timidamente o processo de valorização dos bens e da história das cidades. Podemos observar que o planejamento de cidades é um desafio crescente. Planejamento este que ainda é pensado como segregador de espaços, onde a leitura de “território” é deficiente. Percebemos claramente a correlação das edificações com o território, ou seja, conforme a estruturação da cidade o edifício muda o seu uso, decorrente na maioria das vezes do padrão de desenvolvimento. Outro ponto a ser considerado é o tempo, os diversos tempos na cidade. Afinal, a cidade é palco dos atores mais diversos: homens, firmas, instituições, que nela trabalham conjuntamente. Alguns se movimentam segundo tempos rápidos, outros, segundo tempos lentos, de tal maneira que a materialidade que

possa parecer como tendo uma única indicação, na realidade não a tem. Este pensamento nos faz refletir sobre a preservação de edificações localizadas nas áreas rurais e em consequência da paisagem cultural; estas estariam sob o tempo lento, e por conseguinte mais preservadas e menos suscetíveis as transformações aceleradas das edificações urbanas. Essa compreensão de tempo-espço e a sua aceleração atual, refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência dinâmica de tudo isso. Este movimento dinâmico faz com que tenhamos vários processos de materialização nas cidades.

Em análise a experiência do ADV e de Pomerode ao instrumento de preservação aplicado, percebemos a importância das legislações de suporte a gestão. Vale lembrar que desde a candidatura do Alto Douro Vinhateiro (ADV) à inscrição na lista do Patrimônio Mundial, realizada por iniciativa da Fundação Rei Afonso Henriques (FRAH) no ano 2000, já previa a elaboração do PIOT, como documento de suporte à estratégia de gestão e salvaguarda do bem a classificar.

Advindo da necessidade de esclarecer, entre outros, os fatos acima mencionados, utilizamo-nos da metodologia de estudo de casos, que decorre no próximo capítulo.

### CAPITULO III - A PERCEPÇÃO PÚBLICA E PRIVADA DA PAISAGEM CULTURAL DE POMERODE/SC

Como relatado no capítulo anterior, estamos neste momento no processo de valorização do patrimônio edificado, no qual através da preservação do patrimônio e dos valores culturais, respeitando a identidade sociocultural local, busca-se o resgate do orgulho pelo lugar. Além disso, esses bens viriam objetivar, conferir a realidade e também legitimar essa “comunidade imaginada”, eles funcionariam como documentos, como “provas materiais” das versões oficiais da história nacional. Afinal, o patrimônio “Não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (ABREU, 2003:27). Essa relação social, mediada por bens, de base mais afetiva que racional, está relacionada ao processo de construção de uma identidade coletiva – a identidade territorial.

Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado “outro”. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio (Clifford, 1985; Pomian,1997) (GONÇALVES, 2003:22).

No entanto, normalmente a questão do patrimônio é vista como produção. Poucos se voltam ao universo simbólico – questão importante no Brasil, onde a diversidade cultural é imensa.

As novas possibilidades tecnológicas e de comunicação imediata tendem a uniformizar os produtos e a paisagem. Essa massificação despersonalizante despojou as cidades de suas características originais e sua identidade própria. A perda de qualidade do ambiente físico é acompanhada do desaparecimento de valores culturais essenciais. O cidadão, aos poucos, deixa de se identificar com sua cidade (ADAMS, 2002:19).

Agravando este fato, a rede escolar cumpre muito precária e limitadamente uma de suas funções, que é a de formar cidadãos com uma base cultural, onde o hábito de consumo de bens culturais é incrivelmente restrito. Infelizmente, vivemos de maneira tão acelerada a ponto de sermos impedidos até de “sentir o tempo passar” (SIMSON, 2003:16). Sendo assim, o papel da preservação do patrimônio cultural aliado ao desenvolvimento urbano extrapola, hoje, os limites da história, do urbanismo e da memória, uma vez que começa a cumprir um papel econômico e social. Deste modo, os urbanistas devem reconhecer que os espaços não são equivalentes, é conveniente tratá-los segundo as especificidades que lhes são próprias. Deste modo a política de

organização regional deve integrar o patrimônio cultural e as áreas rurais em sua plenitude, vendo-os como propulsores do desenvolvimento regional, tornando as especificidades seu diferencial.

Nos últimos 30 anos, a região do Médio Vale do Itajaí sofreu mudanças e perdas extensivas no que se trata de patrimônio edificado e da alteração da paisagem, porém, nota-se que apesar disso as comunidades permanecem passivas. O que dificulta o processo de preservação das áreas de interesse histórico, pois é sabido que a opinião pública é essencial para a eficácia das políticas públicas de patrimônio cultural. Outro fato a ser considerado é a falta de políticas públicas de preservação e de valorização do patrimônio das cidades, e a real incorporação dos bens nas dinâmicas de desenvolvimento das cidades. Visando responder as questões de pesquisa, abordaremos o turismo e sua interferência no espaço, examinaremos o ponto de vista dos responsáveis pela preservação, e em seguida o ponto de vista dos detentores destes bens, além de inquérito com a comunidade do Vale Europeu Catarinense.

### 3.1. O TURISMO NA CIDADE DE POMERODE E A INTERFERENCIA NO ESPAÇO TERRITORIAL

Para a gestão do turismo o município de Pomerode conta com dois órgãos responsáveis: a Secretaria de Turismo Cultura e Esporte (SETUCE) e o Conselho Municipal de Turismo. A criação da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes ocorreu em face da necessidade de uma organização específica para o planejamento do turismo no município (POMERODE, 2009:02). A SETUCE está dividida em três esferas: turismo, cultura e esporte. A Cultura é gerida pela Divisão de Cultura e o município conta ainda com a Fundação Cultural, criada em 23 de outubro de 1985, pela Lei nº 646 que tem por finalidade zelar pela conservação e preservação do patrimônio cultural do município.

Outro órgão gestor do turismo no município é o Conselho Municipal de Turismo -COMTUR, criado em 1997 pela Lei Complementar nº 37/1997, sofrendo alteração em 2003 pela Lei Complementar 94/2003. O COMTUR é um órgão composto por entidades dos setores privado e público e possui por função decidir o rumo da atividade turística do município. Atualmente, no COMTUR, 52% dos participantes são de associações diversas, 19% do poder executivo, 14% de entidades do trade turístico, 10% dos conselhos municipais e 5% do órgão do Governo do Estado. O COMTUR

possui caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo e reúne-se mensalmente (POMERODE, 2009).

Dando condições financeiras à gestão do turismo no município, em 1999 criou-se o Fundo de Desenvolvimento do Turismo – FUNDETUR, pela Lei nº. 1.436/99 e reformulado pela Lei nº. 1.723/03. O FUNDETUR é constituído por 2% de receita corrente líquida do município e 40% do lucro bruto da Festa Pomerana (Festa tradicional do município, realizada anualmente). Já as edificações da área chancelada, como abordado no capítulo anterior, são beneficiadas pelo Fundo Municipal de Cultura.

Pomerode sempre apostou em estratégias de marketing para se posicionar turisticamente, uma vez que viveu décadas sobre a sombra de Blumenau. Essa luta por um local ao sol, fez com que em 2015 um novo slogan fosse lançado.



Figura 17. Nova logomarca da cidade de Pomerode.  
Fonte: SETUCE. 2015.

Segundo CAMARO(2016) o objetivo foi resgatar e fortalecer a tradição e cultura e impulsionar o desenvolvimento da cidade. Para atingir estes objetivos foi realizada uma pesquisa com 100 pomerodenses visando retratar quais os sentimentos Pomerode desperta em seus moradores, e a conclusão foi: cultura, trabalho, ordem e união. Ainda segundo CAMARO(2016), a marca foi inspirada na técnica construtiva enxaimel, “muito característica da cidade: uma estrutura forte, robusta, simétrica, segura” (CAMARO, 2016) Sem dúvida é Pomerode se conectando com o passado e com o futuro.

Neste sentido, em 21 Janeiro de 2016, dia que a cidade de Pomerode completou 57 anos, foi lançado um aplicativo para celular comunicado pela da Assessoria de imprensa de Pomerode (2016), que oferece ao turista e ao visitante, informações sobre os roteiros, pontos turísticos e gastronomia. O aplicativo é gratuito e interativo, possuindo o layout abaixo.



## Pomerode

DREAMIT - Alessi Soncini Turismo e local

★★★★★ 15



Adicionar à Lista de desejos

Instalar

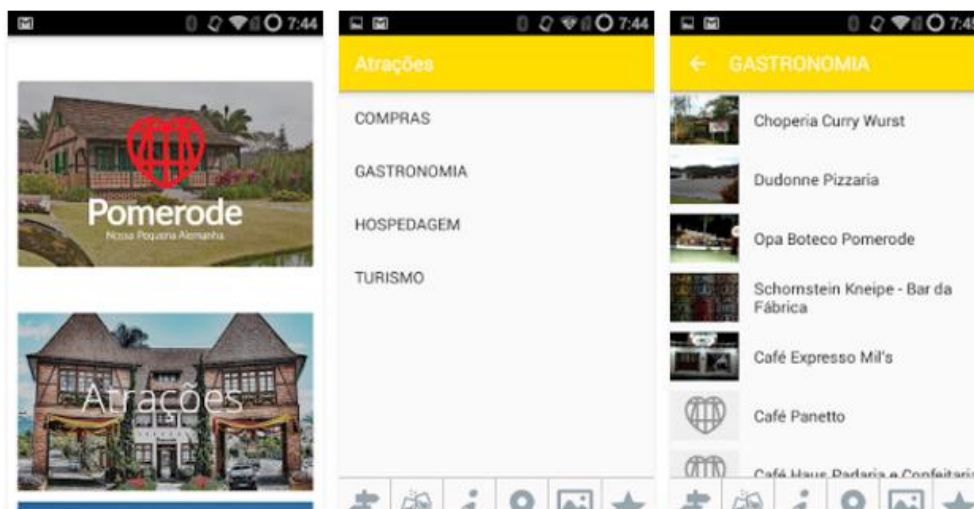


Figura 18. Aplicativo de eventos turísticos de Pomerode para android.

Fonte: [www.play.google.com/store/apps/details?id=br.com.dreamit.pomerode](http://www.play.google.com/store/apps/details?id=br.com.dreamit.pomerode). 2015.

As festas também tem destacado Pomerode em mídia nacional, exemplo disso é a Festa Pomerana, que comemora o aniversário de emancipação da cidade, e a Osterfest, que é uma Feira de Páscoa.





Foto 24. 32ª Festa Pomerana. Pomerode.  
 Fonte: Jornal de Santa Catarina. 2015.



Foto 25. 32ª Festa Pomerana. Pomerode.  
 Fonte: Jaime Batista. 2015.



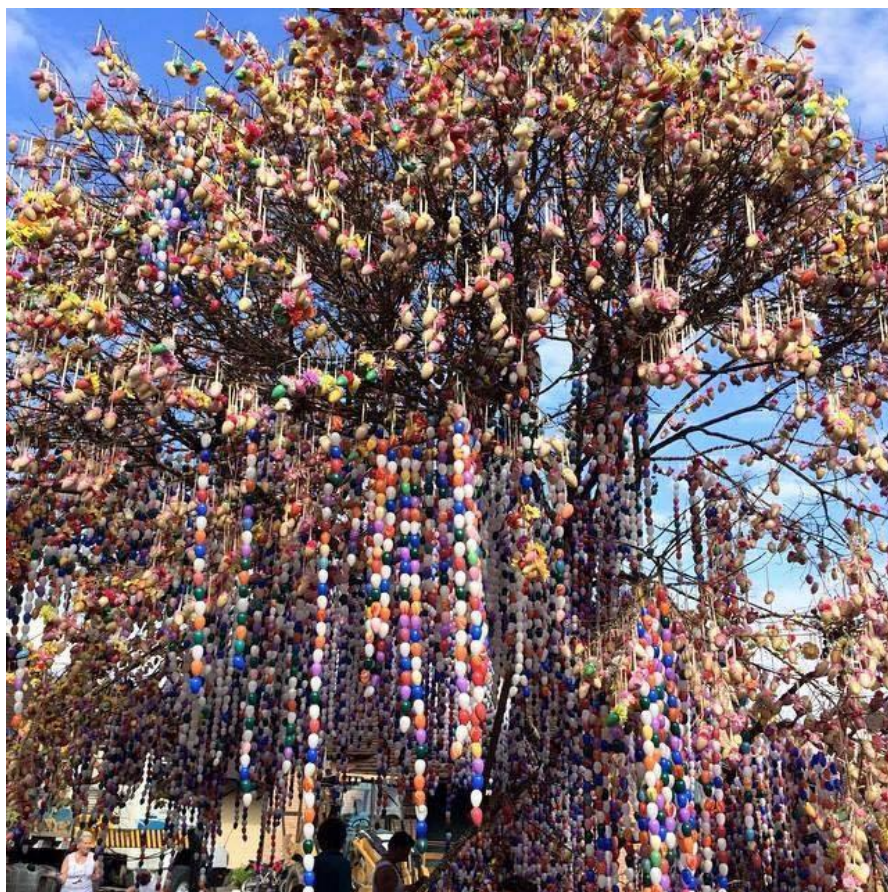


Foto 26. Osterfest. Pomerode.

Fonte: [www.touremfamilia.com.br/feira-de-pascoa-pomerode-7a-osterfest/](http://www.touremfamilia.com.br/feira-de-pascoa-pomerode-7a-osterfest/) 2015.



Foto 27. Osterfest. Pomerode.

Fonte: [www.grupoodp.com.br/temnoticia/index.php/osterfest-supera-expectativa-de-publico/](http://www.grupoodp.com.br/temnoticia/index.php/osterfest-supera-expectativa-de-publico/)

2014.

Essas iniciativas alteram a economia da cidade, seu cotidiano, e podem alterar a paisagem cultural através do turismo de massa. Por enquanto, e felizmente, nenhuma alteração negativa em grande escala.

O Município de Pomerode está inserido no processo de fortalecimento da política pública de desenvolvimento do Turismo, participando do PRODETUR Nacional e estruturando os aspectos relativos à gestão municipal. Entretanto, a cidade ainda não está integrada na política de regionalização de forma eficiente, ou seja, não há integração política e de projetos na região turística em que a cidade está inserida.

Pomerode pode ser considerado exemplo da prática de planejar o turismo uma vez que embora não possua um Plano Turístico, possui dois instrumentos para nortear as ações do órgão municipal de turismo. Entretanto, tendo em vista sua riqueza cultural e histórica, e por estar inserida em uma rota turística que promove as características da colonização alemã, sugerimos que as áreas cultural e social fossem mais enfatizadas nos objetivos e estratégias para se obter o desenvolvimento adequado do potencial turístico da cidade (LYRA, F.R. et al. 2013:47).

Em Testo Alto, onde está localizada a Rota do enxaimel e a área chancelada, o produto turístico é reconhecido como singular, e por este motivo várias entidades se dedicaram ao desenvolvimento de roteiros de visitação. Porém, como veremos adiante, sem interligação nem entre eles nem entre os municípios vizinhos.

No município de Pomerode a Rota do Enxaimel é um produto turístico em fase de estruturação da oferta turística, pois a organização comunitária para gestão do atrativo ainda é incipiente e pode ser melhorada. A promoção turística deste produto é baixa, apesar da sua alta relevância cultural e originalidade. Não há estrutura de receptivo, serviços ou atividades ofertadas permanentemente para atendimento ao visitante. [...] podendo ser integrados em outros roteiros que incluam municípios vizinhos. Este produto possui um grande potencial para o Turismo de convivencialidade (TBC) e do Ecoturismo devido às suas características (GRIMM, I.; GREUEL, M.C.; CERVEIRA, J.L., 2012).

Corroborando, o dossiê de levantamento da área a ser chancelada expõem em 2006,

Acredita-se que através da estruturação de roteiros de visitação ao longo dos caminhos onde estão distribuídas as propriedades rurais, será possível promover um incremento econômico para as diversas famílias de produtores rurais que hoje têm dificuldade em manter-se na sua propriedade devido à baixa rentabilidade da pequena produção familiar. No entanto, a implementação dos Roteiros vai muito além do turismo, mas pretende ser uma espécie de “programa de reconhecimento e qualificação” destas regiões culturais fundamentais à compreensão do processo de formação da nação brasileira. Parcerias entre as três esferas do poder público, entre os ministérios, com as várias entidades locais, com a iniciativa privada e,

inclusive, com outros países, devem ser buscadas e potencializadas no sentido de promover uma política de preservação realmente capaz de garantir a sobrevivência das paisagens culturais da imigração (IPHAN, 2006:277).

No ano seguinte, o dossiê dos Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina (IPHAN, 2007), discorre sobre o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina<sup>34</sup> e, neste sentido, sugere que:

Os diversos municípios deverão participar do projeto através de convênio de adesão, assinado mediante os seguintes compromissos:

- Criar ao menos um espaço de referência do projeto e de comercialização de produtos tradicionais ao longo dos Roteiros, no âmbito do seu município.
- Indicar ao menos um técnico como responsável pelo projeto no município, fazendo contato permanente com os moradores e promovendo as alternativas de turismo e lazer controlados.
- Criar o Fundo de Preservação do Patrimônio Cultural, a ser previsto no orçamento, que deverá ser gerido por um conselho composto por representantes das secretarias municipais de cultura, educação, turismo e planejamento urbano, da Fundação Catarinense de Cultura e do IPHAN
- Participar das ações de divulgação dos Roteiros Nacionais de Imigração, imprimindo folderes e cartazes específicos sobre os atrativos dos Roteiros Nacionais de Imigração no âmbito do seu município, sinalizando com placas rodoviárias os imóveis tombados em seu território (IPHAN, 2006:277).

Na continuidade, o documento enfatiza a salutar participação do IPHAN.

Ao IPHAN que, além de prestar assessoria técnica sempre que for requisitado, caberá o papel fundamental da articulação entre os demais órgãos do governo federal, no sentido de promover uma política inter-ministerial de preservação do patrimônio do imigrante. O foco deverá estar na criação de alternativas de sustentabilidade local; na promoção da qualidade de vida do morador, em todas as esferas – econômica, cultural, educacional, de infraestrutura; nas ações de conservação do patrimônio edificado; além da difusão do conhecimento e valorização da história e das tradições locais (IPHAN, 2006:277).

Podemos constatar no relatado acima que o diagnóstico é comum, e que é necessário e urgente a estruturação e integração dos roteiros incidentes nas cidades do Vale Europeu. Vejamos a seguir a estruturação do município de Pomerode no quesito roteiros, visando melhor compreensão da dinâmica de desenvolvimento turístico.

---

<sup>34</sup> O projeto visa a proteção e a gestão compartilhada do patrimônio histórico e cultural.

ROTEIROS	Idealizador do Roteiro	Roteiros: Circuitos do Vale Europeu	Pomerode	Testo Alto	Equipamentos / Atrativos	Código das Atrações	Hospedagem Sugerida no Roteiro	Restaurantes Sugeridos no Roteiro
	CIMVI	Cicloturismo	Pomerode é parte do roteiro	Incide na Área do Testo Alto	Passa Pela Rua Testo Alto		Pousada Max, Pousada Blaubeurg, Hotel Fazenda Mundo Antigo e Hostel Stettin	Restaurantes de Pomerode, sem especificar quais.
	CIMVI	Mochileiro	Pomerode é parte do roteiro	Incide na Área do Testo Alto	Passa Pela Rua Testo Alto		Pousada Max, Pousada Blaubeurg, Hotel Fazenda Mundo Antigo e Hostel Stettin	Restaurantes de Pomerode, sem especificar quais.
	CIMVI	Roteiro Aventuras e Emoção	Não incide em Pomerode	x	Não pertinente	x	Não pertinente	Não pertinente
	CIMVI	Sabores Italianos	Não incide em Pomerode	x	Não pertinente	x	Não pertinente	Não pertinente
	CIMVI	Roteiro Arte e Charme	Passei Cultural para conhecer Pomerode e outras cidades.	Não Incide na Área do Testo Alto	Associação de Artesãos	1	Não sugere Hospedagem em Pomerode	Restaurantes de Pomerode, sem especificar quais.
					Passeio de Carro de Mola	2		
					Museu do Marceneiro	3		
					Restaurantes e Cafes da Cidade			
	CIMVI	Sabores do Vale Europeu	Não incide em Pomerode	x	Não pertinente	x	Não pertinente	Não pertinente
	CIMVI	Zoológico	Equipamento Turístico	Não Incide na Área do Testo Alto	Zoológico	4	Não sugere Hospedagem em Pomerode	Não sugere Restaurantes em Pomerode
	CIMVI	Vila Encantada	Equipamento Turístico / Parque	Não Incide na Área do Testo Alto	Vila Encantada	5	Não sugere Hospedagem em Pomerode	Não sugere Restaurantes em Pomerode
	CIMVI	Turismo no Espaço Rural	Venda de Produtos Caseiros e Observação da Vida no Campo	Incide na Área do Testo Alto	Ponto de observação: Casa Siewert		Não sugere Hospedagem em Pomerode	Não sugere Restaurantes em Pomerode
					Pousada Casa Wachholtz			
	CIMVI	Saberes e Sabores Germânicos	Roteiro de cunho cultural levando a museus, restaurantes, lojas etc..	Fora do Local de estudo	Incide na Área do Testo Alto		Não sugere Hospedagem em Pomerode	Restaurante WunderWald Restaurante Siedertal. Bar da Cervejaria Schornstein Kneipe
					Rota Enxaimel			
					WunderWald			
					Portal Sul de Pomerode			
					Associação dos Artesãos de Pomerode	1		
					Museu do Escultor	8		
					Velas Decorativas Guenther			
					Museu do Imigrante Carl Weege	6		
					Restaurante Siedertal			
					Passeio de Carro de Mola	2		
					Museu Pomerano	7		
	CIMVI	Coleções da História	Roteiro com foco na visitação de museus, de varias cidades da região	Fora do Local de estudo	Museu do Belling (Museu do Marceneiro)	3	Não sugere Hospedagem em Pomerode	Não sugere Restaurantes em Pomerode
					Lojas de Artesanato e passeio de compras			
					Cervejaria Schornstein Kneipe – Bar da Fábrica	9		
	CIMVI	Passeio de Trem	Não incide em Pomerode	x	Não pertinente	x	Não pertinente	Não pertinente
	CIMVI	Obras da Fe	Não incide em Pomerode	x	Não pertinente	x	Não pertinente	Não pertinente
	CIMVI	Magia e Diversão	Equipamento Turístico	Fora do Local de estudo	City Tour no Centro de Pomerode em carro de mola	2	Não sugere Hospedagem em Pomerode	Não sugere Restaurantes em Pomerode
					Zoológico	4		
					Vila Encantada	5		
					Museu Casa do Escultor	8		
	CIMVI	Coleções da História	Roteiro com foco na visitação de museus, de varias cidades da região	Fora do Local de estudo	Museu Pomerano	7	Não sugere Hospedagem em Pomerode	Não sugere Restaurantes em Pomerode
					Museu do Marceneiro	3		
					Casa do Imigrante Carl Weege	6		
	SELEDON	Observação de Pássaros	Passei e Roteiro Oferecido pela empresa Seledon	Não Descrito	Observação de aves		Pousada Blaubeurg	Não sugere Restaurantes em Pomerode
	x	Roteiro das Cervejarias Artesanais	Roteiro que abrange cervejarias da região de diversas cidades do vale europeu	Fora do Local de estudo	Cervejaria Schornstein		Não sugere Hospedagem em Pomerode	Não sugere Restaurantes em Pomerode
					Cervejaria Schornstein (Bar da Fábrica)	9		

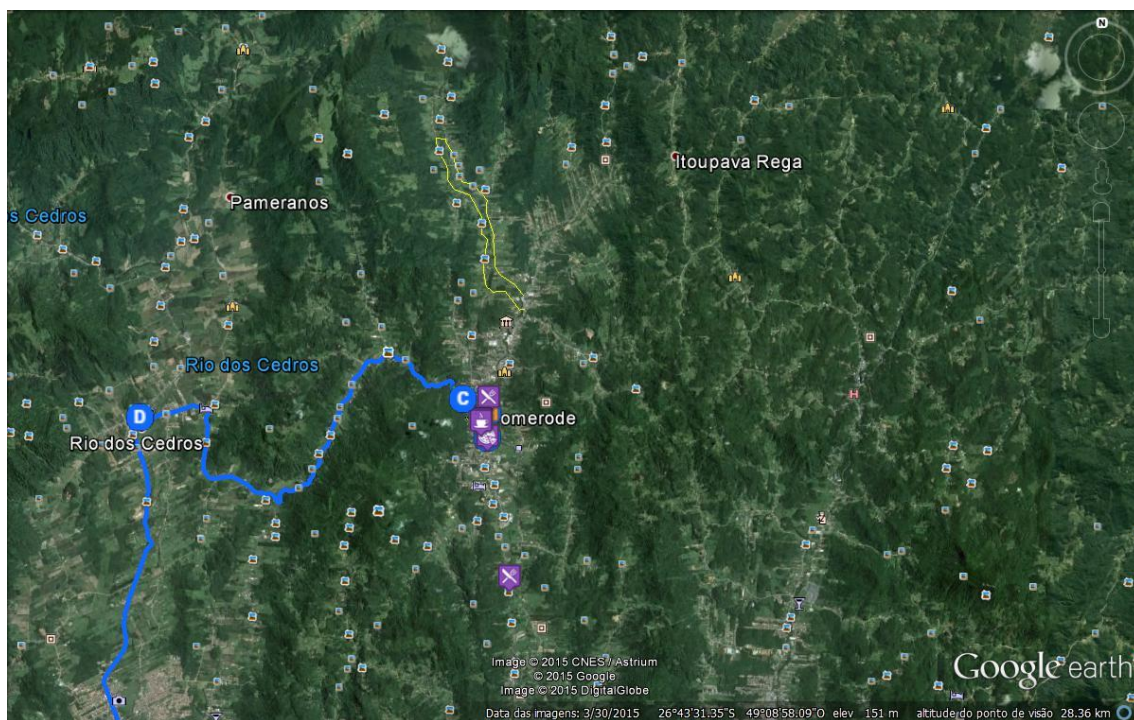
LEGENDA	Incidem em Testo Alto
	Incidem em Pomerode
	Não Incidem em Pomerode

Tabela 07. Roteiros incidentes em Testo Alto.  
Fonte: Jádriel Giovanela. Estagiário. 2015.

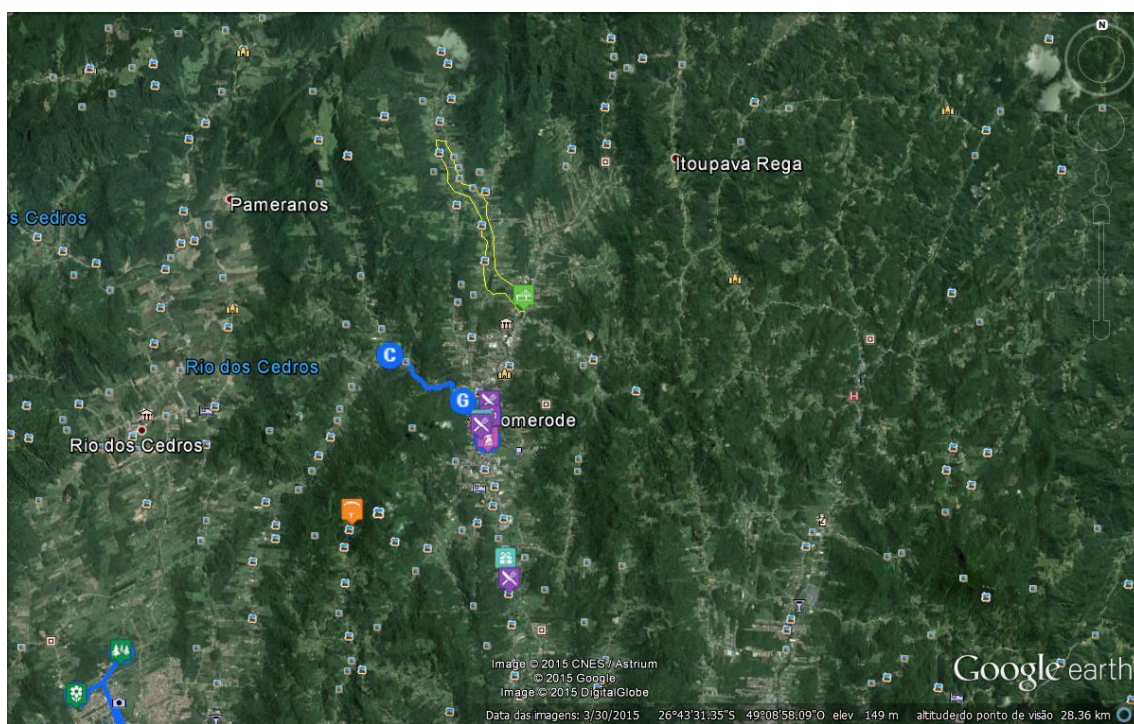
Vários roteiros que abrangem Pomerode contam com as mesmas atrações, como pode ser observado na sexta coluna da Tabela 05, onde codificamos essas atrações. Especificamente no Testo Alto as atrações dos roteiros do Circuito do Vale Europeu é contemplação visual tanto da paisagem como das edificações históricas. Os roteiros Cicloturismo, Mochileiro, Turismo no Espaço Rural e Saberes e Sabores Germânicos são os que incidem no Testo Alto.

Para confirmarmos que as atrações se repetem em diferentes roteiros mapeamos os mesmos, e em um segundo momento sobrepomos para melhor visualização.



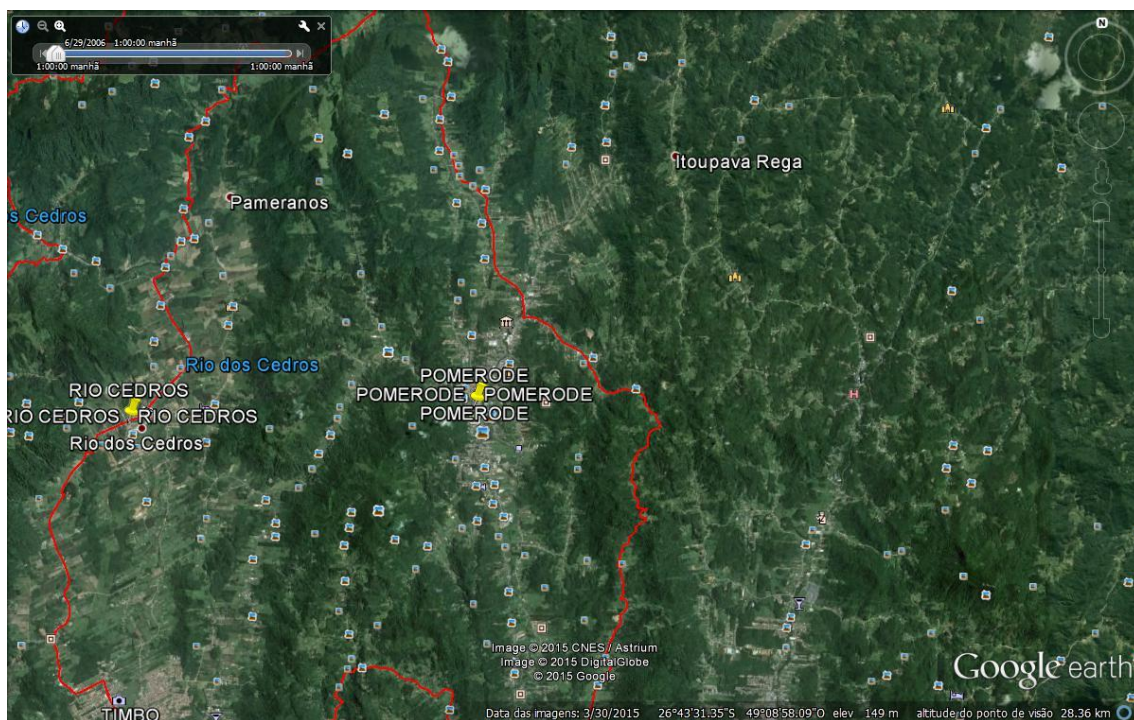


Mapa 14. Mapa do Roteiro Arte e Charme.  
Fonte: Jádriel Giovanela, estagiário. 2015



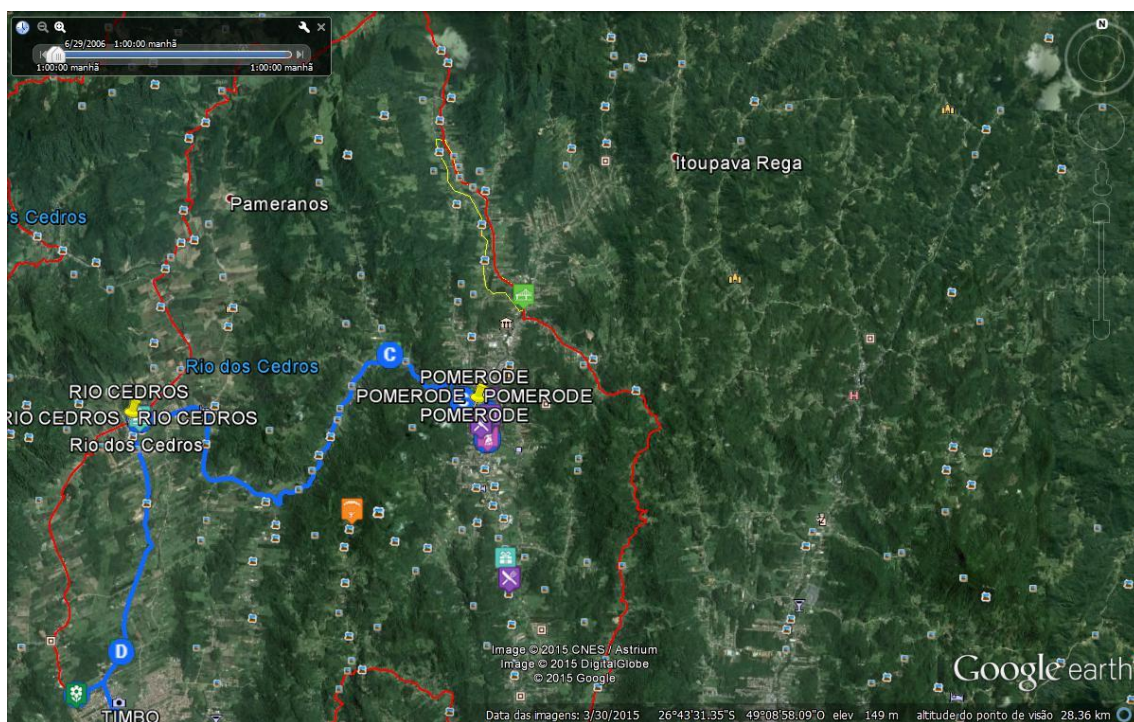
Mapa 15. Mapa do Roteiro saberes e sabores.  
Fonte: Jádriel Giovanela, estagiário. 2015





Mapa 16. Mapa do Roteiro Mochileiros e Cicloturismo.

Fonte: Jádriel Giovanela, estagiário. 2015.



Mapa 17. Mapa do Sobreposição dos roteiros.

Fonte: Jádriel Giovanela, estagiário. 2015.

Percebemos no mapa de sobreposição dos Roteiros incidentes em Pomerode, com o Roteiro dos Mochileiros e o Cicloturismo em vermelho, o roteiro Saberes e Sabores Germânicos em azul e a rota do enxaimel em amarelo, que as rotas não estão interligadas. Pomerode também conta com outras rotas como a Rota Verde e a Rota do

centro histórico. O passeio de Jeep, da Pomerode Jeep Tour, que leva visitantes a passeios pela natureza e também passeios culturais como o passeio pela Rota do Enxaimel (Testo Alto) tem sido inovação do ente privado, visto que todos os roteiros foram desenvolvidos e difundidos pelo poder público.

Mesmo Pomerode estando estruturada e focada no turismo individualizado, salientamos que as políticas públicas inerentes a preservação e conservação da paisagem cultural são inexistentes. Neste cenário, temos vários roteiros que podem ter seus produtos turísticos prejudicados.

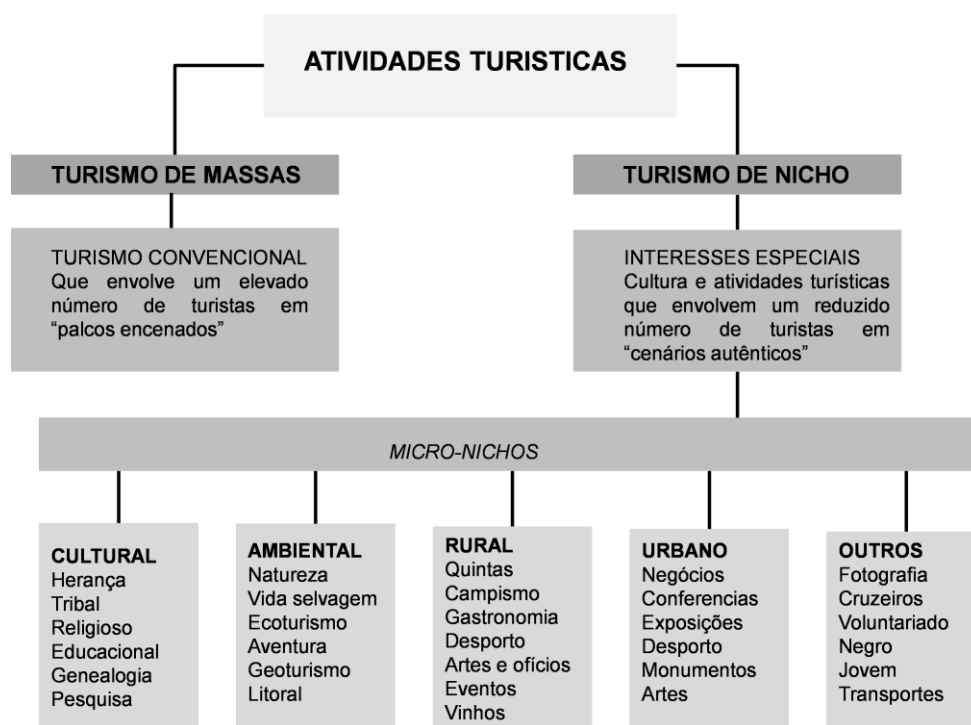


Figura 19. Componentes dos turismos de nicho.  
Fonte: Novell, 2005. Citada por Simões e Ferreira, 2009.

Assim sendo, é preciso desenvolver um plano de gestão da paisagem local iniciando pela capacitação e qualificação dos atores envolvidos na área de estudo, visando pactuar as ações de preservação, conservação e desenvolvimento territorial da área chancelada. Para tanto, desenvolvemos a figura abaixo, onde destacamos os atores envolvidos na área de estudo.

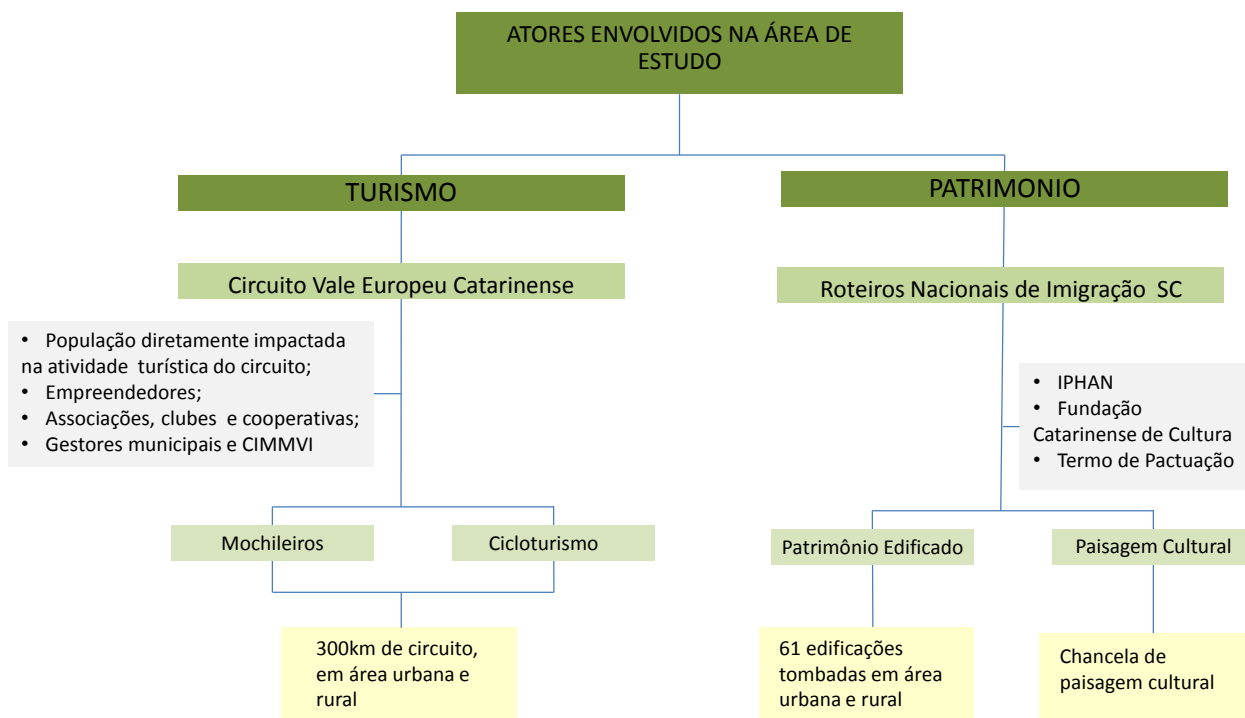


Figura 20. Atores Envolvidos na Área de estudo.

Fonte: Autora

A organização do quadro acima, dividido em turismo e patrimônio, pensamos que facilita em um primeiro momento a capacitação dos atores, os quais em um segundo momento deverão estar juntos. Essa divisão baseia-se no público alvo e na qualificação do olhar, para si e para o outro.

No que diz respeito à sua infra-estrutura, além das propriedades tombadas, os roteiros terão sua atratividade ampliada pelas especificidades do patrimônio natural, pela criação de eco-museus nas áreas mais íntegras de preservação do patrimônio natural e cultural, por centros de recepção e de comercialização de produtos tradicionais (IPHAN, 2006:277).

Entendemos que somente quando os entes, público e privado, e a sociedade estiverem unidos é que teremos uma expertise turística de qualidade e sustentável.

No município de Pomerode a atividade turística possui como a maior parte das atividades econômicas e sociais, capacidade de promover impactos positivos e negativos sobre o meio ambiente, a cultura e o convívio social. Para minimizar os impactos negativos, potencializando os benefícios da atividade turística algumas estratégias são observadas no município por meio da mobilização e organização da sociedade civil, que fazem surgir iniciativas diferenciadas baseadas nos modos de vida local: a preservação do idioma alemão; o fortalecimento e resgate da gastronomia germânica; a preservação do patrimônio histórico e da paisagem cultural, a dança; o artesanato. Os hábitos e costumes diários que são transmitidos de geração a geração podem ser vivenciados pelos visitantes, pois, a cultura em Pomerode não é encenada,



ela é real, é vivida no dia-a-dia, mas que está a perigo (GRIMM, I.; at al 2012).

E essa população também é receptiva ao turismo, que como já foi dito tem sido individualizado, como constatamos nos inquéritos aplicados aos detentores do patrimônio edificado de Testo Alto, vejamos: “Os turistas passam batem foto, mas ninguém nunca me incomodou.” (Rahn H., entrevista pessoal, Pomerode, 10 de Outubro, 2015).

O respeito a cultura e a vida rural é um dos preceitos para um turismo eficiente na área cancelada. União, estados, municípios e comunidade deverão trabalhar em conjunto, buscando parcerias externas com o objetivo de desenvolver e implantar planos e programas de desenvolvimento regional, que tenham como foco o patrimônio. A participação de lideranças dos diversos segmentos da sociedade regional no processo de planejamento é fundamental, uma vez que as regiões são expressões territoriais de grupos sociais, ou seja, são sujeitos e não objetos do planejamento (Dallabrida, V.R.,2010:166).

Entre outras ações, a estruturação de roteiros culturais de visitação é uma medida estratégica, com o intuito de viabilizar atividades econômicas alternativas que garantam a sustentabilidade local.

Para a gestão dos produtos turísticos, os setores privado e público devem atuar de forma complementar e com vistas à política regional, estadual e nacional do Turismo. Desta forma, a importância do setor privado está na prestação dos serviços de alimentação, lazer, hospedagem e transporte. O poder público é responsável por integrar os agentes locais para participar do processo de planejamento da atividade, em consonância com a política estadual e nacional. Cabe ainda a Prefeitura regulamentar o turismo através da criação de sistema de normas e leis para uso do patrimônio e do espaço turístico; instalação de infraestrutura e serviços; prover infraestrutura e equipamentos básicos de apoio ao visitante; investir e captar recursos para capacitação e qualificação dos serviços públicos e privados vinculados ao turismo; planejar a promoção e fazer parceria para comercialização dos produtos turísticos locais. Assim, para fortalecer a participação de Pomerode no contexto turístico regional é fundamental que a gestão pública do turismo também esteja estruturada. Portanto, o fortalecimento das esferas locais é imprescindível para viabilizar a gestão integrada da região do Vale Europeu em consonância com a Política Nacional de Turismo e com o Plano de Gestão da Paisagem Local.

### 3.2. AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO

O rápido processo de transformação territorial que vem ocorrendo nos últimos trinta anos, tem colocado em risco o patrimônio cultural e ambiental de diversas comunidades. Como resposta, a valorização da paisagem cultural vem tomando impulso como referência para estas transformações, entre outras razões, por sua direta associação com a memória coletiva, os referências culturais e seu conteúdo simbólico.

Neste sentido, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural - como Testa Alto - devem considerar, além do progresso material, o respeito às capacidades e anseios das pessoas, a conservação dos recursos naturais e os benefícios que recebemos dos ecossistemas. Percebe-se que este desenvolvimento deve ser assimilado como processo de transformação da sociedade em relação às potencialidades e oportunidades, eliminando as limitações e atraindo a comunidade. Para alcançar estes objetivos, são necessárias políticas embasadas em conceitos sólidos, que permitam o planejamento em longo prazo, reconsiderando antigos valores (Furtado, 1974; Sachs, 2009; Veiga, 2006).

Corroborando, o conceito de multifuncionalidade, desenvolvido na França no final do século XX, propõe que as paisagens rurais podem produzir externalidades na forma de commodities (remunerados pelos mercados) e não-commodities (não remunerados) (Laurent, C., 1999). As externalidades não remuneradas incluem tanto as funções ecológicas, como sequestro de carbono, biodiversidade e ciclagem de nutrientes, quanto as funções culturais, como entretenimento, preservação histórica e qualidade visual (Lovell et al., 2010). As pesquisas realizadas sobre a multifuncionalidade das paisagens rurais brasileiras utilizaram este conceito para a compreensão dos processos existentes no meio rural e apontaram seus desdobramentos para formulação de políticas públicas.

Considerando as especificidades do patrimônio cultural da imigração e suas condições atuais de existência e sobrevivência, pode-se elencar dois eixos de ação necessários para a construção de um pacto que resulte na preservação da paisagem cultural: o estabelecimento de um planejamento urbano compatível e o desenvolvimento de ações e programas que permitam o sustento econômico das áreas rurais (Weissheimer, M., 2012).

No que se refere especificamente às funções ecológicas, apesar da existência de um conjunto de leis brasileiras visando a melhorar o desempenho ecológico das áreas rurais, a configuração topográfica e fundiária de Santa Catarina e da área de estudo dificulta a aplicação desta legislação. A aplicação estrita das leis implicaria a

recuperação florestal de porções significativas das pequenas propriedades, causando o empobrecimento dos agricultores familiares (Neumann & Loch, 2002). A utilização do conceito de multifuncionalidade em políticas públicas agrícolas enfatiza uma lógica de planejamento baseada na parcela fundiária, na família e no território. A elaboração de políticas públicas pautadas no conceito de multifuncionalidade estimula os agricultores a se dedicarem com maior compromisso na melhoria do desempenho das funções culturais e ecológicas, recebendo uma remuneração por estas ações. Esta remuneração poderia ser obtida pelo desenvolvimento de atividades como o turismo ou ainda pelo pagamento de serviços ecossistêmicos (Muradian et al., 2010; Petheram & Campbell, 2010).

É importante compreender que a gestão pública de espaços rurais é complexa. Neste sentido, a utilização do conceito de multifuncionalidade no planejamento da paisagem rural e na elaboração de políticas públicas é de suma importância, e implica em superação da perspectiva puramente econômica através da integração de objetivos produtivos, ecológicos e culturais, em que todos são igualmente importantes.

### 3.3. OS DESAFIOS DA GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL

Além das legislações de amparo ao patrimônio cultural citadas no capítulo anterior, o município de Pomerode possui 12 edificações tombadas em nível Federal, 14 edificações em nível Estadual, e em nível Municipal 26 edificações consideradas P1<sup>35</sup> e 63 consideradas P2<sup>36</sup>. Além desses imóveis, Pomerode tem cadastradas cerca de 250 edificações enxaimel (aparente e rebocado) e mais 50 edificações de interesse em todo o município, segundo o Inventário de Bens Culturais de Pomerode.

As ações para preservação do patrimônio cultural -material e imaterial- do município de Pomerode, segundo a arquiteta Roseana Struck Lunghard (Lunghard, R., entrevista pessoal, 15 de Janeiro, 2008), responsável técnica pela Divisão Patrimônio Histórico do Município de Pomerode no período de 1992 até 2010 e na prestação de serviços ao IPHAN/SC de 2013 a 2015, foram:

- Inventário do patrimônio arquitetônico/cultural: inventário das edificações enxaimel e Inventário das edificações classificadas P1 e P2 constante do Plano

---

<sup>35</sup> Edificações que não podem ser alteradas internamente e externamente. Anexo V da LC 162/08

<sup>36</sup> Edificações que não podem ser alteradas externamente. Anexo V da LC 162/08

Diretor;

- Assessoria técnica para conservação e restauração: o município dispõe de 01 técnico especializado em preservação e restauração (inexiste desde 2010);
- Incentivos aos proprietários de edificações históricas;
- Auxílio financeiro para recuperação do patrimônio edificado em parceria com proprietários, através de verba do Orçamento do Município da Divisão de Cultura;
- Incentivo fiscal com redução ou isenção Imposto Predial Urbano.

Em 2015, a arquiteta Roseana Struck Lunghard (Lunghard,R., entrevista pessoal, 23 de Novembro, 2015) acrescenta:

- A secretaria de cultura e turismo implementou e promoveu ações para estruturar -a partir de 2001 - a Rota do Enxaimel;
- Promoveu ações junto à comunidade local para valorização da Rota Enxaimel;
- O IPHAN-SC promoveu ações de valorização da produção tradicional e recuperação de estruturas históricas.

Através do relato da arquiteta Roseana Struck Lunghard, podemos constatar que sua preocupação vai além do patrimônio edificado, materializado, abrange o patrimônio imaterial, intangível.

O município tem praticado e incentivado diversas ações que objetivam a preservação deste patrimônio cultural, não é difícil constatar, hoje, os benefícios já alcançados pelas iniciativas de valorização e proteção do patrimônio material. O mesmo, talvez, não seja possível afirmar com relação ao patrimônio imaterial, parece estar distanciado da compreensão dos mais amplos setores da sociedade, pela dificuldade de conscientização e de sua percepção por parte das comunidades. (Lunghard,R., entrevista pessoal, 15 de Janeiro, 2008).

Baseamos esta afirmação em uma outra passagem da entrevista: “Percebo claramente, a necessidade de uma conscientização da geração que está em poder (herdeiros) dos imóveis, que não tem interesse em preservar; percebe-se que o apego ao valor sentimental dos bens familiares não está mais presente.” Nos fala ainda que a especulação imobiliária que o centro da cidade de Pomerode está sofrendo, traz como consequência a pressão para demolição de casas protegidas. Onde na sequência do pensamento, afirma: “A legislação de proteção deve garantir sua aplicabilidade e

sustentabilidade.” As dificuldades na gestão do patrimônio edificado são inúmeras, a restauração desses bens é uma delas, como nos conta a seguir:

Há também a necessidade de treinamento de mão de obra – especializada para atuar na restauração dos bens culturais. A mão de obra existe, mas é insuficiente. Quando a municipalidade dispõe recursos para auxiliar na recuperação, deve garantir que este serviço seja qualificado; para evitar descaracterizações e mutilações. (Lunghard, R., entrevista pessoal, 15 de Janeiro, 2008).

Estes registros nos mostram que a consciência de preservação e manutenção do legado cultural da arquitetura vai além do material, ela engloba o imaterial e o “como” fazer e manter. Porém, com a saída da referida técnica da Divisão do Patrimônio Histórico do Município de Pomerode percebemos o quão importante é para um município um técnico experiente e engajado. Fato este demonstrado pela “ausência” de materiais e desconhecimento dos técnicos que hoje estão a frente do setor. Em entrevista concedida, o atual responsável pelo setor de patrimônio cultural expõe que a única iniciativa do governo para preservar a paisagem e as edificações de Testo Alto é o “auxílio para restauro das casas, dentro do possível” (Klotz, T., entrevista pessoal, 24 de Novembro, 2015). Constatamos então, que a legislação de amparo ao patrimônio cultural não é suficiente para sua conservação e manutenção, principalmente no que tange o imaterial – a transmissão de uso, saberes e fazeres.

Neste sentido, um dos maiores embates para preservação e conservação do nosso patrimônio cultural continua sendo a transição governamental. Ela traz, em sua maioria, a descontinuidade do planejamento equilibrado das cidades, além de muitas vezes não possuírem arcabouço técnico preparado e suficiente.

Um dos primeiros passos do projeto Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina – IPHAN/SC foi um pacto de cooperação técnica entre os municípios participantes, visando promover e realizar ações que auxiliem na implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração. O lançamento oficial do projeto ocorreu no dia 27 de agosto de 2008, onde foram assinados termos de cooperação técnica entre MinC<sup>37</sup>, MTur<sup>38</sup>, e MDA<sup>39</sup>, SEBRAE<sup>40</sup>, governo estadual e prefeituras municipais.

---

<sup>37</sup> Ministério da Cultura

<sup>38</sup> Ministério do Turismo

<sup>39</sup> Ministério Desenvolvimento Agrário

<sup>40</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas

Porém, com as mudanças de governo, algumas atitudes dos prefeitos não foram respeitadas, vejamos o caso de Timbó e Pomerode no que tange a pavimentação asfáltica:

Nos dois municípios também foram executadas obras de asfaltamento das antigas estradas rurais sem o conhecimento prévio do IPHAN. Em todos os casos, ações enérgicas só foram possíveis graças as restrições importadas pelo Decreto Lei 25/37. Embora as duas prefeituras tivessem sido notificadas do tombamento e fossem igualmente signatárias do Acordo de Cooperação Técnica e, portanto, parceiras do projeto Roteiros Nacionais de imigração, ambas utilizaram-se do argumento de desconhecimento dos documentos para justificar as irregularidades cometidas (Weissheimer, M.,2012).

Neste sentido, “Pode-se considerar que a etapa mais árdua do processo é, de fato, a efetivação e o cumprimento do pacto” (Weissheimer, M.,2012).

O planejamento encontra desafios, pois está comprometido com o alcance de um futuro mais justo e equilibrado. Para o alcance desses objetivos há a necessidade de transformação das funções urbanas, da reconfiguração do território, do reconhecimento da instabilidade e da complexidade da área do planejamento territorial, do lugar para o desenvolvimento local e regional. Neste contexto, entra a preservação do patrimônio cultural, a cidade real passa a ser o foco, ao invés da cidade ideal.

Deste modo, as políticas de preservação do patrimônio transformam-se em peças essenciais e estratégicas, sendo, por vezes, identificadas como verdadeiros instrumentos de gestão das cidades. Como política de preservação do patrimônio, seja ele material-imaterial ou de paisagem cultural, pode ser identificadas uma série de medidas composta, basicamente, de um conjunto de normas, suporte técnico adequado e canais de participação da sociedade.

É importante que se considere a valorização de políticas preventivas, compensatórias e de estímulo, bem como a diversidade de alternativas de proteção, buscando entender a questão da preservação de maneira sistêmica e abrangente. Complementam essa política ações de formação da consciência preservacionista .

Michael Cozen (2009) por sua vez, aconselha o uso de gestão da paisagem, em seu estudo sobre as paisagens urbanas históricas na Grã-Bretanha.

Ao invés de falar somente de “preservação”, seria melhor usar o termo “gestão da paisagem” por sugerir menor restrição à preservação física dos elementos isolados e particulares da paisagem. Para evitar equívocos, paisagem é utilizada aqui no sentido completo do geógrafo, o que deveria ser também utilizado pelo urbanista (Cozen, M.,2009: 52).

Segundo Schama (1996) a paisagem nasce a partir do olhar do viajante e da tradição construída, da mesma forma que um mosaico constituído de lembranças sobrepostas de um mundo alterado pela ação humana e com sua bagagem cultural. Pode-se dizer que a relação do homem com o espaço, amplia o poder de contemplação e desenvolve as sensações, tanto as impulsionadas pela memória, como pelas vivências pessoais. Para Heidtmann Junior a paisagem só existe se estiver carregada de um conceito cultural, pois “Paisagem é a cultura antes de ser natureza, um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha” (Heidtmann Junior, D. E. D. ,2013:49).

Assim a integração do patrimônio ao dia a dia das pessoas e às suas celebrações, e ao planejamento de cidades, faz com que este exerça força geradora de identidade, de valorização e de referência cultural.

A tarefa é difícil. Principalmente no que diz respeito a nos afastarmos de uma lista estática de valores e da síndrome da Arca de Noé (Choay, F., 2006), afinal a paisagem cultural é viva e fazemos parte dela. Ou seja, não podemos tratar como estanque, mumificada ou ainda como zoológico, com exemplares a mostra. É preciso dinamizar o processo, o que exige ações interdisciplinares, intersetoriais e compartilhadas.

### 3.3.1. A QUESTÃO DAS BASES DE DADOS

A preocupação com áreas de imigração das cidades do Médio Vale do Itajaí, desde o início da década de 1980, vem suscitando trabalhos que visam registrar e preservar o patrimônio existente nesta área. Um destes esforços é o projeto idealizado pelo IPHAN/SC em conjunto com prefeituras municipais e Fundações Culturais, intitulado “Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina”. Esta ação objetiva promover o respeito e a apreciação pela cultura das áreas de imigração, fortalecer sua identidade e evidenciar a responsabilidade coletiva para com os bens culturais. Baseia-se na preservação deste patrimônio de forma integrada, gerando recursos e benefícios sociais e econômicos aos detentores deste patrimônio- material e imaterial -, e agentes locais; como forma de incentivo para a manutenção e preservação deste patrimônio vivo, em rápido processo de descaracterização.

Segundo o responsável pelo setor de Patrimônio Histórico de Pomerode, Theofanes Alexandre Klotz, no final de 2015 foi concluído as visitas em construções de origem germânicas e nas edificações de interesse histórico. Segundo este levantamento,

a cidade não tem 196<sup>41</sup> edificações enxaimel, mas 233. O reboco utilizado para camuflar a descendência alemã foi um dos fatores que dificultou a precisão dos números levantados. O pesquisador confirma que hoje, com o novo levantamento, Pomerode se torna a cidade com mais edificações na técnica enxaimel fora da Europa.

A cidade de Pomerode possui cadastro das edificações de interesse histórico(196unidades), porém este não foi encontrado pela atual gestão. Para tanto desenvolvemos fichas cadastrais, anexas a este trabalho.

---

<sup>41</sup> Levantamento realizado em 2008.



## Síntese do Capítulo

Grande parte das edificações de interesse histórico encontram-se nas áreas rurais de Pomerode, distribuídas em lotes familiares ao longo das antigas estradas coloniais. As paisagens são únicas, formando o que se chama de “ilhas culturais”. No entanto, esta que é a principal especificidade é também a mais ameaçada, frente ao crescimento dos centros urbanos, do desenvolvimento industrial, da especulação imobiliária e do envelhecimento da população detentora dos bens culturais. A viabilidade econômica da pequena produção familiar e a necessidade de adequação da propriedade aos requisitos de vigilância sanitária e ao modo de vida moderno são fatores que influenciam o êxodo de muitas famílias, ocasionando a transformação dos lugares, e consequentemente, da paisagem.

Através da análise dos roteiros oferecidos pela CIMVMVI percebe-se que o turismo é incipiente na área de estudo e na região abrangida, fato demonstrado pela falta de interligação das rotas e de políticas públicas abrangentes e eficazes. Cartões postais, folderes e mídias diversas propagam bens históricos e paisagens. Contudo, o turista pode não encontrar o que lhe foi comercializado, e isso se deve a falta de instrumentos de Gestão da Paisagem Cultural.

Constatamos que, uma das grandes dificuldades do município de Pomerode, como a maioria dos municípios brasileiros, é a transição das gestões municipais. Fato este que acarreta na diminuição ou falta de repasse de informações e dados, dificultando a continuidade do trabalho, principalmente no campo da preservação patrimonial. Corroborando, as gestões municipais têm dado pouco ou até nenhum amparo as famílias detentoras desse patrimônio, seja por intermédio de orientações quanto a conservação dos imóveis, por apoio técnico, ou por subsídios financeiros para manutenção dos imóveis.

Neste sentido, a preservação da paisagem cultural pressupõe a gestão compartilhada conferindo e delegando responsabilidades e competência a todos os agentes, quer sejam representantes dos poderes públicos, nos diferentes níveis, ou da sociedade civil. Os esforços são somados e o investimento de recursos é otimizado por meio de ações coordenadas e convergentes, voltadas para a formação, capacitação e sensibilização. Dessa maneira, todos os agentes atuarão, fazendo com que a comunidade compreenda o significado da paisagem cultural da qual ela forma parte, apropriando-se dos seus valores, adotando e incorporando o papel de responsáveis pela sua preservação.

Conservar os costumes e a memória torna mais provável a salvaguarda desta paisagem cultural de importância no contexto nacional e internacional, fortalecendo os valores de identidade das comunidades onde estes se inserem. O uso adequado de suas potencialidades, levando em consideração a diversidade cultural que a forma, poderá promover o desenvolvimento sócio cultural e econômico sustentável da região.

O turismo enquanto atividade econômica, não pode ser considerada única solução, entretanto é uma ferramenta importante para o fomento do desenvolvimento local e a proteção do patrimônio. Principalmente quando o turismo torna-se parte da paisagem de um local ao mesmo tempo que a consome, torna-se dependente desta paisagem para sua própria existência. Neste contexto entra o planejamento integrado que resulta de ações de equipes multi e interdisciplinares preocupadas com as paisagens a planejar. Isto porque, no planejamento integrado, devem ser considerados todos os fatores: geológicos, biológicos e físicos de um ambiente, considerando suas ações conjuntas, sem esquecer das estruturas sócio-econômicas que a compõem.

## 4. ANALISE

Visando compreender o impacto da preservação e valorização patrimonial no desenvolvimento territorial, bem como a implicação do desenvolvimento territorial nos acervos, analisaremos os dados obtidos pela presente pesquisa e a partir do objecto de estudo tentaremos compreender as ações e esforços governamentais e das comunidades locais para a preservação do patrimônio de paisagem existente.

### 4.1. AREA CHANCELADA E OS DETENTORES DO PATRIMONIO CULTURAL

A identidade cultural deve ser abordada a partir de definições e critérios onde a preservação a identidade de uma comunidade não está mais condicionada a sua cristalização, mas, sim na ideia de dinamismo, de mutabilidade e aberta a múltiplas reconstruções (Haesbaert,R.,2007). Onde o lugar e a paisagem contribuem para a complexa construção das identidades culturais e também para a maneira de apreendê-las, relacionando-as a outras dimensões da vida social com as quais estão direta, ou indiretamente, conectadas.

Neste sentido, para melhor desvelar o tema, foram entrevistados os detentores do patrimônio edificado da área de estudo. O inquérito foi modulado em identificação do respondente, sócio econômico e específico, totalizando 20 perguntas objetivas. Em muitos dos depoimentos colhidos, essa vinculação territorial foi expressiva.

		Quantitativos	CASA VONIGT, ELLA	COMERCIAL HAUT	CASA HUGO RAHN	CASA ARNDT, ERWIN (Casa da Crista)	CASA ERICH HARDT
	Localização		Rua Progresso, nº 2320, Teste Alto, Pomerode/SC	Rua Presidente Costa e Silva, nº 719, Teste Rega, Pomerode/SC	Rua Teste Alto, nº 8430, Pomerode/SC	Rua Progresso, nº 1241, Teste Alto, Pomerode/SC	Rua Arnaldo Hardt, nº 379, Teste Rega, Pomerode/SC
Identificação	Destino/Intenção do Proprietário	Preservar	6		X	X	
		Restaurar	-				
		Modificar	-				
		Vender	2	X			X
		Demolir	-				
		Outros	1				
	Justificativa	-	Deixar de herança para os netos.	Desinteresse dos herdeiros em manter o comércio.			Sem condições financeiras para manter o imóvel.
Avaliação da Edificação	O proprietário possui outros imóveis no nome?	Sim	5	X		X	X
		Não	4		X		
		Quantos?	-	Um (01)			
	Estado de Conservação	Bom	5	X		X	X
		Regular	3		X		
		Ruim	1	X			
Perigos Potenciais	Perigos Potenciais	Descaracterização	3				X
		Demolição	-				
		Deteriorização	4	X	X		
		Nenhum	1	X			

		Quantitativos	CASA VOIGT, ELLA	COMERCIAL HAUT	CASA HUGO RAHN	CASA ARNDT, ERWIN (Casa da Crista)	CASA ERICH HARDT
	<b>Nome</b>	-	Ise Lore Wlachholz	Lore Haut	Hercilio Rahn	Lori Arndt	Patricia Hardt
	<b>Idade</b>	-	37 anos	78 anos	61 anos	63 anos	41 anos
1. Reside a quanto tempo no seu Alto?	Sexo	Feminino	X	X		X	X
		Masculino			X		
		Sempre morou	X	X	X		
		Há mais de 20 anos				X	X
		de 10 a 20 anos					
		de 05 a 10 anos					
2. A residência a em que mora é:		de 01 a 05 anos					
		menos de 01 ano					
		Própria		X	X	X	
		Alugada					X
3. O que sua família significa para você?		Cedido/Usufruto					
		Hotel/pensão/quarto	X				
		Observação	A proprietária mora em outro imóvel				
		Minha ferramenta de trabalho e fonte de renda					
4. O seu lote possui o tamanho original desmembrado?		Um bem que posso vender a qualquer momento					
		Apenas mais um bem da minha família					
		Algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família	X	X	X	X	X
		Original	X	X	X		X
5. Quantos filhos você tem?		Desmembrado				X	
		Se desmembrado, porque					
		-					

		Quantitativos	CASA VOIGT, ELLA	COMERCIAL HAUT	CASA HUGO RAHN	CASA ARNDT, ERWIN (Casa da Crista)	CASA ERICH HARDT
5. Quantos filhos você tem?		Nenhum			X		X
		Um	X				
		Dois		X			
		Três					
		Quatro					
		Mais de quatro					
6. Seus filhos moram na mesma casa e terra?		Sim	X			X	
		Quantos	Todos			Sete (07)	
		Não		X	X	X (01)	X
7. Onde seus filhos trabalham?		Na propriedade rural				X	
		No comércio				X	
		Em indústria					
		Construção civil					
		Área rural	X	X			
		Outros					
8. O que você e seus filhos fazem no futuro?		Que trabalhem comigo				X	
		Que trabalhem na cidade		X		X	
		Que somente os homens fiquem no campo					
		Que continuem morando perto de você	X				
		Que eles mudem de cidade					
		Que eles ingressem na faculdade					
9. Qual a sua fonte de renda?		Aposentadoria/pensão		X	X	X	
		Emprego regular	X				X
		Trabalho autônomo					
		Trabalho informal					
		Sem renda pessoal					
		-					

		Quantitativos	CASA VOIGT, ELLA	COMERCIAL HAUT	CASA HUGO RAHN	CASA ARNDT, ERWIN (Casa da Crista)	CASA ERICH HARDT
10. Que alimento você consome?		Artesanais	X	X	X	X	X
		Industrializados					
		Lingüça		X	X	X	X
11. Que produtos artesanais você consome?		Queijo				X	X
		Saladas				X	X
		Geleias		X	X	X	X
		Pães e bolos	X	X	X	X	X
		Outros				Queijinho	
		Produt	X	X	X	X (queijinho)	X (melado)
12. Você produz ou compra tais alimentos?		Se produz, também vende?					
		Sim					
		Não	X	X	X		
		Compra					
		Feiras				X	X
		Propriedades Rurais					X
13. Com que tipo de construção você mora?		Mercados		X			X
		Supermercados	X			X	X
		Casa térrea rural	X		X	X	
		Casa térrea urbana		X			X
		Casa com 02 andares					
		Prédio de 04 andares					
14. Que tipo de construção você mora?		Prédio com mais de 04 andares					
		Casa térrea rural	X		X	X	X
		Casa térrea urbana		X			
		Casa com 02 andares					
		Prédio de 04 andares					
		Prédio com mais de 04 andares					

		Quantitativos	CASA VOIGT, ELLA	COMERCIAL HAUT	CASA HUGO RAHN	CASA ARNDT, ERWIN (Casa da Crista)	CASA ERICH HARDT
15. Quais os eventos sociais do seu Alto?		Festas de igreja	X	X	X		X
		Festas de clube de caça e tiro	X	X	X		X
		Novena		X			
		Outros				Encontros de Terceira Idade	
		De carro	X	X			X
		De ônibus				X	
16. Como você se desloca para eventos?		A pé					
		De bicicleta			X (Possui apenas 1 bicicleta)		
		Outro					
		A favor	X		X	X	
		Contra					
		Não sei		X			X
17. A sua opinião sobre a preservação da paisagem do Alto?		A favor	X	X	X	X	
		Contra					
		Não sei					
		Eventos		X			X
		Paisagem	X	X		X	X
		Cultura alemã	X	X			X
18. Para você, o que há no Alto que faz o Alto ser o Alto?		Casas enfeitadas	X		X		X
		Produtos artesanais					X
		Natureza/vegetação					X
		Vida rural					
		Outros					
		-					

		Quantitativos	CASA VOIGT, ELLA	COMERCIAL HAUT	CASA HUGO RAHN	CASA ARNDT, ERWIN (Casa da Crista)	CASA ERICH HARDT
20. Para você e que talano Testo Alto?	Indústria	1					
	Comércio	1					
	Posto de saúde/farmácia	-					
	Mercado	-					
	Creche/escola	-					
	Outros	3	X (Restaurante)				X (Policiaento Iluminação Pública

Tabela 08. Síntese do questionário aplicado aos proprietários de edificações tombadas no Testo Alto.  
Fonte: Nicoli Padilha, bolsista, estudante de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Leonardo da Vinci.



Foto 27. Casa da Crista.  
Fonte: Acervo pessoal. 2015.



Foto 28. Casa Ella Voight.  
Fonte: Acervo pessoal. 2015.



Foto 29. Casa Erich Rahn.  
Fonte: Acervo pessoal. 2015.



Foto 30. Casa Felipe Wacholz.  
Fonte: Acervo pessoal. 2015.



Foto 31. Casa Hugo Rahn.  
Fonte: Acervo pessoal. 2015.



Foto 32. Casa Lumke.  
Fonte: Acervo pessoal. 2015.





Foto 33. Casa Radunz.  
Fonte: Acervo pessoal. 2015.



Foto 34. Casa Siewert.  
Fonte: Acervo pessoal. 2015.



Foto 35. Casa Zumach.  
Fonte: Acervo pessoal. 2015.



Foto 36. Comercial Haut.  
Fonte: Acervo pessoal. 2015.

Em análise a Tabela 06, constatamos que a principal fonte de renda dos entrevistados é a pensão e/ou aposentadoria, e estes desejam que seus filhos também trabalhem na cidade como forma de aumentar a renda.

A paisagem urbana e rural também se transforma, assim como os hábitos e costumes. Em Pomerode, por exemplo, os muitos moradores da área rural encontraram emprego na indústria local, mas não se transferiram para a área urbana, nem abandonaram o cultivo da propriedade, criando assim uma sociedade onde o urbano e o rural se confundem e interpretam. A mesa é farta devido aos produtos da lavoura, as despesas são poucas, pois não há o custo de aluguel urbano ou IPTU, os deslocamento se dão de bicicleta, e o salário na indústria aumenta a renda familiar, aumentando o nível de conforto e o poder aquisitivo da população. As encostas pouco produtivas, que sempre foram inadequadas, por sua declividade, ao aproveitamento agropecuário, deixam de ser cultivadas, retornando gradualmente ao seu estado original, com cobertura de mata nativa. Isto fica claro ao compararmos os levantamentos aerofotogramétricos de Pomerode, de 1991 e de 1970, onde notamos que a área coberta por vegetação se ampliou nos últimos vinte anos (Siebert, C., 1996).

Corroborando com Siebert(1996), Rolando Jändre, morador de Testo Alto há

mais de 50 anos, declara com propriedade

A paisagem mudou bastante, ficou eu diria assim...mais verde, porque antigamente olhava ali nos morros e era só roça, roça, tudo derrubado. E hoje em dia não, se tu olha é verde, é verde, é mato, é árvore, [...], eu acho a paisagem bonita. É uma das mais bonitas de Pomerode. (Jandre, R., entrevista pessoal, 10 de Outubro, 2015).

Neste sentido, Delphim expunha a complexidade da formação da paisagem.

O valor de uma paisagem cultural resulta de sua função e de sua capacidade para reter marcas e registros antrópicos, o que compreende suas atividades passadas. O homem é um elemento significativo da paisagem, muitas vezes o principal. Desde a perspectiva cultural, a leitura e a compreensão da paisagem não se limitam ao espaço, também é temporal (Delphim, C.F., 2006:62).

Assim sendo, a paisagem e as edificações enxaimel – para os detentores dos bens tombados na área de estudo - se destacam em relação a cidade, tornando Testo Alto um lugar especial para se viver. E vários desses proprietários possuem poder de escolha do local onde viver, como é o caso do Sr. Adolar Wachholz, vejamos: “Eu poderia estar vivendo bem. Eu tenho essa propriedade aqui, eu tenho outra casa lá, vendia tudo e podia morar num apartamento na praia. Mas eu não quero fazer isso.” (A. WACHHOLZ, entrevista pessoal, 11 de Outubro, 2015). Mesmo os entrevistados que não são nascidos na localidade (33,3%) afirmam o vínculo com o local “[...] foi um local que aprendi a amar, pois no início não gostava mais hoje sim.” (Hardt, P., entrevista pessoal, 11 de Outubro, 2015).

Corroborando, tivemos unanimidade ao questionamento “O que sua propriedade significa para você?” com a resposta “Algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família”. O que significa herança, memória, identidade. Neste sentido, Choay (2006) coloca que a palavra patrimônio, na sua origem, tem significado ligado as estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo, podendo ser caracterizado como herança paterna e/ou materna que é repassada aos filhos.

Porém, estas estruturas familiares estão sendo alteradas. As influências tecnológicas, os fatores econômicos, as políticas de desenvolvimento e o envelhecimento da população detentora desses bens, dentre outros fatores, podem colocar em risco a conservação da paisagem cultural e do patrimônio edificado.

Eis que a conscientização da importância da preservação da paisagem cultural e das edificações incorporadas neste universo, tão peculiar, é emergente. Esta afirmação

também é embasada no dado onde 40% dos entrevistados afirmam que desconhecem o tombamento e seus efeitos.

Vejamos nos depoimentos como os entrevistados relatam as mudanças da localidade: “Mudou muito. Tem muito mais casas do que antes.” (Arndt, L., entrevista pessoal, 17 de Outubro, 2015); “Muito! Tem o triplo de casas que tinha antigamente.” (Wachholz, I., entrevista pessoal, 17 de Outubro, 2015).; “Sim, mudou bastante, antes era estrada de chão, agora é asfalto.” (Radunz, C., entrevista pessoal, 18 de Outubro, 2015). No que tange o desenvolvimento territorial, sugere-se a substituição do termo urbanização por urbanidade.

Porém, tem coisas que ainda não mudaram e devem ser fortalecidas. A solidariedade, tão comum na época da imigração ainda resiste, como podemos perceber no depoimento de Hercílio Rahn: “Um vizinho sempre tem ajudado o outro. O meu vizinho tem um menino pequeno, de um mês e pouco, e ele não tem vaca, então eu levo o leite para ele. [...] e se falta alguma coisa para mim, o outro vizinho me ajuda.” (Rahn, H., entrevista pessoal, 11 de Outubro, 2015).

O associativismo sempre foi presença marcante na região de imigração fato a ser explorado no Plano de Gestão da Paisagem Local.

Já dizia John Ruskin (2008) “É como centralizadora e protetora dessa influencia sagrada, que a Arquitetura deve ser considerada por nós com a maior sinceridade. Nós podemos viver sem ela, e orar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela.” (Ruskin, J., 2008:54). E é neste viés que devemos desenvolver o Plano de Gestão da Paisagem, desenvolvimento alicerçado na herança, memória e identidade. Buscando acima de tudo minimizar os efeitos do processo de desmemorização das cidades.

#### 4.2. A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DE TESTO ALTO

A dinâmica da paisagem não se reflete apenas na sua dimensão natural, mas também cultural. E se os usos tradicionais da paisagem e os elementos culturais existentes refletem a comunicação entre o passado e o presente, as transformações humanas atuais relacionam-se com a vivência da sociedade no seu território.

Como abordado anteriormente, nos últimos anos a região do Médio Vale do Itajaí vem sofrendo alterações e perda no seu patrimônio cultural. Visando orientar a



formulação do inquérito a ser aplicado na população do Vale Europeu Catarinense, fizemos um diagnóstico prévio onde foram identificadas as seguintes fragilidades:

- Perda do patrimônio edificado;
- Perda dos dialetos locais;
- Descaracterização das paisagens e propriedades rurais;
- Ausência de políticas públicas integradas de proteção da paisagem cultural;
- Fragilidade do planejamento turístico;
- Perda de identidade local;
- Falta de consciência do valor do patrimônio cultural;
- Falta de engajamento comunitário nas decisões políticas;
- Falta de integração entre os roteiros turísticos da região.

Algumas dessas fragilidades foram abordadas na pesquisa aplicada aos moradores de Pomerode e das cidades vizinhas, a fim de estruturarmos os dados e buscarmos respostas a questão de pesquisa. No questionário aplicado, utilizamos de fotografias para ilustrar alguns questionamentos, inspirados na metodologia de Kevin Lynch.

Com o intuito de melhor desvelar o objeto de pesquisa, utilizamos o survey em um modelo empírico orientado, que foi aplicado no período de Janeiro a Março de 2016, para 200 pessoas, na qual o perfil do respondente ficou assim estratificado:

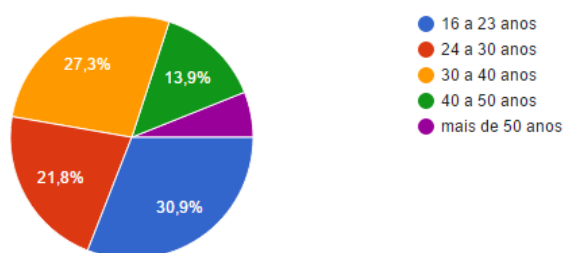


Gráfico 01. Idade.

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

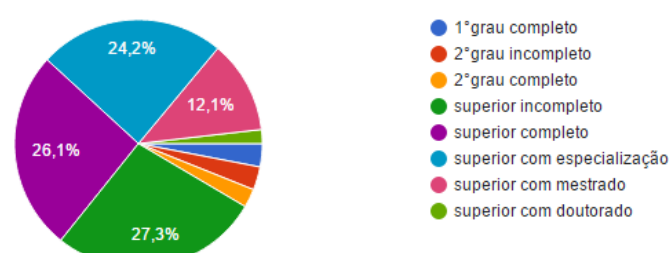


Gráfico 02. Escolaridade.

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

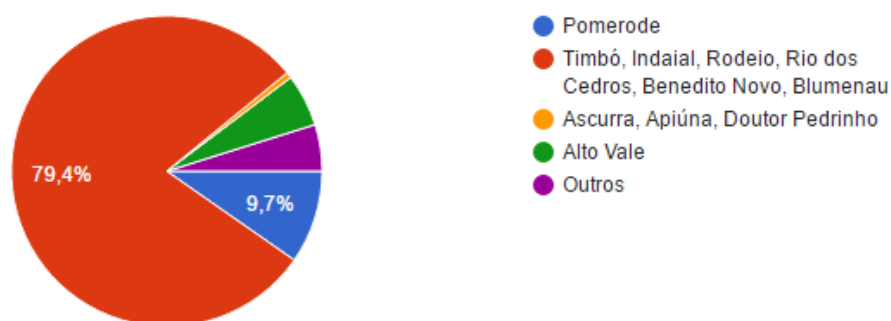


Gráfico 03. Cidade de residência.

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

O segundo bloco de perguntas, estruturado com perguntas específicas sobre o tema demonstrou familiaridade com o tema, o que facilita o trabalho do município na etapa de conscientização e valorização da paisagem cultural.

Conforme o gráfico 04, 57,6% dos pesquisados afirmaram que conhecem Testo Alto, em Pomerode, e 60,6% julgam a paisagem de Testo Alto como especial.

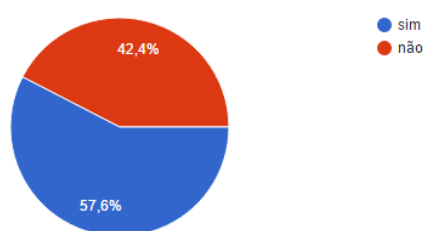


Gráfico 04. Conhece Testo Alto em Pomerode.

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.



Gráfico 05. Julgam a paisagem de Testo Alto como especial.

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

Na terceira e quarta perguntas tivemos uma surpresa positiva, sobre o conhecimento da técnica construtiva enxaimel (66,7%) e sobre o conhecimento da terminologia tombamento (93,3%). Porém, mesmo com os índices altos, ressaltamos as respostas consideram conhecimento superficial.

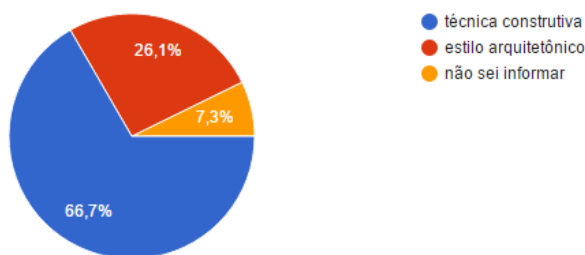


Gráfico 06. O que é enxaimel.  
Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

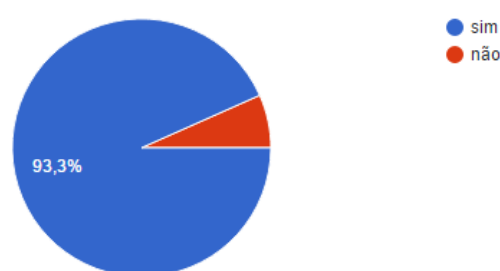


Gráfico 07. Você sabe o que é tombamento?  
Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

No inquérito, quando perguntamos “Você sabe o que é paisagem cultural”, 84,2% responderam que sim. Porém, trata-se de respostas com conhecimento empírico.

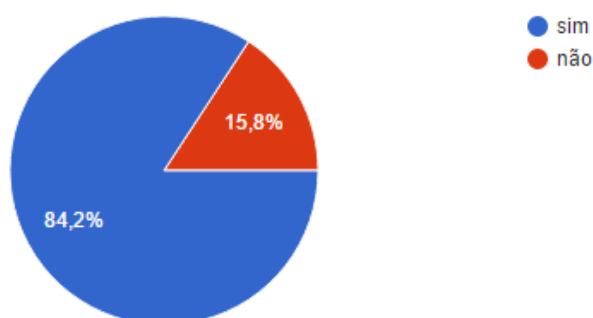


Gráfico 08. Você sabe o que é paisagem cultural.  
Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

Perguntamos também se os respondentes tinham conhecimento sobre a chancela de paisagem cultural que incide sobre o Testo Alto, e 73,3% responderam que desconheciam. O que comprova o desconhecimento técnico dos assuntos atrelados a paisagem cultural.

Para finalizar este bloco perguntamos se os respondentes tinham conhecimento que a única chancela de paisagem cultural do Brasil está em Testo Alto(Pomerode) e no Rio da Luz(Jaraguá do Sul), e 91,5% desconhecem esta informação.

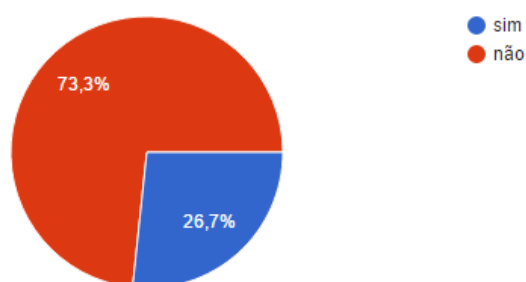


Gráfico 09. Você sabe o que é Chancela de Paisagem Cultural?

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

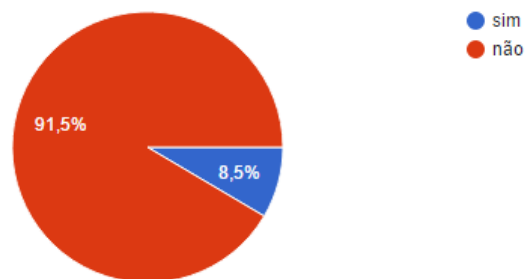


Gráfico 10. Você sabia que a única chancela de paisagem cultural do Brasil está em Testo Alto(Pomerode) e no Rio da Luz(Jaraguá do Sul)?

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

O próximo bloco de perguntas procurou identificar a percepção do respondente sobre paisagem cultural. A primeira pergunta foi se as edificações antigas devem ser preservadas, e 98,8% respondem que sim. E foi unânime que estas edificações devem receber incentivos para sua preservação.

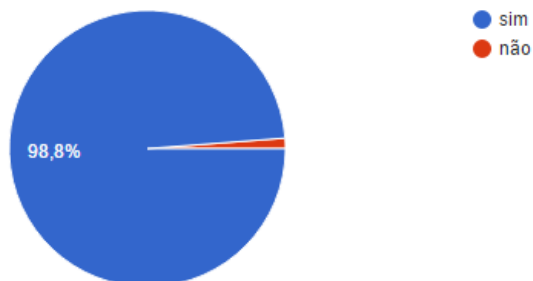


Gráfico 11. Na sua opinião as edificações antigas, como as de enxaimel, devem ser preservadas?

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

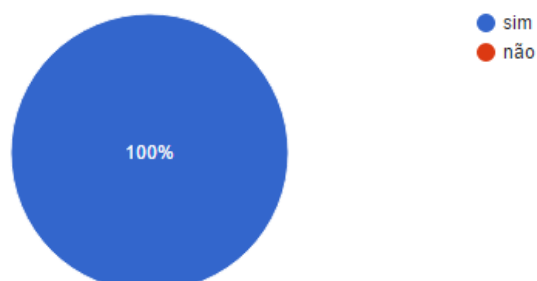


Gráfico 12. Na sua opinião as edificações antigas devem receber incentivo para preservação?

Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

Para melhor compreendermos os anseios dos respondentes sobre as novas edificações em áreas rurais, perguntamos qual a tipologia adequada, dado importante para a formulação de políticas públicas territoriais em especial ao Plano Diretor e ao Plano de Gestão da Paisagem Local.

A grande maioria dos respondentes (78,2%) afirma que as novas edificações deveriam se limitar a dois pavimentos, entre esses 20% creem que um pavimento seria o ideal.

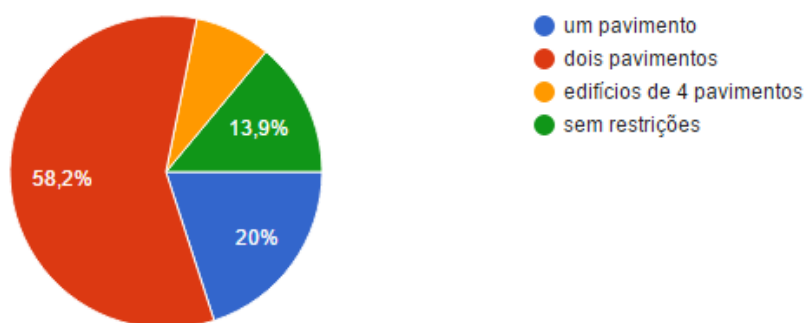


Gráfico 13. Nas áreas rurais, você acha que a construção de edificações novas deveriam se limitar a:  
Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.

Nas próximas duas perguntas utilizamos metodologia inspirada em Kevin Lynch, com a inserção de imagens para obtenção das respostas.

Na primeira pergunta, expomos três imagens como resposta a pergunta “Se você pudesse preservar paisagens, das expostas abaixo qual seria?”. A primeira imagem trata-se de uma paisagem natural (cachoeira), a segunda de um cenário (vila germânica em Blumenau/SC), e a terceira imagem é a da localidade de Testo Alto.

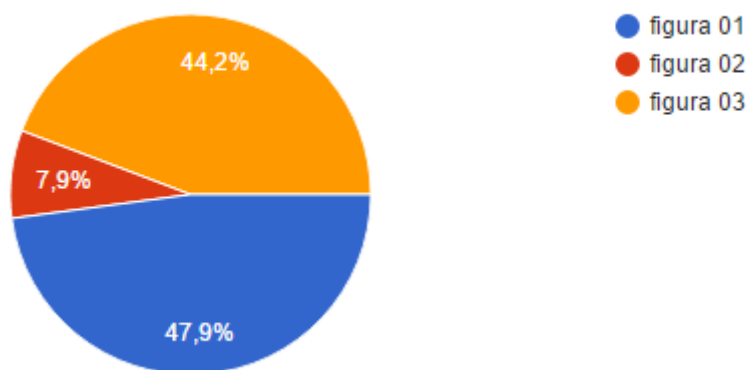


Gráfico 14. Se você pudesse preservar paisagens, das expostas abaixo qual seria?  
Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.



Figura 44. Cachoeira do Zinco, Benedito Novo, denominada Figura 01 no inquérito.

Fonte: [www.campodozinco.com.br](http://www.campodozinco.com.br). Acedido em 12 de Dezembro, 2015.



Figura 45. Vila Germânica, Blumenau, denominada Figura 02 no inquérito.

Fonte: [www.cidadesemfotos.blogspot.com.br/2012/11/fotos-de-blumenau-sc.html](http://www.cidadesemfotos.blogspot.com.br/2012/11/fotos-de-blumenau-sc.html). Acedido em 12 de Dezembro, 2015.



Figura 46. Núcleo rural de Testo Alto, Pomerode, denominada Figura 03 no inquérito.

Fonte: [www.advocaciaimobiliariaebs.jusbrasil.com.br/artigos/145965719/a-problematica-da-legalidade-no-denominado-tombamento-do-rio-da-luz-jaragua-do-sul-e-testo-alto-pomerode](http://www.advocaciaimobiliariaebs.jusbrasil.com.br/artigos/145965719/a-problematica-da-legalidade-no-denominado-tombamento-do-rio-da-luz-jaragua-do-sul-e-testo-alto-pomerode). Acedido em 12 de Dezembro, 2015.

O gráfico 14 demonstra que apenas 7,9% dos respondentes tem preferência por cenários produzidos integralmente pelo homem, o que demonstra que os “fakes” são apenas para “turista ver”. A natureza, intocada ou incorporada, está presente em 92,1% das respostas.

Finalizando o inquérito, a última pergunta teve como objetivo mensurar a relação do respondente com imagens representativas. A primeira retrata a cidade de Balneário Camboriú/SC, cidade do litoral a 120km do local de estudo; e a segunda é a imagem da cidade de Pomerode/SC, objeto de estudo.

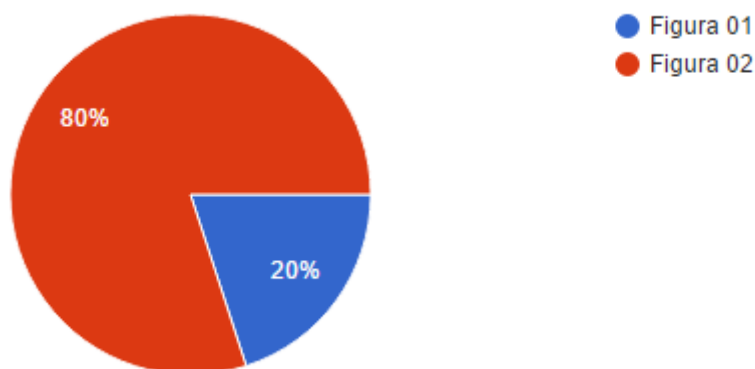


Gráfico 15. Observe as imagens abaixo e selecione a que você mais se identifica  
Fonte: Inquérito Percepção da paisagem cultural de Testo Alto; elaboração nossa; 2016.



Figura 47. Vista geral da cidade de Balneário Camboriú, denominada Figura 01 no inquérito.

Fonte: [www.agencianamidia.com.br](http://www.agencianamidia.com.br).  
Acedido em 12 de Dezembro, 2015



Figura 48. Vista geral do centro da cidade de Pomerode, denominada Figura 02 no inquérito.

Fonte:

[www.pomerode.sc.gov.br/GaleriaImagens\\_ver.asp?cd\\_Codigo=27](http://www.pomerode.sc.gov.br/GaleriaImagens_ver.asp?cd_Codigo=27). Acedido em 12 de Dezembro, 2015

Na análise da ultima pergunta do inquérito, podemos perceber que mesmo tratando-se de área balnearia - o sonho de grande parte dos munícipes do Médio Vale do Itajaí é morar no litoral - , 80% dos respondentes se identificam mais com a imagem da cidade de Pomerode, em meio ao verde e a tranquilidade. Ou seja, as paisagens podem ser interpretadas no tempo e no espaço de formas distintas, ao serem representadas segundo os valores atribuídos pelos olhares e pelas percepções, formados dentro de contextos socioeconômicos e culturais específicos.

Corroborando, John Ruskin (1860) já dizia que “Se pode arrastar uma multidão para onde se queira, porque a multidão pensa por contágio... E não há nada de tão insignificante que não a faça gritar como obcecada, nada de tão grande que não possa ser por ela esquecido em uma hora”. Deste modo, podemos confabular que os vínculos com o local onde passamos maior parte da nossa vida, da nossa história, fazem nossas escolhas.

#### 4.3.CONSTATAÇÕES

A ampliação da noção de patrimônio cultural pode ser considerada, portanto, mais um dos efeitos da globalização, na medida em que ter aspectos de sua cultura, até então considerada por olhares externos como tosca, primitiva ou exótica, reconhecidos como patrimônio mundial, contribui para inserir um país ou um grupo social na comunidade internacional, como benefícios não só políticos, mas também econômicos.

A partir da pesquisa realizada em Testo Alto/Pomerode, foi constatado que este patrimônio edificado foi apenas uma amostra de um universo muito mais vasto e que pode não traduzir um quadro completo.

Através das entrevistas, foi identificada a predominância da tipologia construtiva enxaimel, sendo cada exemplar único. Foi constatado que o apego dos proprietários ao seu imóvel e pela paisagem local, é o que mantém a edificação viva. E que o estado de conservação destas edificações torna-se pior, quando aliado ao desapego há falta de políticas de valorização e conservação. Ou seja, políticas públicas eficientes podem reverter o processo de desmemorização nas cidades, fomentando a valorização do seu patrimônio edificado.

Neste sentido, o esforço de conservação deve ser medido não somente sobre o valor cultural dos edifícios, mas também sobre seu valor de uso. Os problemas sociais da conservação integrada somente podem ser resolvidos por uma referência combinada a estas duas escalas de valor. Neste caso, é imprescindível que o Plano Diretor Municipal e o Plano de Gestão da Paisagem Local expressem claramente diretrizes de preservação urbana e rural de suas áreas de interesse cultural, bem como, assegurem os meios necessários para tornar efetivas essas diretrizes, conforme estabelece o Estatuto da Cidade. É necessário o aprofundamento das questões que dizem respeito à relação desenvolvimento territorial e os aspectos materiais e imateriais que correspondem ao patrimônio cultural nas ações de desenvolvimento local. Trata-se de superar, não apenas a visão setorial que tem orientado as práticas institucionais de órgãos públicos que atuam nessas matérias, mas de incluir a dimensão social em sua vertente cultural como variável para o estabelecimento dos padrões urbanísticos e de ações de fomento que definem, em última instância, modos de viver, de ser e fazer.

Os sítios históricos, em geral, têm sido tratados de forma isolada, no interior das propostas de desenvolvimento local. Daí, faz-se necessário integrá-los à dinâmica de desenvolvimento, tanto do ponto de vista físico-territorial quanto econômico-social.



Os urbanistas devem reconhecer que os espaços não são equivalentes, e é imprescindível tratá-los segundo as especificidades que lhes são próprias.

Percebemos através da pesquisa, que o patrimônio arquitetônico de Pomerode é produto de uma fase do desenvolvimento sócio-econômico, sendo que as estratégias a serem efetivamente adotadas para esse desenvolvimento sustentável devem garantir o desenvolvimento territorial e socioeconômico ecologicamente equilibrado e culturalmente preservado.

Com a redefinição da base econômica nos últimos 50 anos, a economia deixou de ser rural e se tornou industrial, causando impacto sobre o patrimônio cultural. Neste sentido, as áreas rurais, necessitam de atenção especial no planejamento das cidades, pedem por uma urgente política de valorização de trabalho do agricultor, pedem por tecnologias agrícolas que viabilizem a vida no campo. Enfim, pedem para poder sobreviver com dignidade. Sustentamos a idéia que quando a área rural e o patrimônio cultural são encarados, não como a simples sustentação geográfica de um setor, mas como base de um conjunto diversificado de atividades e mercados, seus horizontes podem ser ampliados.

Não podemos deixar de citar também a dificuldade na manutenção dos bens históricos. Mão-de-obra especializada é produto raro, e os materiais adequados são caros. Os interiores, em especial as pinturas parciais, estão diariamente deteriorando, e nesta “arte” é extremamente difícil encontrarmos profissionais capacitados na região. É absolutamente necessário dispor de programas de formação de pessoal qualificado. Esses programas devem ser flexíveis, pluridisciplinares e com práticas de obras. A troca de conhecimentos e experiências entre os pedreiros, carpinteiros e profissionais da área civil é um elemento essencial na formação destes profissionais. Sendo a restauração procedimento que difere do tradicional modo de construção, sugere-se que esse deve ser abordado no processo de conversação com os proprietários, antes da efetivação da referida obra. Neste sentido, a população deve sob a base de uma informação objetiva e completa, participar desde o estabelecimento dos inventários até a preparação das decisões; afinal a comunidade é a maior guardiã do seu patrimônio.

A vulnerabilidade do patrimônio arquitetônico na cidade de Pomerode é reflexo da combinação entre desapego e a falta de políticas públicas eficientes. Para que consigamos reverter o quadro é necessária uma política integrada e abrangente de valorização e conservação do patrimônio arquitetônico existente, bem como a inserção de políticas públicas específicas para gestão da paisagem.

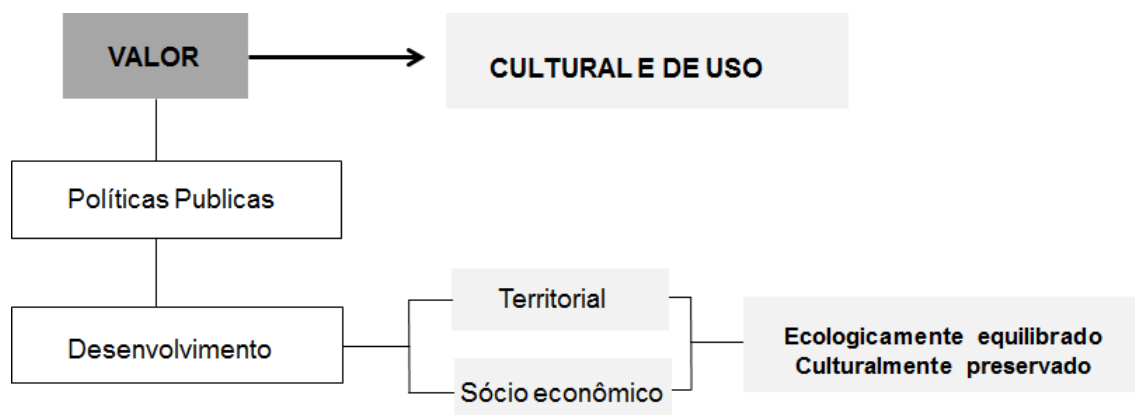


Figura 21. Esquema síntese da valorização cultural.  
Fonte: autora. 2017.

A figura 21, demonstra o esquema síntese da constatações realizadas pela pesquisa no que tange a valorização cultural.

#### 4.4. RECOMENDAÇÕES: POLÍTICAS PÚBLICAS

Sugerimos que o processo de preservação dos bens representativos de uma cultura, inicie com a aplicação de legislação de uso do solo e fiscal, por parte do governo local, mesclando aspectos de zoneamento, preservação, posturas municipais, isenções fiscais, e a aplicação dos conceitos de cidade criativa e economia criativa, aos quais se somam progressivamente uma grande exposição na mídia, uma forte participação da comunidade interessada, um extenso programa de obras públicas e, finalmente, a adesão de novos atores urbanos que aderiram ao projeto em parceria direta ou indireta com as prefeituras. Aliado a esse instrumento a ser objeto de formulação e regulamentação, aqueles instrumentos, instituídos no Estatuto da Cidade, podem ser extremamente importantes em auxílio à gestão desse patrimônio protegido dentro de uma perspectiva urbanística e de multifuncionalidade da área rural. O apoio da opinião pública também é essencial, a população deve, sob a base de uma informação objetiva e completa, participar desde o estabelecimento dos inventários até a preparação das decisões. E no momento em que se reconhece como algo que tem valor e, portanto, que tem orgulho de fazer parte desse coletivo, a comunidade local não se fecha mais em si mesma, mas se oferece e se abre ao olhar e ao investimento externo. A cidade passa a ser orgulhosa das suas potencialidades e agrega valor nisso, oferecendo, como troca com o visitante, o próprio território. Afinal, o que sobra hoje do modo de vida tradicional são, tão e somente, os restos. Se não forem tomadas urgentes providências

para que o pouco que ainda resta seja preservado, não estará longe o tempo em que os documentos sobre sua existência serão apenas registros. Neste sentido, Testo Alto necessita de uma ampla política multidisciplinar de conservação, que implica também na integração do patrimônio arquitetônico e paisagístico na vida social.

#### 4.5. DIRETRIZES PARA PESQUISAS FUTURAS

A presente pesquisa pretende apontar diretrizes para a gestão da paisagem local através da construção de instrumentos de governança. Esta governança se dará de forma participativa, envolvendo todos os atores da região atingida fortalecendo a identidade local e sentimento de pertencimento.

Assim, trabalhar as dinâmicas do patrimônio cultural e compreendê-las, implica em desvendar não somente as características culturais, mas sobretudo, em avaliar possibilidades de ampliar o leque de atividades econômicas dos núcleos urbanos possuidores de acervo cultural. Principalmente se utilizarmos políticas integradoras intermunicipais que fomentam o desenvolvimento do Circuito Vale Europeu Catarinense como uma unidade e não como espaços individualizados em cada município. A seguir pontuamos algumas diretrizes para nortear as políticas públicas de Gestão da Paisagem do Vale Europeu Catarinense:

- Valorizar igualmente a cidade e o mundo rural, do qual aquela depende, criando condições para o restabelecimento de ligações ecológicas e simbólicas entre estes dois mundos;
- Articular interativamente o plano global e o plano local; pensar globalmente, agir localmente;
- Preferir o plano aberto e flexível, o neourbanismo;
- Considerar igualmente importante para a qualidade de vida urbana, o espaço edificado e o espaço não-edificado, reconhecendo que a concepção do espaço não-edificado obedece a requisitos próprios, decorrentes da ecologia e dos valores simbólicos e culturais, aos quais se devem submeter os valores econômicos e os interesses individuais;
- Reconhecer, a forma da paisagem, o papel de principal protagonista das suas alterações, através da qual se integram, especializam e tornam realidade os conhecimentos e políticas setoriais de transformação do espaço. Para além

de um objetivo, em si, a forma da paisagem é um instrumento de promoção da integração disciplinar e das políticas setoriais;

- Reconhecer a necessidade da reconstrução da identidade das cidades e o valor das imagens sedimentadas durante os séculos e, logicamente, aceitar os valores dos espaços urbanos e rurais e dos edifícios antigos;
- Aplicar o conceito de multifuncionalidade nas áreas rurais.

A cultura da paisagem e a consciência do patrimônio nos profissionais do planejamento regional e urbano, e do projeto urbano, torna-se uma condição essencial para uma política de valorização e preservação dos bens patrimoniais herdados, e para uma política de desenvolvimento urbano orientado para a paisagem e de regeneração da cidade que equacione a história do lugar, a ecologia e a cultura como fundamento da intervenção contemporânea. Partindo dessas diretrizes, desenvolvemos o esquema abaixo (figura 22).

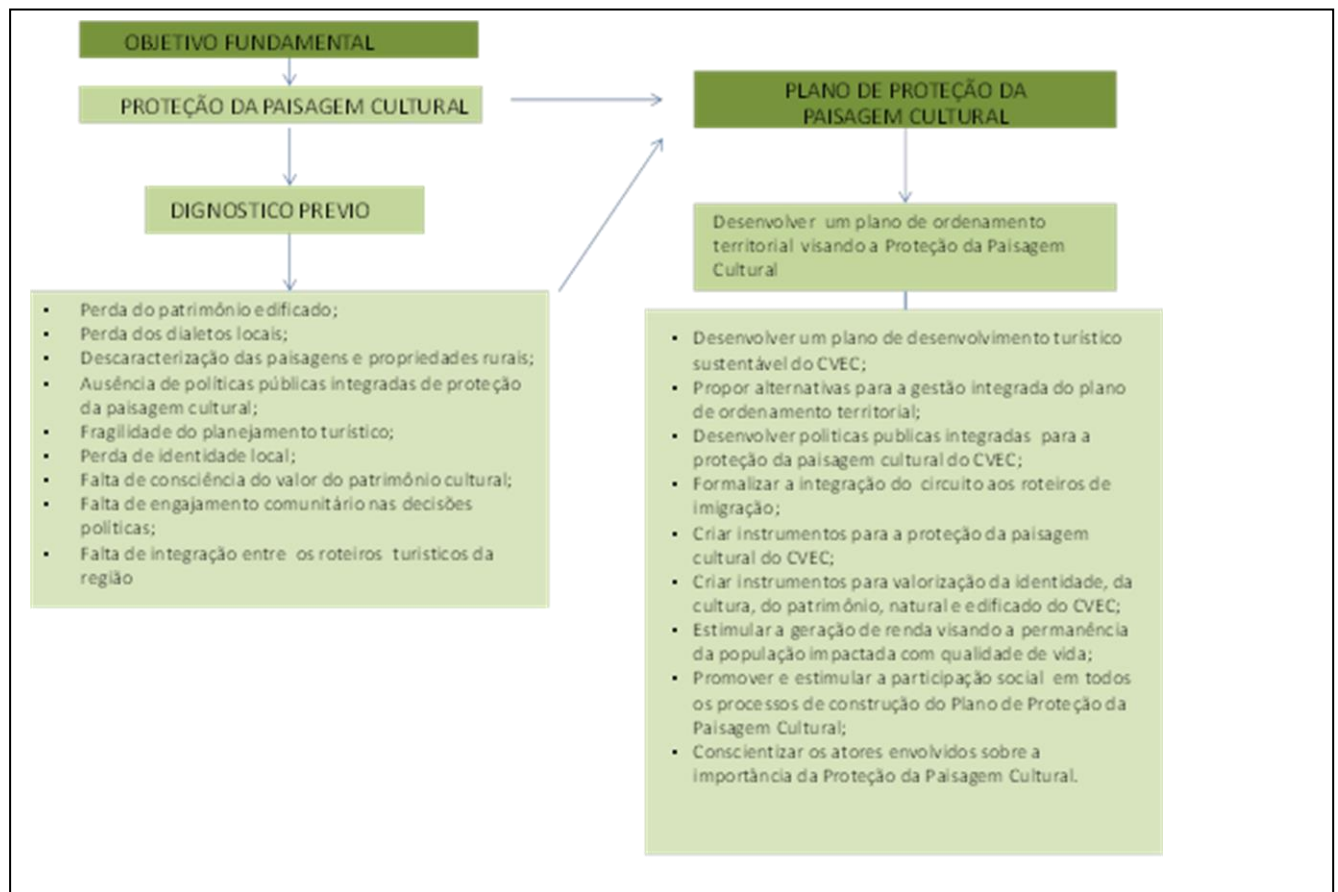


Figura 22. Esquema do Plano de Gestão da Paisagem Cultural.  
Fonte: autora. 2016.

Finalizando, os territórios precisarão ter a inteligência de olhar para os seus recursos como ativos – pessoas-território-patrimônio, com conhecimento, com

inovação, com criatividade e acima de tudo unindo esforços para desacelerar ou até travar, o processo de desmemorização dos territórios.

#### 4.6. AÇÃO CONJUNTA ENTRE MUNICÍPIOS

Tendo em vista o estado geral de conservação das casas que foram estudadas, sua disposição geográfica e também a pequena quantidade de casas hoje existentes, se faz necessário uma ação conjunta dos municípios do Vale Europeu Catarinense, juntamente com instituições em nível nacional e mundial; para que este patrimônio seja preservado de forma integrada em seu contexto cultural. Um conjunto de edificações bem preservadas pode tornar-se um atrativo cultural e econômico, viabilizando projetos de turismo e influenciando a economia dos municípios. Esta ação deve contar com vários pré-requisitos, entre eles, mão de obra especializada. E como as técnicas estão em desuso, é necessário o treinamento e habilitação de equipes, para fornecer suporte para os moradores que necessitam de orientação, pois inúmeras vezes gostariam de fazer uma melhoria na edificação, para o seu conforto, mas como não contam com a orientação correta, acabam utilizando materiais inadequados. Esta mão de obra também pode auxiliar na recuperação de casas abandonadas.

É preciso também a integração dos Planos Diretores dos municípios do Vale Europeu Catarinense, resultando em um plano de Regional de Desenvolvimento Territorial ancorado no respeito a identidade local.

## Síntese do Capítulo

Através das entrevistas realizadas, percebemos as dificuldades que os proprietários encontram na manutenção de suas edificações. Os proprietários afirmam não terem intenções de alterar o bem, seus anseios são em apenas adaptá-los as necessidades atuais das famílias. Essas modificações realizadas, sempre com boas intenções, resultam muitas vezes em mutilação do bem, decorrente da precária assessoria técnica aos proprietários. Outro fato percebido, foi que é unanime entre os respondentes que é necessário incentivo fiscal para os bens tombados, e mesmo assim há falta de programas de valorização do patrimônio cultural. Reforçando a situação, alguns detentores de patrimônio edificado com fins comerciais, sentem-se pressionados pelos fregueses a “modernizar” seus estabelecimentos. Percebemos que é unanime entre as 200 pessoas inqueridas que as edificações de interesse histórico devem receber incentivo fiscal, e que estas devem ser preservadas. Finalizando, percebemos a importância do uso adequado dos bens de patrimônio histórico, onde a estrutura física, e o imaterial se mantêm como história viva das cidades, que tem como pano de fundo a paisagem cultural.

Aprendemos nesta pesquisa que preservar a memória é possível e necessário, pois ela é parte indissociável da história humana e que os territórios são uma fonte permanente de preservação e renovação de sua identidade e sua cultura. Aprendemos que é fundamental o compromisso do poder local com a proteção e a conservação dos legados das cidades. Aprendemos que é necessário o diálogo: com os usuários, entre os técnicos, entre as instituições, com a imprensa, com as outras cidades, com a universidade, com os organismos sociais representativos. Aprendemos que planejar é um processo, e não um projeto, pois não tem prazo e tem metas. Aprendemos finalmente, que é preciso persistir nas idéias e no caminho, não desistir, avançar, permanecer e acreditar. Neste sentido não se tem pretensão de trabalho pronto, mas de trabalho iniciado.

## CONCLUSÃO

Desde o início do século XVI, o Estado de Santa Catarina foi sempre ocupado “artificialmente” – por indução oficial. O povoamento do Médio Vale do Itajaí iniciou-se no séc. XIX, decorrendo de uma cultura histórica recente, se compararmos com as primeiras cidades Européias. A colônia de Itajaí foi base que contribuiu, a partir de 1850, para a fixação da colônia de Blumenau, onde a distribuição e o povoamento das terras seguiram à maneira tradicional da colonização alemã, “era a função comercial, o relevo e os rios que orientavam o plano de demarcação dos lotes”. As primeiras acomodações dos imigrantes na região, eram rudimentares e feitas de estruturas simples e temporárias, mas em muitas situações, os imigrantes passaram dos ranchos à casa enxaimel e em outras situações, quando as colônias já estavam consolidadas, foi possível chegar à construção da casa permanente sem que as famílias tivessem que passar por ranchos ou edificações provisórias. Inicialmente, as casas eram menos adaptadas a região, depois aconteceram modificações, que foram posteriormente, incorporadas definitivamente as edificações. As tipologias arquitetônicas e os sistemas construtivos, assim como a ocupação do solo, eram baseados no país de origem dos imigrantes. Nesta época, as propriedades eram marcadas pela agricultura de subsistência.

Desde a chegada dos primeiros imigrantes até 1920 as transformações da região foram relativamente estáveis. Em um segundo período, marcado pelas Guerras Mundiais, houve o processo de “camuflagem” da origem alemã, onde passou a ser costume levantar a platibanda nas edificações para esconder o telhado. Muitas edificações foram alteradas, mas a propriedade se mantinha inalterada. Com o advento da industrialização, as famílias permanecem ligadas às atividades rurais, mas alguns de seus membros são operários nas indústrias localizadas nas áreas urbanas. As propriedades se modificam. A renda “extra” traz a busca pelo conforto e surgem adaptações nas edificações. O processo de industrialização na região, as transformações sociais e econômicas mostraram seus efeitos. As cidades desenvolveram-se rapidamente, a paisagem cultural urbana das cidades se modificou, e a das áreas rurais se descaracterizou, como resultado, uma grande parcela da paisagem histórica está hoje sob ameaça.

Nossa análise explica que os processos de desenvolvimento e o patrimônio cultural edificado não são estanques, e sim cumulativos. Em cada estágio de seu

desenvolvimento a sociedade apresenta uma resultante espacial que é fruto do trabalho acumulado até aquele momento histórico, como demonstrado no quadro abaixo.

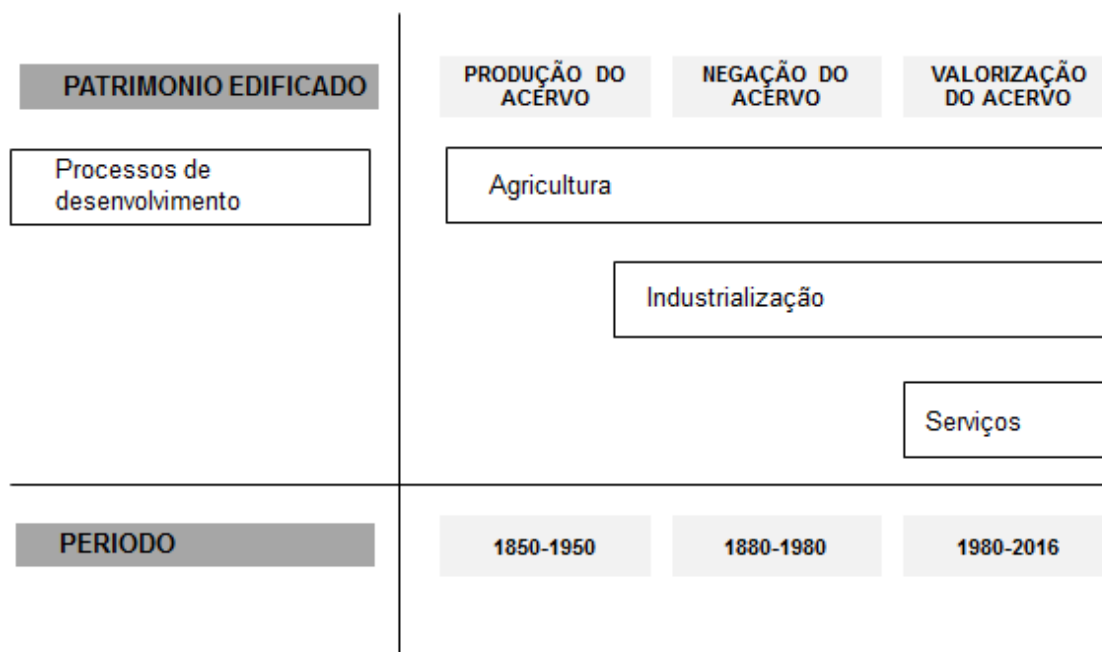


Figura 23. Esquema dos processos de desenvolvimento e do patrimônio edificado.  
Fonte: autora.

A problemática de evolução das cidades entre os séculos XIX e XX, intensificada pela globalização, resultou num conjunto de mudanças profundas na vida dos atores da sociedade mundial e do patrimônio cultural. Mutilam-se espaços públicos e perdem-se edificações de valor histórico. Após as perdas, na sua maioria irreversíveis, temos timidamente o processo de valorização dos bens e da história das cidades. A sociedade civil pretende agora impor a reconsideração. Nesse sentido, a revalorização atual do passado tem gerado uma constante demanda pela memória dos lugares, em especial pela memória das cidades. Porém, nota-se que a complicada dinâmica entre preservação e urbanismo continua a ser uma questão de difícil solução. Pois, o planejamento ainda é pensado como segregador de espaços, onde a leitura de “território” é deficiente. Percebemos claramente, na nossa pesquisa, a correlação das edificações com o território, ou seja, conforme a estruturação da cidade o edifício muda o seu uso, decorrente na maioria das vezes do padrão de desenvolvimento.

Em nosso objeto de pesquisa, constatamos que grande parte das edificações de patrimônio histórico encontram-se nas áreas rurais dos municípios, distribuídas em lotes familiares ao longo das antigas estradas coloniais. As paisagens são únicas, formando o que se chama de “ilhas culturais”. No entanto, esta que é a principal especificidade é



também a mais ameaçada, frente ao crescimento dos centros urbanos, ao desenvolvimento industrial, a especulação imobiliária e ao envelhecimento da população detentora dos bens culturais. A viabilidade econômica da pequena produção familiar e a necessidade de adequação da propriedade aos requisitos de vigilância sanitária e ao modo de vida moderno são fatores que influenciam o êxodo de muitas famílias, ocasionando a transformação dos lugares, e consequentemente, da paisagem.

Neste sentido, as transformações produzidas pelos imigrantes no ambiente natural produziram uma nova categoria patrimonial conhecida como paisagem cultural. A paisagem cultural possui uma visão integrada do patrimônio que engloba os bens naturais e os bens culturais e atinge as dimensões materiais e imateriais. Na paisagem cultural, o constante processo de envolvimento do homem com seu meio natural torna o conceito ainda mais complexo do que uma paisagem em estágio primitivo. Aliando as duas vertentes do patrimônio cultural, a material e a imaterial, a dimensão imaterial constitui a singularidade da paisagem cultural, sendo esta a que determina ou condiciona a paisagem, constituindo uma unidade singular e infinitamente mais rica, sendo tão digno de registro e proteção quanto à fauna, a flora e o patrimônio edificado (Delphim, C.F., 2004).

Deste modo, preservar o patrimônio cultural é manter as marcas de sua história ao longo do tempo, assegurando a possibilidade das gerações futuras tomarem conhecimento das manifestações produzidas socialmente ao longo de um tempo, seja no campo das artes, nos modos de viver, nas crenças, lugares ou na paisagem da própria cidade, com seus atributos naturais, intangíveis e edificados.

As edificações, o traçado da cidade, o desenho dos passeios, praças, o paisagismo, as manifestações culturais, os costumes, os saberes, práticas culturais tornam-se referências simbólicas e afetivas da sociedade em relação ao espaço vivido, e constituem a imagem e a identidade de sua cidade. Justamente por isso, o planejamento da paisagem nunca foi tarefa fácil e passou, nos últimos tempos, a ter ampliado sua complexidade pelo processo de urbanização cada vez mais veloz.

Assim sendo, o planejamento territorial deve levar em consideração aspectos tangíveis e intangíveis da cidade que está sendo organizada, é preciso compreender as pessoas que ali vivem, a forma como esta se relacionam entre elas e com o espaço que ocupam, tendo o plano diretor e o plano de gestão da paisagem local como instrumentos orientadores das diretrizes para produzir soluções viáveis às dificuldades do desenvolvimento urbano.

Há, portanto, uma necessária conexão do planejamento urbano e da gestão da cidade com a conservação cultural e natural. Para Haddad, “o processo de desenvolvimento de uma região depende, fundamentalmente, da sua capacidade de organização social e política, fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento”(Haddad, P.R, 2004:11). A capacidade de articulação dos governos regionais constitui uma vantagem estratégica das regiões. Os governos regionais, para serem atores relevantes do desenvolvimento de suas regiões, devem ser capazes de não apenas conduzir o processo, mas também de animá-lo, como agentes catalisadores (Boisier, S.,1999:105).

É hora de aplicar os conceitos de Cidade Criativa e de Economia Criativa, afinal essa nova onda trouxe consigo um repensar das relações, com espaços amplos e abertos aos processos de cocriação e compartilhamento de saberes e fazeres. Nestes conceitos a cidade é vista mais como um processo do que um plano; é dinâmica, não estática(Landry in Reis,2011). Desta forma, é imprescindível que as forças públicas e privadas estejam alinhadas na mesma direção, para que tanto a nação como Estado, possam garantir uma maior vantagem competitiva e colher os resultados vindouros da Economia Criativa.

É preciso incluir uma contribuição efetiva para avaliar e controlar a ocupação do solo, os novos usos e a inserção de interferências visuais. Afinal, não somos apenas expectadores da cidade, somos parte ativa dela.

Através das entrevistas realizadas, percebemos as dificuldades que os proprietários encontram na manutenção de suas edificações. Onde afirmam não terem intenções de alterar o bem, seus anseios são em apenas adaptá-los as necessidades atuais das famílias. Porém, essas modificações realizadas, sempre com boas intenções, resultam muitas vezes em mutilação do bem, decorrente da precária assessoria técnica aos proprietários. Outro fato percebido, foi a inexistência de programas de valorização do patrimônio cultural, ponto levantado por alguns detentores de patrimônio edificado com fins comerciais que, sentem-se pressionados pelos fregueses a “modernizar” seus estabelecimentos.

Acreditamos que esse panorama somente poderá ser controlado, se aliado à preservação do patrimônio cultural houver a integração de planos e instrumentos de desenvolvimento urbano regionais, reguladores da produção do espaço. As autoridades brasileiras em nível federal, estadual e municipal estão frente a uma tarefa complexa de colocar em prática os conceitos e teorias, ou seja, colocar em prática junto com a

comunidade local os conceitos da preservação, conservação e restauro dos monumentos e principalmente da paisagem cultural; visando salvaguardar este rico patrimônio para as gerações futuras.

Sendo assim, a elaboração de forma desarticulada, de Planos Diretores em municípios que mantêm fortes relações sociais e econômicas entre si, não poderá gerar bons resultados. A regionalização como fato encontra-se vinculada aos jogos dinâmicos da disputa do poder, inscritos nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território. A pesquisa desta regionalização, depende também de articulações espaço temporais.

Neste contexto, sugere-se a implantação do planejamento contemporâneo integrado e regional - que incorpora “significado”, preservando a identidade do local. Incorpora a preservação da paisagem, preservando as diversidades e fortalecendo as ligações cidade-cidadão. Procura entender a “alma” da cidade. Antecipar soluções para problemas que ainda não existem é a chave para o desenvolvimento de uma cidade culturalmente sustentável.

Mais do que a preservação do patrimônio edificado, a proteção do seu legado cultural, deve contemplar as paisagens, transformadas e criadas pelos primeiros habitantes. Deverá contemplar também, as tradições, os saberes e os fazeres que visam auxiliar a compreensão do território. Reconhecer esses valores dará a verdadeira dimensão da importância cultural da região e promoverá o resgate das tradições destas comunidades, que vem sendo perdidas ao longo dos anos. Conservar os costumes e a memória torna mais provável a salvaguarda desta paisagem cultural de importância no contexto nacional e internacional, fortalecendo os valores de identidade da área chancelada.

Visando espacializar as diretrizes formuladas nesta pesquisa, desenvolvemos o esquema abaixo onde destacamos a necessidade de um Plano de Gestão da Paisagem do Circuito do Vale Europeu Catarinense (visão macro) e de um Plano de Gestão da Paisagem Local (visão micro).

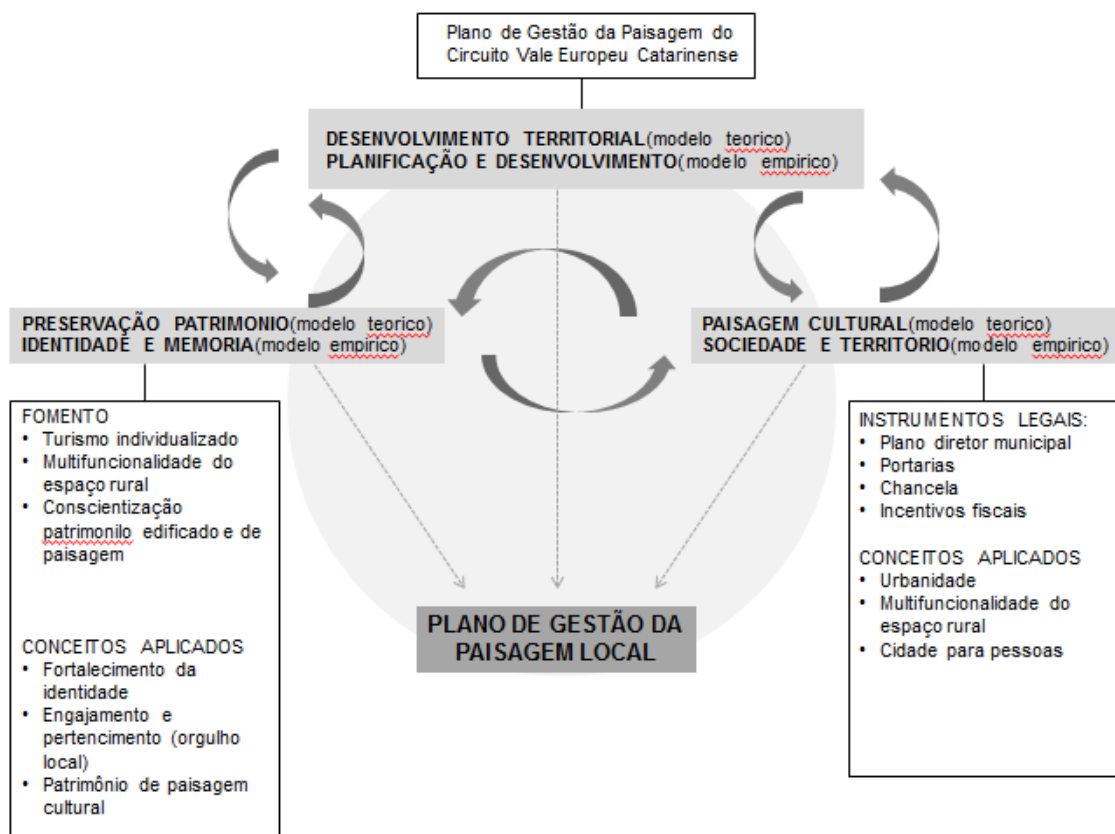


Figura 24. Esquema do Plano de Gestão da Paisagem Cultural do Vale Europeu Catarinense.  
 Fonte: Autora

Nesse sentido, a preservação do patrimônio arquitetônico é um parâmetro na calibragem entre políticas públicas de apoio e valorização afetiva por parte dos proprietários; se existem políticas sem interesse do proprietário não gera consciência, se existe interesse sem apoio, não existe restauração. Ou seja, a comunidade é a maior guardiã do seu patrimônio cultural e sem o seu apoio as políticas públicas tornam-se ineficientes. Do mesmo modo, as políticas públicas precisam aliar-se aos detentores de patrimônio cultural para obter êxito. A valorização dos bens culturais aliada às políticas públicas de conservação e preservação, trará como consequência a minimização dos efeitos de desmemorização nas cidades. Desta forma, o uso adequado de suas potencialidades, levando em consideração a diversidade cultural que a forma, poderá promover o desenvolvimento sócio-cultural e econômico sustentável da região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.C.A. org. (1994). *Paisagem*. Lisboa: DAS editores.

ABREU, M.(1998). *V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo “Cidades: temporalidades em confronto”* Uma perspectiva comparada da história da cidade, do projeto urbanístico e da forma urbana. PUC-Campinas.

ABREU, R. (2003). *A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo patrimônio*. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.

ABRAMOVAY, R.(2000). *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia aplicada –volume 4, n2, abril/junho.

ADAMS, B. (2002). *Preservação urbana: gestão e resgate de uma história*. Florianópolis:ed. da UFSC.

AGUIAR, F. et al.coord. (2001). *PIOT-ADV*, Relatório, vol. 1-diagnóstico da situação. Vila Real: UTOD.

ARGOLLO FERRÃO, A. M. de. (2005) *Paisage cultural del café em Brasil. Identidades: território, cultura, patrimônio*. Barcelona: Laboratorio Internacional de Paisages Culturales, v.1, 2005, p. 73-90. Disponível em: <https://e-revistas.upc.edu/bitstream/2099/1889/1/Paisage+Brasil.pdf>. Acedido em 03 de Março, 2015.

ASCHER, F. (2010). *Novos Principios do Urbanismo*. Lisboa: Livros Horizonte Ltda.

AUGÉ, M. (2007). *Não Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90°.

BERTRAND, A. (1973). *Sociologia rural : uma analise da vida rural contemporânea*. trad. de Alzemiro E. Sturn. São Paulo: Atlas.

BOISIER, S. (1999). *Teorias y metáforas sobre el desarrollo territorial*. Santiago: Nações Unidas/CEPAL.

BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro : Editora Bertrand Brasil S.A.

BOURDIN,A. (2011). *O Urbanismo Depois da Crise*. Lisboa: Livros Horizonte Ltda.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (2005). Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: BOTELHO FILHO, F.B. (Org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial, contribuições ao debate*. Brasília: Editora da UnB.

- CASTELLS, M.(1999). *O poder da identidade- a era da informação: economia, sociedade e cultura*. V.2. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTRIOTA, L. B.org. (2009). *Paisagem cultural e sustentabilidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG;Ieds,. 220 p.; il. – (Arquitetura & Cidade)
- CHOAY, F. (2006). *A alegoria do patrimônio*. Trad: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP.
- CONNOR, S. (1994). *Teoria e valor cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- COSTA. R., & HAESBAERT,R. (2004). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COZEN, M. (2009). As paisagens urbanas históricas na Inglaterra: um problema de geografia aplicada. In: CASTRIOTA, L. (Org.) *Paisagem cultural e sustentabilidade*. Belo Horizonte: IEDS; UFMG.
- CULLEN, G. (1996). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.
- CURY, I (coord).(2000). *Cartas Patrimoniais*. 2a ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN.
- DA MATTA, R. (1986). *O que faz o brasil, Brasil?* /Roberto DaMatta. -2.ed. - Rio de Janeiro : Rocco.
- \_\_\_\_\_ (1987). *Relativizando; uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco.
- \_\_\_\_\_ (1991). *A casa & a rua: espaço, cidadania, vida e morte no Brasil*. Editora Guanabara,RJ.
- DALLABRIDA, V.R.. (2006). *Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3., 2006, Santa Cruz do Sul. Anais... Santa Cruz do Sul: UNISC.
- \_\_\_\_\_ (2010). *Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- DELPHIM, C.F. (2006). *El patriominio natural em Brasil*. In: Revista Apuntes. Vol. 19. Bogotá/Colombia: Pontifica Universidad Javeriana.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Politica Nacional de Paisagem Cultural*.
- DIAS, R.; MACHADO, G.C.(2009). *Patrimônio Cultural e Turismo: Educação, Transformação e Desenvolvimento Local*. Revista Patrimônio: Lazer & Turismo, v. 6, n. 8, out.-nov.-dez.
- FAES, C. H., (2008). *A dinâmica de desenvolvimento e o processo de desmemorização nas cidades do Vale do Itajai – estudo de caso Timbó e Pomerode/SC*. Blumenau, 2008.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) programa de pós graduação, FURB.

FADIGAS, L.(2011). *Fundamentos ambientais do ordenamento do território e da paisagem*. Lisboa: Sílabo.

FLORIDA, R. (2011). *A ascensão da classe criativa e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano*. L&PM Editores : São Paulo.

FIGUEIREDO, L. & PIMENTA, M..(2005). X Encontro Nacional da Anpur | Cidade, planejamento e gestão urbana: *história das idéias, das práticas e das representações, perda dos espaços públicos: a reconstrução através da memória*.

FLORIT, L. (2004). *A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo*. Blumenau: Edifurb.

FIGUEIREDO, V. G. B. (2004). *Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural do Brasil*. Tese doutorado FAUUSP. São Paulo.

FONSECA, M.,(2003) Além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.

FRAH.(2000). *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro ao Patrimônio Mundial*. Marca Artes Graficas, Porto.

FURTADO, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GAZZANEO, L. M. ; AMORA, A. A. orgs(2009). *Ordem, desordem, ordenamento: cidade, história e patrimônio*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ.

GEERTZ, C. (1973). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

GIDDENS, A.(1991). *As conseqüências da modernidade*. Trad: Raul Fiker. São Paulo: editora UNESP.

\_\_\_\_\_. (2002). *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Trad: Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Ed Record, 2 ed.

GONÇALVES, J. (2003). *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.

GOMES, M.; SARAIVA, A. (2010). *Orlando Ribeiro, Itinerâncias de um Geógrafo-documentário*. B'lizzard - Criatividade, Comunicação e Serviços, Lda e Pedro Canavilhas. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ovcJN5k\\_xIU](https://www.youtube.com/watch?v=ovcJN5k_xIU)

- GRAZIANO DA SILVA, J. (2002). *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP.
- GRIMM, I.; GREUEL, M.C.; CERVEIRA, J.L. (2012). *Políticas Públicas Do Turismo: Contribuições para o Desenvolvimento Regional*. I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. Rio de Janeiro.
- HADDAD, P. R. (2004) *Cultura local e associativismo*. Texto de referência da palestra no Seminário do BNDES sobre Arranjos Produtivos Locais. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl\\_texto2.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl_texto2.pdf).
- HARVEY, D. (2004). *Espaços de esperança*. Trad. A. U. Sobral; S. M. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.
- HAESBAERT, R. (2007). Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogerio (org). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access.
- HANEFELD, A., (2002). *Pólos de modernização tecnológica e desenvolvimento regional: o caso do Polo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil*. Santa Cruz do Sul : EDUNISC
- HEIDTMANN JUNIOR, D. E. D. (2013). *Gestão de paisagem cultural de imigração alemã*. Florianópolis. 281 p. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) programa de pós graduação, UFSC.
- HERING, M. L. R. (1987). *Colonização e indústria no vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: ed da FURB.
- HILLMAN, J. (1993). *Cidade & Alma*. São Paulo: Studio Nobel.
- HOWKINS, J.(2013). *Economia criativa – como ganhar dinheiro com ideias criativas*. M, Books do Brasil: São Paulo.
- IPHAN/SC. (2006). Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina. *Dossie de Tombamento*. Vol 01. Histórico, análise e mapeamento das regiões.
- IPHAN/SC. (2007). Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina. *Dossie de Tombamento*. Vol 02. Síntese tombamentos federais.
- JACOBS, J. (2011). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- LAMAS, J. M. R. G. (1993). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: FCG
- LAURENT, C. (1999). *Activité agricole, multifonctionnalité et pluriactivité*. Paris: Grep.
- LAKATOS, E.; MARCONI, M. (1991). *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas.



LAWRENCE, J. (1981). *Informativo SPHAN – pró-memória*. Ed. Fundação Nacional Prémémória. N 11. Mar/Abr.

LE CORBUSIER. (1993). *A Carta de Atenas*. São Paulo : Hucitec : EDUSP 1v.

LEFEBVRE, H. (1969). Notas sobre a cidade nova. In: *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.137-148.

LE GOFF, J.,(1988). *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP(prismas)

\_\_\_\_\_. (2000). *História e Memória – 1o volume história*. Tradução: Ruy Oliveira,Lisboa/Portugal. Edições 70 ltda.

LIGNON-DARMAILLAC, S. (2008). L'émergence enotouristique en France et au Portugal, de nouveaux itinéraires touristiques viticoles. *Enoturismo e turismo em espaço rural*. Maia: ISMAI.

LOCH, C. (1993). *Cadastro técnico rural multifunção naltário como base à organização espacial do uso da terra a nível de propriedades rural*. Tese (Acesso a Classe de Professor Titular) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

LOVELL, S.T. et al.(2010). *Integrating agroecology and landscape multifunctionality in Vermont*. Agricultural Systems, v.103.

LOURENÇO GOMES, L.S. M. (2009). *Valoração econômica de patrimônio cultural: aplicação da técnica de escolhas discretas ao Alto Douro Vinhateiro Patrimônio da Humanidade*. Tese de doutoramento em Ciências Econômicas. Universidade do Minho. Escola de Economia e Gestão.

LYNCH, K. (1988). *A imagem da cidade*. Trad. Maria Cristina Tavares Afonso, 1960. São Paulo. Ed: Tipografia Lousanense.

\_\_\_\_\_. (1999). *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70.

LYRA, F.R. et al. (2013). *Cadernos da escola de negócios*. Curitiba, vol.1, n 11.

MAGALHÃES, M. (2001). *A arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade*. Lisboa: Estampa.

*Manual de Boas Práticas Vitícolas da Região Demarcada do Douro*. Disponível em [http://www.ivdp.pt/pt/docs/SUVIDUR/MBP\\_\(vs\\_integral\).pdf](http://www.ivdp.pt/pt/docs/SUVIDUR/MBP_(vs_integral).pdf)

MATTEDI, M. A. (2001). *Notas sobre as visões de natureza em Blumenau: mais um capítulo da trágica história do sucesso humano*. Revista de estudos ambientais, Blumenau, v.3, n.1, 29-39, jan/abr.

MURADIAN, R. et al. (2010). Reconciling theory and practice: Na alternative conceptual framework for understanding payments for environmental services. *Ecological Economics*, v.69, n.6.

NEWBIGIN, J.(2010). *A economia criativa: um guia introdutório*. British Concil, Londres.

NEUMANN, P.S.; LOCH, C. (2002). Legislação ambiental, desenvolvimento rural e práticas agrícolas. *Ciência Rural*. v.32, n.2.

OLIVEIRA, J. M. de et al.(2013) *Panorama da Economia Criativa no Brasil*. IPEA: Brasília.

*Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*. disponível em [whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc](http://whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc)

PETHERAM, L.; CAMPBELL, B.M. (2010). Listening to locals on payments for environmental services. *Journal of Environmental Management*, v.91.

POLLAK, M. (1989). In. Estudos Históricos. *Memória, esquecimento e Silêncio*. São Paulo. Cpdoc/FGV.

REIS, A. C. F.; Kageyama, P.; orgs. (2011). *Cidades criativas: perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções.

RIBEIRO, F. ; VIEIRA, S. (2014). *O zoneamento urbano como estratégia de preservação da paisagem cultural do centro histórico de Pelotas, RS*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.º 6 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.

RIBEIRO, O. (1970). *Iniciação em geografia humana*. Lisboa: Ed. Joao Sá da Costa.

ROSSI, A. (2001). *A Arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.

*Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira*.(2011). Brasília. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757> acessado em 16.03.15

*Relato das Sessões de Divulgação do Relatório de Avaliação do Estado de Conservação do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial* - maio 2013.

RUSKIN, J. (2008). *A lâmpada da memória*. Cotia-SP: ateliê editorial.

SABATÉ BEL, J. (2004). *Paisajes culturales: el patrimonio como recurso básico para um nuevo modelo de desarrollo*. Revista Urban. Madrid, n.9, 25p.

SACHS, I.(1993). *Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.

\_\_\_\_\_. (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.

SANT ´ANNA, M. (2003) In: Regina Abreu e Mário Chagas(orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.

SANTOS, C. A cidade como um jogo de cartas. Niterói: UFF, 1988

SANTOS, D.G.; NUCCI, J.C.;orgs. (2009) *Paisagens geográficas: um tributo a Felisberto Cavalheiro*. Campo Mourão:Ed.Felcilcam. disponível em [http://www.fecilcam.br/editora/arquivos/paisagens\\_geograficas.pdf](http://www.fecilcam.br/editora/arquivos/paisagens_geograficas.pdf)

SANTOS, O.A. (2004). Revista do Confea, *Fórum Nacional da Reforma Urbana*, 12/04

SANTOS,M.; SOUZA,M.A.; SILVEIRA, M.L.; orgs. (1994). *Terrrio, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR.

SANTOS, M.(1980). *A urbanização desigual – a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ (1996). *A natureza do espaço*. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006. 384p. Reimpressão. 1. Ed. São Paulo: Hucitec.

SCHULTZ, S.S. & MORAES, C. M. de BACK, C. C. (2002).*Estratégias para a Inserção da Temática Ambiental na Formação do Planejador Urbano*. Anais do XXX COBENGE, Congresso Brasileiro para o Ensino da Engenharia. Campinas: São Paulo.

SCHAMA, S. (1996). *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEYFERTH, G. (1981).Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura.

\_\_\_\_\_ (1990) *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

SIEBERT, C.(1996). *Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí*. Blumenau: ed. da FURB.

SIMSON, O. ; NERI, A.L.; CACHIONI, M. (orgs). (2003). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas, SP : Alínea.

SILVA, N.V. (2015). Disponível em <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/nuno-vassallo-e-silva-turismo-e-turismo-patrimonio-e-patrimonio-os-nossos-objectivos-nao-sao-comuns-1688566>, consultado em 10.03.2015.

STIGLITZ, J. (2003). *A globalização e seus malefícios :a promessa não-cumprida de benefícios globais*. Tradução de Bazán Tecnologia e Lingüística. -4.ed. - São Paulo: Futura.

VEIGA, J. E. (2000). *A face rural do desenvolvimento: Natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

VOGT, C. *As cidades e os muros*. Artigo disponível no site [www.revista.iphan.gov.br](http://www.revista.iphan.gov.br).

Acessado em 20 de Abril, 2015.

TUAN, Y. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL.

TRESS, B.; TRESS, G. (2001). *Capitalising on multiplicity: a transdisciplinary systems approach to landscape research*. *Landscape and Urban Planning*, v. 57, p. 143-157, dez 2001. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/B6V91-44HSXMS-2/2/20f90c9dc1a1db82d1553dd0237f1ec7>> acessado em 03.03.2015

VERDELLI, L. (2008). *Héritages fluviaux, des patrimoines em devenir processos d'indentification, pretection et valorisation des paysages culturels em France, Portugal et Italie; quelques exemples significatifs*. Tese de doutorado defendida na Université François – Rabelais de Tours e na Universidade de Coimbra.

VIEIRA, R.; JANSEN, G.; POZZOBON M. (2016). *Redução de riscos de desastres naturais: A construção de políticas públicas em Blumenau SC*. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.188/5915>

VIEIRA, D.. (2002). entrevista- *Preservar é um ato de planejamento*. Boletim informativo do IAB/SC – outubro.

TEIXEIRA, E. (2001). *O Local e o Global. Limites e Desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.

WEIMER, G. (2003). *Arquitetura enxaimel em Santa Catarina*. Edição especial pra tubos e conexões Tigre.

WEISSHEIMER, M.R. (2012). *Paisagem cultural brasileira: do conceito a pratica*. Belo Horizonte: 2º Colóquio Ibero-americano sobre paisagem cultural, patrimônio e projeto. UFMG.

### ***Suporte eletrônico***

<http://www.vemprapomerode.com.br/turismo/a-cidade/pagina/história-de-pomerode>.  
Acedido a 16 de outubro de 2015.

<https://leismunicipais.com.br>. Acedido a 15 de janeiro de 2016.

Estatuto da CIMMVI, 2015. <http://files.jfsites.com.br/cimvi/files/2015/09/Estatuto-CIMVI-consolidado-OK.pdf> . Acedido a 19 de novembro de 2015.

CAMARO. (2016, 30 de janeiro). Nossa pequena Alemanha [texto colocado no site <http://www.vemprapomerode.com.br>] enviado para <http://www.vemprapomerode.com.br/turismo/pomerode-nossa-pequena-alemanha/pagina/pomerode-nossa-pequena-alemanha>. Acedido em 02 de Fevereiro de 2016.

Assessoria de imprensa. (2016, 26 de Janeiro). Saiba como baixar o aplicativo Pomerode [texto

disponível no site <http://www.pomerode.sc.gov.br>] enviado para [http://www.pomerode.sc.gov.br/Noticia.asp?lang=pt&id\\_Noticia=4495](http://www.pomerode.sc.gov.br/Noticia.asp?lang=pt&id_Noticia=4495)]. Acedido em 05 de Fevereiro de 2016.

CIMVI. (1)<http://files.jfsites.com.br/cimvi/files/2015/09/Estatuto-CIMVI-consolidado-OK.pdf> acessado em 19.11.15.

### ***Legislação***

Código de Posturas, 1923, Blumenau.

Lei Provincial nº 11, Maio de 1835, Santa Catarina.

Termo de cooperação técnica roteiros nacionais de imigração em SC

Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000.

Portaria IPHAN nº 127, de 30 de Abril de 2009.

Portaria IPHAN nº 187, de 11 de junho de 2010.

Portaria IPHAN nº 420, de 22 de dezembro de 2010.

Portaria IPHAN nº 70, de 22 de fevereiro de 2013.

Lei Ordinaria nº 808/1988.

Lei complementar nº 75 de 12 de dezembro de 2001.

Lei nº 1639 de 05 de abril de 2002.

Lei complementar nº 162, de 12 de dezembro de 2008.

Lei complementar nº 238 de 11 de maio de 2012.

### ***Cartas Patrimoniais***

Carta de Atenas (1933)

Carta de Veneza (1964)

Convenção Europeia da Paisagem (2000)

Declaração do México (1985)

Carta de Burra (1980)

Europeia da Paisagem (2000)

Recomendações de Nairobi (1976)




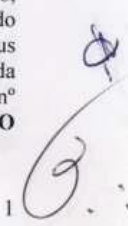



Carta dos Itinerários Culturais (2008)

Carta de Cracóvia (2000)

## **ANEXOS**

### **Anexo I - Legislação**

## Termo de cooperação técnica roteiros nacionais de imigração em SC

MINISTÉRIO DA CULTURA		INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL		PROCURADORIA JURÍDICA	
		<b>IPHAN</b>		SBN Quadra 02 - Ed. Central Brasília 70.040-904 - Brasília - DF - Tel: (061) 414-6229 Fax: (061) 414.6128 e homepage: www.iphan.gov.br	
003/07					
<b>TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA</b> QUE ENTRE SI CELEBRAM OS ÓRGÃOS E ENTIDADES ABAIXO NOMINADOS COM O OBJETIVO DE PROMOVER E REALIZAR AÇÕES QUE AUXILIEM NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO IMIGRANTE E IMPLANTAÇÃO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO.					
<p>A <b>UNIÃO</b>, por intermédio do <b>MINISTÉRIO DA CULTURA</b>, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, em Brasília/DF, doravante denominado MinC, neste ato representado pelo seu Ministro, Senhor <b>GILBERTO PASSOS GIL MOREIRA</b>, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 02.493.945-6, expedida em 30 de dezembro de 2002 pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.309.618-15, nomeado por Decreto Presidencial de 1º de janeiro de 2003, publicado no Diário Oficial da União do mesmo dia, ambos criados pela Medida Provisória nº 103, de 01 de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no dia 29 subsequente; do <b>INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN</b>, neste ato representado pelo seu Presidente, <b>LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA</b>, brasileiro, casado, carteira de identidade nº M-2.169.075, expedida pela SSP/MG, CPF nº 463.783.166-00, nomeado pela Portaria nº 102, de 07/02/2006, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no DOU de 08/02/2006, Seção II, página 02; do <b>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b>, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 8º andar, Brasília/DF, doravante denominado <b>MDA</b>, neste ato representado pelo seu Ministro, Senhor <b>GUILHERME CASSEL</b>, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3025451927, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 303.570.800-25, nomeado por Decreto Presidencial de 26 de junho de 2006, publicado no DOU de 27/06/2006; do <b>MINISTÉRIO DO TURISMO</b>, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º andar, em Brasília/DF, doravante denominado <b>MTUR</b>, neste ato representado por sua Ministra, Senhora <b>MARTA SUPLICY</b>, portadora do RG. nº. 2978995-3, expedida pela SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 699.158.908-00, residente nesta Capital, nomeada pelo Decreto de 22 de março de 2007, publicado no dia subsequente; do <b>SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC</b> pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº <b>82.515.859/0001-06</b>, com sede e foro na Avenida, Rio Branco, 611-Centro - Florianópolis - SC, CEP: 88015-203/SC, doravante denominado <b>SEBRAE</b>, neste ato representado por seu representante legal Diretor Superintendente, <b>CARLOS GUILHERME ZIGELLI</b>, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 6577, expedida pela OAB/SC, e do CPF nº 564.875.689-53, residente e domiciliado em Florianópolis/ SC, e por seus Diretores, <b>JOSÉ ALAOR BERNARDES</b>, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 550.332-9, expedida pela SSP/SC, e do CPF nº 007.107.419-87, residente e domiciliado em Florianópolis/ SC, e <b>ANACLETO</b></p>					
					
					



**ANGELO ORTIGARA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da carteira de identidade n.º 13/R-820.207, expedida pela SSP/SC, e do CPF n.º 384.480.689-04 residente e domiciliado em Florianópolis/ SC, o **ESTADO DE SANTA CATARINA**, com sede na SC 401, km 5, n.º 4600, Saco Grande II, Florianópolis/SC, neste ato representado pelo seu Governador, Senhor **LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º 71.740-1 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o n.º 005.869.359-91; o **MUNICÍPIO DE ASCURRA**, com sede na Rua Benjamim Constant, 221, em Ascurra/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **PEDRO MOSER**, portador da Cédula de Identidade n.º 1.727.545 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 058.586.909-04; o **MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO**, com sede na Rua Celso Ramos, 1168, em Benedito Novo/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **CARLINDO ALBERTO PERSHUN**, portador da Cédula de Identidade n.º 694.138-9 - SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 381.246.619-87; o **MUNICÍPIO DE BLUMENAU**, com sede na Praça Victor Konder, n.º 2, em Blumenau/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **JOÃO PAULO KLEINÜBING**, portador da Cédula de Identidade n.º 1.577.929-7 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 901.403.629/91; o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 126, em Indaial/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **OLÍMPIO JOSÉ TOMIO**, portador da Cédula de Identidade n.º 944.764-4 - SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 501.157.239-00; o **MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS**, com sede na Av. Getúlio Vargas, 308, em Itaiópolis/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **IVO GELBCKE**, portador da Cédula de Identidade n.º 609.822 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 310.658.489-00; o **MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**, com sede na rua Walter Marquardt, 111, em Jaraguá do Sul/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **MOACIR BERTOLDI**, portador da Cédula de Identidade n.º 2/R 372.213 SSP SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 310.551-339-68; o **MUNICÍPIO DE JOINVILLE**, com sede na Rua Hermann August Lepper, 10, em Joinville/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **MARCO TEBALDI**, portador da Cédula de Identidade n.º 2404861-7 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 256.712.350-49; o **MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA**, com sede na Travessa Osvaldo Búrgio, 44, em Nova Veneza/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **ROGÉRIO JOSÉ FRIGO**, portador da Cédula de Identidade n.º 6/R 965.437 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 417.227.879-53; o **MUNICÍPIO DE ORLEANS**, com sede na Rua XV de Novembro, 12, em Orleans/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **VALMIR JOSÉ BRATTI**, portador da Cédula de Identidade n.º 6/R 195.211 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 077.483.539-72; o **MUNICÍPIO DE POMERODE**, com sede na Rua XV de Novembro, 525, em Pomerode/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **ERCIO KRIEK**, portador da Cédula de Identidade n.º 3/R 202617-4 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 605.728.259-00; o **MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**, com sede na Rua Nereu Ramos, 205, Em Rio dos Cedros/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **HIDERALDO JOSÉ GIAMPICCOLO**, portador da Cédula de Identidade n.º 828.030-4 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 311.484.849-49; o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL**, com sede na Praça 25 de Julho, 01, em Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **MILTON HOBUS**, portador da Cédula de Identidade n.º 579.048-4 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 292.517.459-00; o **MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**, com sede na Rua Jorge



Paulo Roberto Moresco  
Gerência de Orçamento,  
Finanças e Contabilidade  
CEOPAF/SC



2



Lacerda, 75, em São Bento do Sul/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **FERNANDO MALLON**, portador da Cédula de Identidade nº 1.092.272 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 609.106.909-87; o **MUNICÍPIO DE URUSSANGA**, com sede na Praça da Bandeira, 12, em Urussanga/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **LUIZ CARLOS ZEN**, portador da Cédula de Identidade nº 424.935 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 299.983.449-72, o **MUNICÍPIO DE TIMBÓ**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 700, em Timbó/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **OSCAR SCHNEIDER**, portador da Cédula de Identidade nº 1.195.515-5 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 415.032.879-04 e o **MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS**, com sede na Avenida Jorge Lacerda, s/n, em Vidal Ramos/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **NABOR JOSÉ SCHIMITZ**, portador da Cédula de Identidade nº 20/R 952.469 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 429.542.319-04, resolvem firmar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sob o regime de mútua cooperação, sujeitando-se os partícipes, no que couber, às disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, na Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, e demais normas regulamentares da matéria, mediante as considerações, cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO que o projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração tem como objetivo o reconhecimento da importância do patrimônio cultural dos imigrantes no conjunto do patrimônio cultural brasileiro.

CONSIDERANDO que a formalização do projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração representa uma chance de valor cultural que incide sobre os conjuntos urbanos e sobre a área rural das regiões que o integram, buscando valorizar o patrimônio cultural identificado e ampliar a qualidade de vida de seus detentores, transformando especificidades culturais em instrumento de desenvolvimento sustentável e geração de trabalho e renda; e

CONSIDERANDO que, em Santa Catarina, os Roteiros Nacionais de Imigração abrangem as regiões selecionadas por meio do Inventário Cultural, aplicado nos municípios onde são maiores as evidências da contribuição dos imigrantes no contexto sociocultural da atualidade.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto estabelecer um regime de estreita cooperação entre os partícipes, no âmbito de suas respectivas competências, no sentido da implementação dos Roteiros Nacionais de Imigração por meio da execução de uma política de reconhecimento e de preservação do patrimônio cultural do imigrante e de desenvolvimento sustentável para os municípios envolvidos nas regiões selecionadas pelo projeto, buscando:

- garantir a preservação do patrimônio cultural, de natureza material e imaterial, das regiões de Santa Catarina onde foi mais antigo (ou onde mais se preserva) o processo de imigração;
- estimular a geração de renda, por meio da criação de opções que possibilitem a permanência das famílias de pequenos produtores rurais em suas propriedades;



Paulo Roberto Moresco  
Gerência de Orçamento,  
Finanças e Contabilidade  
REDAE/ISC



3

- c) promover parcerias institucionais para a qualificação da educação, por meio da sua relação com a cultura, e da capacitação técnica nas ações relacionadas à agricultura familiar e ao turismo cultural, em conjunto com as comunidades;
- d) estimular formas de comercialização e de beneficiamento dos produtos tradicionais das colônias;
- e) fortalecer o turismo nas regiões selecionadas;
- f) ampliar a parceria entre o poder público Federal, Estadual, e Municipal, para os fins a que se destina o presente TERMO DE COOPERAÇÃO; e,
- g) interagir com os planos de governança local e regional estabelecidos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS AÇÕES

Para a consecução do objeto constante da Cláusula Primeira serão executadas pelos órgãos responsáveis, em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal e com as demais entidades da sociedade civil envolvidas, mediante a formalização de instrumentos apropriados, de caráter operacional e específico, garantindo-se a integração e a transversalidade entre os entes administrativos envolvidos neste TERMO DE COOPERAÇÃO, as seguintes ações:

- a) o reconhecimento do legado histórico dos imigrantes como integrante do patrimônio cultural do Brasil pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e do patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, por meio da Fundação Catarinense de Cultura;
- b) a chancela de vários dos seus cenários urbanos e rurais como paisagens culturais brasileiras;
- c) o encaminhamento aos Conselhos Consultivos ou órgãos equivalentes do IPHAN, do Estado e dos Municípios envolvidos, do pedido de tombamento de uma série de bens representativos do processo de imigração em Santa Catarina, de acordo com os resultados obtidos em pesquisa realizada pelo IPHAN;
- d) o estabelecimento de legislações e medidas administrativas destinadas à preservação dos bens tombados, de suas áreas de entorno e da paisagem ambiental das regiões selecionadas;
- e) a estruturação de caminhos rurais para o recebimento de fluxos turísticos compatíveis com suas possibilidades de absorção;
- f) o estabelecimento de pontos de recepção a visitantes e comercialização de produtos tradicionais;
- g) a criação de eco-museus, em conjunto com os municípios envolvidos e com o Estado de Santa Catarina;
- h) a qualificação dos museus e das bibliotecas municipais pelo MinC e pelo IPHAN e pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, por meio da Fundação Catarinense de Cultura, em conjunto com as prefeituras signatárias deste TERMO;
- i) a parceria entre órgãos federais, estaduais e municipais na implementação de políticas de preservação do patrimônio e de desenvolvimento econômico e social das regiões selecionadas;
- j) a divulgação do patrimônio integrante dos Roteiros Nacionais de Imigração, em âmbito internacional, nacional, regional e local;



Paulo Roberto Moresco  
Gerência de Orçamento,  
Financeira e Contabilidade





k) a valorização das pequenas propriedades, do arranjo produtivo local e, principalmente, da agricultura familiar.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As ações relacionadas no *caput* desta cláusula terão foco nos projetos voltados para a geração de renda, na área urbana e rural, com ênfase na produção culturalmente referenciada, na formação profissional, no apoio tecnológico, na infra-estrutura, no financiamento e na capacitação gerencial e produtiva, no intuito de garantir a qualidade da produção, a empregabilidade da população local e o desenvolvimento sustentável.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES

Cabe aos partícipes definir e viabilizar os meios necessários para atingir o objeto do presente Termo de Cooperação, assim como implementar as ações previstas na Cláusula Segunda, observando suas competências institucionais e suas disponibilidades financeiras e orçamentárias, o disposto neste instrumento e as atribuições abaixo discriminadas para:

#### I - os Ministérios e demais Órgãos do Governo Federal:

- a) executar, no âmbito de sua competência, as ações sob sua responsabilidade previstas na Cláusula Segunda, interagindo com os Governos Estadual, Municipal e a comunidade local;
- b) priorizar as ações previstas na Cláusula Segunda, em relação à programação orçamentária e financeira no âmbito de sua atuação;
- c) disponibilizar, conforme suas possibilidades técnicas e orçamentárias, os recursos previstos para a execução das ações sob sua responsabilidade;
- d) firmar os instrumentos legais necessários, quando for o caso, para a utilização dos recursos previstos para cada ação;
- e) acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações sob sua responsabilidade;
- f) coletar, compilar e divulgar informações referentes às suas respectivas ações;
- g) garantir que as suas ações sejam executadas de forma harmônica e integrada;
- h) disponibilizar pessoal técnico qualificado, destinado a apoiar a execução das atividades previstas neste Termo de Cooperação; e
- i) arcar com o ônus referente a diárias, passagens e outras despesas, decorrente da participação de seus técnicos nas ações de acompanhamento deste Termo de Cooperação.

#### II - o Governo do Estado de Santa Catarina:

- a) colaborar com órgãos federais, com seus representantes e com as Prefeituras Municipais signatárias deste TERMO DE COOPERAÇÃO na execução das ações estabelecidas na Cláusula Segunda desse TERMO;
- b) oferecer a contrapartida necessária, sempre que viável, para a consecução das ações planejadas na Cláusula Segunda desse TERMO;
- c) firmar os instrumentos legais necessários, quando for o caso, para a utilização dos recursos previstos para cada ação prevista na Cláusula Segunda;
- d) executar, no âmbito de sua competência, as ações sob sua responsabilidade, em especial no que se refere ao encaminhamento ao Conselho Consultivo Estadual do pedido de tombamento de bens móveis e imóveis de valor cultural afetos ao processo de imigração e na divulgação



Paulo Roberto Moresco  
Gerência de Orçamento,  
Finanças e Contabilidade  
SEB/DAF/PC



dos Roteiros Nacionais de Imigração, interagindo com os Governos Federal, Municipal e a comunidade local;

e) participar do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações implementadas.

III - as Prefeituras Municipais signatárias deste TERMO DE COOPERAÇÃO:

a) priorizar as ações de cunho urbanístico, cultural, de fomento agrícola, turístico e social previstas no presente TERMO;

b) colaborar com os órgãos federais, ou seus representantes, e com o Governo Estadual, na execução das ações previstas na Cláusula Segunda;

c) oferecer a contrapartida necessária, sempre que viável, para a consecução das ações planejadas;

d) Conceder aos proprietários de bens tombados isenção, total ou parcial, no pagamento dos impostos de sua competência, dentro das suas possibilidades;

e) divulgar a sua condição de integrantes dos Roteiros Nacionais de Imigração;

f) firmar os instrumentos legais necessários, quando for o caso, para a utilização dos recursos previstos para cada ação constante da Cláusula Segunda;

g) criar, no âmbito do seu município, o Centro Municipal de Recepção e Comercialização de Produtos Tradicionais nos moldes propostos pelo projeto;

h) facilitar a interlocução junto às organizações da sociedade civil e à comunidade local;

i) instituir um quadro de funcionários (no mínimo 1 técnico) para atuar especificamente no projeto;

j) estabelecer legislação urbanística específica, por meio da adequação do Plano Diretor e da criação de Áreas e Planos de Preservação, para os setores selecionados pelo projeto, num prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da assinatura do presente TERMO;

k) garantir, dentro da sua previsão orçamentária anual, recursos a serem aplicados especificamente em ações de conservação e restauro de imóveis, fomento a atividades agrícolas e artesanais, capacitação e atendimento técnico, dentre outras ações de preservação e valorização do patrimônio do imigrante da região;

l) estruturar roteiros de visitação no interior do município;

m) complementar e atualizar o Inventário de Bens Culturais do município, de acordo com os modelos disponibilizados pelo IPHAN, num prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da assinatura do presente TERMO;

n) realizar, em parceria com as demais instituições culturais signatárias deste TERMO, o Inventário do Patrimônio Imaterial do município;

o) responsabilizar-se pelo material de divulgação no âmbito municipal;

p) executar, no âmbito de sua competência, as ações sob sua responsabilidade previstas na Cláusula Segunda, interagindo com os Governos Federal, Estadual e a comunidade local; e

q) participar do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações implementadas.



*Paulo Roberto Moresco*  
Gerência de Orçamento,  
Finanças e Contabilidade  
CFRDAE/SC





#### CLÁUSULA QUARTA – DA COORDENAÇÃO, DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A responsabilidade pela coordenação e pelo acompanhamento da execução das ações pertinentes a este TERMO DE COOPERAÇÃO caberá, na esfera federal, ao Comitê Executivo Nacional dos Roteiros Nacionais de Imigração e, na esfera regional, ao Comitê Gestor Estadual.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O Comitê Executivo Nacional será composto pelo MINISTÉRIO DA CULTURA; pelo IPHAN; pelo MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, por meio de sua Secretaria de Agricultura Familiar e pela Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado de Santa Catarina; pelo MINISTÉRIO DO TURISMO, por intermédio de sua Secretaria Nacional de Políticas de Turismo; pelo SEBRAE/SC; pelo GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – EPAGRI, da SANTUR – órgão oficial de Turismo do Estado de Santa Catarina, e da Fundação Catarinense de Cultura; e cinco representantes selecionados pelos municípios envolvidos.

I - O Comitê Executivo Nacional deverá interagir com outros órgãos federais, com os Governos Estadual e Municipal, com as organizações da sociedade civil e com o Comitê Gestor Estadual, para garantir a execução das ações e acompanhá-las, bem como obter informações para subsidiar quaisquer órgãos interessados; e,

II - Os integrantes governamentais do Comitê Executivo Nacional serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades que representam e designados mediante Portaria ou instrumento equivalente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Comitê Gestor Estadual será composto pela 11ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; pela Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado de Santa Catarina; pela EPAGRI; pela SANTUR; pela Fundação Catarinense de Cultura e um representante de cada município signatário deste TERMO escolhido entre as suas Secretarias Municipais de Turismo, Cultura, Agricultura e Educação.

I - O Comitê Gestor Estadual deverá interagir com o Comitê Executivo Nacional, com outros órgãos federais, com os Governos Estadual e Municipal e com as organizações da sociedade civil, para garantir a adequada execução das ações e o fornecimento das informações necessárias ao seu acompanhamento;

II - O Comitê Gestor Estadual será coordenado por um de seus integrantes, escolhido por seus pares;

III - Os integrantes governamentais do Comitê Gestor Estadual serão os titulares dos órgãos que o compõem ou representantes por eles indicados, designados por meio de ato legal pertinente das esferas federal, estadual e municipal;

IV - O Comitê Gestor Estadual será assistido tecnicamente por profissional designado pelas instituições envolvidas e pelas prefeituras municipais; e,

V - É facultada aos municípios signatários deste TERMO a indicação de um representante para a participação no Comitê Gestor Estadual num prazo de até 30 dias a partir da assinatura do presente TERMO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O Comitê Executivo Nacional reunir-se-á em caráter ordinário pelo menos uma vez a cada seis meses, com o objetivo de acompanhar e avaliar o andamento das ações e propor novas prioridades.



Paulo Roberto Moresco  
Gerência de Orçamento,  
Finanças e Contabilidade  
SEBRAE/SC



**PARÁGRAFO QUARTO** - O Comitê Gestor Estadual reunir-se-á em caráter ordinário pelo menos uma vez por quadrimestre, com o objetivo de acompanhar o andamento das ações, fornecendo o apoio local necessário à sua execução, inclusive propondo alternativas para a solução de eventuais problemas, as quais serão submetidas, quando pertinente, à apreciação e deliberação do Comitê Executivo Nacional e suas análises e decisões serão lavradas em ata.

I - O Comitê Gestor Estadual deverá realizar, anualmente, audiência pública com a população local, a fim de proporcionar o acompanhamento e a avaliação participativa.

II - Caberá ao Conselho Gestor Estadual analisar projetos, indicar prioridades para investimentos, acompanhar procedimentos administrativos e licitatórios; e,

III - A participação das prefeituras signatárias deste TERMO nas reuniões do Conselho Gestor Estadual poderão ser segmentadas de acordo com os planos de governança local e regional estabelecidos.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O Comitê Executivo Nacional reunir-se-á ao final de cada ano-calendário, com o objetivo principal de avaliar os resultados alcançados, propor medidas corretivas, se necessário, e aprovar o relatório anual, contendo, em especial, análise detalhada do andamento de todas as ações previstas na Cláusula Segunda deste Instrumento.

I - As informações necessárias à elaboração do relatório referido neste parágrafo deverão ser enviadas, bimestralmente, pelos responsáveis pela execução das ações à coordenação do Comitê Executivo Nacional.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA IMPLEMENTAÇÃO**

A implementação deste instrumento dar-se-á por intermédio do planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações mencionadas na Cláusula Segunda, dentro da competência de cada partícipe e mediante controle do Comitê Executivo Nacional e do Comitê Gestor Estadual.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os recursos necessários à execução das ações previstas serão disponibilizados pelos órgãos governamentais responsáveis, respeitando suas limitações financeiras e orçamentárias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Caberá a cada órgão partícipe prover recursos para custear as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos seus respectivos representantes, executores da ação ou integrantes dos Comitês, caso seja necessário.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

O Ministério da Cultura providenciará a publicação de extrato do presente Termo de Cooperação, no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93. Da mesma forma o Estado de Santa Catarina se compromete a publicar o presente Termo de Cooperação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

O presente Termo de Cooperação vigorará por cinco anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo dos partícipes, mediante a celebração do competente Termo Aditivo.



  
Paulo Roberto Moresco  
Gerência de Orçamento,  
Finanças e Contabilidade  
SFR/AF/ISC





#### CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

Esse instrumento poderá ser denunciado ou rescindido, a qualquer tempo, desde que haja prévia e expressa comunicação, por escrito, mediante termo próprio, entre as partes signatárias deste TERMO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo vedado às partes pleitear indenização, seja a que título for.

Parágrafo Primeiro - Este instrumento poderá, ainda, ser rescindido, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) superveniência de norma legal que torne o presente formal ou materialmente inexecutável;
- c) descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente;
- d) inadimplemento de quaisquer das cláusulas ou condições deste instrumento

Parágrafo Segundo - Em caso de denúncia ou rescisão será firmado instrumento de "Encerramento de Termo" que estabeleça as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos em fase de execução.

#### CLÁUSULA NONA - DA PUBLICIDADE

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, decorrentes deste TERMO, deverá ter caráter educativo, informativo, cultural ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo único - Em qualquer ação promocional relacionada ao objetivo deste TERMO, será destacada a participação do IPHAN e dos Órgãos e Entidades participantes desse Termo, mediante prévia consulta aos partícipes, sobre a forma de como será feita esta publicidade, e observado o disposto no caput desta Cláusula, nos termos do § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.


#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO não obriga a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, não gerando qualquer encargo entre as mesmas, inclusive o de indenizar, caso as ações previstas não sejam realizadas, arcando cada qual com as eventuais despesas realizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para a execução das atividades pactuadas no presente instrumento e seu Anexo que envolvam recursos financeiros, os partícipes deverão observar a legislação específica para despesas da espécie, em especial a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e a Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO



  
Paulo Roberto Moresco  
Gerência de Orçamento,  
Finanças e Contabilidade  
GRUPE/SC



Este Termo de Cooperação poderá ser alterado por acordo dos partícipes, a qualquer tempo, mediante a celebração de termos aditivos, que serão, previamente, submetidos às suas áreas jurídicas para análise e aprovação e desde que não seja modificado seu objeto.

#### CLAUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste TERMO DE COOPERAÇÃO deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pelo Supremo Tribunal Federal, *ex vi* do art. 102, inciso I, alínea "f", da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e de acordo, firmam este instrumento em 23 (vinte e três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que também assinam, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

Pomerode/SC, 27 de agosto de 2007.


 <b>GILBERTO PASSOS GIL MOREIRA</b> Ministro da Cultura	 <b>LUIZ FERNANDO ALMEIDA</b> Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 <b>GUILHERME CASSEL</b> Ministro do Desenvolvimento Agrário	 <b>MARTA SUPLICY</b> Ministra do Turismo
 <b>CARLOS GUILHERME ZIGELLI</b> Diretor-Superintendente do SEBRAE/SC	 <b>JOSÉ ALAOR BERNARDES</b> Diretor Administrativo Financeiro do SEBRAE/SC
 <b>ANACLETO ANGELO ORTIGARA</b> Diretor Técnico do SEBRAE/SC	 <b>LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA</b> Governador do Estado de Santa Catarina
 <b>PEDRO MOSER</b> Prefeito de Ascurra	 <b>CARLINDO ALBERTO PERSHUN</b> Prefeito de Benedito Novo

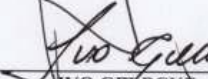


Paulo Roberto Moresco  
Gerência de Orçamento,  
Finanças e Contabilidade  
SEBRAE/SC





  
**JOÃO PAULO KLEINÜBING**  
Prefeito de Blumenau

  
**IVO GELBCKE**  
Prefeito de Itaiópolis

  
**OLÍMPIO JOSÉ TOMIO**  
Prefeito de Indaial


  
**MOACIR BERTOLDI**  
Prefeito de Itapiranga do Sul

  
**MARCO TEBALDI**  
Prefeito de Joinville

  
**ROGÉRIO JOSÉ FRIGO**  
Prefeito de Nova Veneza

  
**VALMIR JOSÉ BRATTI**  
Prefeito de Orleans

  
**ERCIO KRIEK**  
Prefeito de Bomerode

  
**HIDERALDO JOSÉ GIAMPICCOLO**  
Prefeito de Rio dos Cedros

  
**MILTON HOBUS**  
Prefeito de Rio do Sul

  
**FERNANDO MALLON**  
Prefeito de São Bento do Sul

  
**LUIZ CARLOS ZEN**  
Prefeito de Urussanga

  
**OSCAR SCHNEIDER**  
Prefeito de Timbó

  
**NABOR JOSÉ SCHMITZ**  
Prefeito de Vidal Ramos



  
Paulo Roberto Moresco  
Gerência de Orçamento,  
Finanças e Contabilidade  
RER/AF/RC



## DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000

Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo deste artigo.

Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Art. 3º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultrapassada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data da publicação do parecer.

Art. 4º O processo de registro, já instituído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 5º Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do art. 1º deste Decreto.

Art. 6º Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Art. 7º O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referencial e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Brasília, 4 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.  
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Francisco Weffort



Comunidade de Passo do Louro, localizada no município de Canguçu/RS, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro nº 1.147 fl. 163.

Comunidade de Serra Feia, localizada no município de Caxambu/RS, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro nº 1.148 fl. 164.

Comunidade de Torrinha, localizada no município de Barra/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro nº 1.149 fl. 165.

Comunidade de Vila Santo Antônio, localizada no município de Palestina/AL, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro nº 1.150 fl. 166.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO MENDES ARAÚJO

# INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 127, DE 30 DE ABRIL DE 2009

Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e tendo em vista o que prescreve a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e o inciso V do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 3.040, de 07 de abril de 2004, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e

CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 1º, II, 23, I e III, 24, VII, 30, IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e no Decreto nº 3.531, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza material;

CONSIDERANDO, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade;

CONSIDERANDO, que o Brasil é autor de documentos e signatário de cartas internacionais que reconhecem a paisagem cultural e seus elementos como patrimônio cultural e preconizam sua proteção;

CONSIDERANDO, que a concepção da Paisagem Cultural Brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

CONSIDERANDO, que os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta;

CONSIDERANDO, a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação do patrimônio cultural complexo, que aliam a proteção do território nacional e distinguem-se pela interação peculiar do homem com o meio natural;

CONSIDERANDO, que o reconhecimento das paisagens culturais é mundialmente praticado com a finalidade de preservação do patrimônio e que sua adoção insere o Brasil entre as nações que protegem institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO, que os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais; resolve:

Estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável a porções do território nacional.

## TÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, a qual a vida e a ciência humana imprimem marcas ou estruturas valiosas.

Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

## II - DA FINALIDADE

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

## III - DA EFICÁCIA

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter distinto da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

## IV - DO PACTO E DA GESTÃO

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado do Plano de Gestão e a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN.

## TÍTULO II

### DO PROCEDIMENTO

#### V - DA LEGITIMIDADE

Art. 6º. Qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração do processo administrativo visando a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

Art. 7º. O requerimento para a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, acompanhado da documentação pertinente, poderá ser dirigido:

I - às Superintendências Regionais do IPHAN, em cuja circunscrição o bem se situa;

II - ao Presidente do IPHAN; ou

III - ao Ministro de Estado da Cultura.

#### VI - DA INSTAURAÇÃO

Art. 8º. Verificada a pertinência do requerimento para chancela da Paisagem Cultural Brasileira será instaurado processo administrativo.

§ 1º - O Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPA/MPHAN é o órgão responsável pela instauração, coordenação, instrução e análise do processo.

§ 2º - A instauração do processo será comunicada a Presidência do

IPHAN e às Superintendências Regionais em cuja circunscrição o bem se situa.

#### VII - DA INSTRUÇÃO

Art. 9º. Para a instrução do processo administrativo poderão ser consultados os diversos setores internos do IPHAN que detenham atribuições na área, as entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, com vistas a elaboração de um pacto para a gestão da Paisagem Cultural Brasileira a ser chancelada.

Art. 10. Finalizada a instrução, o processo administrativo será submetido para análise jurídica e expedição de edital de notificação da chancela, com publicação no Diário Oficial da União e abertura do prazo de 30 dias para manifestações ou eventuais contestações ao reconhecimento pelos interessados.

Art. 11. As manifestações serão analisadas e as contestações julgadas pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPA/MPHAN, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante prévia citativa da Procuradoria Federal, remetendo-se o processo administrativo para deliberação ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 12. Aprovada a chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a stitua da decisão será publicada no Diário Oficial da União, sendo o processo administrativo remetido pelo Presidente do IPHAN para homologação final do Ministro da Cultura.

Art. 13. A aprovação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será comunicada aos Estados-membros e Municípios onde a porção territorial estiver localizada, dando-se ciência ao Ministério Público Federal e Estadual, com ampla publicidade do ato por meio da divulgação nos meios de comunicação pertinentes.

Art. 14. O acompanhamento da Paisagem Cultural Brasileira chancelada compreende a elaboração de relatórios de monitoramento das ações previstas e de avaliação periódica das qualidades atribuídas ao bem.

Art. 15. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira deve ser revalidada num prazo máximo de 10 anos.

Art. 16. O processo de revalidação será formalizado e instruído a partir dos relatórios de monitoramento e de avaliação, juntado-se manifestações das instâncias regional e local, para deliberação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 17. A decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a propósito da perda ou manutenção da chancela da Paisagem Cultural Brasileira será publicada no Diário Oficial da União, dando-se ampla divulgação ao ato nos meios de comunicação pertinentes.

Art. 18. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

## SECRETARIA DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA

PORTARIA Nº 7, DE 4 DE MAIO DE 2009

A Secretária de Incentivo e Fomento à Cultura - Substituta, no uso da designação lhe conferida na Portaria SE-MinC nº 678/2004, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2004, no uso da delegação de competência estipulada na Portaria GM-MinC nº 13/2007, constante na Seção 1 do Diário Oficial da União de 9 de abril de 2007, e na qualidade de Presidente da Comissão de Avaliação do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, em observância ao subitem 4.14 do Edital de Intercâmbio nº 1/2009, delibera:

Art. 1º - Reconhecer e acatar, em observância aos subitens 10.7 e 10.7.1 do Edital de Intercâmbio nº 1/2009 da Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura, o recurso interposto pela Sra. Juliana Maria Scotta Stein, atribuindo 16 pontos ao seguinte requerimento:

Processo: 01400.004071/2009-S8

Evento: Encontro da Imagem

Beneficiário: Juliana Maria Scotta Stein

UF: PR

Valor da premiação: R\$ 4.000,00

Art. 2º - A homologação do benefício apenas ocorrerá mediante as condições estabelecidas na Portaria SE-MinC nº 6/2009, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 24 de abril de 2009 e ao cumprimento das obrigações legais, fiscais e documentais incidentes.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TERESA CRISTINA ROCHA AZEVEDO DE OLIVEIRA

## Ministério da Defesa

## COMANDO DO EXÉRCITO SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

PORTARIA Nº 22-SEF, DE 28 DE ABRIL DE 2009

Concede autonomia administrativa à Base Administrativa do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso IX do artigo 1º da Portaria Nº 727, de 08 de outubro de 2007, do Comandante do Exército, ouvido o Estado-Maior do Exército, resolve:

Art. 1º Conceder autonomia administrativa, a contar de 20 de fevereiro de 2009, à Base Administrativa do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (Ba Adm C Com G E Ex), CODOM 00124-8, com sede na cidade de Brasília/DF.

Art. 2º Determinar as Organizações Militares Diretamente Subordinadas à SEF que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 3º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex FERNANDO SÉRGIO GALVÃO

PORTARIA Nº 23-SEF, DE 28 DE ABRIL DE 2009

Cassa a autonomia administrativa do Centro Integrado de Guerra Eletrônica.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso IX do artigo 1º da Portaria Nº 727, de 08 de outubro de 2007, do Comandante do Exército, ouvido o Estado-Maior do Exército, resolve:

Art. 1º Cassar a autonomia administrativa, a contar de 1º de junho de 2009, do Centro Integrado de Guerra Eletrônica (CIGE), CODOM 01596-6, com sede na cidade de Brasília/DF, por motivo de sua extinção.

Art. 2º Designar, a partir de 02 de junho de 2009, como organização militar sucessora responsável pelo encerramento administrativo e contábil, pela guarda do suporte documental dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, bem como para declarar o Imposto de Renda Retido na Fonte do CIGE, a Base Administrativa do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (Ba Adm C Com G E Ex), CODOM 00124-8, com sede na cidade de Brasília/DF.

Art. 3º Determinar as Organizações Militares Diretamente Subordinadas à SEF que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 4º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex FERNANDO SÉRGIO GALVÃO

Portaria IPHAN nº 187, de 11 de junho de 2010.

**PORTARIA Nº 187, DE 11 DE JUNHO DE 2010.**

*Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.*

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN**, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, tendo em vista o disposto no art. 21, V, do Anexo I do Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009, no Decreto-Lei nº 25/37, na Lei nº 9.784, de 20 de janeiro de 1999, o que consta do processo administrativo nº 01450.014296/2009-57; e

Considerando que compete ao Iphan no âmbito de suas atribuições de fiscalizar o patrimônio cultural protegido pela União, a apuração de infrações e aplicação de sanções;

Considerando a necessidade de fazer cumprir as disposições do Decreto-Lei nº 25/37, no tocante à aplicação de multas por infrações contra o patrimônio histórico e artístico nacional;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimento específico para apuração das infrações e aplicação das penalidades aos infratores do patrimônio cultural edificado;

Considerando a necessidade de, em conformidade com a Lei nº 9.784/99, estabelecer o rito para a tramitação e apreciação dos recursos contra a imposição das multas previstas no Decreto-Lei nº 25/37, no tocante ao patrimônio cultural edificado, resolve:

Art. 1º Regular os procedimentos para imposição de penalidades decorrentes de infrações contra o patrimônio cultural edificado, tipificadas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, os meios de defesa dos autuados, o sistema recursal, bem como a forma de cobrança dos créditos decorrentes das infrações.

**CAPÍTULO I**

**DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO**

Art 2º. São infrações administrativas às regras jurídicas de uso, gozo e proteção do patrimônio cultural edificado, nos termos do que dispõem os artigos 13, 17, 18, 19, 20 e 22 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937:



I – Destruir, demolir ou mutilar coisa tombada (art. 17 do Decreto-Lei nº 25/37):

Multa de cinquenta por cento sobre o valor do dano e reparação do dano;

II – Reparar, pintar ou restaurar coisa tombada sem prévia autorização do Iphan (art. 17 do Decreto-Lei nº 25/37):

Multa de cinquenta por cento sobre o valor do dano e reparação do dano;

III – Realizar na vizinhança de coisa tombada construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, sem prévia autorização do Iphan (art. 18 do Decreto-Lei nº 25/37):

Multa de cinquenta por cento sobre o valor da obra irregularmente construída e demolição da obra;

IV – Colocar sobre a coisa tombada ou na vizinhança dela equipamento publicitário, como anúncios e cartazes, sem prévia autorização do Iphan (art. 18 do Decreto-Lei nº 25/37):

Multa de cinquenta por cento sobre o valor do equipamento publicitário irregularmente colocado e retirada do equipamento;

V – Deixar o proprietário de coisa tombada de informar ao Iphan a necessidade da realização de obras de conservação e reparação que o referido bem requeira, na hipótese dele, proprietário, não possuir recursos financeiros para realizá-las (art. 19 do Decreto-Lei nº 25/37):

Multa correspondente ao dobro do dano decorrente da omissão do proprietário.

VI - Deixar o adquirente de bem tombado de fazer, no prazo de 30 (trinta) dias, o devido registro no Cartório de Registro de Imóveis, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis (art. 13, §1º do Decreto-Lei nº 25/37):

Multa de dez por cento sobre o valor do bem;

VII - Deixar o adquirente de bem edificado tombado, no prazo de 30 (trinta) dias, de comunicar ao Iphan a transferência do bem: (art. 13, § 3º do Decreto-Lei nº 25/37)

Multa de dez por cento sobre o valor do bem;

VIII – Alienar bem edificado tombado sem observar o direito de preferência da União, Estados e Municípios (art. 22, § 2º do Decreto-Lei nº 25/37):

Multa de vinte por cento sobre o valor do bem;

Parágrafo único: A comunicação de que trata o inciso V deverá ser feita por escrito, antes de ocorrido o(s) dano(s).

Art. 3º Sem prejuízo da penalidade de multa, haverá o embargo da obra, assim considerada qualquer intervenção em andamento sem autorização do Iphan, inclusive a colocação de equipamento publicitário, em bem edificado tombado.

Parágrafo único. No caso de resistência à execução da penalidade prevista no *caput*, o embargo poderá ser efetuado com a requisição de força policial.

## **CAPÍTULO II**

### **DA AÇÃO FISCALIZADORA**

#### **Seção I**

##### **Dos procedimentos iniciais**

Art. 4º Os agentes de fiscalização serão designados pelo Presidente do Iphan, entre os servidores do quadro de pessoal da Autarquia, ocupantes de cargos técnicos de nível superior, conforme indicação dos Superintendentes Estaduais.

Parágrafo único. Em caráter excepcional poderão ser designados como agentes de fiscalização servidores do quadro de pessoal do Iphan ocupantes de cargos de nível médio, desde que possuam mais de cinco anos de efetivo exercício no Iphan, na data de publicação desta Portaria.

Art. 5º A ação fiscalizadora será empreendida conforme o Plano de Fiscalização elaborado pela Coordenação Técnica de cada Superintendência Estadual.

Parágrafo único. A observância do Plano de Fiscalização não será necessária quando houver notícia de ameaça ou de ocorrência de dano a bem cultural edificado especialmente protegido que demande atuação imediata dos agentes de fiscalização.

Art. 6º São instrumentos de fiscalização:

- I – Notificação para Apresentação de Documentos - NAD;
- II – Auto de Infração – AI;
- III – Termo de Embargo – TE.

#### **Seção II**

##### **Da Notificação para Apresentação de Documentos**

Art. 7º A NAD será expedida quando:

I - for constatada, em bem tombado edificado e/ou em seu entorno, em conjunto ou individualmente, a realização de intervenção cujo projeto não tenha sido aprovado pelo Iphan e não seja possível, de plano, constatar a ocorrência do dano, ou:

II – houver incerteza sobre autoria ou algum elemento que componha a materialidade de infração ao patrimônio cultural edificado e seja necessária a apresentação de informações complementares por parte do notificado.

§ 1º A NAD deverá indicar de forma clara e precisa quais as informações e/ou documentos devem ser apresentados pelo notificado.

§ 2º O prazo para o notificado apresentar as informações e/ou documentos requeridos na NAD será de 5 (cinco) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 3º O não cumprimento da notificação no prazo estabelecido pressupõe a ocorrência do dano e acarretará o embargo da obra, seguido da lavratura do AI.



### Seção III Do Auto de Infração

Art. 8º Constatada a ocorrência de infração às normas de proteção ao patrimônio cultural edificado, será lavrado o respectivo AI, do qual deverá ser dada ciência ao autuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 9º O AI deverá ser lavrado em formulário específico, por agente designado para a função de fiscalizar e deverá conter:

- I – identificação do autuado;
- II- local e data da lavratura;
- III- descrição clara e objetiva da infração;
- IV – identificação precisa do bem, contendo o endereço completo;
- V - indicação do(s) dispositivo(s) normativo(s) infringido(s);
- VI- identificação e assinatura do agente autuante.

Parágrafo único. A qualificação do autuado conterà, além do nome, o endereço pessoal completo, caso o autuado não resida no próprio bem e, quando possível, o CPF ou CNPJ.

Art. 10. Para cada AI deverá ser preenchido um Laudo de Constatação, conforme modelo definido pelo Departamento de Patrimônio Material e de Fiscalização – Depam.

§ 1º O Laudo de Constatação deverá ser preenchido no momento da lavratura do AI e fará parte do processo administrativo correlato.

§ 2º Em caso de bem edificado tombado individualmente, o Laudo de Constatação será substituído pelo Diagnóstico do Estado de Conservação, a ser elaborado conforme o modelo definido pelo Depam.

§ 3º O Laudo de Constatação ou o Diagnóstico do Estado de Conservação, conforme o caso, deverá ser instruído com fotos do bem protegido e das irregularidades identificadas.

Art. 11. No caso de recusa do autuado ou seus prepostos em dar ciência da NAD ou do AI, o fato deverá ser certificado no verso do documento.

Art. 12. No caso de ausência do autuado ou seu preposto, a NAD ou o AI deverão ser enviados pelos Correios, para o domicílio do autuado, com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 13. No caso de devolução da NAD ou do AI pelos Correios, com a informação de que não foi possível efetuar a sua entrega, a unidade administrativa do Iphan a qual o agente de fiscalização estiver vinculado promoverá, nesta ordem:

- I – intimação no endereço de qualquer dos sócios, caso se trate de pessoa jurídica;

II - pesquisa de endereço e encaminhamento, pelos Correios, de nova intimação para o endereço atualizado;

III – entrega pessoal;

IV – intimação por edital, se estiver o autuado em lugar incerto e não sabido.

Parágrafo único. Quando o comunicado dos Correios indicar recusa de recebimento, o autuado será dado por intimado.

Art. 14. Na impossibilidade de se identificar o infrator no ato da fiscalização, tal fato deverá ser informado no relatório de fiscalização, bem como registradas todas as informações disponíveis para facilitar a identificação futura do infrator.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput*, o proprietário do bem será notificado acerca da ocorrência da infração.

#### Seção IV Do Termo de Embargo

Art. 15. Constatada a existência de obra irregular em andamento, será determinado o embargo dela, com a lavratura do respectivo Termo de Embargo.

Art. 16. O Termo de Embargo deverá conter:

I - a identificação do bem protegido;

II - a indicação das obras a serem paralisadas;

III – a identificação e assinatura do agente autuante;

IV – a identificação do responsável pelo bem, quando possível;

V – a indicação do dispositivo legal infringido;

VI – o local, data e hora da lavratura.

Parágrafo único. Uma via do Termo de Embargo deverá ser afixada de modo visível no bem, dando ciência a qualquer cidadão sobre as consequências penais quanto a eventual descumprimento da ordem.

### **CAPÍTULO III DO PROCESSO**

Art. 17. O processo administrativo inicia-se de ofício, por meio da emissão da NAD ou lavratura do AI, ou ainda a partir da prática de qualquer outro ato que vise aplicar medidas decorrentes do poder de polícia.

§ 1º Se da NAD decorrer a lavratura de AI fica dispensado o procedimento previsto no *caput*, devendo, neste caso, o AI ter seguimento no mesmo processo.

§ 2º. O processo administrativo deverá ser instaurado pelo agente de fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias contados da emissão da NAD ou da lavratura do AI.

§ 3º. O processo administrativo deverá necessariamente ser instruído com cópia do Relatório de Fiscalização e com o Laudo de Constatação ou o Diagnóstico do Estado de Conservação, conforme o caso.

§ 4º O processo deverá ter suas folhas numeradas sequencialmente e rubricadas, observando-se a ordem cronológica dos atos.

Art. 18. Depois de certificado o recebimento do AI pelo autuado, ou por seu representante, o processo administrativo correlato, devidamente instruído nos termos do art. 17, será encaminhado à Autoridade Julgadora.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA DEFESA, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

#### **Seção I**

#### **Da defesa**

Art. 19. O autuado poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer defesa contra o AI.

§ 1º A defesa deverá ser protocolada na unidade administrativa – Superintendência ou Escritório Técnico – responsável pela autuação.

§ 2º Com a defesa, o autuado deverá juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 3º O prazo para defesa poderá ser excepcionalmente prorrogado por igual período, pelo Superintendente Estadual, desde que tempestivamente requerido e devidamente justificado pelo autuado.

§ 4º A decisão do Superintendente que deferir a prorrogação de prazo deverá ser motivada e registrada nos autos do processo administrativo.

Art. 20. A defesa do autuado poderá ser feita por ele diretamente, ou por intermédio de representante legal, sendo obrigatória, nesta hipótese, a apresentação do correspondente instrumento de mandato.

Parágrafo único. O autuado, ou seu representante legal, acompanharão o procedimento administrativo e poderão ter vista dos autos na repartição, bem como deles extrair, mediante o pagamento da despesa correspondente, as cópias que desejarem.

Art. 21. Apresentada a defesa, será verificada sua tempestividade com aposição de certidão nos autos.

Parágrafo único. Para fins de verificação da tempestividade, considera-se protocolada a defesa na data de postagem, quando enviada pelos Correios.

Art. 22. Não havendo apresentação de defesa no prazo legal, este fato será certificado pela Autoridade Julgadora no respectivo processo administrativo.

## Seção II Da Autoridade Julgadora

Art. 23. Compete à Autoridade Julgadora decidir em primeira instância sobre os Autos de Infração lavrados pelos agentes de fiscalização, confirmando-os ou não, cabendo-lhe ainda, caso julgue procedente a autuação, indicar o valor da multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 24. As Autoridades Julgadoras e respectivos substitutos serão designadas por Portaria expedida pelos Superintendentes Estaduais, entre os servidores ocupantes de cargos de nível superior do quadro de pessoal do Iphan.

§ 1º Os Superintendentes Estaduais poderão designar para o exercício das atribuições previstas no *caput* mais de um servidor, fora os substitutos, inclusive os Chefes dos Escritórios Técnicos.

§ 2º Na hipótese de serem designados dois ou mais servidores para atuarem simultaneamente como autoridades julgadoras na mesma Superintendência Estadual, os processos ser-lhes-ão distribuídos por sorteio ou segundo critérios objetivos, a serem definidos pelo Depam.

## Seção III Da instrução

Art. 25. Recebido o processo administrativo pela Autoridade Julgadora e transcorrido o prazo para defesa, competirá a ela verificar-lhe a regularidade formal.

Art. 26. As incorreções ou omissões do AI não acarretarão sua nulidade, quando deste constarem elementos suficientes para determinar a infração e possibilitar a defesa do autuado.

§ 1º Observado erro ou omissão que implique a nulidade do AI, tal circunstância será declarada por ocasião do julgamento e dessa decisão será dada ciência ao agente autuante.

§ 2º Anulado o Auto de Infração com lavratura de outro para apuração do mesmo ilícito, o processo findo deverá ser apensado ao novo procedimento instaurado.

Art. 27. O erro no enquadramento legal é irregularidade formal que não acarreta a nulidade do AI e pode ser corrigido de ofício pela Autoridade Julgadora.

Parágrafo único. Havendo correção no enquadramento legal, será dada ciência ao autuado, sendo-lhe devolvido o prazo para defesa.

Art. 28. Na análise do processo administrativo poderão ser solicitadas pela Autoridade Julgadora outras informações julgadas necessárias para o melhor esclarecimento dos fatos.

Parágrafo único. Vindo aos autos novas informações e/ou documentos solicitados pela Autoridade Julgadora, o autuado será intimado para sobre eles manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 29. Poderá a Autoridade Julgadora solicitar a manifestação da Procuradoria Federal, desde que sejam explicitadas, de forma clara e objetiva, as questões jurídicas a serem esclarecidas.

Parágrafo único. O prazo para manifestação da Procuradoria Federal é de 15 (quinze) dias contados do recebimento do processo administrativo.

Art. 30. Não havendo outros atos instrutórios a serem praticados, a Autoridade Julgadora requererá à Coordenação Técnica o preenchimento da Ficha de Avaliação.

§ 1º A Ficha de Avaliação será preenchida de acordo com modelo aprovado pelo Depam e deverá conter a descrição do dano, construção irregular ou equipamento publicitário, bem como o valor estimado destes.

§ 2º No caso das infrações tipificadas nos incisos VI, VII e VIII do art. 2º, a Ficha de Avaliação conterá apenas a descrição do bem e o respectivo valor.

§ 3º A Ficha de Avaliação deverá ser juntada ao processo administrativo.

#### Seção IV Do julgamento

Art. 31. Verificada a regularidade formal do processo e estando ele devidamente instruído, competirá à Autoridade Julgadora proferir decisão no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 32 A decisão da Autoridade Julgadora conterá:

I - o relatório resumido da autuação e da defesa;

II - a indicação dos fundamentos da penalidade imposta, ou da nulidade do AI, ou da improcedência da autuação;

III- a indicação do valor da multa.

Parágrafo único. O valor da multa será calculado tendo-se por parâmetro o valor do bem, ou do dano, ou da obra ou do equipamento publicitário, conforme estimativa constante na Ficha de Avaliação referida no art. 30.

Art. 33. Confirmado o AI e fixado o valor da multa, o autuado será intimado para pagá-la no prazo de 10 (dez) dias ou, querendo, apresentar recurso.

§ 1º A intimação conterá a advertência de que o não pagamento da multa no prazo assinalado, sem a interposição de recurso, acarretará a inclusão do autuado no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, bem como a inscrição do crédito correspondente na Dívida Ativa e respectiva execução, nos termos da Lei nº 6.830, de 28 de novembro de 1980.

§ 2º A intimação será realizada por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência, devendo o aviso de recebimento ser juntado aos autos.

§ 3º O prazo para o pagamento da multa será contado a partir da data de recebimento da intimação, constante no aviso de recebimento, ou da ciência do autuado, caso a intimação não se tenha realizado por via postal.

§ 4º Caberá à Autoridade Julgadora realizar a intimação do autuado.

Art. 34. Acolhida a defesa, o Auto de infração será considerado improcedente e dessa decisão será dada ciência ao autuado, bem como ao agente de fiscalização responsável pela lavratura do documento em questão.

## **CAPÍTULO V DOS RECURSOS**

### **Seção I**

#### **Do recurso para o Superintendente Estadual**

Art. 35. O autuado poderá, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência do julgamento do AI, apresentar recurso.

§ 1º O recurso será dirigido à Autoridade Julgadora, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará ao Superintendente Estadual.

§ 2º O recurso poderá ser interposto utilizando-se formulário próprio, sendo que nas alegações o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

Art. 36. O Superintendente Estadual poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida, devendo a sua decisão conter a indicação dos fatos e fundamentos que a motivam.

§ 1º Verificando a necessidade de informações ou pareceres complementares, o Superintendente Estadual poderá solicitá-los ao setor competente, indicando os pontos a serem esclarecidos.

§ 2º Se da aplicação do disposto no *caput* deste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações no prazo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da intimação.

Art. 37. O recurso terá efeito suspensivo quanto à multa.

Art. 38. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo.

Art. 39. É de 30 (trinta) dias o prazo para o Superintendente Estadual proferir sua decisão, admitida a prorrogação por igual período, desde que devidamente justificada.

Art. 40. Mantida a aplicação da penalidade de multa, o recorrente será intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento, ou querendo, apresentar recurso.

Parágrafo único. A intimação será realizada observando-se o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 33.

Art. 41. Na primeira instância, os processos aguardarão o prazo para interposição de recursos junto à Autoridade Julgadora.

Art. 42. Em qualquer fase da instância recursal, poderá ser instada a Procuradoria Federal junto ao Iphan a emitir parecer, desde que seja indicada de modo específico a questão jurídica a ser esclarecida.

## Seção II Do recurso para o Presidente

Art. 43. Da decisão proferida pelo Superintendente Estadual caberá recurso ao Presidente, no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. O recurso será dirigido ao Superintendente Estadual, observado, em relação a seu trâmite e instrução, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 35 e nos arts. 36, 37 e 38, naquilo que lhe for aplicável.

Art. 44. Recebido o recurso, o Presidente o encaminhará ao Depam para manifestação.

Art. 45. A manifestação do Depam será apresentada por meio de parecer técnico elaborado pela Câmara de Análise de Recursos, que funcionará naquele Departamento.

§ 1º A Câmara de Análise de Recursos será composta pelo Diretor do Depam, que a presidirá, e por quatro servidores designados por ele, totalizando cinco membros.

§ 2º É de 25 (vinte e cinco) dias o prazo para que a Câmara apresente o parecer técnico.

Art. 46. Da decisão proferida pelo Presidente não cabe recurso.

Parágrafo único. Mantida a aplicação da penalidade de multa, o recorrente será intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento, observado, no que couber, o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 33.

## CAPÍTULO VI DOS TERMOS DE COMPROMISSO



Art. 47. Poderá o Iphan, alternativamente à imposição de penalidade, firmar termo de compromisso de ajuste de conduta, visando à adequação da conduta irregular às disposições legais.

Art. 48. O pedido para formalização do termo de compromisso não será conhecido quando apresentado após o julgamento do AI.

Art. 49. O termo de compromisso será firmado pelo Superintendente Estadual, após manifestação prévia da Coordenação Técnica e da Procuradoria Federal junto ao Iphan.

§ 1º As metas e compromissos objeto do termo referido neste artigo deverão, no seu conjunto, ser compatíveis com as obrigações previstas nas normas de proteção do patrimônio cultural e descumpridas pelo Administrado, bem assim com a missão institucional do Iphan.

§ 2º Do termo de compromisso constará, necessariamente, o estabelecimento de multa pelo seu descumprimento, cujo valor será correspondente, no mínimo, ao montante da penalidade que seria aplicada, acrescido de 20%.

Art. 50. Quando o valor da multa for superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a minuta do termo de compromisso deverá ser previamente submetida à aprovação do Depam e do Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao Iphan.

Parágrafo único. A minuta do termo deverá vir instruída com Nota Técnica da Procuradoria Federal junto à Superintendência e com Parecer da Coordenação Técnica.

Art. 51. O julgamento do AI será sobrestado até decisão final sobre o pedido de formalização de termo de compromisso.

Art. 52. A Superintendência Estadual acompanhará o cumprimento das obrigações firmadas no termo de compromisso.

§ 1º Cumprida integralmente a obrigação assumida pelo interessado, será elaborado relatório visando subsidiar a decisão da autoridade competente, que determinará o arquivamento do processo administrativo correspondente.

§ 2º Descumprida total ou parcialmente a obrigação assumida, tal fato deverá ser imediatamente comunicado à Procuradoria Federal junto ao Iphan para que promova a execução judicial do termo de compromisso.

Art. 53. Os termos de compromisso firmados e todos os documentos a ele relacionados, bem como os que vierem a ser produzidos nas fases de acompanhamento da execução do objeto do termo deverão ser juntados ao processo administrativo.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA COBRANÇA DO DÉBITO**

Art. 54. O não recolhimento da multa no prazo estipulado no AI ou na decisão do Superintendente Estadual, sem interposição de recurso, ou no prazo estabelecido

em decisão irrecorrível na esfera administrativa implica o vencimento do débito e acarretará a adoção das medidas destinadas a sua cobrança.

Art. 55. Transcorrido o prazo para o pagamento da multa, serão adotadas as seguintes providências:

I – a Superintendência Estadual encaminhará à Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento – CGPLAN, do Departamento de Planejamento e Administração - DPA, extrato simplificado do débito, o qual deverá conter o número do processo administrativo que lhe deu origem, o nome e o CPF/CNPJ do infrator e o valor da dívida.

II – a CGPLAN certificará, por meio de pesquisa no SIAFI, o pagamento ou não do débito, comunicando o resultado à Superintendência, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento do extrato referido no inciso I.

III – não tendo sido confirmado o pagamento da multa, a Superintendência deverá remeter os autos do processo administrativo à CGPLAN para inscrição do infrator no Cadin.

IV – efetuada a inscrição no Cadin, o processo será devolvido à Superintendência Estadual, para, na seqüência, ser encaminhado à unidade da Procuradoria Federal junto ao Iphan encarregada do assessoramento jurídico àquela Superintendência.

V – certificada, por meio de despacho do Procurador Federal incumbido de análise, a regularidade formal do processo administrativo, a Procuradoria Federal junto ao Iphan encaminhará ao órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF, no Estado de origem do débito, encarregado de proceder à inscrição do crédito correspondente na Dívida Ativa e respectiva execução, conforme disposto na Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, na Lei nº 6.830, de 28 de novembro de 1980 e na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.

Art. 56. Os débitos vencidos para com o Iphan serão acrescidos de juros e multa de mora, nos termos do art. 37-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 57. Havendo o recolhimento da multa, o autuado deverá encaminhar ao Iphan uma via do respectivo comprovante, devidamente autenticado e sem rasuras.

Parágrafo único. Recebido o comprovante, a Superintendência Estadual comunicará o fato por escrito à CGPLAN, solicitando o arquivamento do processo.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 58. A receita proveniente da cobrança das multas será destinada ao orçamento do Iphan e será empregada na melhoria da atividade fiscalização.

Art. 59. Os prazos fixados nesta Portaria contam-se na forma dos arts. 66 e 67 da Lei nº 9.784/99.

Art. 60. As intimações de que tratam o art. 40 e o § único do art. 46 serão realizadas pela Superintendência Estadual à qual o processo administrativo estiver vinculado.

Art. 61. São anexos desta Portaria os modelos de Notificação para Apresentação de Documentos – NAD, de Auto de Infração – AI, de Termo de Embargo – TE e o formulário para a interposição de recursos.

Art. 62. Esta Portaria entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

**Luiz Fernando de Almeida**  
**Presidente**

## **CAPÍTULO I**

### **DAS DEFINIÇÕES**

Art. 3º Para os fins e efeitos desta Portaria são adotadas as seguintes definições:

I – Intervenção: toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade;

II – Conservação: conjunto de ações preventivas destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem;

III – Manutenção: conjunto de operações destinadas a manter, principalmente, a edificação em bom funcionamento e uso;

IV – Reforma Simplificada: obras de conservação ou manutenção que não acarretem supressão ou acréscimo de área, tais como: pintura e reparos em revestimentos que não impliquem na demolição ou construção de novos elementos; substituição de materiais de revestimento de piso, parede ou forro, desde que não implique em modificação da forma do bem em planta, corte ou elevação; substituição do tipo de telha ou manutenção da cobertura do bem, desde que não implique na substituição significativa da estrutura nem modificação na inclinação; manutenção de instalações elétricas, hidro-sanitárias, de telefone, alarme, etc.; substituição de esquadrias por outras de mesmo modelo, com ou sem mudança de material; inserção de pinturas artísticas em muros e fachadas;

V – Reforma ou Reparação: toda e qualquer intervenção que implique na demolição ou construção de novos elementos tais como ampliação ou supressão de área construída; modificação da forma do bem em planta, corte ou elevação; modificação de vãos; aumento de gabarito, e substituição significativa da estrutura ou alteração na inclinação da cobertura;

VI – Construção Nova: construção de edifício em terreno vazio ou em lote com edificação existente, desde que separado fisicamente desta;

VII – Restauração: serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções;

VIII – Equipamento Publicitário: suporte ou meio físico pelo qual se veicula mensagens com o objetivo de se fazer propaganda ou divulgar nome, produtos ou serviços de um estabelecimento, ao ar livre ou em locais expostos ao público, tais como letreiros, anúncios, faixas ou banners colocados nas fachadas de edificações, lotes vazios ou logradouros públicos;

IX – Sinalização Turística e Funcional: comunicação efetuada por meio de placas de sinalização, com mensagem escritas ordenadas e/ou pictogramas;

X – Instalações Provisórias: aquelas de caráter não permanente, passíveis de montagem, desmontagem e transporte, tais como “stands”, barracas para feiras, circos e parques de diversões, iluminação decorativa para eventos, banheiros químicos, tapumes, palcos e palanques;

XI – Estudo Preliminar: conjunto de informações técnicas e aproximadas, necessárias à compreensão da configuração da edificação, que permitam a análise da viabilidade técnica e do impacto urbano, paisagístico, ambiental e simbólico no bem cultural;

XII – Anteprojeto ou Projeto Básico: conjunto de informações técnicas que definem o partido arquitetônico e dos elementos construtivos, estabelecendo diretrizes para os projetos

complementares, com elementos e informações necessárias e suficientes e nível de precisão adequado para caracterizar a intervenção e assegurar a viabilidade técnica e executiva do sistema proposto;

XIII - Especificações: definição dos materiais, acabamentos e procedimentos de execução a serem utilizados em obra, em especial revestimentos de pisos, paredes e tetos de todos os ambientes e fachadas;

XIV – Mapeamento de Danos: representação gráfica do levantamento de todos os danos existentes e identificados no bem, relacionando-os a seus agentes e causas;

XV – Memorial Descritivo: detalhamento da proposta de intervenção, com as devidas justificativas conceituais das soluções técnicas adotadas, dos usos definidos e das especificações dos materiais;

XVI – Planta de Especificação de Materiais: representação gráfica em planta das especificações de acabamentos por cômodos, contendo tipo, natureza, cores e paginação dos pisos, forros, cimalhas, rodapés e paredes, com detalhes construtivos em diferentes escalas, se necessário;

XVII – Levantamento de Dados ou Conhecimento do Bem: conhecimento e análise do bem no que se refere aos aspectos históricos, estéticos, artísticos, formais e técnicos. Objetiva compreender o seu significado atual e ao longo do tempo, conhecer a sua evolução e, principalmente, os valores pelos quais foi reconhecido como patrimônio cultural;

XVIII – Projeto Executivo: consiste na definição de todos os detalhes construtivos ou executivos necessários e suficientes à execução dos projetos arquitetônico e complementares.

## **CAPÍTULO II**

### **DA AUTORIZAÇÃO DE INTERVENÇÃO**

#### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

Art. 4º A realização de intervenção em bem tombado, individualmente ou em conjunto, ou na área de entorno do bem, deverão ser precedidas de autorização do Iphan.

Art. 5º Para efeito de autorização, são consideradas as seguintes categorias de intervenção:

I - Reforma Simplificada;

II - Reforma/Construção nova;

III - Restauração;

IV - Colocação de Equipamento Publicitário ou Sinalização;

V - Instalações Provisórias.

§1º As intervenções caracterizadas como Reforma/Construção nova (Inciso II), quando tiverem de ser realizadas em bens tombados individualmente, serão enquadradas na categoria Restauração (Inciso III).

§2º Para efeito de enquadramento na categoria Restauração, equiparam-se aos bens tombados individualmente aqueles que, integrando um conjunto tombado, possuam características que os singularizem, conferindo-lhes especial valor dentro do conjunto, e nos quais, para a realização de intervenção, requeira-se conhecimento especializado.

**Seção II**  
**Dos documentos necessários para análise**

Art. 6º Ao requerer a autorização para intervenção, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

I – para todas as categorias de intervenção:

- a) formulário de requerimento de autorização de intervenção devidamente preenchido;
- b) cópia do CPF ou CNPJ do requerente e;
- c) cópia de documento que comprove a posse ou propriedade do imóvel pelo requerente, tais como escritura, contrato de locação, contas de luz ou de água ou talão de IPTU.

II – para colocação de Equipamento Publicitário ou Sinalização:

- a) descrição ou projeto do equipamento publicitário ou da sinalização, contendo, no mínimo, indicação do local onde ele será instalado, dimensões gerais e descrição dos materiais a serem utilizados.

III – para Reforma/Construção Nova:

- a) anteprojeto da obra contendo, no mínimo, planta de situação, implantação, plantas de todos os pavimentos, planta de cobertura, corte transversal e longitudinal e fachadas, diferenciando partes a demolir, manter e a construir, conforme normas da ABNT.

IV – para Restauração:

- a) anteprojeto da obra contendo, no mínimo, planta de situação, implantação, plantas de todos os pavimentos, planta de cobertura, corte transversal e longitudinal e fachadas, diferenciando partes a demolir, manter e a construir, conforme normas da ABNT;
- b) levantamento de dados sobre o bem, contendo pesquisa histórica, levantamento planialtimétrico, levantamento fotográfico, análise tipológica, identificação de materiais e sistema construtivo;
- c) diagnóstico do estado de conservação do bem, incluindo mapeamento de danos, analisando-se especificamente os materiais, sistema estrutural e agentes degradadores;
- d) memorial descritivo e especificações;
- e) planta com a especificação de materiais existentes e propostos.

§1º A critério do requerente, poderá ser apresentado o projeto executivo em lugar do anteprojeto.

§2º Para a realização de pesquisa histórica, o Iphan disponibilizará o acesso aos arquivos desta Autarquia Federal pertinentes ao bem em questão.

Art. 7º No caso de intervenção em bem tombado individualmente, enquadrada, nos termos dos arts. 3º, VII e 5º, §1º, na categoria Restauração, o requerente, além dos documentos assinalados no art. 6º, deverá apresentar o projeto executivo da obra.

§1º O disposto no caput aplica-se aos bens equiparados aos tombados individualmente, nos termos do art. 5º, § 2º.

§2º É facultado ao requerente apresentar inicialmente, com o requerimento de autorização de intervenção, apenas os documentos listados nos incisos I e III ou I e IV do art. 6º, conforme o caso, observando-se o seguinte:

I – recebido o requerimento devidamente instruído, o Iphan analisará o anteprojeto da obra e emitirá parecer técnico aprovando-o ou desaprovando-o;

II – aprovado o anteprojeto, caberá ao requerente encaminhar para aprovação o projeto executivo correspondente, no prazo de seis meses;

III – recebido e analisado o projeto executivo, o Iphan emitirá novo parecer técnico aprovando-o ou desaprovando-o;

IV – somente após aprovado o projeto executivo, o requerente será autorizado pelo Iphan a executar a obra;

V – a inobservância do prazo do inciso II acarretará o cancelamento da aprovação do anteprojeto e o consequente indeferimento do requerimento, seguido do arquivamento do processo.

§3º O encaminhamento do anteprojeto é desnecessário quando, com o requerimento de autorização de intervenção, for apresentado o projeto executivo.

§4º Na hipótese do §3º é suficiente a aprovação do projeto executivo para que seja deferido o requerimento e autorizada a execução da obra.

Art. 8º Para os bens que tenham ou terão destinação pública ou coletiva, cujas intervenções sejam classificadas como Reforma/Construção Nova ou Restauração, o projeto deverá contemplar a acessibilidade universal, obedecendo-se ao previsto na Instrução Normativa Iphan nº 01/2003.

Art. 9º Para obras complexas, especialmente em bens tombados individualmente e de infraestrutura, o Iphan poderá solicitar documentos adicionais aos constantes nos arts. 6º e 7º, desde que essa necessidade seja devidamente justificada nos autos.

### **Seção III**

#### **Das consultas**

Art. 10. Mediante solicitação, o Iphan informará os critérios a serem observados para a realização de intervenção em bem tombado ou na sua área de entorno.

Art. 11. A solicitação deverá ser apresentada por meio de requerimento, conforme formulário próprio, fornecido pelo Iphan, acompanhado de cópia do CPF ou CNPJ do requerente.

Parágrafo único. No requerimento deverá ser assinalado o campo “Informação Básica”.

Art. 12. O Iphan fornecerá os critérios para a área indicada pelo requerente, por meio do formulário, cujo modelo consta no Anexo I.

Art. 13. Para intervenções caracterizadas como Reforma/Construção Nova ou Restauração é facultado ao interessado formalizar consulta prévia de projeto arquitetônico, encaminhando os seguintes documentos:

I – formulário de requerimento devidamente preenchido;

II – cópia do CPF ou CNPJ do requerente;



III – cópia de documento que comprove a propriedade ou posse do bem, tais como escritura, contrato de locação, contas de luz ou de água ou talão de IPTU;

IV – estudo preliminar, contendo planta de situação, implantação, plantas de todos os pavimentos, planta de cobertura, corte transversal e longitudinal e fachadas, representando partes a demolir e a construir;

V – memorial descritivo.

§ 1º O resultado da consulta prévia será fornecido pelo Iphan por meio de parecer técnico, cujo modelo consta no Anexo II.

§ 2º A resposta à consulta prévia, caso positiva, configura unicamente aprovação para desenvolvimento do anteprojeto, não consistindo em autorização para execução de qualquer obra.

§ 3º Ao formalizar consulta prévia o requerente poderá encaminhar mais de uma proposta para ser analisada e selecionada pelo Iphan para desenvolvimento do anteprojeto.

§ 4º A resposta à consulta prévia tem validade de 6 (seis) meses, contados a partir da emissão do parecer técnico e vincula, durante seu prazo de validade, a decisão sobre um eventual pedido de aprovação de projeto pelo Iphan, desde que não haja modificação nas normas vigentes.

#### **Seção IV**

##### **Do processo e procedimento**

Art. 14. O requerimento de autorização de intervenção deverá ser protocolado na Superintendência do Iphan no Estado onde se situa o bem ou na unidade descentralizada dessa Superintendência – Escritório Técnico ou Parque Histórico – com competência para vigiar e fiscalizar o referido bem.

Art. 15. Para cada requerimento de autorização de intervenção será aberto processo administrativo próprio.

§ 1º Caberá à unidade administrativa do Iphan que receber o requerimento abrir o correspondente processo administrativo.

§ 2º O processo administrativo deverá ser aberto no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento do requerimento no protocolo da unidade administrativa do Iphan.

§ 3º O processo deverá ter suas folhas numeradas sequencialmente e rubricadas, observando-se a ordem cronológica dos atos.

Art. 16. Protocolado o requerimento, o Iphan terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para concluir a análise e disponibilizar a decisão ao requerente.

§ 1º A contagem do prazo será suspensa a partir do momento em que for proferido despacho determinando a complementação de documentos e/ou a apresentação de esclarecimentos.

§ 2º O prazo voltará a correr a partir do encaminhamento, via sistema de protocolo do Iphan, dos documentos e/ou esclarecimentos requisitados.

§ 3º O prazo do caput poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado.

Art. 17. O formulário de requerimento deverá ser assinado pelo proprietário ou possuidor bem, ou, ainda, por seus representantes legais, e deverá conter informações precisas sobre:

I – a localização do bem pelo nome do logradouro e numeração predial;

II – CPF ou CNPJ do requerente;

III – categoria de intervenção pretendida;

IV – descrição dos serviços a serem realizados, no caso de Reforma Simplificada;

V – data da solicitação.

Art. 18. Os projetos deverão ser encaminhados para aprovação em duas vias.

§1º Todas as folhas dos projetos serão assinadas pelo requerente, ou por seu representante legal, e pelo autor do projeto.

§2º No caso de intervenção caracterizada como Reforma Simplificada, não é necessária a apresentação de projeto, sendo suficiente a descrição da intervenção proposta no corpo do requerimento de autorização.

Art. 19. A cópia do CPF ou CNPJ poderá ser substituída pela apresentação do documento original a servidor do Iphan, que certificará o ato no verso do requerimento.

Art. 20. O reconhecimento de firma de documentos para instrução do processo somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

Art. 21. A decisão sobre o requerimento de autorização de intervenção, bem como eventual despacho que determine a complementação de documentos e/ou a apresentação de esclarecimentos serão comunicados ao requerente, preferencialmente, por:

I – via postal;

II – ciência nos autos;

III – notificação pessoal.

§1º Constitui ônus do requerente informar o seu endereço para correspondência, bem como as alterações posteriores.

§2º Considera-se efetivada a notificação por carta com sua entrega no endereço fornecido pelo requerente.

§3º Poderá o requerente cadastrar endereço de correio eletrônico para o recebimento das notificações de que trata esse artigo, sem prejuízo da necessidade de ela realizar-se de outro modo.

§4º O não atendimento de exigência contida na notificação no prazo de 60 (sessenta) dias importará o indeferimento do requerimento, seguido do arquivamento do processo administrativo.

## **Seção V**

### **Da análise**

Art. 22. Competirá à Coordenação Técnica ou Divisão Técnica de cada Superintendência Estadual, após a devida análise, decidir sobre os requerimentos de autorização de intervenção.

Parágrafo único. No caso de bem situado em Município sob responsabilidade de unidade descentralizada da Superintendência Estadual, a análise e posterior decisão poderão ser atribuídas a essa unidade.

Art. 23. A proposta de intervenção ou projeto serão aprovados quando estiverem em conformidade com as normas que regem o tombamento.

§ 1º A decisão sobre o requerimento deverá ser instruída com parecer técnico.

§ 2º Aprovado o projeto, é facultado ao requerente encaminhar para visto do Iphan tantas vias do original aprovado quantas forem necessárias para aprovação em outros órgãos públicos.

§ 3º Um dos exemplares do projeto aprovado deverá ser conservado na unidade do Iphan responsável pela fiscalização do bem correspondente, e outro será devolvido ao interessado juntamente com a aprovação.

§ 4º Quando houver cooperação do Iphan com instituições públicas licenciadoras de obras, sejam elas municipais, estaduais ou federais, devem ser encaminhadas tantas vias do projeto aprovado quantas forem necessárias para o licenciamento em cada uma dessas instituições.

§ 5º A aprovação será anotada nas pranchas dos projetos e demais documentos que sejam considerados necessários à fiscalização da obra, conforme modelo constante no Anexo III desta Portaria.

§ 6º A via do requerente deverá ser mantida disponível no bem para consulta pela fiscalização, durante as obras.

Art. 24. Desaprovado o projeto e sendo ele passível de correção, a via do requerente será devolvida para, caso seja do seu interesse, sejam feitas as adequações necessárias, devendo a outra via ser mantida no processo.

Parágrafo único. As adequações solicitadas pelo Iphan deverão ser apresentadas em novo projeto.

Art. 25. O Iphan poderá, em se tratando de intervenções caracterizadas como restauração, nos casos em que apareçam novos elementos depois de iniciadas as obras, exigir a apresentação de especificações técnicas dos materiais que serão empregados, bem como cálculo de estabilização e de resistência dos diversos elementos construtivos, além de desenhos de detalhes, desde que devidamente justificado.

Parágrafo único. O Iphan embargará a obra autorizada no caso de não serem apresentados dentro do prazo determinado os elementos referidos no caput do artigo, ficando a obra paralisada enquanto não for satisfeita essa exigência.

Art. 26. Caso o requerente deseje efetuar alteração no projeto aprovado deverá encaminhar requerimento e os documentos necessários para elucidação das modificações propostas ao Iphan, previamente à execução das obras.

§ 1º Nesta nova análise, aplicar-se-ão os critérios de intervenção vigentes na data do novo requerimento.

§ 2º A execução de obras em desacordo com o projeto aprovado pelo Iphan implicará o imediato embargo da obra, nos termos da Portaria Iphan nº 187/10.

Art. 27. A análise será formalizada por meio de parecer técnico que ao final concluirá pela aprovação ou desaprovação da proposta de intervenção ou projeto.

§ 1º O parecer técnico deverá ser elaborado conforme o modelo indicado no Anexo II e conterá, no mínimo:

I – nome, CPF ou CNPJ do requerente;

II – endereço do bem no qual será realizada a intervenção;

III – tipo de intervenção, de acordo com as definições estabelecidas nos artigos 5º, 10 e 13;

IV – considerações técnicas acerca da obra proposta;

V – conclusão da análise;

VI – informação sobre aprovação ou desaprovação da intervenção;

VII – data da lavratura e assinatura do técnico responsável pela análise.

§2º A desaprovação da proposta de intervenção ou projeto implica o indeferimento do requerimento e a negativa de autorização para a realização da intervenção pretendida.

Art. 28. A aprovação de proposta de intervenção ou projeto pelo Iphan não exime o requerente de obter as autorizações ou licenças exigidas pelos órgãos estaduais e municipais.

Art. 29. A aprovação de proposta de intervenção ou projeto pelo Iphan não implica o reconhecimento da propriedade do imóvel, nem a regularidade da ocupação.

Art. 30. É vedada a aprovação condicionada de proposta de intervenção ou projeto.

Art. 31. A decisão sobre o requerimento de autorização de intervenção e os possíveis esclarecimentos serão fornecidos exclusivamente ao requerente ou a pessoa expressamente autorizada por ele.

Art. 32. O prazo de validade da proposta de intervenção ou projetos aprovados será de:

I – 1 (um) ano, para Reforma Simplificada, Colocação de Equipamento Publicitário ou Sinalização e Instalações Provisórias;

II – 2 (dois) anos, para Reforma/Construção Nova e Restauração.

§1º Findo o prazo fixado de validade da proposta de intervenção ou projeto e não finalizada a obra, o requerente deverá solicitar prorrogação do prazo, que será concedida pelo Iphan, desde que não haja modificações com relação ao projeto aprovado.

§2º O pedido de prorrogação deve ser apresentado 30 dias antes do vencimento da validade da aprovação anterior.

§3º A aprovação será automaticamente cancelada se, findo o prazo de validade da proposta de intervenção ou projeto, a intervenção não tiver sido iniciada ou, se iniciada, tiver sua execução totalmente paralisada por período superior a sessenta dias.

§4º Ocorrendo efetivo impedimento judicial ao início das obras ou à sua continuidade, o Iphan poderá prorrogar a aprovação anteriormente concedida.

Art. 33. No caso de autorização concedida para Instalações Provisórias, deverá constar o prazo para retirada das referidas instalações.

Art. 34. A autorização para intervenção em bem edificado tombado ou na sua área de entorno poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

I - revogada, atendendo a relevante interesse público, ouvida a unidade técnica competente;

II - cassada, em caso de desvirtuamento da finalidade da autorização concedida;

III – anulada, em caso de comprovação de ilegalidade na sua concessão.

### **CAPÍTULO III**

### **DOS RECURSOS**

#### **Seção I**

#### **Do recurso para o superintendente estadual**

Art. 35. Da decisão que deferir ou indeferir o requerimento de autorização de intervenção cabe recurso.

§1º O prazo para interposição de recurso é de quinze dias, contados da data em que o requerente tiver sido comunicado da decisão.

§2º Em se tratando de interessados que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da publicação da decisão no quadro de avisos da unidade do Iphan que a tiver proferido.

§3º O recurso poderá ser interposto utilizando-se formulário próprio, cujo modelo consta no Anexo IV desta Portaria.

§4º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, no prazo de cinco dias, o encaminhará ao Superintendente Estadual.

Art. 36. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo.

Art. 37. O Superintendente do Iphan poderá confirmar, reformar ou anular a decisão recorrida, devendo a sua decisão conter a indicação dos fatos e fundamentos que a motivam.

Parágrafo único. A reforma da decisão recorrida implicará:

I- ou na aprovação da proposta de intervenção ou projeto e conseqüente deferimento do requerimento com a concessão da autorização;

II – ou na desaprovação da proposta de intervenção ou projeto e conseqüente indeferimento do requerimento de autorização de intervenção.

Art. 38. É de 30 (trinta) dias o prazo para o Superintendente proferir sua decisão, admitida a prorrogação por igual período, desde que devidamente justificada.

## **Seção II**

### **Do recurso para o presidente**

Art. 39. Nos processos de Reforma/Construção Nova e Restauração, da decisão proferida pelo Superintendente Estadual caberá recurso ao Presidente do Iphan, no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. O recurso observará, no que couber, o disposto nos artigos 35, 36, 37 e 38.

Art. 40. Recebido o recurso, o Presidente do Iphan o encaminhará ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – Depam, para manifestação.

Art. 41. A manifestação do Depam será apresentada por meio de parecer técnico elaborado pela Câmara de Análise de Recursos, que funcionará naquele Departamento.

§ 1º A Câmara de Análise de Recursos será composta pelo Diretor do Depam, que a presidirá, e por quatro servidores designados por ele, totalizando cinco membros.

§ 2º É de 30 (trinta) dias o prazo para que a Câmara apresente o parecer técnico.

Art. 42. Da decisão proferida pelo Presidente não cabe recurso.

Art. 43. Em qualquer fase da instância recursal, poderá ser instada a Procuradoria Federal junto ao Iphan a emitir parecer, desde que seja indicada de modo específico a questão jurídica a ser esclarecida.

**CAPÍTULO IV**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 44. O Iphan poderá, a qualquer momento, firmar cooperações com instituições públicas licenciadoras de obras, sejam elas municipais, estaduais ou federais, para integrar os procedimentos de aprovação de projetos visando à maior agilidade e eficiência, preservando-se a competência de cada órgão ou entidade.

Parágrafo único. Nos casos de cooperação definidas no caput, deverão ser garantidos, no mínimo, os conceitos e documentação exigidos nessa norma, podendo-se adicionar novos procedimentos, desde que explicitados aos requerentes.

Art. 45. Fica revogada a Portaria Iphan nº10, de 10 de setembro de 1986.

Art. 46. Esta Portaria entra em vigor 45 dias após a sua publicação.

**Luiz Fernando de Almeida**  
**Presidente**

**PORTARIA Nº 70, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013**

*Dispõe sobre a regulamentação de diretrizes para a preservação do Conjunto Rural de Testo Alto, no município de Pomerode, no estado de Santa Catarina, tombado em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN através do Processo de Tombamento nº 1.548-T-07 e inscrito nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, conforme Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, com o estabelecimento de parâmetros para novas intervenções nas áreas tombadas e de entorno.*

A PRESIDENTA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições que lhe são legalmente conferidas, tendo em vista o disposto no art. 21, V, do Anexo I do Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e

considerando o disposto nos artigos 1º, II, 23, III, 24, VII, 30, IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

considerando o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;

considerando que o Processo de Tombamento nº 1.548-T-07, pertinente ao tombamento dos bens relacionados com a imigração em Santa Catarina, o qual inclui o Conjunto Rural de Testo Alto, no município de Pomerode;

considerando a necessidade de preservação do Conjunto Rural de Testo Alto;

considerando a necessidade de estabelecimento de parâmetros e diretrizes adequadas à preservação do bem tombado e ao norteamento da análise e aprovação de intervenções nas áreas tombadas e de entorno;

considerando os estudos técnicos desenvolvidos pelo IPHAN e constantes do processo administrativo nº 01510.000558/2012-40;

considerando que a presente portaria, tem por finalidade estabelecer parâmetros e critérios de análise para atender as demandas cotidianas mais recorrentes relacionadas à sua preservação, devendo as exceções ou casos omissos serem tratados individualmente, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios para intervenção no Conjunto Rural de Testo Alto e áreas de entorno.

**CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Seção I - Das Definições**

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Portaria são adotadas as seguintes definições:

I - Intervenção: toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade;

II - Bens de valor cultural e interesse à preservação: bens de natureza material que se destacam no conjunto edificado por sua íntima vinculação aos valores históricos,





etnográficos e paisagísticos atribuídos ao conjunto protegido quando do tombamento, conforme caracterizados no Art. 8º desta Portaria.

III - Parcelamento: divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, podendo ser realizado na forma de loteamento, desmembramento, fracionamento ou outras modalidades previstas pela municipalidade.

IV - Unidade Mínima Autônoma: a unidade imobiliária destinada à edificação resultante de condomínio horizontal.

## **Seção II - Do Objeto e da Aplicação**

Art. 3º A presente Portaria aplica-se ao Conjunto Rural de Testo Alto e áreas de entorno, doravante denominadas SÍTIO TOMBADO e ENTORNO, respectivamente, conforme plantas 1/2 e 2/2 constante no Anexo I desta Portaria.

Art. 4º As intervenções propostas para o SÍTIO TOMBADO e seu ENTORNO deverão levar em conta a preservação, a valorização e a qualificação da paisagem das áreas tombadas, visando garantir a perduração das características rurais e a permanência dos valores históricos, etnográficos e paisagísticos que justificaram seu tombamento.

Art. 5º Quaisquer intervenções a serem realizadas no SÍTIO TOMBADO e seu ENTORNO depende de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, conforme dispõem os artigos 17 e 18 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, cujos procedimentos de avaliação e aprovação dar-se-ão no âmbito da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina.

Parágrafo Único - São passíveis de análise e aprovação pelo IPHAN, à luz desta Portaria, todas as intervenções em logradouros públicos, como calçadas, ruas, praças e largos, lotes urbanos ou rurais e edificações no SÍTIO TOMBADO e ENTORNO e, ainda, a instalação de equipamentos publicitários.

Art. 6º Para procedimentos de análise e autorização pelo IPHAN das intervenções no SÍTIO TOMBADO e ENTORNO, deverá ser observado o disposto na Portaria IPHAN nº 420, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 7º Para fins de setorização e regulamentação, será considerado o Macrozoneamento constante do Anexo I desta Portaria.

## **CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO**

### **Seção I - Caracterização do Sítio Tombado**

Art. 8º O SÍTIO TOMBADO caracteriza-se pela predominância da atividade rural e residencial, complementada por pequenos comércios, igrejas e associações recreativas locais, mantendo os principais elementos naturais, morfológicos e etnográficos que configuram o modelo de ocupação territorial estabelecido pelas colônias de imigrantes.

§ 1º Com relação à linguagem arquitetônica do conjunto, o SÍTIO TOMBADO caracteriza-se pela ocorrência de edificações rurais de valor cultural, de uso residencial, comercial, religioso e recreativo, típicas da arquitetura teuto brasileira, sendo que todos os exemplares enquadrados nesta caracterização deverão ser integralmente preservados, conservando-se seus elementos e características originais de volumetria, materiais e técnicas construtivas.

§ 2º Entremeadas às edificações de valor cultural e de interesse à preservação, é possível identificar construções recentes, de linguagem arquitetônica e características que não possuem vínculo histórico ou correspondência arquitetônica com os bens que importa preservar e, portanto, passíveis de substituição ou transformação, conforme parâmetros adiante elencados.



§ 3º Para fins desta Portaria, o SÍTIO TOMBADO é constituído pelos seguintes setores, para os quais se aplicam os parâmetros urbanísticos constantes no Anexo II desta Portaria:

I - Setor de Preservação Paisagística Rigorosa;

II - Setor de Preservação Paisagística;

III - Setor Urbano com Proteção.

Seção II - Caracterização do Entorno

Art. 9º O ENTORNO caracteriza-se pela concorrência entre a atividade rural e a crescente ocupação urbana, sendo considerado, do ponto de vista da preservação do SÍTIO TOMBADO, como área de transição e amortecimento.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Portaria, o ENTORNO é constituído pelos seguintes setores, para os quais se aplicam os parâmetros urbanísticos constantes no Anexo II desta Portaria:

I - Setor de Preservação Paisagística de Entorno;

II - Setor Urbano de Entorno.

Art. 10. Assim como no SÍTIO TOMBADO, o ENTORNO também abriga edificações rurais de valor cultural, típicas da arquitetura teuto brasileira, alguns dos quais tombados individualmente pelo IPHAN e outros com proteção em nível estadual e/ou municipal.

Parágrafo Único - As diretrizes estabelecidas para o ENTORNO têm como objetivo resguardar a ambiência dos bens tombados em nível federal.

### **CAPÍTULO III - DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO PARA O SÍTIO TOMBADO E ENTORNO**

#### **Seção I - Diretrizes de Preservação para Intervenções Urbanísticas**

Art. 11. A pavimentação das vias (ruas, travessas, alamedas, etc.) derivadas de projetos de parcelamento (loteamentos, condomínios horizontais, etc.) deverá ser feita com material que permita a permeabilidade do terreno, como paralelepípedos, blocos intertravados de qualquer tipo ou pisograma, sendo vedado o uso de composições coloridas ou de pavimentação asfáltica.

Art. 12. Em todos os casos de parcelamento deverão ser respeitados os parâmetros constantes no Anexo II desta Portaria.

Art. 13. Deverá ser evitada qualquer supressão de cobertura vegetal de porte existente nos lotes, ficando vedada a realização de terraplanagem para execução dos parcelamentos, que deverão adaptar-se às condições naturais dos terrenos, exceto para abertura e traçado de vias.

Art. 14. Terraplanagens, movimentação de terra, cortes e outros serviços que impliquem na mudança do perfil topográfico dos terrenos apenas poderão ser autorizados se acompanhados de projeto ou anteprojeto urbanístico e/ou arquitetônico do que se pretende construir no local.

Art. 15. Novos loteamentos e/ou condomínios horizontais serão permitidos apenas dentro da área urbana e em conformidade com as seguintes orientações:

I - Em todos os casos, serão passíveis de aprovação novos loteamentos e/ou condomínios horizontais cujos terrenos a serem parcelados possuírem testada mínima de 100 metros;

II - O desenho urbano dentro dos loteamentos e/ou condomínios horizontais deverá seguir linguagem diferenciada, evitando traçados retilíneos demasiadamente contínuos ou ocupações marcadamente regulares perceptíveis a partir de qualquer ponto das ruas Progresso e Testa Alto.



III - Em novos loteamentos e/ou condomínios horizontais, as Áreas de Tratamento Paisagístico de Uso Comunitário deverão estar localizadas na porção frontal do empreendimento, lindeiras às vias principais de acesso.

IV - Do Projeto Urbanístico para o loteamento e/ou condomínio horizontal deverá fazer parte também um Projeto Paisagístico, prevendo arborização de todas as vias internas e manutenção de vegetação existente.

Art. 16. Remembramentos serão permitidos em todos os setores, passando a respeitar os parâmetros constantes no Anexo II desta Portaria.

Art. 17. Caso venham a ser parcelados lotes que contenham bens de valor cultural e interesse à preservação, a área total final do terreno onde estiverem implantadas as edificações de valor cultural e interesse à preservação não deverá ser menor que 5.000 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados).

Parágrafo Único - Nestes casos, a configuração original do lote deverá ser minimamente respeitada, mantendo-se preservados os ranchos de madeira, hortas, jardins, pomares e/ou plantações, se houver.

#### **Seção II - Diretrizes de Preservação para Intervenções Arquitetônicas**

Art. 18. Recomenda-se o encaminhamento de solicitação de Informação Básica ao IPHAN, conforme previsto nos artigos 10 e 11 da Portaria IPHAN nº. 420/10, antes do envio do Anteprojeto e/ou do Projeto Executivo, especialmente para os seguintes casos:

I - Intervenções em lotes que possuem bens de valor cultural e interesse à preservação;

II - Intervenções em bens de valor cultural e interesse à preservação;

III - Projetos para instalação ou ampliação de estruturas de grande porte para qualquer finalidade;

Parágrafo Único - A Informação Básica tem como objetivo orientar o interessado quanto às diretrizes adotadas pelo IPHAN na área em que se deseja intervir, servindo de auxílio ao desenvolvimento do Anteprojeto e do Projeto Executivo, conforme disposto nos artigos 10, 11 e 12 da Portaria IPHAN nº. 420/10.

Art. 19. Em todos os Setores de TOMBAMENTO, além dos parâmetros constantes do Anexo II desta Portaria, as novas edificações deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Paredes externas com altura máxima de seis metros;

II - Telhado em duas ou quatro águas com inclinação mínima de 50% e cobertura em telha cerâmica de cor natural similar às edificações tradicionais (marrom escuro ou avermelhado) e com tratamento não brilhoso.

III - Paredes externas com acabamentos em cores similares às utilizadas pela arquitetura tradicional da região, vedado o uso de tonalidades fortes e vibrantes, de revestimentos cerâmicos ou de acabamento brilhoso;

IV - Esquadrias externas com proporções, tratamentos e cores similares às utilizadas na arquitetura tradicional da região, com vidros translúcidos (se for o caso), sendo vedado o uso de vidros fumê, reflexivos e/ou coloridos.

V - Os volumes destinados ao abrigo de reservatórios ou caixas d'água deverão estar total ou parcialmente abrigados sob os planos do telhado.

VI - A linguagem arquitetônica das novas edificações deverá ter linhas neutras ou inspirar-se na arquitetura tradicional da região, ficando vedada a introdução de elementos que façam referência a tipologias e estilos arquitetônicos estranhos à paisagem local.

Parágrafo Único - Sótão e subsolo não serão computados para fins de cálculo das alturas totais das paredes externas.



Art. 20. Nos Setores de ENTORNO, além dos parâmetros constantes do Anexo II desta Portaria, as novas edificações deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Paredes externas com altura máxima de seis metros;

II - Telhado em duas ou quatro águas com inclinação mínima de 50% e cobertura em telha cerâmica de cor natural similar às edificações tradicionais (marrom escuro ou avermelhado) e com tratamento não brilhoso.

III - Paredes externas com acabamentos em cores similares àquelas utilizadas pela arquitetura tradicional da região, vedado o uso de tonalidades fortes e vibrantes, de revestimentos cerâmicos ou de acabamento brilhoso;

IV - Esquadrias externas com proporções, tratamentos e cores similares àquelas utilizadas na arquitetura tradicional da região, com vidros translúcidos (se for o caso), sendo vedado o uso de vidros fumê, reflexivos e/ou coloridos.

Parágrafo Único - Sótão e subsolo não serão computados para fins de cálculo das alturas totais das paredes externas.

Art. 21. Em todos os setores de TOMBAMENTO e ENTORNO, os cercamentos (muros, muretas e cercas) deverão seguir as seguintes características:

I - Se construídos com elementos vazados (madeira ou metal), a altura máxima será de 1,80 metros;

II - Se construídos com materiais opacos (tijolos, blocos de pedra ou outro material similar), a altura máxima será de 80 centímetros;

III - Se construídos com elementos mistos (aliando materiais opacos e elementos vazados), a altura máxima será de 1,50 metros, com embasamento de, no máximo, 50 centímetros de altura.

IV - Em todos os casos, deverão possuir desenho sóbrio, compatível com as tipologias de muros e/ou cercas que tradicionalmente acompanham a arquitetura teuto-brasileira de valor cultural da região, ficando vedada pinturas ou acabamentos com cores claras (como o branco ou tons pastéis).

V - Fica vedada a construção de portais ou qualquer tipo de cercamento estranho àquele tradicionalmente utilizado na área rural de Testo Alto e relacionado com a arquitetura teuto-brasileira de valor cultural da região.

#### **CAPÍTULO IV - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ANÁLISE**

Art. 22. O IPHAN analisará as propostas de intervenção no SÍTIO TOMBADO e suas áreas de ENTORNO sempre que receber, diretamente do interessado ou via Prefeitura Municipal de Pomerode, Requerimento acompanhado de documentação correspondente conforme regulamentado pelo artigo 6º e 7º da Portaria IPHAN 420/10, complementado por:

I - Memorial Descritivo informando o tipo (material e cor) de acabamento utilizado na cobertura, paredes e esquadrias externas, seguindo as orientações desta Portaria;

II - Projeto Arquitetônico e/ou Urbanístico com planta contendo desenhos e especificações de como será o tratamento das áreas externas, contendo: (1) indicação de áreas reservadas para o plantio de vegetação de portes variados (espécies arbóreas, arbustivas e outras) e (2) desenho e especificações de pisos externos, seguindo as orientações desta Portaria; e (3) desenho e especificações dos cercamentos (muros, muretas e cercas) do lote.

Parágrafo Único - Qualquer pedido de análise deverá apresentar com clareza a localização do imóvel em relação às áreas urbanas e rurais de Testo Alto, preferencialmente através de planta de situação que integre o Projeto Arquitetônico e/ou Urbanístico.

#### **CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS**





Art. 23. No cumprimento da legislação vigente, o IPHAN exercerá fiscalização no SÍTIO TOMBADO e áreas de ENTORNO, sem aviso prévio, sempre que julgar necessário e oportuno.

§ 1º Identificadas intervenções irregulares o IPHAN tomará as providências necessárias junto ao proprietário ou responsável pelo dano ou objeto de intervenção e comunicará à Prefeitura Municipal.

§ 2º O descumprimento das diretrizes e normas estabelecidas para o SÍTIO TOMBADO e o seu ENTORNO ensejará as sanções previstas nos art. 17 e 18 do Decreto Lei 25/37, adotando-se o procedimento previsto na Portaria IPHAN nº 187, de 11 de junho de 2010.

Art. 24. É desejável a composição de Câmara Consultiva Local constituída por representação civil e órgãos da administração pública atuantes no município de Pomerode, com o objetivo de atuar como órgão consultivo acerca das questões relacionadas com a preservação do Conjunto Rural de Testo Alto.

Parágrafo Único - Para a constituição da Câmara Consultiva Local deverá ser celebrado Termo de Cooperação Técnica, que estabelecerá a composição da Câmara, bem como suas atribuições.

Art. 25. Após seis meses de aplicação da presente Portaria e verificando-se a necessidade de aperfeiçoamento das diretrizes para análise e autorização das intervenções no SÍTIO TOMBADO e ENTORNO, será possível sua revisão, mediante avaliação técnica da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina e pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN.

Parágrafo Único - É recomendada a avaliação da aplicabilidade das diretrizes desta Portaria, ou revisão dos seus dispositivos, no todo ou em parte, pelo menos a cada cinco anos.

Art. 26. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JUREMA MACHADO





## Anexo II

Parâmetros de parcelamento e ocupação do solo

Setores	L Mín [m <sup>2</sup> ]	UA Mín [m <sup>2</sup> ]	Te Mín [m]	TO Máx [%]	AF Mín [m]	AL Mín [m]	TA Mín [%]	TP Mín [%]	APE Máx [m]
<b>Setores de Tombamento</b>									
<b>SPPR</b>	20.000	20.000	30	10	6,0	5,0	30	80	6
<b>SPP</b>	20.000	5.000	30	10	6,0	5,0	30	80	6
<b>SUP</b>	3.000	3.000	30	10	10,0	10,0	30	80	6
<b>Setores de Entorno</b>									
<b>SPPE</b>	20.000	5.000	30	10	6,0	5,0	30	80	6
<b>SUE</b>	1.000	1.000	20	10	6,0	3,0	25	80	6

<b>L Mín</b>	Tamanho mínimo do lote
<b>UA Mín</b>	Tamanho mínimo da unidade autônoma
<b>Te Mín</b>	Testada mínima do lote
<b>TO Máx</b>	Taxa de ocupação máxima das edificações dentro do lote
<b>AF Mín</b>	Afastamento frontal mínimo das edificações dentro do lote
<b>AL Mín</b>	Afastamento lateral mínimo das edificações dentro do lote
<b>TA Mín</b>	Taxa de arborização mínima
<b>TP Mín</b>	Taxa de permeabilidade mínima
<b>APE Máx</b>	Altura máxima das paredes externas
<b>SPPR</b>	Setor de Preservação Paisagística Rigorosa
<b>SPP</b>	Setor de Preservação Paisagística
<b>SUP</b>	Setor Urbano com Proteção
<b>SPPE</b>	Setor de Preservação Paisagística do Entorno
<b>SUE</b>	Setor Urbano de Entorno



LEI Nº 808/1988

**INSTITUI O CADASTRAMENTO DE BENS CULTURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**



Eugênio Zimmer, Prefeito Municipal de Pomerode. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Por esta Lei fica instituído o cadastramento dos Bens Culturais do Município de Pomerode.

**Art. 2º** Considera-se Bem Cultural no sentido da presente Lei:

I - Aqueles de natureza ambiental e que se relacionam aos bens naturais, seja pela qualidade notável com que tenham sido moldados pela natureza, seja em função de obra humana, seja ainda por sua função de reserva florestal, hídrica ou mineral;

II - Aqueles de natureza estritamente cultural, tais como:

- a) Bens móveis, constituídos por obras de arte, utensílios tradicionais, partituras musicais e/ou documentos históricos;
- b) Bens imóveis, constituídos por edificações, monumentos, logradouros, sítios urbanos ou vestígios de significância cultural;
- c) Outros que a Lei especificamente considerar.

III - Aqueles de natureza antropológica, constituída por festas, costumes e usos tradicionais, músicas, lendas, estórias, adagiário popular, instituições que cultivem tais bens e todos mais que contribuam para a identidade antropológica do Município.

**Art. 3º** Os bens descritos no artigo anterior serão inscritos em livro especialmente criado, sob o título de "Cadastro Geral dos bens Culturais" e, a partir de tal inscrição, passam a receber especial proteção do Poder Público, o qual deverá preservá-los, valorizá-los e promovê-los, evitando sua mutilação ou desaparecimento.

**Art. 4º** Para os fins do artigo precedente, o Poder Público poderá promover sua inscrição "ex-officio" ou por provocação dos órgãos representativos da comunidade, em especial da Câmara Municipal de Vereadores.

**Art. 5º** Os bens móveis e imóveis serão objeto de legislação especial, onde constará expressamente que não poderão ser restaurados ou sofrer qualquer tipo de intervenção sem específica anuência do Executivo Municipal, ouvido o



órgão competente; em caso de imperiosa intervenção ou demolição, está só será lícita após expedição de competente alvará.

**Art. 6º** Os restantes bens deverão ser amparados pelo Poder Público, no que se refere à sua preservação, valorização o pleno uso por parte da comunidade.

Parágrafo Único - Mediante Lei, os bens de natureza ambiental ou antropológica receberão benefícios e isenções que forem julgados úteis às finalidades ora propostas.

**Art. 7º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 28 de junho de 1988.

EUGÊNIO ZIMMER  
Prefeito Municipal

Lei nº 1639 de 05 de abril de 2002.

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL DE POMERODE, CRIA O SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL DO MUNICÍPIO - SPHAM E O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

MAGRIT KRUEGER, Prefeita Municipal de Pomerode, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**[Art. 1º](#)** - Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens móveis e imóveis existentes em seus limites, cuja conservação e preservação seja de interesse público, constituindo assim o patrimônio histórico e artístico do Município de Pomerode. [Ver tópico](#)

**[Parágrafo Único](#)** - São sujeitos ao tombamento, e equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo, os monumentos naturais, bem como, os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza. [Ver tópico](#)

**[Art. 2º](#)** - Fica o Poder Executivo, autorizado a instituir o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município -SPHAM, órgão de assessoria do Executivo Municipal vinculado à Divisão do Patrimônio Histórico, com atribuições específicas de zelar pela preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município, e o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Pomerode, composto de 05 (cinco) membros designados pelo Prefeita Municipal, com mandato de 2 (dois) anos e representação equilibrada do poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil do município, de elevado interesse e/ou conhecimento da matéria. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**[Art. 3º](#)** - O Município terá Livro de Tombo para a inscrição dos bens a que se refere o artigo 1º, cujo tombamento será aprovado pelo SPHAM e homologado pelo Executivo Municipal. [Ver tópico](#)

**[§ 1º](#)** - Serão considerados integrados no patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do Município, os bens com inscrição isolada ou por agrupamento, no livro tombo, e os descritos na Lei Complementar Nº 28/96 de 10/12/96 - Tabela 7 - Anexo, ou em outra Lei específica. [Ver tópico](#)

**[§ 2º](#)** - O tombamento, em esfera municipal, dos bens compreendidos no artigo 1º desta Lei, somente poderá ser cancelado por unanimidade do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural e homologado pelo Executivo Municipal, desde que haja relevante interesse público. [Ver tópico](#)

**[Art. 4º](#)** - O tombamento dos bens pertencentes à União, ao Estado e ao próprio Município se fará de ofício, por ordem do SPHAM, devendo ser notificada a entidade a que pertencer. [Ver tópico](#)

**[Parágrafo Único](#)** - A notificação a que se refere o presente artigo, se fará na pessoa do titular do órgão, em Pomerode, sob cuja guarda estiver o bem tombado. [Ver tópico](#)

**[Art. 5º](#)** - O tombamento do bem pertencente a pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado será feito voluntária ou compulsoriamente. [Ver tópico](#)

**[§ 1º](#)** - O Tombamento Voluntário, deverá ser feito a requerimento do proprietário, devendo o bem se revestir dos requisitos necessários para se constituir parte integrante do patrimônio histórico, artístico e natural do Município, a Juízo do Órgão competente do SPHAM, ou quando o proprietário anuir, por escrito, à notificação que se fizer para inscrição do bem no livro de tombo. [Ver tópico](#)

**[§ 2º](#)** - Proceder-se-á o Tombamento compulsório quando o proprietário opuser obstáculo à inscrição do bem. [Ver tópico](#)

**[Art. 6º](#)** - O tombamento compulsório obedecerá ao seguinte processamento: [Ver tópico](#)

**[I](#)** - O SPHAM notificará o proprietário para anuir ao tombamento, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação, ou, querendo impugná-lo, oferecer as suas razões. [Ver tópico](#)

**II** - No caso de não haver impugnação dentro do prazo da Lei, o SPHAM procederá a competente inscrição. [Ver tópico](#)

**III** - Oferecida tempestivamente a impugnação, caberá ao SPHAM sustentar o fundamento do tombamento, remetendo o processo, em seguida, ao Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Pomerode, que deverá manifestar-se na reunião seguinte, encaminhando o processo ao Prefeito Municipal para decisão final e irrecorrível. [Ver tópico](#)

**Art. 7º** - O tombamento dos bens a que se refere o artigo 5º da presente Lei, será considerado provisório ou definitivo. Considera-se provisório, a partir do início do processo de tombamento, através da notificação do proprietário, e definitivo, a partir da conclusão do processo e a inscrição no livro de tombo. [Ver tópico](#)

**Parágrafo Único** - Para todos os efeitos, salvo o disposto no artigo 10 da presente Lei, o tombamento provisório se equiparará ao definitivo. [Ver tópico](#)

**Art. 8º** - Equipara-se ao proprietário, para os efeitos da presente Lei, o titular do domínio útil, possuidor ou detentor a qualquer título. [Ver tópico](#)

**Art. 9º** - A alienabilidade dos bens tombados, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes desta Lei. [Ver tópico](#)

**Art. 10** - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular, será efetuada por iniciativa do SPHAM, cujo ato será averbado no registro de imóveis competente. [Ver tópico](#)

**Parágrafo Único** - No caso de transferência de propriedade dos bens móveis ou imóveis tombados, deverá o adquirente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, informar ao SPHAM, para o devido registro no livro de tombo, sob pena de multa no valor de 10%(dez por cento) sobre o valor do imóvel, ainda que se trate de transmissão resultante de sentença judicial de qualquer natureza. [Ver tópico](#)

**Art. 11** - O bem móvel tombado somente poderá sair do Município, com autorização expressa do SPHAM e por curto prazo, e, ainda, com finalidade de intercâmbio cultural. [Ver tópico](#)

**Art. 12** - À exceção da hipótese prevista no artigo anterior, a tentativa de transferência do bem tombado para fora do Município, será punível com multa de 50%(cinquenta por cento) do valor do bem, sem prejuízo das penalidades criminais cabíveis. [Ver tópico](#)

**Parágrafo Único** - Persistindo a intenção do proprietário do bem tombado em transferi-lo para fora do Município, será decretada sua utilidade pública para fins de desapropriação, e requerido seu seqüestro, na forma do artigo 822 e seguintes do [Código de Processo Civil](#). [Ver tópico](#)

**Art. 13** - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o seu proprietário deverá dar conhecimento do fato ao SPHAM, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa de 10%(dez por cento) do valor do bem. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**Art. 14** - Os bens tombados não poderão ser, em nenhuma hipótese, destruídos, demolidos, mutilados ou restaurados, sem prévia autorização especial do SPHAM, sob pena de embargo e multa de 100%(cem por cento) do dano causado, além das cominações previstas no artigo 13. [Ver tópico](#)

**Art. 15** - Sem prévia autorização do SPHAM, não será permitido, nas vizinhanças de bem imóvel tombado, fazer obra de qualquer espécie, que impeça, reduza a visibilidade, ou prejudique sua ambiência, sob pena de ser determinada a demolição da obra às expensas do proprietário, e de lhe ser imposta multa de até 50 (cinquenta) salários mínimos. [Ver tópico](#)

**Parágrafo Único** - A proibição a que se refere o presente artigo, estende-se a tapumes, painéis de propaganda, ou qualquer outros objetos, para cujos atos incidirá a mesma punição prevista no caput deste artigo. [Ver tópico](#)

**Art. 16** - O proprietário que comprovadamente não dispuser de recursos para proceder a conservação e reparo do bem tombado, levará o fato ao conhecimento do SPHAM, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pelo bem decorrente do ato omissivo. [Ver tópico](#)

**Parágrafo Único** - Recebida a comunicação e consideradas necessárias as obras, o SPHAM mandará executá-las à conta do Município, no prazo de 6 (seis) meses, levando a débito do proprietário o valor da obra, ou solicitará ao Prefeito Municipal, a desapropriação do bem. [Ver tópico](#)

**Art. 17** - Verificado por parte do SPHAM, urgência na realização de obras de reparo e conservação do bem tombado, poderão estas ser realizadas pelo Município, independentemente da comunicação a que se refere o caput do artigo anterior. [Ver tópico](#)

**Art. 18** - Os bens tombados ficarão sujeitos a vigilância permanente do SPHAM, que poderá inspecioná-los, sempre que julgar conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis, criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de até 10 (dez) salários mínimos, elevada ao dobro na reincidência. [Ver tópico](#)

**Art. 19** - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o artigo 1º desta Lei, serão equiparados aos cometidos contra o Patrimônio Público, sujeito a pena cominada no Artigo 163, inciso III do [Código Penal](#). [Ver tópico](#)

**Art. 20** - Em caso de alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, o Município terá o direito de preferência, na forma do artigo 22 do Decreto Lei nº 25/37 de 30 de novembro de 1937. [Ver tópico](#)

**§ 1º** - Os bens deverão ser oferecidos prévia e obrigatoriamente ao Município, pelo mesmo preço e condições, que poderá exercer o seu direito de preferência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito. [Ver tópico](#)

**§ 2º** - É nula a alienação realizada com violação ao disposto no parágrafo anterior, ficando o Município habilitado a seqüestrar o bem e impor multa de 20% (vinte por cento) do valor da operação, ao transmitente e adquirente, que serão solidariamente responsáveis pelo ato de transferência. [Ver tópico](#)

**§ 3º** - A nulidade será declarada, na forma da Lei, pelo juiz que conceder o seqüestro, o qual só será levantado após satisfeita a multa e transferido o bem para o patrimônio municipal. [Ver tópico](#)

**§ 4º** - O direito de preferência não impede o proprietário de gravar o bem tombado, por penhor, hipoteca ou anticrese. [Ver tópico](#)

**§ 5º** - Nenhuma venda judicial de bem tombado poderá se realizar sem que o Município, na qualidade de titular do direito de preferência, seja disso notificado judicialmente, não podendo ser expedidos os editais de praça, antes da notificação. [Ver tópico](#)

**§ 6º** - Ao Município, caberá o direito de remição, se dela não lançarem mão, até a assinatura de auto de arrematação ou até sentença de adjudicação, as pessoas que na forma da Lei, tiverem o direito de remir. [Ver tópico](#)

**§ 7º** - O direito de remição poderá ser exercido dentro de 5 (cinco) dias a partir da data de assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo ser extraída a carta competente, enquanto não se esgotar tal prazo. [Ver tópico](#)

**Art. 21** - O Poder Executivo providenciará a realização de [convênios](#) com a União e o Estado, e de acordos com pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, visando a plena consecução dos objetivos da presente Lei. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 22** - As legislações Federal e Estadual serão aplicadas subsidiariamente pelo Município. [Ver tópico](#)

**Art. 23** - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no que se fizer necessário. [Ver tópico](#)

**Art. 24** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. [Ver](#)  
[tópico](#)

Pomerode, em 05 de abril de 2002 MAGRIT KRUEGER

Prefeita Municipal

Lei Complementar 162/08, de 12 de dezembro de 2008, anexo V

Plano diretor de Pomerode

**ANEXO V – INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO SOCIOAMBIENTAL**  
**IMÓVEIS DE VALOR HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO, ARTÍSTICO E CULTURAL**

Parte Integrante da Lei Complementar n.º 162/08, de 12 de dezembro de 2008.

Denominação	Localização
<b>IMÓVEIS DE VALOR EXCEPCIONAL - P1</b>	
1. Igreja Evangélica Centro	R. 15 de Novembro, 105
2. Sobrado Hoge	R. 15 de Novembro, 409
3. Capela Católica de Ribeirão Clara	R. 15 de Novembro / R. Hermann Guenther
4. Casa família Hardt	R. Arnold Hardt, 379
5. Sítio Tribess – residência enxaimel família e casa de taipa	R. Alberto Rahn, 1463 – Wunderwald
6. Cemitério dos Imigrantes	R. Arthur Buerger – Centro
7. Casa Raduenz	R. Curitiba, 377
8. Casa Wunderwald – P.M.P.	R. Dr. Wunderwald, 2467
9. Usina Hidrelétrica – Complexo Weege	R. Frederico Weege, 824 – Centro
10. Caldeira (Cervejaria Schornstein)	R. Hermann Weege, 60 – Centro
11. Complexo Weege: Fábrica de Laticínios, frigorífico, defumador, fábrica de latas (enxaimel), garagem e expedição – P.M.P.	R. Hermann Weege, 111 – Centro
12. Restaurante Pomerode	R. Hermann Weege, 242
13. Complexo Weege: atafona (enxaimel) e prédio da Administração	R. Hermann Weege – Centro
14. Casa Comercial Weege	R. Pres. Costa e Silva, 677 / Praça Erwin Zastrow
15. Casa Comercial Haut	R. Pres. Costa e Silva, 719 / Praça Erwin Zastrow
16. Casa da Crista – família Arndt	R. Progresso, 1.241
17. Casa Wachholz – (Ella Voigt)	R. Progresso, 2.320
18. Igreja Evangélica de Testo Alto	R. Progresso, 3.250
19. Salão Belz	R. Testo Alto, 3.279
20. Casa Zumach	R. Testo Alto, 7.097
21. Casa Ovídio Sievert	R. Testo Alto, 7.875
22. Casa família Siewert	R. Testo Alto, 8.019
23. Casa Hugo Rahn	R. Testo Alto, 8.430
24. Casa de Taipa – família Lümke	R. Testo Alto, 9.690
25. Casa de Taipa Scheiwe	R. Vale do Selke Grande, 5.708
26. Casa Comercial Família Passold	R. Vitória, 1.138 – Testo Rega

Denominação	Localização
<b>IMÓVEIS DE GRANDE VALOR - P2</b>	
1. Prédio antiga Prefeitura	R. 15 de Novembro, 39 / R. Paulo Zimmermann
2. Sobrado Buerger – Buetgen	R. 15 de Novembro, 123 – Centro
3. Casa do Zelador Paróquia Evang.	R. 15 de Novembro, 130 – Centro
4. Casa da Comunidade Evangélica	R. 15 de Novembro, 160 – Centro
5. Casa Pastor Liesenberg	R. 15 de Novembro, 165 – Centro
6. Sobrado Siebert	R. 15 de Novembro, 181 – Centro
7. Sobrado Blank	R. 15 de Novembro, 211 – Centro
8. Casa Ramthun – (Spranger)	R. 15 de Novembro, 228 – Centro
9. Sobrado Jacobsen	R. 15 de Novembro, 257 – Centro
10. Residência Heinrich Passold	R. 15 de Novembro, 322
11. Comercial Passold	R. 15 de Novembro, 327 – Centro
12. Queijaria Passold	R. 15 de Novembro, 327 – Centro
13. Residência Passold	R. 15 de Novembro, 367
14. Sobrado Schwanke – família Karsten	R. 15 de Novembro, 406

15. Casa Dorow (Femina Estética)	R. 15 de Novembro, 428
16. Sobrado Grauel	R. 15 de Novembro, 590 – Centro
17. Residência Oeding	R. 15 de Novembro, 611
18. Residência Teichmann	R. 15 de Novembro, 791
19. Sobrado Blofeld	R. 15 de Novembro, 821
20. Casa Klovasky	R. 15 de Novembro, 1.144
21. Residência Carl Schlemmer	R. 15 de Novembro, 1.634
22. Sobrado Camestrini	R. 15 de Novembro, 1.817
23. Casa família Weege	R. 15 de Novembro, 2.248
24. Residência Bruno Kiemann	R. 15 de Novembro, 2.734
25. Casa Ruth Koch	R. 15 de Novembro, 2.835
26. Casa Comercial Graupner	R. 15 de Novembro, 4.808 – Teste Central Alto
27. Sobrado Glatz	R. 15 de Novembro, 8.758 – Teste Central
28. Comércio Amo Glatz	R. 15 de Novembro, 8.759 – Teste Central
29. Casa Finsies	R. 15 de Novembro, 9729 – Teste Central
30. Casa Schroeder	R. 15 de Novembro, 9746 – Teste Central
31. Casa Penzlin	R. 15 de Novembro, 9.820 / R. Riba. Souto
32. Residência de Alfonso Behling	R. 15 de Novembro, 9.904 – Teste Central
33. Casarão Zitz	R. dos Adradores, 1.199 - Centro
34. Casa Ott	R. dos Adradores, 4.375
35. Casa Hami Kiemann	R. dos Adradores, 4.950
36. Sobrado Konell	R. Frederico Weege, 66 - Centro
37. Grupo Escolar José Bonifácio	R. Frederico Weege, 148 – Centro
38. Sobrado Coletoria (Polícia Militar)	R. Frederico Weege, 176 / Av. 21 de Janeiro
39. Casa Kraemer	R. Frederico Weege, 222 / Av. 21 Janeiro
40. Molho de Lauro Guenther & Cia Ltda	R. Frederico Weege – Pomerode Fundos
41. Casa Rudolfo Hornburg	R. Gustav Krahn, 45 – Teste Alto
42. Casa Emmel	Rua Hermann Schwank, 70 - Centro
43. Residência Mônica Weege	R. Hermann Weege, 187 / R. Paulo Zimmermann
44. Residência Hermann Weege	R. Hermann Weege, 204 – Centro
45. Casa W. Weege	R. Hermann Weege, 264
46. Casarão A. Weege	R. Hermann Weege, 553
47. Casarão Bahr	R. Hermann Weege, 3.007
48. Casarão Wilson J. Andreoli	R. Jorge Jung, 100 - centro
49. Residência Kamchen	R. Leopoldo Blaese, 379 – Pomerode Fundos
50. Restaurante Schroeder	R. Luiz Abry, 45
51. Casa Hoge	R. Luiz Abry, 427
52. Prédio "3 andares"	R. Luiz Abry, 706
53. Casa Hans Schmidt	R. Luiz Abry, 848
54. Porcelana Schmidt – complexo industrial	R. Luiz Abry, 849
55. Residência Curt Weege	R. Luiz Abry, 977
56. Sobrado Com. Sievert	R. Paulo Zimmermann, 65
57. Casa Eggert	R. Presidente Costa e Silva, 708/ Praça Zastrow
58. Casa Carlos Krahn	R. Progresso, 2.087 – Teste Alto
59. Casa de madeira Amo Wachholz	R. Progresso, 5.187 – Teste Alto
60. Atafona família Wachholz	R. Progresso – Teste Alto
61. Residência Ramthun	R. Rega II, 209
62. Casa Lach	R. Ribeirão Souto, 680
63. Residência Schmidt	R. Vitor Konder, 60 / Praça Hans E. Schmidt

Observação: Além das edificações acima listadas, também serão consideradas como "P2" todas as edificações ENXAIMEL que constam no Inventário do Enxaimel.



## Anexo II - Fichas de cadastro dos imóveis da área de estudo

**FICHA DE CADASTRO**  
**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO-CULTURAL-ARQUITETÔNICO**  
**CASA DA CRISTA**

*Identificação*

Denominação:	Casa Arndt, Erwin (Casa da Crista)	Uso original:	Residencial
Localização:	Rua Progresso, 1241, Texto Alto	O zona rural	O zona urbana
Coordenadas:			
49° 10' 32" O			
26° 42' 18" S			

Proprietário:	Verner Arndt e Lori Arndt	Procedência:	Pomerode	Tempo de ocupação:	45 anos
Ocupante atual:	Verner Arndt e Lori Arndt	Procedência:	Pomerode	Tempo de ocupação:	45 anos
Destino / Intenção do proprietário	<input checked="" type="checkbox"/> preservar	<input type="checkbox"/> restaurar	<input type="checkbox"/> modificar	<input type="checkbox"/> vender	<input type="checkbox"/> demolir
Justificativa:	É lá que vivem e querem continuar vivendo, pois gostam muito da casa e do local				
O proprietário possui outros imóveis?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Quantos :				

*Fachada principal do imóvel*





#### Descrição do imóvel

Edificação localizada na Rua Progresso, 1241, no Bairro Texto Alto na cidade de Pomerode/SC, onde vivem atualmente o casal Verner e Lori Arndt, a mãe da Dona Lori e um irmão do Sr. Verner.

Imóvel construído em técnica enxaimel, em bom estado de conservação. Possui 2 águas e é coberta com telha alemã (chata). Possui detalhes frontais na varanda feitos em tijolos aparentes assentados com cimento/argamassa e fechamento na lateral da varanda com madeira mas com uma abertura para ventilação. Possui janelas em madeira com vidros pequenos.

Restaurada e Tombada como Patrimônio Histórico pelo Iphan em 1995.

Desde lá não foram feitos reparos e intervenções na casa.

A casa é composta por 4 cômodos divididos em 1 sala, 1 quarto e uma cozinha na parte inferior e um sótão com 1 quarto. O BWC é separado da casa.

#### Dados do edifício

Nome construtor:			
Ano de construção:	+/- 1915	Técnica construtiva:	Enxaimel
Área da construção:	100m²	nº de cômodos originais:	4
Área do anexo:	6m²	nº de anexos:	1 (bwc)
Área total construída:	106m²	Área terreno original:	
Taxa de ocupação:		Área do terreno atual:	
Proteção legal existente:		Restaurado em: 1995	
		Parte restaurada:	
		<input checked="" type="radio"/> Tombamento federal <input type="radio"/> Tombamento estadual <input type="radio"/> Tombamento municipal	
		<input type="radio"/> Tombamento conjunto <input type="radio"/> Tombamento individual <input type="radio"/> Nenhum	

#### Conjunto /uso

Conjunto	Uso
Faz parte de um conjunto de edificações? (X)sim <input type="radio"/> não	Uso original: Residencial
Edificações que compõem o conjunto: Rota do enxaimel	Uso atual:
Móveis e utensílios	(X)uso próprio <input type="radio"/> alugado
Ferramentas e máquinas	Uso atual agride a edificação? Não
Outros dados	Como?

### Estrutura

Material do corpo	Cobertura	Esquadrias	Nº de pavimentos
<input checked="" type="checkbox"/> pedra	<input checked="" type="checkbox"/> telha alemã (chata)	<input type="checkbox"/> madeira	<input checked="" type="checkbox"/> um pavimento
<input type="checkbox"/> tijolo	<input type="checkbox"/> telha francesa	<input checked="" type="checkbox"/> madeira e vidro	<input type="checkbox"/> dois pavimentos
<input checked="" type="checkbox"/> tijolo e madeira	<input type="checkbox"/> telha colonial (s/ beira)	<input type="checkbox"/> ferro e vidro	<input checked="" type="checkbox"/> sótão
<input type="checkbox"/> madeira	<input type="checkbox"/> misto	<input type="checkbox"/> mista	<input type="checkbox"/> adega <input type="checkbox"/> porão

### Originalidade

descrição	originalidade			Descrição das intervenções
Estrutura	<input checked="" type="checkbox"/> original	<input type="checkbox"/> modificado	<input type="checkbox"/> totalmente alterado	
Cobertura	<input checked="" type="checkbox"/> original	<input type="checkbox"/> modificado	<input type="checkbox"/> totalmente alterado	
Esquadrias	<input checked="" type="checkbox"/> original	<input type="checkbox"/> modificado	<input type="checkbox"/> totalmente alterado	
Revestimento	<input checked="" type="checkbox"/> original	<input type="checkbox"/> modificado	<input type="checkbox"/> totalmente alterado	
Pintura	<input checked="" type="checkbox"/> original	<input type="checkbox"/> modificado	<input type="checkbox"/> totalmente alterado	

### Conservação

descrição	Estado de conservação		Descrição dos problemas
Estrutura	<input type="checkbox"/> ruim <input checked="" type="checkbox"/> bom	<input type="checkbox"/> ruim <input checked="" type="checkbox"/> ótimo	
Cobertura	<input type="checkbox"/> ruim <input checked="" type="checkbox"/> bom	<input type="checkbox"/> ruim <input checked="" type="checkbox"/> ótimo	
Esquadrias	<input type="checkbox"/> ruim <input checked="" type="checkbox"/> bom	<input type="checkbox"/> ruim <input checked="" type="checkbox"/> ótimo	
Revestimento	<input type="checkbox"/> ruim <input checked="" type="checkbox"/> bom	<input type="checkbox"/> ruim <input checked="" type="checkbox"/> ótimo	
Pintura	<input type="checkbox"/> ruim <input checked="" type="checkbox"/> bom	<input type="checkbox"/> ruim <input checked="" type="checkbox"/> ótimo	

### Imagens/croquis



Detalhes arquitetônicos significativos



*Imagens de 29.10.2015*

Observações

*Detalhe madeira da ultima foto, usado para fechamento lateral da varanda, a moradora não soube informar quando foi feito, apenas informou que há 45 anos quando foi morar nesta casa já existia esse fechamento.*



UNIASSELVI  
Disciplina: Técnicas Retrospectivas  
Professora: Cassandra Helena Faes

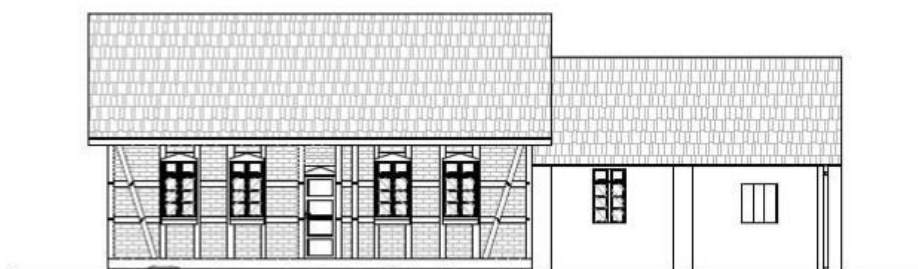
**FICHA DE CADASTRO**  
**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO-**  
**CULTURAL-ARQUITETÔNICO**  
Nº

*Identificação*

Denominação:	<b>Casa Voigt, Ella</b>	Uso original:	Residencial
Localização:	<b>Rua Progresso 2320, Texto Alto, Pomerode/SC</b>	<input checked="" type="radio"/> zona rural	<input type="radio"/> zona urbana
Coordenadas:			
<b>S 26° 41'44.70"</b>			
<b>W 49° 10'33.35"</b>			

Proprietário:	Ilse Lore Wachholz	Procedência:	Compra	Tempo de ocupação:	45 anos
Ocupante atual:	Visitantes	Procedência:	Pousada	Tempo de ocupação:	5 anos
Destino / Intenção do proprietário	<input checked="" type="radio"/> preservar	<input type="radio"/> restaurar	<input type="radio"/> modificar	<input type="radio"/> vender	<input type="radio"/> demolir
Justificativa:	<b>Deixar de herança para os netos.</b>				
O proprietário possui outros imóveis?	<input checked="" type="radio"/> sim	<input type="radio"/> não	Quantos : <b>01</b>		

*Fachada principal do imóvel*



Croqui e imagens: 24/10/2015.

### Descrição do imóvel

Na propriedade rural estão tombadas duas construções. Sendo a primeira um rancho mais simplório, que teve seu uso como moradia para a família em um primeiro momento, vindo a ser utilizado posteriormente como rancho, uso que é mantido até os dias atuais. A segunda construção, é mais elaborada, que é a tão conhecida Casa Ella Voigt ou atualmente também chamada de Pousada Wachholz, sobrenome da dona Ilse, o qual adquiriu com a constituição de seu casamento.

A Casa Voigt, possui telhado em duas águas, coberto com telhas rabo de castor colocadas no modo sobreposto. As esquadrias são em madeira com fechamento em vidro, sendo que as janelas apresentam especial singularidade devido ao acabamento superior da verga. A construção possui dois anexos.

De planta baixa incomum, a casa Voigt originalmente dividia-se em sala, cozinha lateral e pequeno quarto aos fundos da cozinha. Após o acréscimo do anexo I, nova cozinha, construção autoportante feita posteriormente, a sala original foi dividida por paredes em técnica enxaimel com vedação em taipa, passando a acomodar mais dois quartos, a antiga cozinha se transformou em nova sala. Posteriormente foi feito mais o anexo II, no qual foram construídos banheiros e mais um quarto, visando que atualmente a casa se tornou uma pousada.

### Dados do edifício

Nome construtor:	<b>Albert Wachholz</b>		
Ano de construção:	<b>1867</b>	Técnica construtiva:	<b>Enxaimel</b>
Área da construção:	<b>67,40 m²</b>	nº de cômodos originais:	<b>3</b>
Área do anexo:	<b>62,87 m²</b>	nº de anexos:	<b>2</b>
Área total construída:	<b>228,27 m²</b>	Área terreno original:	<b>Terreno Rural</b>
Taxa de ocupação:		Área do terreno atual:	<b>Terreno Rural Original</b>
		Restaurado em:	<b>2007-2010</b>
		Parte restaurada:	<b>Casa Principal</b>
Proteção legal existente :	<input checked="" type="radio"/> Tombamento federal <input checked="" type="radio"/> Tombamento estadual <input checked="" type="radio"/> Tombamento municipal <input type="radio"/> Tombamento conjunto <input type="radio"/> Tombamento individual <input type="radio"/> nenhum		

### Conjunto /uso

Conjunto	Uso
Faz parte de um conjunto de edificações? <input checked="" type="radio"/> sim <input type="radio"/> não	Uso original: <b>Residência</b>
Edificações que compõem o conjunto: <b>Casa Voigt e Rancho</b>	Uso atual: <b>Pousada</b>
Móveis e utensílios <b>Cabideiro</b>	<input type="radio"/> uso próprio <input checked="" type="radio"/> alugado
Ferramentas e máquinas <b>Tacho para melado</b>	Uso atual agride a edificação? <b>Não</b>
Outros dados <b>Móveis antigos originários de outras edificações</b>	Como? <b>Atrativo turístico</b>

### Estrutura

Material do corpo	Cobertura	Esquadrias	Nº de pavimentos
<input type="radio"/> pedra	<input checked="" type="radio"/> telha alemã (chata)	<input type="radio"/> madeira	<input checked="" type="radio"/> um pavimento
<input type="radio"/> tijolo	<input type="radio"/> telha francesa	<input checked="" type="radio"/> madeira e vidro	<input type="radio"/> dois pavimentos
<input checked="" type="radio"/> tijolo e madeira	<input type="radio"/> telha colonial (s/ beira)	<input type="radio"/> ferro e vidro	<input type="radio"/> sótão
<input type="radio"/> madeira	<input type="radio"/> misto	<input type="radio"/> mista	<input type="radio"/> adega <input type="radio"/> porão

### Originalidade

descrição	originalidade			Descrição das intervenções
Estrutura	<input type="radio"/> original	<input checked="" type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Cobertura	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Esquadrias	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Revestimento	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Pintura	<input type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input checked="" type="radio"/> totalmente alterado	

### Conservação

descrição	Estado de conservação			Descrição dos problemas
Estrutura	<input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> ótimo	
Cobertura	<input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> ótimo	
Esquadrias	<input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> ótimo	
Revestimento	<input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> ótimo	
Pintura	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	

Imagens/croquis (colocar datas)



Croqui e imagens: 24/10/2015.





**Observações**

Conforme Projeto de Extensão SPECULA (LabPac - UDESC – FAED), a “casa Voigt originalmente dividia-se em sala, cozinha lateral e pequeno quarto aos fundos da cozinha, onde se localizava a escada que dava acesso ao sótão onde, provavelmente, estavam os dormitórios. Após o acréscimo da cozinha, a sala original foi dividida e passou a acomodar mais dois quartos; a cozinha se transformou em nova sala e, em momento posterior a escada de acesso ao sótão foi suprimida.”

De acordo com a dona Ilse, o sótão nunca foi ocupado. Ainda de acordo com a dona Ilse as floreiras foram instaladas final de 2014.

Existência de levantamento cadastral: ( X ) Sim ( ) Não | Acervo: IPHAN e LabPac

Avaliações	
Avaliação da edificação	Avaliação histórico-arquitetônica
Estado de conservação geral	<input checked="" type="radio"/> valor histórico devido à antiguidade <input checked="" type="radio"/> exemplar típico do estilo de uma época <input type="radio"/> relacionado com pessoa ou fato histórico importante <input checked="" type="radio"/> localizado em centro histórico <input type="radio"/> pouco valor histórico
<input checked="" type="radio"/> bom <input type="radio"/> regular <input type="radio"/> ruim	
Perigos potenciais	
<input type="radio"/> descaracterização <input type="radio"/> deterioração	
<input type="radio"/> demolição <input checked="" type="radio"/> Nenhum	

**Documentos anexos**

<input type="radio"/> cadastro gráfico	<input type="radio"/> orçamento analítico	<input type="radio"/> histórico do edifício
<input type="radio"/> projeto arquitetônico	<input type="radio"/> orçamento sintético	<input checked="" type="radio"/> fotografias
<input type="radio"/> projeto de instalações	<input type="radio"/> cronograma físico/financeiro	<input type="radio"/> compromisso de manutenção
<input type="radio"/> projeto de estrutura	<input type="radio"/> memorial descritivo	<input type="radio"/> parecer diretoria
<input type="radio"/> projeto de restauro		
<input type="radio"/> projeto de intervenção		
<input type="radio"/> outros projetos	<input type="radio"/> caderno de especificações	<input type="radio"/> outros

Equipe de vistoria/levantamento: Jádriel Jaci Giovanella, Laís Caroline Hellmann, Nicoli Padilha e Rhaissa Barth

Responsável: Cassandra Helena Faes | Data: 24/10/2015

UNIASSELVI  
 Disciplina: Técnicas Retrospectivas  
 Professora: Cassandra Helena Faes

**FICHA DE CADASTRO**  
**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO-**  
**CULTURAL-ARQUITETÔNICO**  
 Nº

*Identificação*

Denominação:	Casa Erich Hardt	Uso original:	Residencial
Localização:	Rua Arnaldo Hardt, 379, Testa Rega	<input checked="" type="radio"/> zona rural	<input type="radio"/> zona urbana
Coordenadas:	684934,00 / 7048007,00		

Proprietário:	Patrícia Hardt	Procedência:	Familiar	Tempo de ocupação:	20 anos, 1 ano sem uso
Ocupante atual:	Futuro Ocupante em Janeiro	Procedência:	Familiar	Tempo de ocupação:	
Destino / Intenção do proprietário	<input type="radio"/> preservar	<input type="radio"/> restaurar	<input type="radio"/> modificar	<input checked="" type="radio"/> vender	<input type="radio"/> demolir
Justificativa: Sem condições financeiras para manter o imóvel					
O proprietário possui outros imóveis? <input type="radio"/> sim <input checked="" type="radio"/> não					
Quantos :					

*Fachada principal do imóvel*



### Descrição do imóvel

Chegando na rua Arnoldo Hardt, não encontramos a casa, pois a muitas árvores que impedem que se visualize a residência da rua, seu terreno é cercado por cerca de arrame farpado, e a entrada é por um portão baixo de alumínio. A fachada principal da casa fica voltada para a lateral do terreno, tem uma escada de 4 (quatro) degraus no centro da residência, onde chegamos na varanda essa fica em toda a área da fachada principal e nas duas laterais indo até metade da área lateral, o guarda-corpo dessa é feito de tijolo sextavado vazado, desses tijolos saem madeiras que apoiam o telhado, em frente a escada da varanda temos uma grande porta de madeira com duas folhas de abrir, nessa fachada possuem 4 (quatro) janelas de madeira com vidro de duas folhas de abrir na parte superior da janela tem mais duas folhas, essas janelas são duas de cada lado da porta. Em ambas as laterais da casa temos a varanda até a metade da residência, temos mais duas janelas iguais a da fachada principal, e entrada para uma porta de abrir de um folha, na lateral esquerda temos aí uma escada de 4 (quatro) degraus, nas laterais também verificamos no telhado a abertura de um janela que fica localizada no sótão, também verificamos um anexo que está no fundo da casa e vai de um lado a outro da lateral da casa. O telhado possui duas águas sendo que em um temos uma abertura do sótão conforme relato acima.

### Dados do edifício

Nome construtor:	Indefinido		
Ano de construção:	1865	Técnica construtiva:	Enxaimel
Área da construção:	141,75	nº de cômodos originais:	09 (nove) – Sala, sótão, quarto e cozinha
Área do anexo:	40,50	nº de anexos:	01 (um)
Área total construída:	182,25	Área terreno original:	Lote Original
Taxa de ocupação:	Lote Original	Área do terreno atual:	Lote Original
Proteção legal existente:	<input checked="" type="radio"/> Tombamento federal <input type="radio"/> Tombamento estadual <input type="radio"/> Tombamento municipal <input type="radio"/> Tombamento conjunto <input type="radio"/> Tombamento individual <input type="radio"/> nenhum		
		Restaurado em:	Nunca
		Parte restaurada:	

### Conjunto /uso

Conjunto	Uso
Faz parte de um conjunto de edificações? <input type="radio"/> sim <input checked="" type="radio"/> não	Uso original: Residencial
Edificações que compõem o conjunto:	Uso atual:
Móveis e utensílios	<input type="radio"/> uso próprio <input type="radio"/> alugado
Ferramentas e máquinas	Uso atual agride a edificação?
Outros dados	Como?

### Estrutura

Material do corpo	Cobertura	Esquadrias	Nº de pavimentos
<input type="radio"/> pedra <input type="radio"/> tijolo <input checked="" type="radio"/> tijolo e madeira <input type="radio"/> madeira	<input checked="" type="radio"/> telha alemã (chata) <input type="radio"/> telha francesa <input type="radio"/> telha colonial (s/ beira) <input type="radio"/> misto	<input type="radio"/> madeira <input checked="" type="radio"/> madeira e vidro <input type="radio"/> ferro e vidro <input type="radio"/> mista	<input checked="" type="radio"/> um pavimento <input type="radio"/> dois pavimentos <input checked="" type="radio"/> sótão <input type="radio"/> adega <input type="radio"/> porão

### Originalidade

descrição	originalidade			Descrição das intervenções
Estrutura	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	Reboco dos tijolos avista pintados.
Cobertura	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Esquadrias	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Revestimento	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Pintura	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	

### Conservação

descrição	Estado de conservação			Descrição dos problemas
Estrutura	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	
Cobertura	<input checked="" type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	
Esquadrias	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	
Revestimento	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	
Pintura	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	



Acesso secundário (Lateral esquerda)



Anexo – Fundos da residência





Anexo – Fundos da Residência



Sacada Lateral (direita)



Varanda Lateral (direita)



Fachada Principal



Vista da residência da rua

Detalhes arquitetônicos significativos



Furo e cano na alvenaria





Detalhe do tijolo sextavado vazado na varanda com cobertura em madeira



Fissuras no tijolo e reboco aparentemente pintado

*Observações*

Verificamos alterações na reboco onde acreditamos ter sido feito uma pintura em tinta branca.

Existência de levantamento cadastral: ( ) Sim (X) Não

Acervo:

*Avaliações*

Avaliação da edificação	Avaliação histórico-arquitetônica
Estado de conservação geral <input checked="" type="radio"/> <b>bom</b> <input type="radio"/> regular <input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> valor histórico devido à antiguidade <input checked="" type="radio"/> <b>exemplar típico do estilo de uma época</b> <input type="radio"/> relacionado com pessoa ou fato histórico importante <input type="radio"/> localizado em centro histórico <input type="radio"/> pouco valor histórico
Perigos potenciais <input checked="" type="radio"/> <b>descaracterização</b> <input type="radio"/> deterioração <input type="radio"/> demolição <input type="radio"/>	

*Documentos anexos*

<input type="radio"/> cadastro gráfico	<input type="radio"/> orçamento analítico	<input type="radio"/> histórico do edifício
<input type="radio"/> projeto arquitetônico	<input type="radio"/> orçamento sintético	<input type="radio"/> fotografias
<input type="radio"/> projeto de instalações	<input type="radio"/> cronograma físico/financeiro	<input type="radio"/> compromisso de manutenção
<input type="radio"/> projeto de estrutura	<input type="radio"/> memorial descritivo	<input type="radio"/> parecer diretoria
<input type="radio"/> projeto de restauro		
<input type="radio"/> projeto de intervenção		
<input type="radio"/> outros projetos	<input type="radio"/> caderno de especificações	<input type="radio"/> outros

Equipe de vistoria/levantamento: Fabíola Davantel, Jaqueline de Andrade e Simone Fronza	
Responsável: Fabíola Davantel, Jaqueline de Andrade e Simone Fronza	Data: 02/11/2015

UNIASSELVI

Disciplina: Técnicas Retrospectivas

Professora: Cassandra Helena Faes

**FICHA DE CADASTRO**  
**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO-**  
**CULTURAL-ARQUITETÔNICO**  
**Nº**

*Identificação*

Denominação:	Casa Wacholz, Felipe	Uso original:	Residência
Localização:	Rua Testo Alto, nº 6148, Pomerode/SC	● zona rural	○ zona urbana
Coordenadas:	S26.665359°, W49.18848°		

Proprietário:	Adolar Wachholz	Procedência:	Herança - Pais	Tempo de ocupação:	-----
Ocupante atual:	Daniele Wachholz Beier	Procedência:	Concedido -Pai	Tempo de ocupação:	-----
Destino / Intenção do proprietário	● preservar	○ restaurar	○ modificar	○ vender	○ demolir
Justificativa: A edificação possui valor sentimental, pois faz parte da história da família.					
O proprietário possui outros imóveis?	● sim	○ não	Quantos : 01		

*Fachada principal do imóvel*



### Descrição do imóvel

Localizada numa área que possui um aclave em corte com aproximadamente 1,70m entre a rua e o início do terreno, o mesmo é cercado com tela em toda a parte frontal e lateral direito. O conjunto edificado encontra-se no início do terreno, pois o mesmo se estende após um morro, e avança o outro lado da rua Testa Alto. Edificação típica em técnica enxaimel, de estrutura de madeira e revestimento em tijolos aparentes, que possui uma vasta vegetação de vários tipos em todo o seu entorno, o que acaba encobrindo a residência do transeunte. A mesma possui uma cobertura de 2 (duas) águas, com telha alemã (chata) e calha de alumínio com correntes. A mesma possui um pequeno jardim de várias espécies, o qual dá vista e acesso de 2 (dois) degraus para a varanda, que está a cerca de 50cm acima do nível do terreno. A varanda possui piso cerâmico, 4 pilares de madeira maciça que suportam o beiral do telhado. A fachada da edificação possui 3 (três) janelas, com esquadrias de vidro e madeira trabalhada da cor verde escuro, possui também uma porta de madeira da mesma cor, e que contém uma vidraça em sua parte superior. Na elevação à esquerda da edificação a mesma possui uma janela de madeira no sótão, um pequeno pergolado de madeira com vegetação (trepadeira), e uma porta de madeira com cercadinho de madeira. Nos fundos existe um anexo de tijolo à vista, estrutura de pilares de madeira e cobertura igual, com acesso por um portão de alumínio e uma churrasqueira de tijolo aparente, e uma divisão em madeira que possui um banheiro. Ao fundo dessa edificação a cerca de 4m existe um rancho (que serve como depósito de lenha) que também é em madeira, com cobertura de 2 águas e telha alemã (chata), e aproximadamente 5m ao lado deste existe mais um rancho da mesma composição, que é utilizado para fazer o trato dos bovinos existentes. A elevação à direita é composta por uma pequena janela de banheiro que faz parte do anexo, uma janela toda em madeira marrom, um ar-condicionado, e uma janela de vidro e madeira cor verde escuro igual à da fachada frontal.

Adentrando na edificação principal pela porta frontal, a mesma se divide entre uma sala (à direita), um quarto (à esquerda), e aos fundos uma cozinha, e através desta edificação pode-se acessar o anexo, o qual possui uma porta e uma janela de madeira marrom.

### Dados do edifício

Nome construtor:	-----				
Ano de construção:	Aprox.: 1870	Técnica construtiva:	Enxaimel		
Área da construção:		nº de cômodos originais:	03		
Área do anexo:		nº de anexos:	03		
Área total construída:		Área terreno original:		Restaurado em:	Entre 2001/2002
Taxa de ocupação:		Área do terreno atual:	Aprox.: 13.000,00m²	Parte restaurada:	Parede e algumas partes da estrutura
Proteção legal existente :	<input checked="" type="radio"/> Tombamento federal <input type="radio"/> Tombamento conjunto	<input type="radio"/> Tombamento estadual <input type="radio"/> Tombamento individual	<input type="radio"/> Tombamento municipal <input type="radio"/> Nenhum		

### Conjunto /uso

Conjunto	Uso
Faz parte de um conjunto de edificações?	<input checked="" type="radio"/> sim <input type="radio"/> não
Edificações que compõem o conjunto:	2 ranchos, e uma área de festa colada na edificação principal
Móveis e utensílios	Mobiliário rústico, como: cama, armário e baú.
Ferramentas e máquinas	Máquina de trato (alemã), canga de boi, chifre de boi e arado manual, todos com aprox.: 100 anos
Outros dados	
	Uso original: Residência Uso atual: Residência unifamiliar <input checked="" type="radio"/> uso próprio <input type="radio"/> alugado Uso atual agride a edificação? <input checked="" type="radio"/> Não. Como?

### Estrutura

Material do corpo	Cobertura	Esquadrias	Nº de pavimentos
<input type="radio"/> pedra	<input checked="" type="radio"/> telha alemã (chata)	<input type="radio"/> madeira	<input checked="" type="radio"/> um pavimento
<input type="radio"/> tijolo	<input type="radio"/> telha francesa	<input checked="" type="radio"/> madeira e vidro	<input type="radio"/> dois pavimentos
<input checked="" type="radio"/> tijolo e madeira	<input type="radio"/> telha colonial (s/ beira)	<input type="radio"/> ferro e vidro	<input checked="" type="radio"/> sótão
<input type="radio"/> madeira	<input type="radio"/> misto	<input type="radio"/> mista	<input type="radio"/> adega <input type="radio"/> porão



### Originalidade

descrição	originalidade			Descrição das intervenções
Estrutura	<input type="radio"/> original	<input checked="" type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	- Já foi feito enxerto em partes da estrutura;
Cobertura	<input type="radio"/> original	<input checked="" type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	- Cerca de mais da metade da cobertura da residência foi trocado as telhas;
Esquadrias	<input type="radio"/> original	<input checked="" type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	- Hoje existe uma parede no lugar onde antes havia uma porta de madeira lateral;
Revestimento	<input type="radio"/> original	<input checked="" type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	- Devido as intempéries alguns tijolos foram substituídos com o tempo;
Pintura	<input type="radio"/> original	<input checked="" type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	- Pequenos retoques

### Conservação

descrição	Estado de conservação			Descrição dos problemas
Estrutura	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	Existem pequenos trechos que precisam de enxerto;
Cobertura	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	As telhas originais de todo o conjunto precisam ser lavadas;
Esquadrias	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	As fechaduras das portas precisam de manutenção;
Revestimento	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	Os anexos(ranchos) precisam de manutenção (veneno pra cupim)
Pintura	<input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> ótimo	-----

### Imagens/croquis



*Elevação lateral esquerda*



*Interior do anexo, mostrando a divisão e acesso ao bwc*



*Lateral esquerda da edificação + anexo (Obs.: reparar na cobertura modificada).*



Entrada e acesso lateral para o jardim da edificação



Fundos do lado direito da edificação + anexo (vista do rancho)



Rancho destinado aos bovinos



Rancho destinado ao depósito de lenha

#### Detalhes arquitetônicos significativos

No revestimento desta edificação há a requieira de tijolos, e nas esquadrias das janelas existe uma madeira trabalhada.

#### Observações

Foi feita uma área de festa colada na edificação principal. Atualmente também foi adicionado a edificação antenas de tv/internet, ar-condicionado, e canos/tubulações (calha na varanda).

Existência de levantamento cadastral: ☐ Sim ☐ Não

Acervo:

#### Avaliações

Avaliação da edificação		Avaliação histórico-arquitetônica
Estado de conservação geral		<ul style="list-style-type: none"><li>● valor histórico devido à antiguidade</li><li>● exemplar típico do estilo de uma época</li><li>○ relacionado com pessoa ou fato histórico importante</li><li>○ localizado em centro histórico</li><li>○ pouco valor histórico</li></ul>
<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> regular <input type="radio"/> ruim	
Perigos potenciais		
<input type="radio"/> descaracterização	<input checked="" type="radio"/> deterioração	
<input type="radio"/> demolição	<input type="radio"/>	

#### Documentos anexos

<input type="checkbox"/> cadastro gráfico	<input type="checkbox"/> orçamento analítico	<input type="checkbox"/> histórico do edifício
<input type="checkbox"/> projeto arquitetônico	<input type="checkbox"/> orçamento sintético	● fotografias
<input type="checkbox"/> projeto de instalações	<input type="checkbox"/> cronograma físico/financeiro	<input type="checkbox"/> compromisso de manutenção
<input type="checkbox"/> projeto de estrutura	<input type="checkbox"/> memorial descritivo	<input type="checkbox"/> parecer diretoria
<input type="checkbox"/> projeto de restauro		
<input type="checkbox"/> projeto de intervenção		
<input type="checkbox"/> outros projetos	<input type="checkbox"/> caderno de especificações	● outros

Equipe de vistoria/levantamento: Amanda Bassani Guerra, Janaina Cristovão e Kelly Daiane Pereira Borba.

Responsável:

Data: 05/11/2015

UNIASSELVI  
Disciplina: Técnicas Retrospectivas  
Professora: Cassandra Helena Faes

**FICHA DE CADASTRO**  
**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO-**  
**CULTURAL-ARQUITETÔNICO**  
Nº

*Identificação*

Denominação:	Casa Lümke	Uso original:	Moradia
Localização:	Rua Testo Alto nº 9690, Testo alto - Pomerode	<input checked="" type="radio"/> zona rural	<input type="radio"/> zona urbana
Coordenadas:	26°40'47,17"S 49°10'37'33"W		

Proprietário:	Ronald Jandre	Procedência:	Genro	Tempo de ocupação:	36 anos
Ocupante atual:	Desabitada	Procedência:		Tempo de ocupação:	
Destino / Intenção do proprietário	<input type="radio"/> preservar	<input type="radio"/> restaurar	<input type="radio"/> modificar	<input type="radio"/> vender	<input checked="" type="radio"/> demolir
Justificativa: Devido a falta de ajuda do governo para continuar mantendo a edificação					
O proprietário possui outros imóveis? <input checked="" type="radio"/> sim <input type="radio"/> não					
Quantos : 01					

*Fachada principal do imóvel*



Fachada Principal Foto  
tirada em 30/09/2015

*Descrição do imóvel*

É um exemplar singelo da arquitetura rural, apresentando pequena volumetria, pé direito baixo e esquadrias de madeira sem vidro nas janelas. Divide-se em quarto, sala e cozinha, nos moldes as plantas básicas tradicionais mesmo modesta, a casa guarda requintados detalhes. A casa Lümke é um dos últimos exemplares construídos integralmente em taipa de mão.

*Dados do edifício*

Nome construtor:	Arent de Rio da Luz	Técnica construtiva:	Técnica enxaimel
Ano de construção:	1898	Preenchida com taipa	
Área da construção:	66,28m²	nº de cômodos originais:	3
Área do anexo:		nº de anexos:	
Área total construída:	66,28m²	Área terreno original:	104.720m²
Taxa de ocupação:	10%	Área do terreno atual:	
		Restaurado em:	1997
		Parte restaurada:	Troca dos Baldrame e vedação da taipa
Proteção legal existente : <input type="radio"/> Tombamento federal <input checked="" type="radio"/> Tombamento estadual <input type="radio"/> Tombamento municipal			
<input type="radio"/> Tombamento conjunto <input type="radio"/> Tombamento individual <input type="radio"/> nenhum			



### Conjunto /uso

Conjunto		Uso
Faz parte de um conjunto de edificações?	<input checked="" type="radio"/> sim <input type="radio"/> não	Uso original: Moradia
Edificações que compõem o conjunto:	Casa, garagem e rancho	Uso atual: Desabitada
Móveis e utensílios	Existe forno a lenha, camas e armários antigos	<input checked="" type="radio"/> uso próprio <input type="radio"/> alugado
Ferramentas e máquinas	Existem máquinas para moagem de alimentos dos animais que existiam na propriedade	Uso atual agride a edificação?
Outros dados		Sim
		Como? Com a falta de manutenção

### Estrutura

Material do corpo	Cobertura	Esquadrias	Nº de pavimentos
<input type="radio"/> pedra	<input checked="" type="radio"/> telha alemã (chata)	<input checked="" type="radio"/> madeira	<input checked="" type="radio"/> um pavimento
<input type="radio"/> tijolo	<input type="radio"/> telha francesa	<input type="radio"/> madeira e vidro	<input type="radio"/> dois pavimentos
<input checked="" type="radio"/> tijolo e madeira	<input type="radio"/> telha colonial (s/ beira)	<input type="radio"/> ferro e vidro	<input checked="" type="radio"/> sótão
<input type="radio"/> madeira	<input type="radio"/> misto	<input type="radio"/> mista	<input type="radio"/> adega <input type="radio"/> porão

### Originalidade

descrição	originalidade			Descrição das intervenções
Estrutura	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	Em 1930 houve a troca de telhas Schindel telhas cerâmicas tipo rabo de castor
Cobertura	<input type="radio"/> original	<input checked="" type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Esquadrias	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Revestimento	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Pintura	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	

### Conservação

descrição	Estado de conservação			Descrição dos problemas
Estrutura	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	Pintura não se encontra depredada porém a mesma está em péssimas condições, ou seja, suja.
Cobertura	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	
Esquadrias	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	
Revestimento	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	
Pintura	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	

### Imagens/croquis



Vista lateral esquerda e frontal da edificação tombada  
(Foto tirada em 30/09/2015)



*Vista lateral da edificação tombada  
(Foto tirada em 30/09/2015)*



*Vista frontal edificação, onde podemos observar a relação das construções que fazem parte deste complexo  
(Foto tirada em 30/09/2015)*



*Imagem residência que faz parte da edificação tombada  
(Foto tirada em 30/09/2015)*



*Imagem interna onde encontramos a sala da casa e a frente temos a cozinha.  
(Foto tirada em 30/09/2015)*



*Imagem fachada fundos  
(Foto tirada em 30/09/2015)*



*Edificação que se localiza a direita da edificação tombada  
(Foto tirada em 30/09/2015)*



*Foto tirada do acervo da família Lümke, processo de restauração que ocorreu em 1997.  
(Foto tirada em 30/09/2015)*





*Foto tirada do acervo da família Lümke – Processo de restauração ocorrida em 1997  
(Foto tirada em 30/09/2015)*

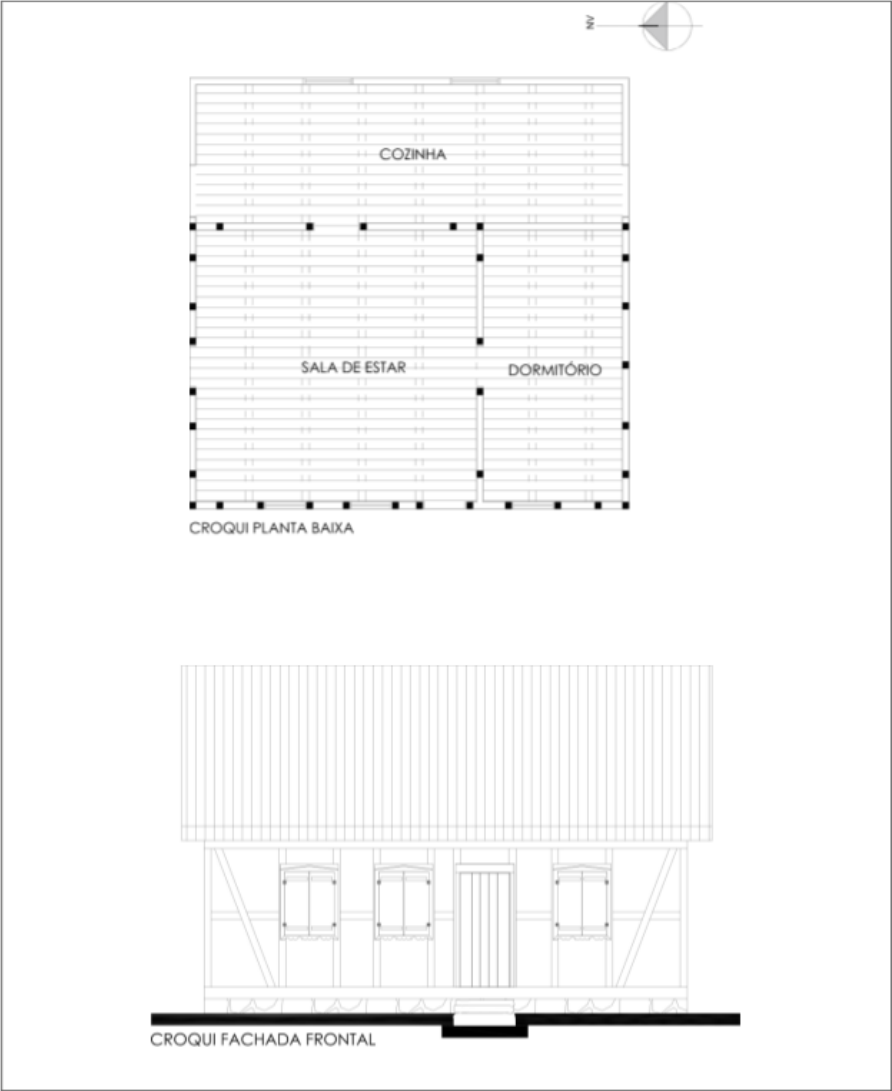


*Foto tirada do acervo da família Lümke – Processo de restauração ocorrida em 1997  
(Foto tirada em 30/09/2015)*



*Foto tirada do acervo da família Lümke – Processo de restauração ocorrida em 1997, detalhe painéis de taipa.  
(Foto tirada em 30/09/2015)*

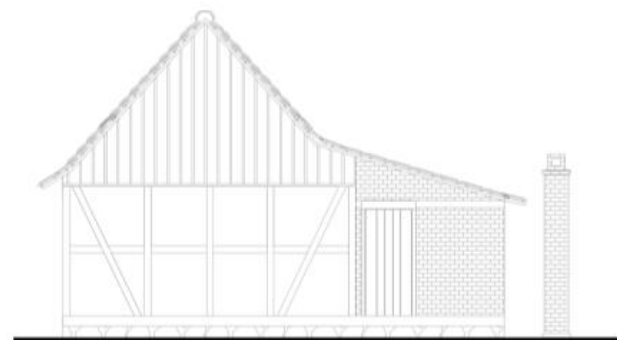
**CROQUIS**



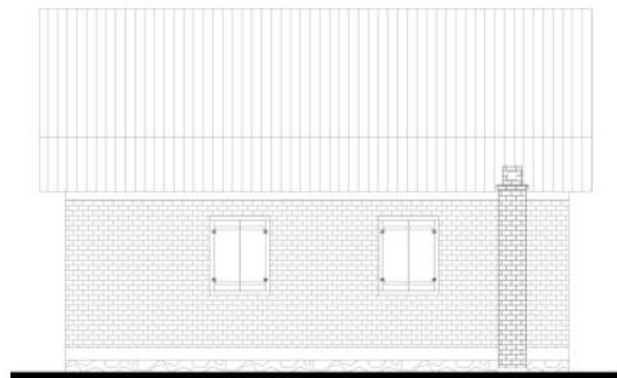




CROQUI FACHADA LATERAL ESQUERDA



CROQUI FACHADA LATERAL DIREITA



CROQUI FACHADA FUNDOS

Detalhes arquitetônicos significativos



As vistas das janelas possuem detalhes diferenciados.



As pinturas são uma característica bem marcante desta edificação.

Observações

--

Existência de levantamento cadastral: ( ) Sim (x) Não	Acervo:
---	---------

Avaliação da edificação		Avaliação histórico-arquitetônica	
Estado de conservação geral		<input type="radio"/> valor histórico devido à antigüidade <input checked="" type="radio"/> exemplar típico do estilo de uma época	
<input type="radio"/> bom <input checked="" type="radio"/> regular <input type="radio"/> ruim		<input type="radio"/> relacionado com pessoa ou fato histórico importante <input type="radio"/> localizado em centro histórico <input type="radio"/> pouco valor histórico	
Perigos potenciais			
<input type="radio"/> descaracterização <input type="radio"/> deterioração <input type="radio"/> demolição			

Documentos anexos

<input type="radio"/> cadastro gráfico <input type="radio"/> projeto arquitetônico <input type="radio"/> projeto de instalações <input type="radio"/> projeto de estrutura <input type="radio"/> projeto de restauro <input type="radio"/> projeto de intervenção <input type="radio"/> outros projetos	<input type="radio"/> orçamento analítico <input type="radio"/> orçamento sintético <input type="radio"/> cronograma físico/financeiro <input type="radio"/> memorial descritivo  <input type="radio"/> caderno de especificações	<input checked="" type="radio"/> histórico do edifício <input checked="" type="radio"/> fotografias <input type="radio"/> compromisso de manutenção <input type="radio"/> parecer diretoria  <input type="radio"/> outros
---	--	--

Equipe de vistoria/levantamento: Arlete C. Tomaz, Jéssica G. Bachmann, Tauana M. Lenzi, Priscila Jorge	
Responsável:	Data: 30/09/2015

UNIASSELVI Disciplina: Técnicas Retrospectivas Professora: Cassandra Helena Faes	<b>FICHA DE CADASTRO</b> <b>PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO-</b> <b>CULTURAL-ARQUITETÔNICO</b> Nº
--	---

#### Identificação

Denominação:	Casa Radünz	Uso original:	Residencial
Localização:	Rua Curitiba, 377 - Testa Alto	<input checked="" type="radio"/> zona rural	<input type="radio"/> zona urbana
Coordenadas:	679896,00/7052216,00		

Proprietário:	Cecília Radünz	Procedência:	Familiar	Tempo de ocupação:	60 anos
Ocupante atual:	Cecília Radünz	Procedência:	Familiar	Tempo de ocupação:	60 anos
Destino / Intenção do proprietário	<input checked="" type="radio"/> preservar	<input type="radio"/> restaurar	<input type="radio"/> modificar	<input type="radio"/> vender	<input type="radio"/> demolir
Justificativa:					
O proprietário possui outros imóveis?	<input type="radio"/> sim	<input checked="" type="radio"/> não	Quantos :		

#### Fachada principal do imóvel



#### Descrição do imóvel

A propriedade Radunz apresenta um conjunto paisagístico e arquitetônico onde se destaca a Casa de um pavimento (com sótão), construída em técnica enxaimel. Na parte externa conseguimos perceber as características dessa construção: Toda casa é apoiada em sapatas de pedra, os pilares das fundações são de tijolos, com os das laterais rebocados com cimento. Tendo a madeira como elemento estrutural, o fechamento da casa é feito com tijolo à vista maciço, com fugas largas. Nas esquadrias, os janelões de madeira e vidro são pintados em verde água. Assim como a porta de entrada principal, localizada na fachada frontal da edificação, onde se localiza a varanda. Esta, com seu fechamento de elementos vazados, o seu acesso é feito por uma pequena escada que leva até o portão verde água. Na parte superior na varanda, lambrequins com estrelas pintadas (recentemente) de vermelho, sendo o assoalho de madeira. Aos fundos uma chaminé que já foi muito usada. O telhado é de duas águas com grande inclinação e telha chata. Adentrando a residência pela porta principal, encontra-se a sala de estar, com um pé direito alto, sendo as paredes pintadas de rosa, escondendo as pinturas murais ali contidas. As paredes, repletas de quadros com fotos, ilustram a história da Família Radunz, assim como as referências religiosas, que mostram um pouco dos costumes. A esquerda, a porta serve de passagem para o quarto, ainda com seus móveis antigos. No final da sala, encontra-se a cozinha, também tendo móveis mais antigos. Já a direita ao entrar

na cozinha, está a escada que leva ao sótão. No sótão, onde já foi um quarto, há um pequeno cômodo com fechamento de madeira e brinquedos utilizados pelos filhos da moradora. A cozinha tem duas portas: a da direita leva ao exterior da edificação, a dos fundos, leva ao anexo onde há um banheiro/lavação e uma pequena varanda.

#### Dados do edifício

Nome construtor:	Indefinido		
Ano de construção:	1932	Técnica construtiva:	Enxaimel
Área da construção:	110,00m²	nº de cômodos originais:	04 (quatro) – Sala, sótão, quarto e cozinha
Área do anexo:	Varanda: 15,40m² Banheiro/Lavação: 21,85m²	nº de anexos:	02 (dois)
Área total construída:	110,00m²	Área terreno original:	-
Taxa de ocupação:		Aprox. 850,00m²	Restaurado em: -
Proteção legal existente:	<input checked="" type="radio"/> Tombamento federal <input type="radio"/> Tombamento estadual <input type="radio"/> Tombamento municipal <input type="radio"/> Tombamento conjunto <input type="radio"/> Tombamento individual <input type="radio"/> nenhum		

#### Conjunto /uso

Conjunto	Uso
Faz parte de um conjunto de edificações? <input checked="" type="radio"/> sim <input type="radio"/> não	Uso original: Residencial
Edificações que compõem o conjunto: Rancho – Defumador de linguiça	Uso atual: Residencial
Móveis e utensílios Móveis antigos	<input checked="" type="radio"/> uso próprio <input type="radio"/> alugado
Ferramentas e máquinas Máquina para produção de melado	Uso atual agride a edificação?
Outros dados	Não Como?

#### Estrutura

Material do corpo	Cobertura	Esquadrias	Nº de pavimentos
<input checked="" type="radio"/> pedra <input type="radio"/> tijolo <input checked="" type="radio"/> tijolo e madeira <input type="radio"/> madeira	<input checked="" type="radio"/> telha alemã (chata) <input type="radio"/> telha francesa <input type="radio"/> telha colonial (s/ beira) <input type="radio"/> misto	<input type="radio"/> madeira <input checked="" type="radio"/> madeira e vidro <input type="radio"/> ferro e vidro <input type="radio"/> mista	<input checked="" type="radio"/> um pavimento <input type="radio"/> dois pavimentos <input checked="" type="radio"/> sótão <input type="radio"/> adega <input type="radio"/> porão

#### Originalidade

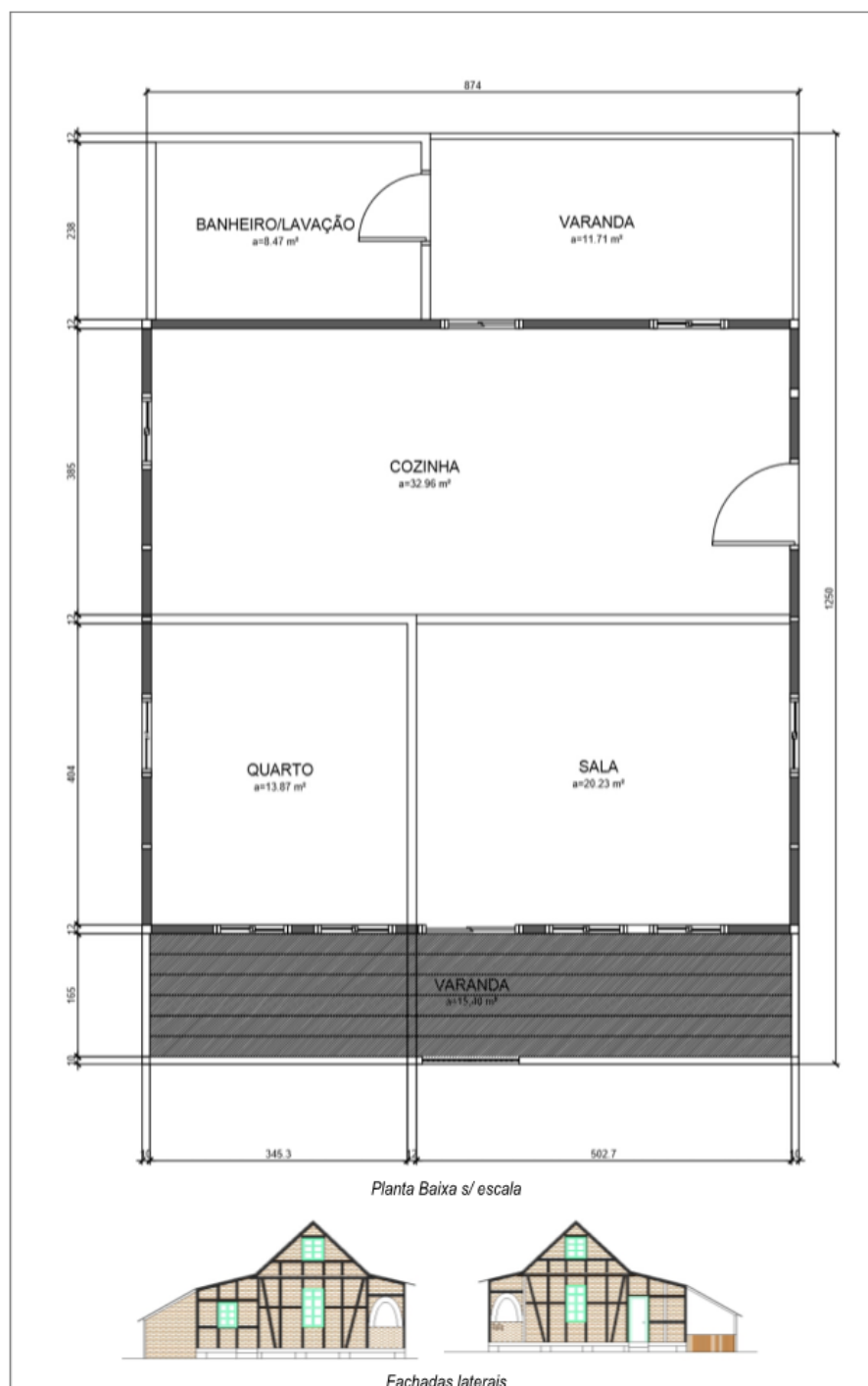
descrição	originalidade	Descrição das intervenções
Estrutura	<input type="radio"/> original <input checked="" type="radio"/> modificado <input type="radio"/> totalmente alterado	Parte exterior, e paredes internas pintadas.
Cobertura	<input type="radio"/> original <input checked="" type="radio"/> modificado <input type="radio"/> totalmente alterado	
Esquadrias	<input checked="" type="radio"/> original <input type="radio"/> modificado <input type="radio"/> totalmente alterado	
Revestimento	<input type="radio"/> original <input checked="" type="radio"/> modificado <input type="radio"/> totalmente alterado	
Pintura	<input type="radio"/> original <input type="radio"/> modificado <input checked="" type="radio"/> totalmente alterado	

#### Conservação

descrição	Estado de conservação	Descrição dos problemas
Estrutura	<input type="radio"/> ruim <input checked="" type="radio"/> bom <input type="radio"/> ótimo	A pintura mural existente nas paredes internas foi escondida por pinturas feitas posteriormente em todos os cômodos da residência.
Cobertura	<input type="radio"/> ruim <input checked="" type="radio"/> bom <input type="radio"/> ótimo	
Esquadrias	<input type="radio"/> ruim <input checked="" type="radio"/> bom <input type="radio"/> ótimo	
Revestimento	<input type="radio"/> ruim <input checked="" type="radio"/> bom <input type="radio"/> ótimo	
Pintura	<input checked="" type="radio"/> ruim <input type="radio"/> bom <input type="radio"/> ótimo	



*Croqui fachada lateral*







*Detalhe encaixe da madeira na varanda*



*Detalhe fechamento da varanda*





*Detalhe da estrutura do prolongamento da cobertura da varanda*



*Detalhe da fundação em pedra e dos pilares internos (s/ revestimento), e dos pilares laterais (rebocados)*



*Detalhe dos tijolos, onde fica aparente a diferença de cor devido a pintura externa aplicada*



*Detalhe acima da porta principal da edificação*

#### Observações

Ao chegar ao local, constatamos que os netos da proprietária estavam pintando os lambrequins onde continham estrelas.



Detalhe dos lambrequins recém pintados

Existência de levantamento cadastral: ( x ) Sim ( ) Não	Acervo: UDESC
---	---------------

#### Avaliações

Avaliação da edificação	Avaliação histórico-arquitetônica
Estado de conservação geral <input checked="" type="radio"/> bom <input type="radio"/> regular <input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> valor histórico devido à antiguidade <input checked="" type="radio"/> <b>exemplar típico do estilo de uma época</b>
Perigos potenciais <input checked="" type="radio"/> <b>descharacterização</b> <input type="radio"/> deterioração <input type="radio"/> demolição <input type="radio"/>	<input type="radio"/> relacionado com pessoa ou fato histórico importante <input type="radio"/> localizado em centro histórico <input type="radio"/> pouco valor histórico

#### Documentos anexos

<input type="radio"/> cadastro gráfico <input type="radio"/> projeto arquitetônico <input type="radio"/> projeto de instalações <input type="radio"/> projeto de estrutura <input type="radio"/> projeto de restauro <input type="radio"/> projeto de intervenção <input type="radio"/> outros projetos	<input type="radio"/> orçamento analítico <input type="radio"/> orçamento sintético <input type="radio"/> cronograma físico/financeiro <input type="radio"/> memorial descritivo  <input type="radio"/> caderno de especificações	<input type="radio"/> histórico do edifício <input type="radio"/> fotografias <input type="radio"/> compromisso de manutenção <input type="radio"/> parecer diretoria  <input type="radio"/> outros
---	--	--

Equipe de vistoria/levantamento: Ingrid Patricia Barbosa, Paula Nicolodelli, Stefanie Cristina Haag	
Responsável:	Data: 24/10/2015

UNIASSELVI Disciplina: Técnicas Retrospectivas Professora: Cassandra Helena Faes	<b>FICHA DE CADASTRO</b> <b>PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO-</b> <b>CULTURAL-ARQUITETÔNICO</b> Nº
--	---

#### Identificação

Denominação:	<b>Casa Siewert</b>	Uso original:	<b>Residencial</b>
Localização:	<b>Rua Testo Alto, Bairro Testo Alto</b>	<input checked="" type="checkbox"/> zona rural	<input type="checkbox"/> zona urbana
Coordenadas:			
<b>26° 38' 50.67" S</b>			
<b>49° 11' 19.59" O</b>			

Proprietário:	<b>Rogério Siewert</b>	Procedência:	<b>Herança</b>	Tempo de ocupação:	<b>Desde 1913</b>
Ocupante atual:	<b>Rogério Siewert</b>	Procedência:	<b>Herança</b>	Tempo de ocupação:	<b>Desde que nasceu</b>
Destino / Intenção do proprietário	<input checked="" type="checkbox"/> preservar	<input type="checkbox"/> restaurar	<input type="checkbox"/> modificar	<input type="checkbox"/> vender	<input type="checkbox"/> demolir
Justificativa: <b>A casa foi construída por seu bisavô e é da família há mais de 100 anos. E a intenção é sempre manter na família.</b>					
O proprietário possui outros imóveis?		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	Quantos : <b>3 terrenos</b>	

#### Fachada principal do imóvel



### Descrição do imóvel

O conjunto de edificações é composto por 1 casa, 1 anexo e 6 ranchos, dos quais serão descritos a seguir.

A Casa está a 13,00 metros da rua Testa Alto, a edificação feita em técnica enxaimel construída em 2 módulos, onde o módulo principal que é a residência foi construída em 1913 e o módulo secundário que é a área de festas e banheiros foi construído no ano de 2000. O módulo principal é composto por varanda frontal com 6 pilares quadrados de tijolos aparentes. Sem guarda corpo. A varanda foi construída posterior a casa, no ano de 1992, não tem degraus para acesso, o piso é cerâmico que imita madeira. O jardim da casa é preservado, tem alguns canteiros de flores.

A fachada é composta por 2 portas com abertura de 0,90 centímetros e desenhos na madeira pintados com 2 cores distintas, 4 janelas de madeira na cor verde e vidro incolor, e abaixo das janelas foram feitos desenhos na colocação dos tijolos. A cobertura em telha cerâmica plana alemã com inclinação acentuada.

Toda a parte de madeiramento das fachadas é feito com madeira aribá encaixada. A fundação/baldrames é todo apoiado na pedra.

A fachada lateral 1 é composta por 2 janelas e uma grande abertura sem porta que dá acesso a área de festas. Também uma janela na parte superior que pertence ao sótão.

A fachada lateral 2 é composta por uma janela que serve ao quarto e uma janela que serve ao sótão.

A fachada dos fundos é composta por 2 janelas uma que pertence ao banheiro e outra que pertence ao dormitório e também a chaminé da churrasqueira da área de festas.

Toda a edificação está em muito bom estado e foi restaurada em setembro de 2015.

### Dados do edifício

Dados do imóvel					
Nome construtor:		Alberto Siewert			
Ano de construção:		1913	Técnica construtiva:		Enxaimel
Área da construção:		80,86 m²	nº de cômodos originais:		5
Área do anexo:		1= 29,85 m² 2= 81,88 m²	nº de anexos:		2
Área total construída:		192,60 m²	Área terreno original:		250.000.000
Taxa de ocupação:		0,07 %	Área do terreno atual:		250.000.000
Proteção legal existente :		X Tombamento federal	X Tombamento estadual	X Tombamento municipal	
		O Tombamento conjunto	X Tombamento individual	O nenhum	

### Conjunto /uso

Conjunto	Uso
Faz parte de um conjunto de edificações? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Uso original: <b>Residencial</b>
Edificações que compõem o conjunto: <b>Casa Original, anexo, 6 ranchos</b>	Uso atual: <b>Residencial</b>
Móveis e utensílios: <b>Móveis, eletrodomésticos, maquinários agrícolas</b>	<input checked="" type="checkbox"/> uso próprio <input type="checkbox"/> alugado
Ferramentas e máquinas: <b>Agrícolas</b>	Uso atual agride a edificação?
Outros dados	Como? <b>Não</b>

### Estrutura

Material do corpo	Cobertura	Esquadrias	Nº de pavimentos
<input type="checkbox"/> pedra	<input checked="" type="checkbox"/> telha alemã (chata)	<input type="checkbox"/> madeira	<input checked="" type="checkbox"/> um pavimento
<input type="checkbox"/> tijolo	<input type="checkbox"/> telha francesa	<input checked="" type="checkbox"/> madeira e vidro	<input type="checkbox"/> dois pavimentos
<input checked="" type="checkbox"/> tijolo e madeira	<input type="checkbox"/> telha colonial (s/ beira)	<input type="checkbox"/> ferro e vidro	<input checked="" type="checkbox"/> sótão
<input type="checkbox"/> madeira	<input type="checkbox"/> misto	<input type="checkbox"/> mista	<input type="checkbox"/> adega <input type="checkbox"/> porão

### Originalidade

descrição	originalidade	Descrição das intervenções
Estrutura	<input type="checkbox"/> original <input checked="" type="checkbox"/> modificado <input type="checkbox"/> totalmente alterado	<b>Trocada a madeira</b>
Cobertura	<input type="checkbox"/> original <input checked="" type="checkbox"/> modificado <input type="checkbox"/> totalmente alterado	<b>Trocado o madeiramento</b>
Esquadrias	<input type="checkbox"/> original <input checked="" type="checkbox"/> modificado <input type="checkbox"/> totalmente alterado	<b>Trocadas 2 janelas laterais</b>
Revestimento	<input type="checkbox"/> original <input type="checkbox"/> modificado <input checked="" type="checkbox"/> totalmente alterado	
Pintura	<input type="checkbox"/> original <input type="checkbox"/> modificado <input checked="" type="checkbox"/> totalmente alterado	<b>A base de cal</b>



### Conservação

descrição	Estado de conservação			Descrição dos problemas
Estrutura	<input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> ótimo	
Cobertura	<input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> ótimo	
Esquadrias	<input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> ótimo	
Revestimento	<input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> ótimo	
Pintura	<input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> ótimo	

### Imagens/croquis



### Detalhes arquitetônicos significativos

O desenho dos tijolos abaixo das janelas formam uma imagem e detalhe interessante. A colocação dos tijolos obedeceu fielmente a colocação original.

### Observações

A Casa foi restaurada em 2015, 15 de junho de 2015 até 30 de agosto. A madeira utilizada é ariabá como da forma original. O beiral foi aumentado 10 cm. O piso da varanda é vinílico e segundo os proprietário foi aprovado pelo IPHAN. Piso interno em madeira, piso da parte anexo cerâmico. Foi colocada uma janela nova no sótão, que é usado apenas para depósito. O sótão tem uma abertura permanente, e antigamente era usado para secagem de grãos.

Existência de levantamento cadastral: ( <b>X</b> ) Sim ( ) Não	Acervo: <b>IPHAN</b>
--	----------------------

*Avaliações*

Avaliação da edificação	Avaliação histórico-arquitetônica
Estado de conservação geral <b>X bom</b> <input type="radio"/> regular <input type="radio"/> ruim	<b>X valor histórico devido à antigüidade</b> <b>X exemplar típico do estilo de uma época</b>
Perigos potenciais <input type="radio"/> descaracterização <input type="radio"/> deterioração <input type="radio"/> demolição <input type="radio"/>	<input type="radio"/> relacionado com pessoa ou fato histórico importante <input type="radio"/> localizado em centro histórico <input type="radio"/> pouco valor histórico

*Documentos anexos*

<b>x cadastro gráfico</b>	<input type="radio"/> orçamento analítico	<input type="radio"/> histórico do edifício
<b>x projeto arquitetônico</b>	<input type="radio"/> orçamento sintético	<b>x fotografias</b>
<input type="radio"/> projeto de instalações	<input type="radio"/> cronograma físico/financeiro	<input type="radio"/> compromisso de manutenção
<input type="radio"/> projeto de estrutura	<input type="radio"/> memorial descritivo	<input type="radio"/> parecer diretoria
<input type="radio"/> projeto de restauro		
<input type="radio"/> projeto de intervenção		
<input type="radio"/> outros projetos	<input type="radio"/> caderno de especificações	<input type="radio"/> outros

Equipe de vistoria/levantamento: <b>IPHAN</b>	
Responsável: <b>Roseana Struck</b>	Data: <b>03/11/2014</b>



UNIASSELVI Disciplina: Técnicas Retrospectivas Professora: Cassandra Helena Faes	<b>FICHA DE CADASTRO</b> <b>PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO-</b> <b>CULTURAL-ARQUITETÔNICO</b> Nº
--	---

*Identificação*

Denominação:	CASA ZUMACH	Uso original:	RESIDENCIAL E COMERCIAL
Localização:	RUA TESTO ALTO, 7097	<input checked="" type="radio"/> zona rural	<input type="radio"/> zona urbana
Coordenadas:	26°39'21.7" S 49°11'22.4" W		

Proprietário:	WILLY ZUMACH	Procedência:	Tempo de ocupação:	26 ANOS	
Ocupante atual:	WALTRAUDT ZUMACH	Procedência:	Tempo de ocupação:	30 ANOS	
Destino / Intenção do proprietário	<input checked="" type="radio"/> preservar	<input type="radio"/> restaurar	<input type="radio"/> modificar	<input checked="" type="radio"/> vender	<input type="radio"/> demolir
Justificativa: PRESERVAR ENQUANTO A MORADORA VIVER, DEPOIS VENDER.					
O proprietário possui outros imóveis? <input type="radio"/> sim <input checked="" type="radio"/> não Quantos :					

*Fachada principal do imóvel*



### Descrição do imóvel

**IMPLANTAÇÃO:** Imóvel situado na Rua Testa Alto, nº 7097, em um terreno plano com pouca vegetação em seu entorno, predominando algumas plantações para cultivo próprio da moradora. Construída em técnica enxaimel, em dois módulos, principal e um anexo (cozinha, área de serviço e banheiro). Casa com estrutura de madeira e fechamento em tijolo a vista.

**FACHADA PRINCIPAL:** A fachada frontal possui dois acessos, um diretamente da rua e o segundo por uma varanda, contendo dois degraus de acesso. O primeiro acesso tem uma porta de madeira pintada em azul lado da tem uma pequena janela quadriculada com peitoril mais alto das demais, uma janela de abrir com vão maior. A varanda é cercada por uma mureta em tijolo a vista com pilares centrais de madeira que marcam a entrada da varanda com um portão ripado, pintado de azul, as paredes são revestidas com reboco e pintada na cor azul, a porta de entrada, de madeira e vidro pintada na cor marrom, esta centralizada entre duas janelas, ambas as janelas com suas esquadrias em madeira e vidro, pintadas na cor azul, beiral ao longo da fachada principal com mão francesa e coberto com eternit. Acima da varanda um chalé com uma pequena janela com esquadria de madeira e vidro, também pintada em azul.

**FACHADA LATERAL ESQUERDA:** Estrutura em madeira com fechamento em tijolos, possui duas janelas quadriculadas e alinhadas, com esquadrias em madeira e vidro, pintadas de azul, e uma janela quadriculada, acima da primeira também com esquadria em madeira e vidro e na cor azul.

**FUNDOS:** Aproximadamente 2 metros da estrutura original da casa, aparente, nessa parede, estrutura em madeira com fechamento em tijolo, possui uma janela quadriculada com esquadria em madeira e vidro na mesma proporção das demais na lateral esquerda. Inicia-se o anexo em madeira, com uma pequena abertura no centro, também em madeira, ao lado uma chaminé em tijolo aparente, seguindo a parede em 90°, uma janela em esquadria de madeira e vidro, na cor azul. Uma pequena varanda com piso de concreto, revestido com cerâmica, dá acesso ao interior da casa, à cozinha ao lado direito e a área de serviço e banheiro no lado esquerdo. Acesso à cozinha com uma porta de madeira na cor azul, acesso ao interior da casa subindo três degraus, porta de madeira na cor azul, parede com estrutura de madeira e fechamento em tijolo, ao lado esquerdo da porta, uma prateleira de madeira fixada na parede. Seguindo, segunda parte do anexo em alvenaria convencional, porta de acesso ao banheiro e à área de serviço em alumínio, janela dos fundos em esquadria de alumínio e vidro. Inicia-se novamente parede original da casa com estrutura em madeira e fechamento em tijolo, acima, em formato chalé, a parede possui uma janela quadriculada, centralizada na parede, em esquadria de madeira e vidro, na cor azul.

**FACHADA LATERAL DIREITA:** Parede de aproximadamente 3,50m, em alvenaria convencional, com uma pequena janela de esquadria de alumínio, com peitoril mais alto das demais. Inicia-se novamente parede original da casa com estrutura em madeira e fechamento em tijolo, seguida de duas janelas de abrir, quadriculadas, com vidro superior fixo, em esquadria de madeira e vidro, na cor azul. Seguida de uma terceira janela que dá vista para a varanda, com vidro fixo na parte superior e aberta no seu vão, não contém folhas para seu fechamento, em esquadria de madeira e vidro, na cor azul.

**COBERTURA:** Formado por dois chalés que se cruzam, estrutura em madeira, com telha chata (germânica). Um chalé com frente para a rua e fundos e outro para as laterais.

### Dados do edifício

Nome construtor:		Técnica construtiva:	ENXAIMEL
Ano de construção:		nº de cômodos originais:	07
Área da construção:	Aprox. 138m <sup>2</sup>	nº de anexos:	01
Área do anexo:	Aprox. 35,40m <sup>2</sup>	Área terreno original:	
Área total construída:	Aprox. 173,40m <sup>2</sup>	Área do terreno atual:	
Taxa de ocupação:		Restaurado em:	2004
		Parte restaurada:	COBERTURA
Proteção legal existente :	<input type="radio"/> Tombamento federal	<input checked="" type="radio"/> Tombamento estadual	<input type="radio"/> Tombamento municipal
	<input type="radio"/> Tombamento conjunto	<input type="radio"/> Tombamento individual	<input type="radio"/> nenhum

### Conjunto /uso

Conjunto		Uso	
Faz parte de um conjunto de edificações?	<input type="radio"/> sim <input checked="" type="radio"/> não	Uso original:	RESIDENCIAL E COMERCIAL
Edificações que compõem o conjunto:		Uso atual:	RESIDENCIAL
Móveis e utensílios		<input checked="" type="radio"/> uso próprio <input type="radio"/> alugado	
Ferramentas e máquinas		Uso atual agride a edificação? NÃO	
Outros dados		Como?	

### Estrutura

Material do corpo	Cobertura	Esquadrias	Nº de pavimentos
<input type="radio"/> pedra	<input checked="" type="radio"/> telha alemã (chata)	<input type="radio"/> madeira	<input type="radio"/> um pavimento
<input type="radio"/> tijolo	<input type="radio"/> telha francesa	<input checked="" type="radio"/> madeira e vidro	<input type="radio"/> dois pavimentos
<input checked="" type="radio"/> tijolo e madeira	<input type="radio"/> telha colonial (s/ beira)	<input type="radio"/> ferro e vidro	<input type="radio"/> sótão
<input type="radio"/> madeira	<input type="radio"/> misto	<input type="radio"/> mista	<input type="radio"/> adega <input type="radio"/> porão

### Originalidade

descrição	originalidade			Descrição das intervenções
Estrutura	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	ANTES DA CASA SER TOMBADA OS MORADORES PINTARAM AS ESQUADRIAS E AS PAREDES INTERNAS. EM 2004, APÓS O TOMBAMENTO, A COBERTURA FOI TOTALMENTE REFORMADA.
Cobertura	<input type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input checked="" type="radio"/> totalmente alterado	
Esquadrias	<input type="radio"/> original	<input checked="" type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Revestimento	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Pintura	<input type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input checked="" type="radio"/> totalmente alterado	

### Conservação

descrição	Estado de conservação			Descrição dos problemas
Estrutura	<input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> ótimo	
Cobertura	<input type="radio"/> ruim	<input type="radio"/> bom	<input checked="" type="radio"/> ótimo	
Esquadrias	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	
Revestimento	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	
Pintura	<input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	

### Imagens/croquis



PERSPECTIVA - 31/10/2015



VISTAS FRONTAL - 28/10/2015



FACHADA LATERAL ESQUERDA - 31/10/2015



VARANDA - 31/10/2015



VARANDA 31/10/2015



ANEXO FUNDOS - 31/10/2015



ANEXO FUNDOS 31/10/2015



FACHADA LATERAL 31/10/2015



IMAGENS INTERNAS HALL E ESCADA DE ACESSO AO SÓTÃO - 28/10/2015

Detalhes arquitetônicos significativos

----------------------

Observações

----------------------

Existência de levantamento cadastral: ( X ) Sim ( ) Não

Acervo: IPHAN

Avaliações

Avaliação da edificação	Avaliação histórico-arquitetônica
Estado de conservação geral ● bom      ○ regular      ○ ruim	● valor histórico devido à antigüidade ● exemplar típico do estilo de uma época
Perigos potenciais ● descaracterização      ○ deterioração ○ demolição      ○	○ relacionado com pessoa ou fato histórico importante ○ localizado em centro histórico ○ pouco valor histórico

Documentos anexos

○ cadastro gráfico	○ orçamento analítico	○ histórico do edifício
○ projeto arquitetônico	○ orçamento sintético	○ fotografias
○ projeto de instalações	○ cronograma físico/financeiro	○ compromisso de manutenção
○ projeto de estrutura	○ memorial descritivo	○ parecer diretoria
○ projeto de restauro		
○ projeto de intervenção		
○ outros projetos	○ caderno de especificações	○ outros

Equipe de vistoria/levantamento: RAQUEL WENDT

Responsável: RAQUEL WENDT

Data: 28/10/2015  
31/10/2015



UNIASSELVI Disciplina: Técnicas Retrospectivas Professora: Cassandra Helena Faes	<b>FICHA DE CADASTRO</b> <b>PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO-</b> <b>CULTURAL-ARQUITETÔNICO</b> Nº
--	---

#### Identificação

Denominação:	Comercial Haut	Uso original:	Comercial
Localização:	Rua Presidente Costa e Silva, nº719 Testo Rega, Pomerode SC	O zona rural	<input checked="" type="radio"/> zona urbana
Coordenadas:	26° 42' 24" S , 49° 09' 53" O		

Proprietário:	Lori Haut	Procedência:	Herança	Tempo de ocupação:	112 anos
Ocupante atual:		Procedência:		Tempo de ocupação:	
Destino / Intenção do proprietário	<input type="radio"/> preservar	<input type="radio"/> restaurar	<input type="radio"/> modificar	<input checked="" type="radio"/> vender	<input type="radio"/> demolir
Justificativa:	Desinteresse dos herdeiros em manter o comercio.				
O proprietário possui outros imóveis?	<input checked="" type="radio"/> sim <input type="radio"/> não		Quantos : 3		

#### Fachada principal do imóvel



#### Descrição do imóvel

Edificação enxaimel utilizada como comercio de alimentos e rota comercial. A edificação é composta por um pavimento mais um sótão e um porão usado como depósito. Utiliza janelas de madeira com vidro, cobertura com aguas em inclinação distinta. Localiza-se a margem do rio testo. Suas fundações são em pedra.

#### Dados do edificio

Nome construtor:	*				
Ano de construção:	1903	Técnica construtiva:	Enxaimel		
Área da construção:	1000m²	nº de cômodos originais:	*		
Área do anexo:	9m²	nº de anexos:	1		
Área total construída:	1009m²	Área terreno original:	Aprox. 400m2	Restaurado em:	-
Taxa de ocupação:	-	Área do terreno atual:	-	Parte restaurada:	-
Proteção legal existente:	<input checked="" type="radio"/> Tombamento federal <input type="radio"/> Tombamento estadual <input type="radio"/> Tombamento municipal <input type="radio"/> Tombamento conjunto <input type="radio"/> Tombamento individual <input type="radio"/> Nenhum				



### Conjunto /uso

Conjunto		Uso
Faz parte de um conjunto de edificações? <input type="radio"/> sim <input checked="" type="radio"/> não		Uso original: Comercial
Edificações que compõem o conjunto: _____		Uso atual: Abandonado
Móveis e utensílios _____		<input checked="" type="radio"/> uso próprio <input type="radio"/> alugado
Ferramentas e máquinas _____		Uso atual agride a edificação? Não
Outros dados _____		Como? Não

### Estrutura

Material do corpo	Cobertura	Esquadrias	Nº de pavimentos
<input type="radio"/> pedra	<input checked="" type="radio"/> telha alemã (chata)	<input type="radio"/> madeira	<input type="radio"/> um pavimento
<input type="radio"/> tijolo	<input type="radio"/> telha francesa	<input checked="" type="radio"/> madeira e vidro	<input checked="" type="radio"/> dois pavimentos
<input checked="" type="radio"/> tijolo e madeira	<input type="radio"/> telha colonial (s/ beira)	<input type="radio"/> ferro e vidro	<input checked="" type="radio"/> sótão
<input type="radio"/> madeira	<input type="radio"/> Omisto	<input type="radio"/> Omista	<input type="radio"/> adega <input checked="" type="radio"/> porão

### Originalidade

descrição	originalidade			Descrição das intervenções
Estrutura	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	Foi feito um anexo, um banheiro interligado com o comercio. Motivo da ampliação foi a necessidade de um banheiro.
Cobertura	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Esquadrias	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Revestimento	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	
Pintura	<input checked="" type="radio"/> original	<input type="radio"/> modificado	<input type="radio"/> totalmente alterado	

### Conservação

descrição	Estado de conservação		Descrição dos problemas
Estrutura	<input type="radio"/> ruim <input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	Possíveis patologias no porão devido a alagamentos decorrentes de enchentes.
Cobertura	<input type="radio"/> ruim <input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	
Esquadrias	<input type="radio"/> ruim <input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	
Revestimento	<input type="radio"/> ruim <input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	
Pintura	<input type="radio"/> ruim <input checked="" type="radio"/> bom	<input type="radio"/> ótimo	

### Detalhes arquitetônicos significativos



### Observações

Intervenção na fachada frontal onde foi substituído cobertura por chapas de zinco.  
Posteriormente foi construído um anexo (banheiro) fora dos padrões da arquitetura original.

Existência de levantamento cadastral: ☐ Sim ☒ Não

Acervo:

*Avaliações*

Avaliação da edificação	Avaliação histórico-arquitetônica
Estado de conservação geral <input type="radio"/> bom <input checked="" type="radio"/> regular <input type="radio"/> ruim	<input checked="" type="radio"/> valor histórico devido à antigüidade <input checked="" type="radio"/> exemplar típico do estilo de uma época <input type="radio"/> relacionado com pessoa ou fato histórico importante <input checked="" type="radio"/> localizado em centro histórico <input type="radio"/> pouco valor histórico
Perigos potenciais <input type="radio"/> descaracterização <input checked="" type="radio"/> deterioração <input type="radio"/> demolição <input type="radio"/>	

*Documentos anexos*

<input type="radio"/> cadastro gráfico	<input type="radio"/> orçamento analítico	<input type="radio"/> histórico do edifício
<input type="radio"/> projeto arquitetônico	<input type="radio"/> orçamento sintético	<input type="radio"/> fotografias
<input type="radio"/> projeto de instalações	<input type="radio"/> cronograma físico/financeiro	<input type="radio"/> compromisso de manutenção
<input type="radio"/> projeto de estrutura	<input type="radio"/> memorial descritivo	<input type="radio"/> parecer diretoria
<input type="radio"/> projeto de restauro		
<input type="radio"/> projeto de intervenção		
<input type="radio"/> outros projetos	<input type="radio"/> caderno de especificações	<input type="radio"/> outros

Equipe de vistoria/levantamento:

Responsável:

Data: SET/2015

## Anexo II - Entrevistas

Entrevistas com detentores de edificações de patrimônio histórico da área de estudo

Nome: Lori Arndt					
Idade: 63		Sexo( x )F ( )M			
<b>1. Reside a quanto tempo no Testo Alto?</b>					
( ) sempre morou	( x ) há mais de 20 anos	( ) de 10 a 20 anos	( ) de 05 a 10 anos	( ) de 01 a 05 anos	( ) menos de 01 ano
<b>2. A residência em que você mora é</b>					
( x ) própria	( ) alugada	( ) cedido/usufruto	( ) hotel/pensão/quarto		
<b>3. O que sua propriedade significa para você</b>					
( ) minha ferramenta de trabalho e fonte de renda			( ) apenas mais um bem da minha família		
( ) um bem que posso vender a qualquer momento			( x ) algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família		
<b>4. O seu lote possui o tamanho original ou foi desmembrado?</b>					
( ) original		( x ) desmembrado		Se desmembrado, porque	
<b>5.Quantos filhos você tem</b>					
( ) nenhum	( ) 01	( ) 02	( ) 03	( ) 04	( x ) mais de 04
<b>6. Seus filhos moram na propriedade rural</b>					
( x ) sim	Qtos 07	( x ) não	01		
<b>7.Onde seus filhos trabalham</b>					
( x ) na propriedade rural	( x ) no comercio	( ) em indústria	( x ) construção civil	( x ) área têxtil	
<b>8.O que você deseja para o futuro dos seus filhos</b>					
( x ) que trabalhem no campo			( ) que eles continuem morando perto de você		
( x ) que trabalhem na cidade			( ) que eles mudem de cidade		
( ) que somente os homens fiquem no campo			( ) que eles ingressem na faculdade		
<b>9. Qual a sua principal fonte de renda</b>					
( x ) aposentadoria/pensão	( ) emprego regular	( ) trabalho autônomo	( ) trabalho informal	( ) sem renda pessoal	
<b>10.Que tipo de alimento você prefere consumir</b>					
( x ) artesanais		( ) industrializados			
<b>11.Que produtos artesanais você costuma consumir</b>					
( x ) linguiça	( x ) queijo	( ) bebidas	( x ) geleias	( x ) pães e bolos	Outros ( queijinho)
<b>12.Você produz ou compra tais alimentos</b>					
( x ) produz (queijinho)			( x ) compra		
se produz, vende também?			Se compra, onde?		( ) mercados
( x ) sim	( ) não		( ) em propriedades rurais	( x ) supermercados	
<b>13.Com que tipo de casa você mais se identifica</b>					
( x ) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>14.Que tipo de construção você considera mais adequado para o Testo Alto?</b>					
( x ) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>15.Quais os eventos sociais da população do Testo Alto?</b>					
( ) festas igreja	( ) festas clube caça e tiro	( ) novena	Encontros de Terceira Idade		
<b>16.Como você se desloca para esses eventos?</b>					

<input type="checkbox"/> de carro	<input checked="" type="checkbox"/> de ônibus	<input type="checkbox"/> a pé	<input type="checkbox"/> de bicicleta - perguntar quantas bicicletas tem na casa	<input type="checkbox"/> outro
<b>17.A sua casa é tombada, qual a sua opinião sobre isso</b>				
<input checked="" type="checkbox"/> a favor		<input type="checkbox"/> contra		<input type="checkbox"/> não sei
<b>18.Qual a sua opinião sobre a preservação da paisagem do Testo Alto</b>				
<input checked="" type="checkbox"/> a favor		<input type="checkbox"/> contra		<input type="checkbox"/> não sei

<b>19. Para você, o que há no Testo Alto que torna a vida das pessoas diferente da vida na cidade?</b>				
<input type="checkbox"/> eventos	<input checked="" type="checkbox"/> paisagem	<input type="checkbox"/> cultura alemã	<input checked="" type="checkbox"/> casas enxaimel	<input type="checkbox"/> produtos artesanais
<input type="checkbox"/> natureza/vegetação	<input type="checkbox"/> vida rural			
<b>20.Para você o que falta no Testo Alto?</b>				
<input type="checkbox"/> indústria	<input type="checkbox"/> comercio	<input type="checkbox"/> posto saúde /farmácia	<input type="checkbox"/> mercado	<input type="checkbox"/> creche / escola

<b>21.Você acha o Testo Alto um lugar especial? Acho</b>
Porque? Porque é muito bom.
<b>22.Quais são para você os lugares mais importantes do Testo Alto?</b>
É aqui mesmo.
<b>23.Você acha que o Testo Alto mudou desde que você mora aqui?</b>
Mudou muito. Tem muito casas mais do que antes.
<b>24.Você se sente parte do Testo Alto? Sim</b>
Porque? Porque a gente vai pra lá e tem parentes que moram lá.
<b>25. Tem algo no Testo Alto que você quisesse que seus filhos, netos e bisnetos conhecessem?</b>
Eles já conhecem.

Nome: Ilse Lore Wachholz					
Idade: 67 anos		Sexo <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M			
<b>1. Reside a quanto tempo no Testo Alto?</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> sempre morou	<input type="checkbox"/> há mais de 20 anos	<input type="checkbox"/> de 10 a 20 anos	<input type="checkbox"/> de 05 a 10 anos	<input type="checkbox"/> de 01 a 05 anos	<input type="checkbox"/> menos de 01 ano
<b>2. A residência em que você mora é</b>					
<input type="checkbox"/> própria	<input type="checkbox"/> alugada	<input type="checkbox"/> cedido/usufruto	<input checked="" type="checkbox"/> hotel/pensão/quarto		Obs.: Proprietária mora em outro imóvel
<b>3. O que sua propriedade significa para você</b>					
<input type="checkbox"/> minha ferramenta de trabalho e fonte de renda			<input type="checkbox"/> apenas mais um bem da minha família		
<input type="checkbox"/> um bem que posso vender a qualquer momento			<input checked="" type="checkbox"/> algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família		
<b>4. O seu lote possui o tamanho original ou foi desmembrado?</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> original		<input type="checkbox"/> desmembrado		Se desmembrado, porque	
<b>5. Quantos filhos você tem</b>					
<input type="checkbox"/> nenhum	<input checked="" type="checkbox"/> 01	<input type="checkbox"/> 02	<input type="checkbox"/> 03	<input type="checkbox"/> 04	<input type="checkbox"/> mais de 04
<b>6. Seus filhos moram na propriedade rural</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> sim	qtos	<input type="checkbox"/> não			
<b>7. Onde seus filhos trabalham</b>					
<input type="checkbox"/> na propriedade rural	<input type="checkbox"/> no comercio	<input type="checkbox"/> em indústria	<input type="checkbox"/> construção civil	<input checked="" type="checkbox"/> área têxtil	
<b>8. O que você deseja para o futuro dos seus filhos</b>					
<input type="checkbox"/> que trabalhem no campo			<input checked="" type="checkbox"/> que eles continuem morando perto de você		
<input type="checkbox"/> que trabalhem na cidade			<input type="checkbox"/> que eles mudem de cidade		
<input type="checkbox"/> que somente os homens fiquem no campo			<input type="checkbox"/> que eles ingressem na faculdade		
<b>9. Qual a sua principal fonte de renda</b>					
<input type="checkbox"/> aposentadoria/pensão	<input checked="" type="checkbox"/> emprego regular	<input type="checkbox"/> trabalho autônomo	<input type="checkbox"/> trabalho informal	<input type="checkbox"/> sem renda pessoal	
<b>10. Que tipo de alimento você prefere consumir</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> artesanais		<input type="checkbox"/> industrializados			
<b>11. Que produtos artesanais você costuma consumir</b>					
<input type="checkbox"/> linguiça	<input type="checkbox"/> queijo	<input type="checkbox"/> bebidas	<input type="checkbox"/> geleias	<input checked="" type="checkbox"/> pães e bolos	outros
<b>12. Você produz ou compra tais alimentos</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> produz		<input type="checkbox"/> compra			
se produz, vende também?		Se compra, onde?		<input type="checkbox"/> feiras	<input type="checkbox"/> mercados
<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não			<input type="checkbox"/> em propriedades rurais	<input checked="" type="checkbox"/> supermercados
<b>13. Com que tipo de casa você mais se identifica</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> casa térrea rural	<input type="checkbox"/> casa térrea urbana	<input type="checkbox"/> casa com 02 andares	<input type="checkbox"/> prédio de 04 andares	<input type="checkbox"/> prédio com mais de 04 andares	
<b>14. Que tipo de construção você considera mais adequado para o Testo Alto?</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> casa térrea rural	<input type="checkbox"/> casa térrea urbana	<input type="checkbox"/> casa com 02 andares	<input type="checkbox"/> prédio de 04 andares	<input type="checkbox"/> prédio com mais de 04 andares	
<b>15. Quais os eventos sociais da população do Testo Alto?</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> festas igreja	<input checked="" type="checkbox"/> festas clube caça e tiro	<input type="checkbox"/> novena			
<b>16. Como você se desloca para esses eventos?</b>					

<input checked="" type="checkbox"/> de carro	<input type="checkbox"/> de ônibus	<input type="checkbox"/> a pé	<input type="checkbox"/> de bicicleta - perguntar quantas bicicletas tem na casa	<input type="checkbox"/> outro
<b>17.A sua casa é tombada, qual a sua opinião sobre isso</b>				
<input checked="" type="checkbox"/> a favor		<input type="checkbox"/> contra		<input type="checkbox"/> não sei
<b>18.Qual a sua opinião sobre a preservação da paisagem do Testo Alto</b>				
<input checked="" type="checkbox"/> a favor		<input type="checkbox"/> contra		<input type="checkbox"/> não sei

<b>19. Para você, o que há no Testo Alto que torna a vida das pessoas diferente da vida na cidade?</b>				
<input type="checkbox"/> eventos	<input checked="" type="checkbox"/> paisagem	<input checked="" type="checkbox"/> cultura alemã	<input checked="" type="checkbox"/> casas enxaimel	<input type="checkbox"/> produtos artesanais
<input type="checkbox"/> natureza/vegetação	<input type="checkbox"/> vida rural			
<b>20.Para você o que falta no Testo Alto?</b>				
<input type="checkbox"/> indústria	<input type="checkbox"/> comercio	<input type="checkbox"/> posto saúde /farmácia	<input type="checkbox"/> mercado	<input type="checkbox"/> creche / escola
<input checked="" type="checkbox"/> Restaurante				

<b>21.Você acha o Testo Alto um lugar especial?</b>
Sim. O lugar principal que eu adoro são as igrejas.
<b>22.Quais são para você os lugares mais importantes do Testo Alto?</b>
Mercado, Igreja, também os clubes de caça e tiro.
<b>23.Você acha que o Testo Alto mudou desde que você mora aqui?</b>
Muito! Tem o triplo de casas que tinha antigamente, mudou muito.
<b>24.Você se sente parte do Testo Alto? Sim. Mesmo não nascendo aqui? Sim, mas gosto daqui.</b>
<b>25. Tem algo no Testo Alto que você quisesse que seus filhos, netos e bisnetos conhecessem? Não, meu neto conhece tudo que tem aqui e a filha também.</b>

Nome: Patrícia Hardt					
Idade: 41 anos		Sexo (X)F ( )M			
<b>1. Reside a quanto tempo no Testo Alto?</b>					
( ) sempre morou	(x) há mais de 20 anos	( ) de 10 a 20 anos	( ) de 05 a 10 anos	( ) de 01 a 05 anos	( ) menos de 01 ano
<b>2. A residência em que você mora é</b>					
( ) própria	(X)alugada	( ) cedido/usufruto	( ) hotel/pensão/quarto		
<b>3. O que sua propriedade significa para você</b>					
( ) minha ferramenta de trabalho e fonte de renda			( ) apenas mais um bem da minha família		
( ) um bem que posso vender a qualquer momento			(X) algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família		
<b>4. O seu lote possui o tamanho original ou foi desmembrado?</b>					
(X) original		( ) desmembrado		Se desmembrado, porque	
<b>5.Quantos filhos você tem</b>					
(X) nenhum	( ) 01	( ) 02	( ) 03	( ) 04	( ) mais de 04
<b>6. Seus filhos moram na propriedade rural</b>					
( ) sim	Quantos?	(X) não			
<b>7.Onde seus filhos trabalham</b>					
( ) na propriedade rural	( ) no comercio	( ) em indústria	( ) construção civil	( ) área têxtil	
<b>8.O que você deseja para o futuro dos seus filhos</b>					
( ) que trabalhem no campo			( ) que eles continuem morando perto de você		
( ) que trabalhem na cidade			( ) que eles mudem de cidade		
( ) que somente os homens fiquem no campo			( ) que eles ingressem na faculdade		
<b>9. Qual a sua principal fonte de renda</b>					
( ) aposentadoria/pensão	(X) emprego regular	( ) trabalho autônomo	( ) trabalho informal	( ) sem renda pessoal	
<b>10.Que tipo de alimento você prefere consumir</b>					
(X) artesanais		( ) industrializados			
<b>11.Que produtos artesanais você costuma consumir</b>					
(X) linguiça	(X) queijo	(X) bebidas	(X) geleias	(X) pães e bolos	Outros
<b>12.Você produz ou compra tais alimentos</b>					
( ) produz		(X) compra			
se produz, vende também?		Se compra, onde?		(X) feiras	(X) mercados
(x) sim (melado)	( ) não			(X) em propriedades rurais	(X) supermercados
<b>13.Com que tipo de casa você mais se identifica</b>					
( ) casa térrea rural	(X) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>14.Que tipo de construção você considera mais adequado para o Testo Rega?</b>					
(X) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>15.Quais os eventos sociais da população do Testo Rega?</b>					
(X) festas igreja	(X) festas clube caça e tiro	( ) novena			
<b>16.Como você se desloca para esses eventos?</b>					
(x) de carro	( ) de ônibus	( ) a pé	( ) de bicicleta - perguntar quantas bicicletas tem na casa		( ) outro
<b>17.A sua casa é tombada, qual a sua opinião sobre isso</b>					
( ) a favor		( ) contra		(X) não sei	
<b>18.Qual a sua opinião sobre a preservação da paisagem do Testo Rega</b>					
( ) a favor		( ) contra		(X) não sei	



<b>19. Para você, o que há no Testo Rega que torna a vida das pessoas diferente da vida na cidade?</b>				
<input type="checkbox"/> eventos	<input checked="" type="checkbox"/> paisagem	<input type="checkbox"/> cultura alemã	<input checked="" type="checkbox"/> casas enxaimel	<input type="checkbox"/> produtos artesanais
<input checked="" type="checkbox"/> natureza/vegetação	<input checked="" type="checkbox"/> vida rural			
<b>20. Para você o que falta no Testo Rega?</b>				
<input type="checkbox"/> indústria	<input type="checkbox"/> comércio	<input type="checkbox"/> posto saúde /farmácia	<input type="checkbox"/> mercado	<input type="checkbox"/> creche / escola
<input checked="" type="checkbox"/> Outros (Policiamento / Iluminação Pública)				

<b>21. Você acha o Testo Rega um lugar especial? Por quê?</b>
Sim, foi um local que aprendi a amar, pois no início não gostava mais hoje sim.
<b>22. Quais são para você os lugares mais importantes do Testo Rega?</b>
Com certeza a minha casa, o mercado, onde em tempos difíceis minha mãe foi acolhida pois passamos muitas dificuldades.
<b>23. Você acha que o Testo Rega mudou desde que você mora aqui?</b>
Sim, foi feito o asfalto, lojas, mercados, tem uma boa infraestrutura
<b>24. Você se sente parte do Testo Rega? Por quê?</b>
Com certeza, são 20 anos.
<b>25. Tem algo no Testo Rega que você quisesse que seus filhos, netos e bisnetos conhecessem? (Entrevistada não possui filhos)</b>
Mais cuidado com o asfalto, fazer acostamento e mais policiamento

Nome: Adolar Wachholz					
Idade: 59 anos		Sexo ( )F (X)M			
<b>1. Reside a quanto tempo no Testo Alto?</b>					
(X) sempre morou	( ) há mais de 20 anos	( ) de 10 a 20 anos	( ) de 05 a 10 anos	( ) de 01 a 05 anos	( ) menos de 01 ano
<b>2. A residência em que você mora é</b>					
(X) própria	( ) alugada	( ) cedido/usufruto	( ) hotel/pensão/quarto		
<b>3. O que sua propriedade significa para você</b>					
( ) minha ferramenta de trabalho e fonte de renda			( ) apenas mais um bem da minha família		
( ) um bem que posso vender a qualquer momento			(X) algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família		
<b>4. O seu lote possui o tamanho original ou foi desmembrado?</b>					
( ) original		(X) desmembrado		Porque: Foi desmembrado conforme o tempo, devido ao falecimento dos pais, e assim cada filho ficou com uma parte.	
<b>5. Quantos filhos você tem</b>					
( ) nenhum	( ) 01	(X) 02	( ) 03	( ) 04	( ) mais de 04
<b>6. Seus filhos moram na propriedade rural</b>					
(X) sim	qtos	( ) não			
<b>7. Onde seus filhos trabalham</b>					
( ) na propriedade rural	( ) no comércio	( ) em indústria	( ) construção civil	(X) área têxtil	
<b>8. O que você deseja para o futuro dos seus filhos</b>					
( ) que trabalhem no campo			(X) que eles continuem morando perto de você		
(X) que trabalhem na cidade			( ) que eles mudem de cidade		
( ) que somente os homens fiquem no campo			( ) que eles ingressem na faculdade		
<b>9. Qual a sua principal fonte de renda</b>					
(X) aposentadoria/pensão	( ) emprego regular	( ) trabalho autônomo	( ) trabalho informal	( ) sem renda pessoal	
<b>10. Que tipo de alimento você prefere consumir</b>					
(X) artesanais		( ) industrializados			
<b>11. Que produtos artesanais você costuma consumir</b>					
(X) linguiça	(X) queijo	( ) bebidas	( ) geleias	(X) pães e bolos	outros
<b>12. Você produz ou compra tais alimentos</b>					
(X) produz (horta)		(X) compra			
se produz, vende também?		Se compra, onde?		( ) feiras	(X) mercados
( ) sim	(X) não			( ) em propriedades rurais	( ) supermercados
<b>13. Com que tipo de casa você mais se identifica</b>					
(X) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>14. Que tipo de construção você considera mais adequado para o Testo Alto?</b>					
(X) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>15. Quais os eventos sociais da população do Testo Alto?</b>					
(X) festas igreja	(X) festas clube caça e tiro	( ) novena			
<b>16. Como você se desloca para esses eventos?</b>					
(X) de carro	( ) de ônibus	( ) a pé	( ) de bicicleta - perguntar quantas bicicletas tem na casa		( ) outro
<b>17. A sua casa é tombada, qual a sua opinião sobre isso</b>					
(X) a favor		( ) contra		( ) não sei	
<b>18. Qual a sua opinião sobre a preservação da paisagem do Testo Alto</b>					
(X) a favor		( ) contra		( ) não sei	

<b>19. Para você, o que há no Testo Alto que torna a vida das pessoas diferente da vida na cidade?</b>				
( ) eventos	( X ) paisagem	( X ) cultura alemã	( X ) casas enxaimel	( ) produtos artesanais
(X) natureza/vegetação	( ) vida rural			
<b>20. Para você o que falta no Testo Alto?</b>				
( X ) indústria	( ) comércio	( ) posto saúde /farmácia	( ) mercado	( ) creche / escola

<b>21. Você acha o Testo Alto um lugar especial?</b>
<p>Porque?</p> <p>Sim. Devido as paisagens, o conforto (clima, vegetação) e o estilo de vida do lugar.</p>
<b>22. Quais são para você os lugares mais importantes do Testo Alto?</b>
<p>A rota turística das edificações típicas locais.</p>
<b>23. Você acha que o Testo Alto mudou desde que você mora aqui?</b>
<p>Um pouco. Antes não haviam tantas casas, nem havia pavimentação (rua de barro). A escola que existia, hoje é uma creche. Mas o pior é que a violência está aumentando na região, principalmente os furtos.</p>
<b>24. Você se sente parte do Testo Alto?</b>
<p><b>Porque?</b></p> <p>Sim. Aqui a maioria das pessoas ainda se conhece, muitos são unidos, mas poucos gostam e valorizam o lugar e o estilo de vida que levamos.</p>
<b>25. Tem algo no Testo Alto que você quisesse que seus filhos, netos e bisnetos conhecessem?</b>
<p>A paisagem, as edificações e os eventos do município.</p>

Nome: Hercilio Rahn					
Idade: 61		Sexo( )F ( X )M			
<b>1. Reside a quanto tempo no Testo Alto?</b>					
( X ) sempre morou	( ) há mais de 20 anos	( ) de 10 a 20 anos	( ) de 05 a 10 anos	( ) de 01 a 05 anos	( ) menos de 01 ano
<b>2. A residência em que você mora é</b>					
( X ) própria	( ) alugada	( ) cedido/usufruto	( ) hotel/pensão/quarto		
<b>3. O que sua propriedade significa para você</b>					
( ) minha ferramenta de trabalho e fonte de renda			( ) apenas mais um bem da minha família		
( ) um bem que posso vender a qualquer momento			( X ) algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família		
<b>4. O seu lote possui o tamanho original ou foi desmembrado?</b>					
( X ) original		( ) desmembrado		Se desmembrado, porque	
<b>5.Quantos filhos você tem</b>					
(X) nenhum	( ) 01	( ) 02	( ) 03	( ) 04	( ) mais de 04
<b>6. Seus filhos moram na propriedade rural</b>					
( ) sim	qtos	(X) não			
<b>7.Onde seus filhos trabalham</b>					
( ) na propriedade rural	( ) no comercio	( ) em indústria	( ) construção civil	( ) área têxtil	
<b>8.O que você deseja para o futuro dos seus filhos</b>					
( ) que trabalhem no campo			( ) que eles continuem morando perto de você		
( ) que trabalhem na cidade			( ) que eles mudem de cidade		
( ) que somente os homens fiquem no campo			( ) que eles ingressem na faculdade		
<b>9. Qual a sua principal fonte de renda</b>					
( X ) aposentadoria/pensão	( ) emprego regular	( ) trabalho autônomo	( ) trabalho informal	( ) sem renda pessoal	
<b>10.Que tipo de alimento você prefere consumir</b>					
( X ) artesanais		( ) industrializados			
<b>11.Que produtos artesanais você costuma consumir</b>					
( X ) linguiça	( ) queijo	( ) bebidas	( X ) geleias	( X ) pães e bolos	outros
<b>12.Você produz ou compra tais alimentos</b>					
( X ) produz		( ) compra			
se produz, vende também?		Se compra, onde?		( ) feiras	( ) mercados
( ) sim	( X ) não			( ) em propriedades rurais	( ) supermercados
<b>13.Com que tipo de casa você mais se identifica</b>					
( X ) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>14.Que tipo de construção você considera mais adequado para o Testo Alto?</b>					
( X ) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>15.Quais os eventos sociais da população do Testo Alto?</b>					
( ) festas igreja	( X ) festas clube caça e tiro		( ) novena		
<b>16.Como você se desloca para esses eventos?</b>					
( ) de carro	( ) de ônibus	( X ) a pé	( X ) de bicicleta - perguntar quantas bicicletas tem na casa (APENAS 1)		( ) outro
<b>17.A sua casa é tombada, qual a sua opinião sobre isso</b>					
( X ) a favor		( ) contra		( ) não sei	
<b>18.Qual a sua opinião sobre a preservação da paisagem do Testo Alto</b>					
( X ) a favor		( ) contra		( ) não sei	

<b>19. Para você, o que há no Testo Alto que torna a vida das pessoas diferente da vida na cidade?</b>				
<input type="checkbox"/> eventos	<input type="checkbox"/> paisagem	<input type="checkbox"/> cultura alemã	<input checked="" type="checkbox"/> casas enxaimel	<input type="checkbox"/> produtos artesanais
<input type="checkbox"/> natureza/vegetação	<input type="checkbox"/> vida rural			
<b>20. Para você o que falta no Testo Alto?</b>				
<input type="checkbox"/> indústria	<input type="checkbox"/> comércio	<input type="checkbox"/> posto saúde /farmácia	<input type="checkbox"/> mercado	<input type="checkbox"/> creche / escola
<input checked="" type="checkbox"/> nada				

<b>21. Você acha o Testo Alto um lugar especial?</b>
Porque? "Que aqui é muito tranquilo."
<b>22. Quais são para você os lugares mais importantes do Testo Alto?</b>
"Todas as casas enxaimel que eu conheço."
<b>23. Você acha que o Testo Alto mudou desde que você mora aqui?</b>
"Não, para mim tá tudo igual, tranquilo"
<b>24. Você se sente parte do Testo Alto?</b>
Porque? "Desde que to vivo, não sai daqui"
<b>25. Tem algo no Testo Alto que você quisesse que seus filhos, netos e bisnetos conhecessem?</b>
"Tudo tranquilo... Um tem que ajudar o outro".

Nome: Roland Jändre					
Idade:		Sexo ( )F (x)M			
<b>1. Reside há quanto tempo no Testo Alto?</b>					
(x) sempre morou	( ) há mais de 20 anos	( ) de 10 a 20 anos	( ) de 05 a 10 anos	( ) de 01 a 05 anos	( ) menos de 01 ano
<b>2. A residência em que você mora é</b>					
(x) própria	( ) alugada	( ) cedido/usufruto	( ) hotel/pensão/quarto		
<b>3. O que sua propriedade significa para você</b>					
( ) minha ferramenta de trabalho e fonte de renda			( ) apenas mais um bem da minha família		
( ) um bem que posso vender a qualquer momento			(x) algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família		
<b>4. O seu lote possui o tamanho original ou foi desmembrado?</b>					
(x) original		( ) desmembrado		Se desmembrado, porque	
<b>5. Quantos filhos você tem</b>					
( ) nenhum	( ) 01	(x) 02	( ) 03	( ) 04	( ) mais de 04
<b>6. Seus filhos moram na propriedade rural</b>					
(x) sim		01 qtos		( ) não	
<b>7. Onde seus filhos trabalham</b>					
( ) na propriedade rural	(x) no comercio	(x) em indústria	( ) construção civil	( ) área têxtil	
<b>8. O que você deseja para o futuro dos seus filhos</b>					
( ) que trabalhem no campo			(x) que eles continuem morando perto de você		
( ) que trabalhem na cidade			( ) que eles mudem de cidade		
( ) que somente os homens fiquem no campo			( ) que eles ingressem na faculdade		
<b>9. Qual a sua principal fonte de renda</b>					
( ) aposentadoria/pensão	(x) emprego regular	( ) trabalho autônomo	( ) trabalho informal	( ) sem renda pessoal	
<b>10. Que tipo de alimento você prefere consumir</b>					
(x) artesanais		( ) industrializados			
<b>11. Que produtos artesanais você costuma consumir</b>					
( ) linguiça	( ) queijo	( ) bebidas	( ) geleias	( ) pães e bolos	(x) outros
<b>12. Você produz ou compra tais alimentos</b>					
(x) produz		( ) compra			
se produz, vende também?		Se compra, onde?		( ) feiras	( ) mercados
( ) sim	(x) não			( ) em propriedades rurais	( ) supermercados
<b>13. Com que tipo de casa você mais se identifica</b>					
(x) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>14. Que tipo de construção você considera mais adequado para o Testo Alto?</b>					
(x) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>15. Quais os eventos sociais da população do Testo Alto?</b>					
( ) festas igreja	(x) festas clube caça e tiro		( ) novena		
<b>16. Como você se desloca para esses eventos?</b>					
(x) de carro	( ) de ônibus	( ) a pé	( ) de bicicleta - perguntar quantas bicicletas tem na casa		( ) outro
<b>17. A sua casa é tombada, qual a sua opinião sobre isso</b>					
( ) a favor		(x) contra		( ) não sei	
<b>18. Qual a sua opinião sobre a preservação da paisagem do Testo Alto</b>					
(x) a favor		( ) contra		( ) não sei	

<b>19. Para você, o que há no Testo Alto que torna a vida das pessoas diferente da vida na cidade?</b>				
<input type="checkbox"/> eventos	<input checked="" type="checkbox"/> paisagem	<input type="checkbox"/> cultura alemã	<input type="checkbox"/> casas enxaimel	<input type="checkbox"/> produtos artesanais
<input type="checkbox"/> natureza/vegetação	<input type="checkbox"/> vida rural			
<b>20. Para você o que falta no Testo Alto?</b>				
<input type="checkbox"/> indústria	<input checked="" type="checkbox"/> comércio	<input type="checkbox"/> posto saúde /farmácia	<input type="checkbox"/> mercado	<input type="checkbox"/> creche / escola

<b>21. Você acha o Testo Alto um lugar especial? Porque?</b>
Sim, por causa da paisagem que existe, a tranquilidade também.
<b>22. Quais são para você os lugares mais importantes do Testo Alto?</b> A própria casa, por ser mais retirada pela tranquilidade e também as sociedades de caça e tiro.
<b>23. Você acha que o Testo Alto mudou desde que você mora aqui?</b> A paisagem mudou bastante, ficou eu diria assim...mais verde, porque antigamente olhava ali nos morros e era só roça, roça, tudo derrubado. E hoje em dia não, se tu olha é verde, é verde, é mato, é árvore, [...], eu acho a paisagem bonita. É uma das mais bonitas de Pomerode.
<b>24. Você se sente parte do Testo Alto?</b> <b>Porque?</b> Com certeza, porque nasci em casa,[...] pois antigamente não existia a possibilidade de ficar indo ao hospital.
<b>25. Tem algo no Testo Alto que você quisesse que seus filhos, netos e bisnetos conhecessem?</b> A Paisagem que existe no local.



Nome: Cecília Radünz					
Idade:		Sexo <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M			
<b>1. Reside a quanto tempo no Testo Alto?</b>					
<input type="checkbox"/> sempre morou	<input checked="" type="checkbox"/> há mais de 20 anos	<input type="checkbox"/> de 10 a 20 anos	<input type="checkbox"/> de 05 a 10 anos	<input type="checkbox"/> de 01 a 05 anos	<input type="checkbox"/> menos de 01 ano
<b>2. A residência em que você mora é</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> própria	<input type="checkbox"/> alugada	<input type="checkbox"/> cedido/usufruto	<input type="checkbox"/> hotel/pensão/quarto		
<b>3. O que sua propriedade significa para você</b>					
<input type="checkbox"/> minha ferramenta de trabalho e fonte de renda			<input type="checkbox"/> apenas mais um bem da minha família		
<input type="checkbox"/> um bem que posso vender a qualquer momento			<input checked="" type="checkbox"/> algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família		
<b>4. O seu lote possui o tamanho original ou foi desmembrado?</b>					
<input type="checkbox"/> original		<input checked="" type="checkbox"/> desmembrado		Se desmembrado, porque	
<b>5. Quantos filhos você tem</b>					
<input type="checkbox"/> nenhum	<input type="checkbox"/> 01	<input type="checkbox"/> 02	<input type="checkbox"/> 03	<input type="checkbox"/> 04	<input checked="" type="checkbox"/> mais de 04
<b>6. Seus filhos moram na propriedade rural</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> sim		Quantos? 2		<input type="checkbox"/> não	
<b>7. Onde seus filhos trabalham</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> na propriedade rural	<input type="checkbox"/> no comércio	<input type="checkbox"/> em indústria	<input type="checkbox"/> construção civil	<input type="checkbox"/> área têxtil	
<b>8. O que você deseja para o futuro dos seus filhos</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> que trabalhem no campo			<input type="checkbox"/> que eles continuem morando perto de você		
<input type="checkbox"/> que trabalhem na cidade			<input type="checkbox"/> que eles mudem de cidade		
<input type="checkbox"/> que somente os homens fiquem no campo			<input type="checkbox"/> que eles ingressem na faculdade		
<b>9. Qual a sua principal fonte de renda</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> aposentadoria/pensão	<input type="checkbox"/> emprego regular	<input type="checkbox"/> trabalho autônomo	<input type="checkbox"/> trabalho informal	<input type="checkbox"/> sem renda pessoal	
<b>10. Que tipo de alimento você prefere consumir</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> artesanais		<input type="checkbox"/> industrializados			
<b>11. Que produtos artesanais você costuma consumir</b>					
<input type="checkbox"/> linguiça	<input type="checkbox"/> queijo	<input type="checkbox"/> bebidas	<input type="checkbox"/> geleias	<input checked="" type="checkbox"/> pães e bolos	Outros (melado, batata, aipim)
<b>12. Você produz ou compra tais alimentos</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> produz		<input type="checkbox"/> compra			
se produz, vende também?		Se compra, onde?		<input type="checkbox"/> feiras	<input type="checkbox"/> mercados
<input checked="" type="checkbox"/> sim (melado)	<input type="checkbox"/> não			<input type="checkbox"/> em propriedades rurais	<input type="checkbox"/> supermercados
<b>13. Com que tipo de casa você mais se identifica</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> casa térrea rural	<input type="checkbox"/> casa térrea urbana	<input type="checkbox"/> casa com 02 andares	<input type="checkbox"/> prédio de 04 andares	<input type="checkbox"/> prédio com mais de 04 andares	
<b>14. Que tipo de construção você considera mais adequado para o Testo Alto?</b>					
<input type="checkbox"/> casa térrea rural	<input type="checkbox"/> casa térrea urbana	<input type="checkbox"/> casa com 02 andares	<input type="checkbox"/> prédio de 04 andares	<input type="checkbox"/> prédio com mais de 04 andares	
<b>15. Quais os eventos sociais da população do Testo Alto?</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> festas igreja	<input checked="" type="checkbox"/> festas clube caça e tiro	<input checked="" type="checkbox"/> novena			
<b>16. Como você se desloca para esses eventos?</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> de carro	<input type="checkbox"/> de ônibus	<input type="checkbox"/> a pé	<input type="checkbox"/> de bicicleta - perguntar quantas bicicletas tem na casa		<input type="checkbox"/> outro
<b>17. A sua casa é tombada, qual a sua opinião sobre isso</b>					
<input type="checkbox"/> a favor		<input type="checkbox"/> contra		<input checked="" type="checkbox"/> não sei	
<b>18. Qual a sua opinião sobre a preservação da paisagem do Testo Alto</b>					
<input type="checkbox"/> a favor		<input type="checkbox"/> contra		<input checked="" type="checkbox"/> não sei	

<b>19. Para você, o que há no Testo Alto que torna a vida das pessoas diferente da vida na cidade?</b>				
<input type="checkbox"/> eventos	<input type="checkbox"/> paisagem	<input type="checkbox"/> cultura alemã	<input type="checkbox"/> casas enxaimel	<input checked="" type="checkbox"/> produtos artesanais
<input checked="" type="checkbox"/> natureza/vegetação	<input checked="" type="checkbox"/> vida rural			
<b>20. Para você o que falta no Testo Alto?</b>				
<input type="checkbox"/> indústria	<input type="checkbox"/> comércio	<input type="checkbox"/> posto saúde /farmácia	<input type="checkbox"/> mercado	<input type="checkbox"/> creche / escola

Entrevista feita com a ajuda da Neta da senhora Cecília.

<p><b>21. Você acha o Testo Alto um lugar especial? Por quê?</b></p> <p>Sim, ela já morou mais lá para baixo, mas prefere aqui. (neta traduz do alemão para o português)</p>
<p><b>22. Quais são para você os lugares mais importantes do Testo Alto?</b></p> <p>As casas enxaimel.</p>
<p><b>23. Você acha que o Testo Alto mudou desde que você mora aqui?</b></p> <p>Sim, mudou bastante, antes era estrada de chão, agora é asfalto.</p>
<p><b>24. Você se sente parte do Testo Alto? Por quê?</b></p>
<p><b>25. Tem algo no Testo Alto que você quisesse que seus filhos, netos e bisnetos conhecessem?</b></p> <p>Não, eles já conhecem tudo.</p>

Nome: <b>Rogério Siewert</b>					
Idade: <b>35 anos</b>		Sexo ( ) F ( <b>X</b> ) M			
<b>1. Reside a quanto tempo no Testo Alto?</b>					
( <b>X</b> ) sempre morou	( ) há mais de 20 anos	( ) de 10 a 20 anos	( ) de 05 a 10 anos	( ) de 01 a 05 anos	( ) menos de 01 ano
<b>2. A residência em que você mora é</b>					
( <b>X</b> ) própria	( ) alugada	( ) cedido/usufruto	( ) hotel/pensão/quarto		
<b>3. O que sua propriedade significa para você</b>					
( ) minha ferramenta de trabalho e fonte de renda			( ) apenas mais um bem da minha família		
( ) um bem que posso vender a qualquer momento			( <b>X</b> ) algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família		
<b>4. O seu lote possui o tamanho original ou foi desmembrado?</b>					
( <b>X</b> ) original		( ) desmembrado		Se desmembrado, porque	
<b>5. Quantos filhos você tem</b>					
( ) nenhum	( ) 01	( <b>X</b> ) 02		( ) 03	( ) 04
( ) mais de 04					
<b>6. Seus filhos moram na propriedade rural</b>					
( <b>X</b> ) sim	Qtos 02	( ) não			
<b>7. Onde seus filhos trabalham</b>					
( ) na propriedade rural	( ) no comercio	( ) em indústria	( ) construção civil	( ) área têxtil	<b>Não trabalham. 07 e 09 anos</b>
<b>8. O que você deseja para o futuro dos seus filhos</b>					
( ) que trabalhem no campo			( <b>X</b> ) que eles continuem morando perto de você		
( ) que trabalhem na cidade			( ) que eles mudem de cidade		
( ) que somente os homens fiquem no campo			( ) que eles ingressem na faculdade		
<b>9. Qual a sua principal fonte de renda</b>					
( ) aposentadoria/pensão	( <b>X</b> ) emprego regular	( ) trabalho autônomo	( ) trabalho informal	( ) sem renda pessoal	
<b>10. Que tipo de alimento você prefere consumir</b>					
( <b>X</b> ) artesanais		( ) industrializados			
<b>11. Que produtos artesanais você costuma consumir</b>					
( <b>X</b> ) linguiça	( <b>X</b> ) queijo	( ) bebidas	( <b>X</b> ) geleias	( <b>X</b> ) pães e bolos	outros
<b>12. Você produz ou compra tais alimentos</b>					
( <b>X</b> ) produz		( ) compra			
se produz, vende também?		Se compra, onde?		( ) feiras	( ) mercados
( <b>X</b> ) sim	( ) não			( ) em propriedades rurais	( ) supermercados
<b>13. Com que tipo de casa você mais se identifica</b>					
( <b>X</b> ) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>14. Que tipo de construção você considera mais adequado para o Testo Alto?</b>					
( <b>X</b> ) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>15. Quais os eventos sociais da população do Testo Alto?</b>					
( <b>X</b> ) festas igreja	( <b>X</b> ) festas clube caça e tiro		( <b>X</b> ) novena		
<b>16. Como você se desloca para esses eventos?</b>					
( <b>X</b> ) de carro	( ) de ônibus	( ) a pé	( ) de bicicleta - perguntar quantas bicicletas tem na casa		( ) outro
<b>17. A sua casa é tombada, qual a sua opinião sobre isso</b>					
( <b>X</b> ) a favor		( ) contra		( ) não sei	
<b>18. Qual a sua opinião sobre a preservação da paisagem do Testo Alto</b>					
( <b>X</b> ) a favor		( ) contra		( ) não sei	

<b>19. Para você, o que há no Testo Alto que torna a vida das pessoas diferente da vida na cidade?</b>				
<input type="checkbox"/> eventos	<input checked="" type="checkbox"/> paisagem	<input checked="" type="checkbox"/> cultura alemã	<input checked="" type="checkbox"/> casas enxaimel	<input checked="" type="checkbox"/> produtos artesanais
<input checked="" type="checkbox"/> natureza /vegetação	<input checked="" type="checkbox"/> vida rural			
<b>20. Para você o que falta no Testo Alto?</b>				
<input type="checkbox"/> indústria	<input type="checkbox"/> comércio	<input type="checkbox"/> posto saúde /farmácia	<input type="checkbox"/> mercado	<input type="checkbox"/> creche / escola

Falta Infraestrutura, a estrada poderia ter calçamento

<b>21. Você acha o Testo Alto um lugar especial?</b>
Vídeo
<b>22. Quais são para você os lugares mais importantes do Testo Alto?</b>
Vídeo
<b>23. Você acha que o Testo Alto mudou desde que você mora aqui?</b>
Vídeo
<b>24. Você se sente parte do Testo Alto?</b>
<b>Porque?</b>
Vídeo
<b>25. Tem algo no Testo Alto que você quisesse que seus filhos, netos e bisnetos conhecessem?</b>
Vídeo

Nome: Waltraudt Zumach					
Idade: 66 ANOS		Sexo ( X )F ( )M			
<b>1. Reside a quanto tempo no Testo Alto?</b>					
( ) sempre morou	( X ) há mais de 20 anos	( ) de 10 a 20 anos	( ) de 05 a 10 anos	( ) de 01 a 05 anos	( ) menos de 01 ano
<b>2. A residência em que você mora é</b>					
( X ) própria	( ) alugada	( ) cedido/usufruto	( ) hotel/pensão/quarto		
<b>3. O que sua propriedade significa para você</b>					
( ) minha ferramenta de trabalho e fonte de renda			( X ) apenas mais um bem da minha família		
( ) um bem que posso vender a qualquer momento			( ) algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família		
<b>4. O seu lote possui o tamanho original ou foi desmembrado?</b>					
( X ) original		( ) desmembrado		Se desmembrado, porque	
<b>5. Quantos filhos você tem</b>					
( ) nenhum	( ) 01	( ) 02	( ) 03	( ) 04	( X ) mais de 04
<b>6. Seus filhos moram na propriedade rural</b>					
( X ) sim	Qtos 5	( ) não			
<b>7. Onde seus filhos trabalham</b>					
( ) na propriedade rural	( ) no comercio	( X ) em indústria	( X ) construção civil	( X ) área têxtil	
<b>8. O que você deseja para o futuro dos seus filhos</b>					
( ) que trabalhem no campo			( X ) que eles continuem morando perto de você		
( ) que trabalhem na cidade			( ) que eles mudem de cidade		
( ) que somente os homens fiquem no campo			( ) que eles ingressem na faculdade		
<b>9. Qual a sua principal fonte de renda</b>					
( X ) aposentadoria/pensão	( ) emprego regular	( ) trabalho autônomo	( ) trabalho informal	( ) sem renda pessoal	
<b>10. Que tipo de alimento você prefere consumir</b>					
( X ) artesanais		( X ) industrializados			
<b>11. Que produtos artesanais você costuma consumir</b>					
( X ) linguiça	( X ) queijo	( X ) bebidas	( X ) geleias	( X ) pães e bolos	outros
<b>12. Você produz ou compra tais alimentos</b>					
( ) produz		( X ) compra			
se produz, vende também?		Se compra, onde?		( ) feiras	( X ) mercados
( ) sim	( ) não			( ) em propriedades rurais	( ) supermercados
<b>13. Com que tipo de casa você mais se identifica</b>					
( X ) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>14. Que tipo de construção você considera mais adequado para o Testo Alto?</b>					
( X ) casa térrea rural	( ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>15. Quais os eventos sociais da população do Testo Alto?</b>					
( X ) festas igreja	( X ) festas clube caça e tiro	( ) novena	3 VEZES PRINCESA EM JOGOS DO CLUBE		
<b>16. Como você se desloca para esses eventos?</b>					
( ) de carro	( X ) de ônibus	( ) a pé	( ) de bicicleta - perguntar quantas bicicletas tem na casa		( X ) outro
<b>17. A sua casa é tombada, qual a sua opinião sobre isso</b>					
( ) a favor		( X ) contra		( ) não sei	
<b>18. Qual a sua opinião sobre a preservação da paisagem do Testo Alto</b>					
( ) a favor		( ) contra		( X ) não sei	

<b>19. Para você, o que há no Testo Alto que torna a vida das pessoas diferente da vida na cidade?</b>				
( ) eventos	( ) paisagem	( ) cultura alemã	(X) casas enxaimel	(X) produtos artesanais
(X) natureza/vegetação	( ) vida rural			
<b>20. Para você o que falta no Testo Alto?</b>				
( ) indústria	( ) comércio	( ) posto saúde /farmácia	( ) mercado	( ) creche / escola
Assim como está, está bom.				

<b>21. Você acha o Testo Alto um lugar especial?</b>
Porque?
<b>22. Quais são para você os lugares mais importantes do Testo Alto?</b>
A casa.
<b>23. Você acha que o Testo Alto mudou desde que você mora aqui?</b>
Sim, porém não soube especificar as mudanças.
<b>24. Você se sente parte do Testo Alto? Não. Porque?</b>
<b>25. Tem algo no Testo Alto que você quisesse que seus filhos, netos e bisnetos conhecessem?</b>

Nome: Lori Haut					
Idade: 78		Sexo( x )F ( )M			
<b>1. Reside a quanto tempo no Testo Rega?</b>					
( X ) sempre morou	( ) há mais de 20 anos	( ) de 10 a 20 anos	( ) de 05 a 10 anos	( ) de 01 a 05 anos	( ) menos de 01 ano
<b>2. A residência em que você mora é</b>					
( X ) própria	( ) alugada	( ) cedido/usufruto	( ) hotel/pensão/quarto		
<b>3. O que sua propriedade significa para você</b>					
( ) minha ferramenta de trabalho e fonte de renda			( ) apenas mais um bem da minha família		
( ) um bem que posso vender a qualquer momento			( X ) algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família		
<b>4. O seu lote possui o tamanho original ou foi desmembrado?</b>					
( X ) original		( ) desmembrado		Se desmembrado, porque	
<b>5.Quantos filhos você tem</b>					
( ) nenhum	( ) 01	( ) 02	( x ) 03	( ) 04	( ) mais de 04
<b>6. Seus filhos moram na propriedade rural</b>					
( ) sim	qtos	(X) não			
<b>7.Onde seus filhos trabalham</b>					
( ) na propriedade rural	( x ) no comercio	( x ) em indústria	( ) construção civil	( ) área têxtil	
<b>8.O que você deseja para o futuro dos seus filhos</b>					
( ) que trabalhem no campo			( x ) que eles continuem morando perto de você		
( x ) que trabalhem na cidade			( ) que eles mudem de cidade		
( ) que somente os homens fiquem no campo			( x ) que eles ingressem na faculdade		
<b>9. Qual a sua principal fonte de renda</b>					
( X ) aposentadoria/pensão	( ) emprego regular	( ) trabalho autônomo	( ) trabalho informal	( ) sem renda pessoal	
<b>10.Que tipo de alimento você prefere consumir</b>					
( X ) artesanais		( ) industrializados			
<b>11.Que produtos artesanais você costuma consumir</b>					
( X ) linguiça	( x ) queijo	( ) bebidas	( X ) geleias	( X ) pães e bolos	outros
<b>12.Você produz ou compra tais alimentos</b>					
( X ) produz		( ) compra			
se produz, vende também?		Se compra, onde?		( ) feiras	( x ) mercados
( ) sim	( X ) não			( ) em propriedades rurais	( ) supermercados
<b>13.Com que tipo de casa você mais se identifica</b>					
( ) casa térrea rural	( x ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>14.Que tipo de construção você considera mais adequado para o Testo Rega?</b>					
( ) casa térrea rural	( X ) casa térrea urbana	( ) casa com 02 andares	( ) prédio de 04 andares	( ) prédio com mais de 04 andares	
<b>15.Quais os eventos sociais da população do Testo Rega?</b>					
( X ) festas igreja	( X ) festas clube caça e tiro	( X ) novena			
<b>16.Como você se desloca para esses eventos?</b>					
( X ) de carro	( ) de ônibus	( ) a pé	( ) de bicicleta - perguntar quantas bicicletas tem na casa (APENAS 1)		( ) outro
<b>17.A sua casa é tombada, qual a sua opinião sobre isso</b>					
( ) a favor		( ) contra		( X ) não sei	
<b>18.Qual a sua opinião sobre a preservação da paisagem do Testo Rega</b>					
( X ) a favor		( ) contra		( ) não sei	



<b>19. Para você, o que há no Testo Rega que torna a vida das pessoas diferente da vida na cidade?</b>				
( X ) eventos	( X ) paisagem	( X ) cultura alemã	( X ) casas enxaimel	( ) produtos artesanais
( ) natureza/vegetação	( ) vida rural			
<b>20. Para você o que falta no Testo Rega?</b>				
( ) indústria	( ) comercio	( ) posto saúde /farmácia	( ) mercado	( ) creche / escola

<b>21. Você acha o Testo Rega um lugar especial?</b>
Porque? Sim, pois toda história da minha família se resume em Pomerode
<b>22. Quais são para você os lugares mais importantes do Testo Rega?</b>
Nosso comercio, nossas residências.
<b>23. Você acha que o Testo Rega mudou desde que você mora aqui?</b>
Sim, a cidade cresceu muito, e a agricultura familiar diminuiu muito.
<b>24. Você se sente parte do Testo Rega?</b>
Porque? Sim, pois é o lugar onde eu cresci, tive minha família, e minha renda familiar.
<b>25. Tem algo no Testo Rega que você quisesse que seus filhos, netos e bisnetos conhecessem?</b>
As tradições alemãs e convívio da vizinhança que tínhamos a anos atrás.

Entrevistas com os gestores do patrimônio histórico de Pomerode

Nome: Theofanes Alexandre Klotz		data: 24/11/15	
Idade:	Sexo( )F ( X )M	Concursado ( )sim ( X )não	
<b>1. Cargo que ocupa na prefeitura:</b> Gerente Patrimônio Histórico			
<b>2. A quanto tempo ocupa o cargo</b>			
( ) 0 a 6 meses	( X ) 6 meses a 01 ano	( ) de 01 ano a 05 anos	( ) de 05 a 10 anos
( ) mais de 10anos		( )	
<b>3. Formação técnica</b> (Assinalar a mais alta)			
( ) 2grau completo	( ) superior incompleto	( X ) superior completo	( ) especialização
( ) mestrado			
<b>4. Reside em Pomerode?</b>			
( X ) sim		( X ) morava antes de assumir o cargo na prefeitura	
( ) não		( ) mudou-se quando assumiu o cargo na prefeitura	
<b>5. Conhece a Rota enxaimel no Teste Alto?</b>			
( X ) sim, já fui		( ) sim, ainda não fui	
( ) não			
<b>6. Conhece a técnica construtiva enxaimel?</b>			
( ) sim, superficialmente		( X ) sim, consigo explicar ela	
( ) não			
<b>7. Tem conhecimento que, sobre Teste Alto incide a Chancela de Paisagem Cultural?</b>			
( X ) sim		( ) não	
<b>8. Tem conhecimento sobre legislação municipal de incentivo a preservação de edificações tombadas?</b>			
( X ) sim		( ) não	
<b>9. Tem conhecimento sobre legislação municipal de proteção da paisagem cultural?</b>			
( X ) sim		( ) não	
<b>10.Você acha o Teste Alto um lugar especial?</b>			
Porque? Porque preserva a paisagem e as casas enxaimel, além de outras técnicas construtivas com tijolos autoportantes. Preserva o maquinário usado antigamente, além de manter tradições por mais de 5 gerações.			
<b>11.Quais são as iniciativas da secretaria onde você trabalha para preservar a paisagem e as edificações de Teste Alto?</b>			
Auxílio para restauro das casas, dentro do possível.			
<b>12. Quais são as legislações municipais que incentivam a preservação da cultura (edificações, paisagem, clubes de caça e tiro, danças...)</b>			
Existe a proteção das edificações cadastradas ( inventário do enxaimel), que consta no código urbanístico do Município, que agora está sendo revisto corretamente, para verificar exatamente o que temos ainda de construções enxaimel e auto-portantes no município . Existe uma verba anual ( secretaria cultura) para auxílio na recuperação de casas cadastradas.			
<b>13.Você se sente parte de Pomerode?</b>			
<b>Porque?</b> Sim, porque meus pais, avós viveram aqui e tiveram suas famílias aqui nesta cidade, e sonho em criar meus filhos e netos aqui também, devido à tranquilidade e sossego que ainda temos neste local.			
<b>14. Tem algo no Teste Alto que você quisesse que seus filhos, netos e bisnetos conhecessem?</b>			
As paisagens e técnicas arquitetônicas presentes neste local.			
<b>15. Tem algo no Teste Alto que o turista deve conhecer?</b>			
Sim, a cultura, vivenciar como é viver da forma como se vivia há décadas atrás, como nossos avós, acompanhar o plantio, etapas de produção do milho, cultivo de outros produtos, ordenha, etc..que podem ser vistas na Casa Siewert, agora totalmente restaurada, mantendo a			

cultura por 6 gerações.

Nome: Roseana Struck Lunghard		data: 23.11.2015	
Idade: 53	Sexo(X)F ( )M	Concursado ( )sim ( X)não	
1. Cargo que ocupa na prefeitura: ocupei a gerencia ph do municipio ( de 1992 até 2010) e prestação de serviços ao IPHAN-SC de 2013 até out.2015			
2.A quanto tempo ocupa o cargo:			
( ) 0 a 6meses	( ) 6 meses a 01 ano	( ) de 01 ano a 05 anos	( ) de 05 a 10 anos ( ) mais de 10anos ( )
3.Formação técnica (Assinalar a mais alta)			
( ) 2grau completo	( ) superior incompleto	( X ) superior completo arquiteta	( X ) especialização ( ) mestrado
4. Reside em Pomerode?			
( X ) sim		( X ) morava antes de assumir o cargo na prefeitura	
( ) não		( ) mudou-se quando assumiu o cargo na prefeitura	
5. Conhece a Rota enxaimel no Teste Alto?			
(X) sim, já fui	( ) sim, ainda não fui	( ) não	
6. Conhece a técnica construtiva enxaimel?			
( ) sim, superficialmente	( X ) sim, consigo explicar ela	( ) não	
7. Tem conhecimento que, sobre Teste Alto incide a Chancela de Paisagem Cultural?			
( X ) sim	( ) não		
8. Tem conhecimento sobre legislação municipal de incentivo a preservação de edificações tombadas?			
( X ) sim	( ) não		
9. Tem conhecimento sobre legislação municipal de proteção da paisagem cultural?			
( X ) sim	( ) não		
10.Você acha o Teste Alto um lugar especial? Sim			
Porque? É um lugar muito especial, devido a sua geografia e pela manutenção da paisagem - a partir da proteção prévia - controlada por legislação específica desde 1996 ( plano diretor municipal) e pela atuação do setor de ph municipal desde então.			
11.Quais são as iniciativas da secretaria onde você trabalha para preservar a paisagem e as edificações de Teste Alto?			
A secretaria de cultura e turismo implementou e promoveu ações para estruturar -a partir de 2001 - a Rota do Enxaimel; promoveu ações junto à comunidade local para valorização da Rota Enxaimel. O IPHAN-SC promoveu ações de valorização da produção tradicional e recuperação de estruturas históricas.			
12. Quais são as legislações municipais que incentivam a preservação da cultura (edificações, paisagem, clubes de caça e tiro, danças...)			
Há a proteção das edificações cadastradas ( enxaimel e outras listadas em anexo à legislação- cód. urbanístico) . Existe uma verba anual ( secretaria cultura) para auxilio na recuperação de casas cadastradas.			
13.Você se sente parte de Pomerode?			
Porque? SIM, é meu lugar e é onde quero criar meus filhos e netos.			
14. Tem algo no Teste Alto que você quisesse que seus filhos, netos e bisnetos conhecessem?			
Sim, a casa de taipa com sua ambientação original; a casa da crista ( antiga serraria, os ranchos com implementos e criação de animais); uma antiga roda de água desativada.			
15. Tem algo no Teste Alto que o turista deve conhecer?			
A propriedade Wendelin Sievert: conhecer/vivenciar o cotidiano dos moradores, seus meios de vida, a história contada pela 4ª geração da família e a rica paisagem rural, com as atividades agrícolas ; com possibilidade de conhecer a história dos implementos agrícolas.			

## Percepção da paisagem cultural de Testo Alto

Este questionário é parte integrante da tese de doutoramento da professora Cassandra Helena Faes.

**\*Obrigatório**

### Seção 01 - perfil do respondente

---

**1. Qual a sua idade? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ 16 a 23 anos  
☐ 24 a 30 anos  
☐ 30 a 40 anos  
☐ 40 a 50 anos  
☐ mais de 50 anos

**2. Qual a sua escolaridade? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ 1º grau completo  
☐ 2º grau incompleto  
☐ 2º grau completo  
☐ superior incompleto  
☐ superior completo  
☐ superior com especialização  
☐ superior com mestrado  
☐ superior com doutorado

**3. Em que cidade você mora? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Pomerode  
☐ Timbó, Indaial, Rodeio, Rio dos Cedros, Benedito Novo, Blumenau  
☐ Ascurra, Apiúna, Doutor Pedrinho  
☐ Alto Vale  
☐ Outro: .....

### Seção 02 - conhecimento sobre o tema

---

**4. Você conhece Testo Alto, em Pomerode? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ sim  
☐ não

**5. Você considera a paisagem do Testo Alto especial? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ sim  
☐ não  
☐ não conheço a área e por isso não posso opinar

**6. Você sabe o que é enxaimel? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ técnica construtiva  
☐ estilo arquitetônico  
☐ não sei informar

**7. Você sabe o que é tombamento? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ sim  
☐ não

**8. Você sabe o que é Paisagem Cultural? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ sim  
☐ não

**9. Você sabia que Testo Alto possui a chancela de Paisagem Cultural? \***

(a chancela é uma modalidade de preservação, como o tombamento nas edificações históricas)

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ sim  
☐ não

**10. Você sabia que a única chancela de Paisagem Cultural do Brasil está em Testo Alto(Pomerode) e no Rio da Luz(Jaraguá do Sul)? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ sim  
☐ não

### **Seção 03 - percepção sobre paisagem cultural**

---

11. Na sua opinião as edificações antigas, como as em enxaimel, devem ser preservadas? \*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ sim  
☐ não

12. Na sua opinião as edificações antigas devem receber incentivo para preservação? \*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ sim  
☐ não

13. Nas áreas rurais, você acha que a construção de edificações novas deveriam se limitar a: \*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ um pavimento  
☐ dois pavimentos  
☐ edifícios de 4 pavimentos  
☐ sem restrições

14. Se você pudesse preservar paisagens, das expostas abaixo qual seria? \*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ figura 01  
☐ figura 02  
☐ figura 03

figura 01



figura 02



**figura 03**



15. Observe as imagens abaixo e selecione a que você mais se identifica. \*  
*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Figura 01  
☐ Figura 02

**Figura 01**





**Figura 02**



Powered by  
 Google Forms

[https://docs.google.com/forms/d/11\\_JREsUihxwHgdgsnhfbhNRdptLUvfz1MOSGszS1qds/edit?usp=drive\\_web#responses](https://docs.google.com/forms/d/11_JREsUihxwHgdgsnhfbhNRdptLUvfz1MOSGszS1qds/edit?usp=drive_web#responses)

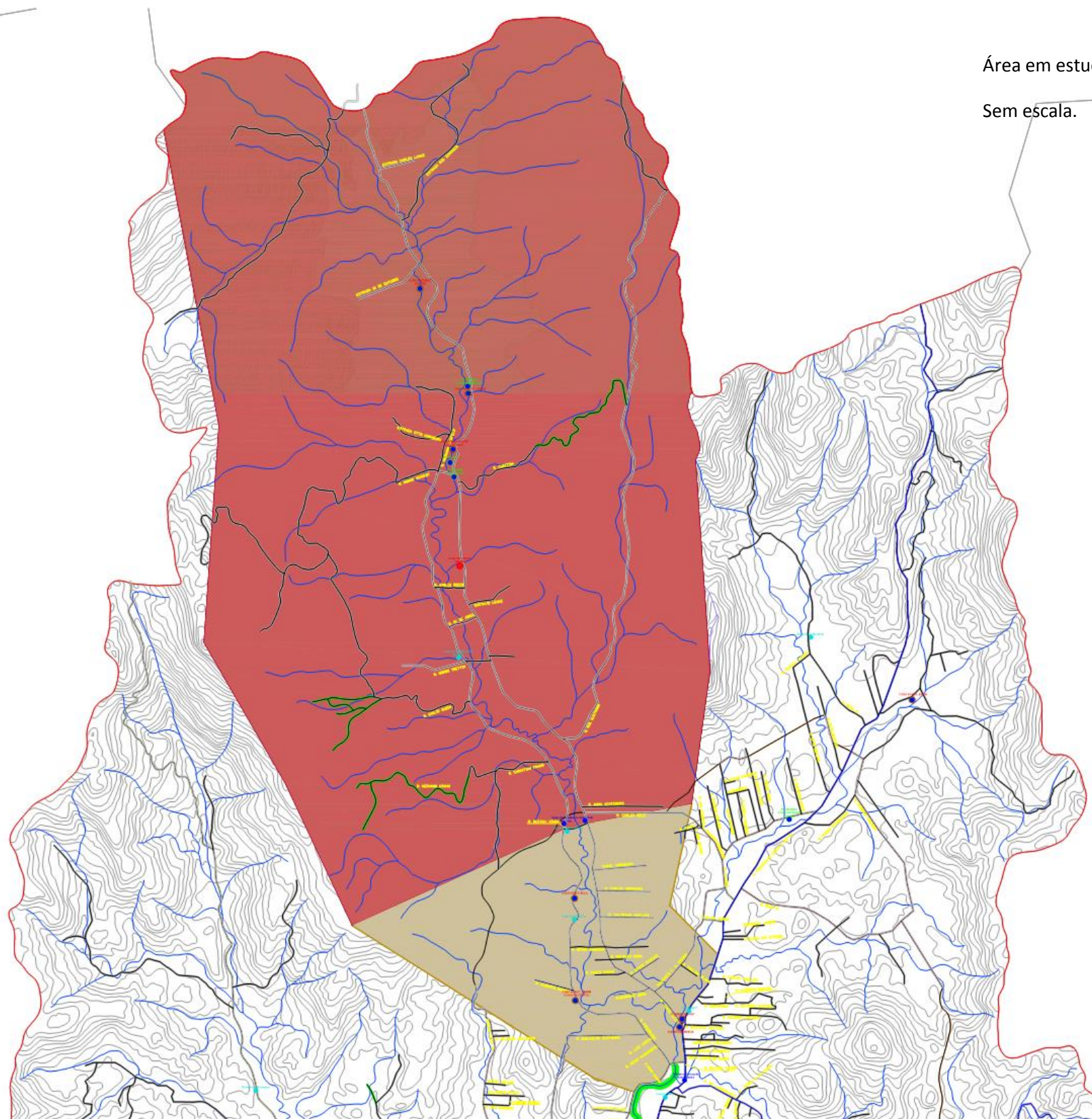
5/5



Anexo III – Informações de apoio

Área em estudo em vermelho, area de amortecimento em bege.

Sem escala.



				Quantitativos	CASA VOIGT, ELLA	COMERCIAL HAUT	CASA HUGO RAHN	CASA ARNDT, ERWIN (Casa da Crista)	CASA ERICH HARDT	CASA WACHOLZ, FELIPE	CASA LÜMKE	CASA SIEWERT	CASA RADÜNZ	
Localização					Rua Progresso, nº 2320, Texto Alto, Pomerode/SC	Rua Presidente Costa e Silva, nº 719, Testo Rega, Pomerode/SC	Rua Testo Alto, nº 8430, Pomerode/SC	Rua Progresso, nº 1241, Testo Alto, Pomerode/SC	Rua Arnoldo Hardt, nº 379, Testo Rega, Pomerode/SC	Rua Testo Alto, nº 6148, Pomerode/SC	Rua Testo Alto, nº 9690, Pomerode/SC	Rua Testo Alto, Testo Alto, Pomerode/SC	Rua Curitiba, 377, Testo Alto, Pomerode/SC	
Identificação	Destino/Intenção do Proprietário	Preservar	6	X			X	X		X		X	X	
		Restaurar	-											
		Modificar	-											
		Vender	2		X				X					
		Demolir	-											
	Outros	1												
Justificativa		-	Deixar de herança para os netos.	Desinteresse dos herdeiros em manter o comércio.				Sem condições financeiras para manter o imóvel.	A edificação possui valor sentimental, pois faz parte da história da família.	Nada	Não utiliza a residência hoje para moradia, e não tem interesse de investir para restauro e preservação, porém, se recebesse recursos para este fim o mesmo disponibilizaria a residência para restauro			
O proprietário possui outros imóveis no nome?	Sim	5	X	X			X	X	X	X	X	X	X	
	Não	4												
Quantos?		-	Um (01)	Três (03)						Um (01)	Um (01)	Três (03)		
Avaliação da Edificação	Estado de Conservação	Bom	5	X				X	X	X	X	X	X	
		Regular	3			X	X	X		X				
		Ruim	1											
	Perigos Potenciais	Descaracterização	3							X		X		X
		Demolição	-											
		Deteriorização	4		X	X				X	X			
Nenhum	1	X												
		-												
QUESTIONÁRIO PROPRIETÁRIO	Nome		-	Ilse Lore Wachholz	Lore Haut	Hercilio Rahn	Lori Arndt	Patrícia Hardt	Adolar Wachholz	Ronald Jandre	Rogério Siewert	Cecilia Radünz		
	Idade		-	67 anos	78 anos	61 anos	63 anos	41 anos	59 anos	57 anos	35 anos			
	Sexo	Feminino	5	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
		Masculino	4			X								
	1. Reside a quanto tempo no Texto Alto?	Sempre morou	6	X	X	X				X	X	X		
		Há mais de 20 anos	3					X	X				X	
		de 10 a 20 anos	-											
		de 05 a 10 anos	-											
		de 01 a 05 anos	-											
		menos de 01 ano	-											
	2. A residência em que você mora é:	Própria	7		X	X	X	X	X	X	X	X	X	
		Alugada	1											
		Cedido/Usufruto	-											
	Hotel/pensão/quarto		1	X										
	Observação		-	A proprietária mora em outro imóvel										
	3. O que sua propriedade significa para você?	Minha ferramenta de trabalho e fonte de renda		-										
		Um bem que posso vender a qualquer momento		-										
		Apenas mais um bem da minha família		-										
		Algo herdado que tem valor sentimental para mim e minha família		9	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	4. O seu lote possui o tamanho original ou foi desmembrado?	Original		6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Desmembrado		3										
		Se desmembrado, porque		-							X			
	5. Quantos filhos você tem?	Nenhum	2	X			X			X				
		Um	1											
		Dois	3								X	X		
		Três	1			X								
		Quatro	-											
		Mais de quatro	2					X						X
	6. Seus filhos possuem propriedade rural?	Sim	6	X							X	X	X	X
		Quantos	?	Todos								01 (Um)		02 (dois)
Não		4		X	X	X	X (01)	X	X					
7. Onde seus filhos trabalham?	Na propriedade rural	2					X						X	
	No comércio	2						X			X			
	Em indústria	1									X			
	Construção civil	-												
	Área têxtil	3	X	X					X					
	Outros	-										Não trabalham. São crianças		
8. O que você espera para os seus filhos?	Que trabalhem comigo	2						X					X	
	Que trabalhem na cidade	4			X			X		X	X			
	Que somente os homens fiquem no campo	3												
	Que continuem morando perto de você	-	X							X	X			
	Que eles mudem de cidade	-												
	Que eles ingressem na faculdade	-												
9. Qual a sua principal fonte de renda?	Aposentadoria/pensão	6	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Emprego regular	3												
	Trabalho autônomo	-												
	Trabalho informal	-												
Sem renda pessoal		-												
10. Que tipo de alimento você prefere consumir?	Artesanais		9	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Industrializados		-											
11. Que produtos agrícolas você costuma consumir?	Linguiça	6		X	X	X	X	X	X	X		X		
	Queijo	5						X	X		X	X		
	Bebidas	2							X			X		
	Geleias	5			X	X	X	X	X			X		
	Pães e bolos	8	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	
	Outros	2												
12. Você produz ou compra tais alimentos?	Produz	9	X	X	X	X	X (queijinho)	X (melado)	X (horta)	X	X	X	X	
	Se produz, também vende?	Sim	4				X	X						
		Não	5	X	X	X			X	X			X (melado)	
	Compra	4							X	X				
	Se compra, onde?	Feiras	1						X					
		Propriedades Rurais	1						X					
Mercados		3		X				X	X					
Supermercados		4	X				X	X	X			X		
que tipo de casa se usa?	Casa térrea rural		7	X		X	X	X	X	X	X	X	X	
	Casa térrea urbana		2		X				X					